



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII Nº 212, QUINTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2022

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 123ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022 (CONTINUAÇÃO)

1.1 – REABERTURA DA SESSÃO ÀS 15 HORAS E 9 MINUTOS 11

1.2 – ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

1.2.1 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2440/2022, da Defensoria Pública da União, que *fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do caput do art. 93 da Constituição Federal para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 381/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. À sanção. 11*

1.2.2 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2955/2022, do Tribunal de Contas da União, que *altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 382/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. À sanção. 13*

1.2.3 – Oradores

Senador Jean Paul Prates – Discurso de despedida de S. Exa. do mandato de Senador da República. 15

1.2.4 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 509/2020, da Senadora Eliziane Gama, que *institui a Semana Nacional de Retiros Culturais. **Aprovado com emenda**, nos termos do **Parecer nº 383/2022-PLEN-SF**, proferido pela Senadora Daniella Ribeiro. 46*

Redação final do Projeto de Lei nº 509/2020 (**Parecer nº 384/2022-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 49

1.2.5 – Item extrapauta



Projeto de Lei nº 1802/2019, do Deputado Afonso Florence, que *altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica. **Aprovado.*** À sanção. 50

1.2.6 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2923/2022, da Defensoria Pública da União, que *altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 385/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. À sanção.* 51

1.2.7 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2438/2022, do Supremo Tribunal Federal, que *fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências. Proferido o **Parecer nº 386/2022-PLEN-SF** pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. .* 52

1.2.8 – Item extrapauta (continuação)

Projeto de Lei nº 2438/2022, do Supremo Tribunal Federal, que *fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências. **Aprovado** (verificação de votação). À sanção.* 70

1.2.9 – Oradores (continuação)

Senador Paulo Rocha – Discurso de despedida de S. Exa. do mandato de Senador da República e breve histórico de sua trajetória política no Congresso Nacional. 70

1.2.10 – Item extrapauta

Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022, primeiro signatário o Senador Marcelo Castro, que *altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. Proferido o **Parecer nº 387/2022-PLEN-SF** pelo Senador Alexandre Silveira; apresentado o **Requerimento nº 840/2022*** 87

1.2.11 – Oradores (continuação)

Senador Roberto Rocha – Breve histórico do exercício do mandato de S. Exa. e discurso de despedida do cargo de Senador da República. 95

1.2.12 – Item extrapauta (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022, primeiro signatário o Senador Marcelo Castro, que *altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **Aprovada em primeiro turno, ressalvado o destaque** (votação nominal) ..* 99



1.2.13 – Oradores (continuação)

Senadora Zenaide Maia – Destaque à importância da aprovação da PEC nº 32/2022, que amplia, por um ano, o teto de gastos em R\$ 145 bilhões, para a redução da desigualdade no País. 106

1.2.14 – Item extrapauta (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022, primeiro signatário o Senador Marcelo Castro, que altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **Mantido o art. 8º, em primeiro turno** (votação nominal) 107

1.2.15 – Fala da Presidência (Senador Rodrigo Pacheco)

Balanço das atividades desenvolvidas pelo Senado Federal durante a corrente sessão legislativa 108

1.2.16 – Item extrapauta (continuação)

Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022, primeiro signatário o Senador Marcelo Castro, que altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **Aprovada em segundo turno** (votação nominal). À promulgação. 112

1.2.17 – Oradores (continuação)

Senador Alexandre Silveira – Breve histórico do exercício do mandato de S. Exa. e discurso de despedida do cargo de Senador da República. 113

1.2.18 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2439/2022, do Ministério Público da União, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República; e dá outras providências. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 388/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Weverton. À sanção. 121

1.2.19 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2441/2022, do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 389/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Weverton. À sanção 121

1.2.20 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 2442/2022, do Ministério Público da União, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado**, nos termos do **Parecer nº 390/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Weverton. À sanção 122

1.2.21 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil, de substituição de membro na Comissão Representativa do Congresso Nacional (**Ofício nº 15/2022**). **Aprovado** 122



1.2.22 – Item extrapauta

Requerimento nº 822/2022, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a celebrar os 10 anos do Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal. **Aprovado** 123

1.2.23 – Convocação de Sessões

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para as 23 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 126/2022 123

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para 22 de dezembro de 2022, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 127 e 128/2022 123

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 22 de dezembro de 2022, às 12 horas ... 123

1.3 – ENCERRAMENTO 123

1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO 124

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 123ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Comunicação**

Da Liderança do Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil, de substituição de membro na Comissão Representativa do Congresso Nacional (**Ofício nº 15/2022**) 127

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA**2.2.1 – Projeto de Lei nº 2440/2022**

Declaração de voto 129

Parecer nº 381/2022-PLN-SF 130

2.2.2 – Projeto de Lei nº 2955/2022

Parecer nº 382/2022-PLN-SF 135

2.2.3 – Projeto de Lei nº 509/2020

Parecer nº 383/2022-PLN-SF 139

Redação final (Parecer nº 384/2022-CDIR/PLN-SF) 142

2.2.4 – Projeto de Lei nº 1802/2019

Requerimento nº 833/2022 145



2.2.5 – Projeto de Lei nº 2923/2022,

Parecer nº 385/2022-PLEN-SF	148
-----------------------------------	-----

2.2.6 – Projeto de Lei nº 2438/2022

Declaração de voto	152
Parecer nº 386/2022-PLEN-SF	153
Lista de votação	158

2.2.7 – Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022

Parecer nº 387/2022-PLEN-SF	162
Requerimento nº 840/2022	166
Listas de votação	168

2.2.8 – Projeto de Lei nº 2439/2022

Declaração de voto	178
Parecer nº 388/2022-PLEN-SF	179

2.2.9 – Projeto de Lei nº 2441/2022

Parecer nº 389/2022-PLEN-SF	184
-----------------------------------	-----

2.2.10 – Projeto de Lei nº 2442/2022

Parecer nº 390/2022-PLEN-SF	188
-----------------------------------	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – EXPEDIENTE****3.1.1 – Comunicação**

Do Senador Jorginho Mello, de reassunção do mandato de Senador da República, em 21 de dezembro de 2022 (Ofício nº 219/2022)	192
--	-----

3.1.2 – Constatação de inexatidão material

Constatação de inexatidão material nos autógrafos do Projeto de Lei nº 643/2021, bem como a confecção de novos autógrafos para envio à Câmara dos Deputados.	194
---	-----

3.1.3 – Indicação

Nº 66/2022, do Senador Chico Rodrigues, que <i>sugere, ao Poder Executivo Federal, a edição de Medida Provisória para manutenção do pagamento de auxílio aos transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC) e aos taxistas.</i> .	199
---	-----



3.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022, que altera a <i>Constituição Federal</i> , para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.	204
Projeto de Lei nº 2438/2022, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da <i>Constituição Federal</i> ; e dá outras providências.	216
Projeto de Lei nº 2439/2022, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República; e dá outras providências.	221
Projeto de Lei nº 2440/2022, que fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do caput do art. 93 da <i>Constituição Federal</i> para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016.	226
Projeto de Lei nº 2441/2022, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União.	231
Projeto de Lei nº 2442/2022, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.	235
Projeto de Lei nº 2923/2022, que altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União.	239
Projeto de Lei nº 2955/2022, que altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.	243

3.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 680/2022, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 563/2009, sancionado e transformado na Lei nº 14.258/2021.	248
Nº 681/2022, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei nº 1679/2022, sancionado e transformado na Lei nº 14.477/2022.	249
Nº 685/2022, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 2930/2022.	251

3.1.6 – Projeto de Lei

Nº 3049/2022, do Senador Jean Paul Prates, que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte e dá outras providências, para compatibilizar esse benefício à tecnologia de bilhetagem digital.	254
---	-----

3.1.7 – Recurso

Nº 8/2022, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 297/2013.	261
--	-----

3.1.8 – Requerimentos



Nº 834/2022, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 10 de abril de 2023, destinada a comemorar o Dia Internacional do Autismo.	265
Nº 835/2022, dos Senadores Carlos Viana e Esperidião Amin, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei nº 3045/2022.	268
Nº 836/2022, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 16 de outubro de 2023, destinada a comemorar o Dia do Professor.	270
Nº 837/2022, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 20 de outubro de 2023, destinada a comemorar o Dia do Médico.	273
Nº 838/2022, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 15 de setembro de 2023, destinada a comemorar os 22 anos da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS.	276
Nº 839/2022, do Senador Esperidião Amin, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei nº 3045/2022	280

3.1.9 – Término de Prazo

Término do prazo, em 20 de dezembro de 2022, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 157/2019.	283
--	-----

PARTE III

4 – RESOLUÇÕES

Nº 49/2022 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 65/2022), que <i>institui a Frente Parlamentar Evangélica</i>	285
Nº 50/2022 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 66/2022), que <i>autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i>	286

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	288
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	291
7 – LIDERANÇAS	292
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	295
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	301
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	305
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	360



Ata da 123ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 21 de dezembro de 2022 (continuação)

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Veneziano Vital do Rêgo e Rodrigo Pacheco.

(Reabre-se a sessão às 15 horas e 9 minutos e encerra-se às 22 horas e 45 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Minhas senhoras e meus senhores, Senadoras e Senadores, nós estamos dando continuação à sessão deliberativa de ontem.

Dessa forma, declaramos reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por três minutos por meio do aplicativo Senado Digital ou por lista de inscrição: uma, que se encontra à nossa direita, sobre a mesa, e a outra por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

A presente sessão deliberativa... (*Pausa.*)

Nós estamos no aguardo ainda da conclusão dos debates e deliberação, por parte da Câmara dos Srs. e Sras. Deputados, em relação à PEC da transição.

Nós temos dois itens extrapauta, de iniciativa do Ministério Público da União, que alteram a Lei 3.316... Desculpem-me, de iniciativa da Defensoria Pública, que fixa o subsídio do Defensor Público-Geral e estabelecendo o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do *caput* do art. 93 da nossa Constituição para os membros da Defensoria Pública da União. (**Vide Item 3.1.4 do Sumário**)

Não foram apresentadas, Sras. e Srs. Parlamentares presentes e que nos acompanham remotamente, emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer, encontrando-se aqui o Senador designado pela Presidência, Fernando Bezerra Coelho, para proferir parecer de Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Convido S. Exa., Senador Fernando Bezerra Coelho, para fazer a leitura do seu parecer.

Pela ordem, S. Exa. o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Presidente, querido amigo Venê, sempre escorreito, novamente na Presidência desta sessão, que tende a ser realmente a última; amigo querido, respeitado, Fernando Bezerra, eu quero aqui fazer um depoimento para todos os demais 80 Senadores e Senadoras desta Casa.

Eu não tenho compromisso com o erro. Quando eu erro, eu volto atrás. Eu cheguei aqui em 2019, achando que este ambiente era um, e, de repente, eu vi outro. Briguei com vários colegas, tive problemas. No entanto, a partir de 2020, refletindo, ouvindo os meus conselheiros, entre eles o mito deste Senado, que é meu conselheiro político voluntário, que se chama Pedro Simon – eu não faço nada sem ouvir o Pedro...

Ontem houve a votação do reajuste salarial de nós Senadores e dos Deputados. Eu não fiz nenhuma manifestação. E eu me lembro até, Fernando Bezerra, Senador, de que daí dessa mesa você fez um olhar, para mim, de satisfação por eu apenas manifestar o que eu penso em função, Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras que fará história, da minha história.

Eu entrei na política e, com dois anos sendo Vereador de Goiânia, Presidente Veneziano, registrei em cartório em Goiânia, na Praça do Sol, que abriria mão de 100% do meu salário de R\$11 mil, de Vereador, porque eu tinha uma situação financeira privilegiada pelo que eu ganhei como homem nacional da televisão brasileira. Eu cheguei a ter salários de R\$350 mil por mês sem ter um periquito para criar...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – ... e com minha mãe falecida. Fiz isso. E fazia doação, registrava, entregava ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual.



Mas eu nunca fiz isso para desqualificar um colega meu, para criticar um amigo meu que, de repente, ontem, votou diferente de mim. Eu respeito o voto de cada um. Entendo que, se a gente está aprovando aumento de salário para todos, por que nós não merecemos? Eu não sou hipócrita, muito menos demagogo; eu só não podia votar diferente, pela minha história. Eu seria cobrado em Goiás de uma forma cruel.

Agora, fiz questão de falar com o ex-Presidente da CCJ Davi Alcolumbre, que hoje é um amigo especial que eu tenho, no seio da família dele, que estava retirando de minhas redes sociais, e retirei hoje mesmo, os depoimentos, as declarações que eu dei...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – ... sobre essa questão de aumento de salário. Retirei de minhas redes sociais. E peço aqui desculpas a todos os Senadores e Senadoras que, de repente, não gostaram de minhas palavras, pois eu mesmo não gostei delas, por isso as excluí. Respeito cada um. Jamais ouvirão uma crítica minha porque um de vocês aceitou, e eu não.

Era isso que eu queria registrar nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado, Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, querido Senador Jorge Kajuru.

Dando sequência, convido o Senador Fernando Bezerra para fazer a leitura do seu relatório. Por gentileza, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem a exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.440, de 2022, de autoria da Defensoria Pública da União, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da Defensoria Pública da União, o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do art. 93 da Constituição Federal.

Em sua redação original, a proposição fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal em R\$ 40.940,09 (quarenta mil e novecentos e quarenta reais e nove centavos) a ser implementado em quatro parcelas sucessivas, em 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 2023 e em 1º de janeiro e 1º de julho de 2024.

Passo direto à análise, Sr. Presidente.

De plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. A Defensoria Pública da União é detentora da competência para a provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida, como se depreende dos termos do art. 134, §4º, combinado com o art. 96, inciso II, da Constituição Federal.

Ademais, por força do mesmo art. 134, §4º, da Lei Maior, aplica-se à instituição, no que couber, o disposto no seu art. 93, inciso V.

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição, tendo em vista que a Constituição Federal contempla, em seu art. 135, o regime de subsídio para a remuneração do Defensor Público-Geral Federal.

É também totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os membros da DPU, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Trata-se, aqui, não apenas de aplicar o princípio da igualdade, como observar as limitações fiscais pelas quais passa o país nesse momento.



Finalmente, registre-se que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados reduziram o impacto previsto na proposição original, o que reafirma a adequação financeira e orçamentária.

O voto, Sr. Presidente.

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL nº 2.440, de 2022, neste Senado Federal.

Esse é o voto, Sr. Presidente. (**Íntegra do Parecer nº 381/2022 - PLEN-SF - Vide Item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado mais uma vez, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O parecer, portanto, é favorável ao projeto.

Concluimos, assim, a instrução da matéria, passando de imediato à sua discussão. (*Pausa.*)

Na lista de inscritos não há oradores. Esgotamos, portanto, encerrando a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Esta Presidência submete a matéria diretamente à votação simbólica, como permitido pelos Líderes.

Em votação o projeto e as emendas, em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram, com os registros contrários de S. Exas. os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho também?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Também, Sr. Presidente.

Se me permite, o meu voto é um protesto, com todo respeito a V. Exa. – não é V. Exa. –, à forma com que essas matérias estão sendo conduzidas no Senado.

Ontem, eu estava acompanhando a sessão da Câmara e, quando eu fui entrar para votar, não pude registrar meu voto – não sei se ainda posso – que seria contrário devido à forma como a gente está encaminhando, no apagar das luzes, na beira do recesso, essas matérias que deveriam ser discutidas, até porque, com relação ao salário do próprio Senado, muita gente não sabe, mas o salário do Senado é inferior ao da Câmara dos Deputados e ao dos ministros há mais de oito anos, bem inferior, cerca de 10% a menos. Então, a minha colocação é contra a forma, não é contra o mérito. E ontem não pude registrar meu voto contrário pela forma, se ainda houver tempo, porque demorou seis minutos a sessão. Quando eu fui entrar, acabou. Foi aquele “vai ser bom, não foi?”.

Então, por favor, eu queria registrar o meu voto contrário, se puder, na sessão de ontem, na votação do nosso subsídio e, na sessão de hoje, eu registro o meu voto contrário também devido à forma.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito, Senador Carlos Portinho. Nós vamos consignar o seu registro posicionando-se divergentemente em relação à votação da noite de ontem como também nesta tarde, com V. Exa. e os Senadores Eduardo Girão e Jorge Kajuru opondo-se ao projeto.

O projeto foi aprovado. (*Pausa.*)

Senador Styvenson, os nossos cumprimentos.

Aqui no *chat* ele pede, requer que o seu voto também se registre, negativamente ao projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara das Sras. e dos Srs. Deputados.

Item extrapauta.

Projeto de Lei nº 2.955, do corrente ano, de iniciativa do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei 10.356, de 2001, para reajustar as remunerações dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de



Contas da União. (Vide Item 3.1.4 do Sumário)

Não foram apresentadas perante a Mesa emendas.

A matéria depende de parecer.

Mais uma vez, pedimos – e assim o fazemos – a designação do Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir parecer de Plenário.

Senador Fernando Bezerra Coelho, por gentileza.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar as remunerações dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União, nos termos do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

Assim, conforme o substitutivo aprovado na Câmara, o art. 1º da proposição estabelece que os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, e as demais parcelas de natureza remuneratória devidas aos servidores do Quadro de Pessoal do TCU passam a vigorar reajustadas em parcelas sucessivas, cumulativas, observada a seguinte razão: I – 6%, a partir de 1º de fevereiro de 2023; II – 6%, a partir de 1º de fevereiro de 2024; III – 6,13%, a partir de 1º de fevereiro de 2025.

O art. 2º estabelece que os recursos financeiros necessários ao custeio das alterações correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do TCU, previstas em anexo próprio da Lei Orçamentária.

Por fim, o art. 3º da proposição veicula a cláusula de vigência da lei que dela decorra, a contar da data de sua publicação.

Análise.

Cumpre-nos examinar, neste parecer de Plenário, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição em pauta.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, verifica-se que: compete ao TCU a iniciativa de lei para a fixação da remuneração de seus cargos; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; e, finalmente, os termos da proposição não importam em violação material da Constituição Federal.

No que diz respeito ao exame de juridicidade, podemos indicar que a proposição se mostra em conformidade com a legislação em vigor, estando apta a integrar o ordenamento jurídico nacional, de forma harmônica. De maneira similar, a análise da proposição no plano da regimentalidade não indica qualquer objeção ao andamento da sua tramitação.

No mérito, o PL nº 2.955, de 2022, tem a louvável finalidade de repor, ainda que parcialmente, em razão do atual contexto de esforço fiscal, as perdas inflacionárias dos últimos exercícios.

De acordo com a justificação, o reajuste será suportado por recursos do orçamento do TCU.

Ressaltamos, ainda, que o PL nº 2.955, de 2022, é compatível com o denominado teto de gastos e com os limites para as despesas de pessoal previstos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, o voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PL 2.955, de 2022.

Muito obrigado. (**Íntegra do Parecer nº 382/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.2 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Mais uma vez, obrigado, Senador Fernando Bezerra. O parecer, assim sendo, é favorável ao projeto.

Nós concluímos a instrução da matéria, com a leitura do parecer, passando à sua discussão.

Não há registros de inscritos para discutir a matéria.

Esgotamos a lista de oradores, encerrando a discussão.



Passamos à apreciação da mesma.

A Presidência submete a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e as respectivas emendas em turno único, nos termos do parecer.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Registro os votos contrários de S. Exas.: Senador Carlos Portinho, Senador Eduardo Girão, Senador Plínio Valério, Senador Jorge Kajuru. Senador Styvenson, repete o mesmo posicionamento, Senador? (*Pausa.*)

Perfeito. E o Senador Styvenson Valentim.

Aprovado majoritariamente o projeto.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara das Sras. e Srs. Deputados. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, informamos que, no aguardo das conclusões deliberativas da Câmara dos Deputados, nós passamos, assim, à lista remanescente dos oradores e oradoras do dia de ontem.

Dessa forma, eu convido S. Exa., Senador Eduardo Girão, à tribuna, se assim for do seu desejo, Senador Eduardo Girão.

Ah, o Senador Jean Paul... Senador Eduardo Girão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Então, nós teremos aqui, eu não diria a alegria em ouvi-lo e vou justificar porque assim me refiro: é porque, neste instante, nós estamos a ter na tribuna uma das grandes referências desses últimos quatro anos, o extraordinário, competentíssimo companheiro, que estará a fazer as suas despedidas.

Então, eu o convido a fazer as despedidas, querido e competente amigo, Senador Jean Paul Prates.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Obrigado, Sr. Presidente, meus queridos amigos, queridas colegas e amigas desta 56^a Legislatura do Senado Federal, cidadãos, cidadãs do Brasil, em especial do meu Estado do Rio Grande do Norte.

A transição de ciclos na nossa vida sempre requer planejamento, mudanças, remanejamentos e, inevitavelmente, despedidas. Em seguida, novos horizontes, novos desafios, novas equipes, novos amigos e parceiros. Eu encerro, em breve, a minha legislatura como Senador da República pelo Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Norte.

A primeira coisa que nos vem à cabeça, Senador Kajuru, ao encerrar um ciclo de vida tão importante é: “Nossa, acabou! Vai começar uma nova vida, com novas pessoas, com novos objetivos, com nova rotina, novos companheiros de jornada”. E, a depender do caso, isso pode parecer animador; porém, Senador Girão, às vezes, assustador. Da mesma forma quando eu cheguei a esta Casa e encontrei tantas figuras, Senador Fernando Bezerra, que eu conhecia somente da televisão e de acompanhar a política – uma delas V. Exa. –, referências importantes da política nacional.

Nós aqui fazemos leis, fiscalizamos o Governo, referendamos nomeações de magistrados supremos, embaixadores, procuradores-gerais, reguladores. Investigamos escândalos, expressamos a voz de nossos estados junto aos Poderes da República e de outras nações. Somos 81 pessoas dentre 214 milhões de brasileiros e brasileiras selecionadas para as funções legislativas mais importantes do Brasil. Se fosse um vestibular, Presidente, a razão seria de mais de 2,6 milhões de candidatos por vaga, para estar aqui. Somos, sim, privilegiados por nos mandarem para cá e temos tantas responsabilidades que talvez ninguém, exceto cada um de nós, tenha verdadeira noção da complexidade, da diversidade e da alta repercussão e



importância das nossas atuações debaixo dessa redoma.

Eu tenho completa e profunda consciência disso. Eu tenho certeza em afirmar que cada colega dessa legislatura com quem convivi, independentemente de estar no mesmo campo que eu, ter mais ou menos a mesma experiência que eu, também tem, principalmente nos tempos tão especiais em que convivemos, nessa 56ª Legislatura.

Nossa nova, recente, jovem democracia navegou por estreitos rochosos, sacudida por ondas autoritárias sob forte saraivada de ataques à nossa estabilidade institucional que desequilibraram a capacidade da sociedade de reagir diante de mentiras, de malfeitos, de nulidades, de atos encobertos por sigilo e muitas vezes apregoados como o apogeu da virtude. Navegamos entre crises de natureza econômica, social, sanitária, ambiental, sobretudo política, em questionamentos constantes sobre qual parte nos cabia na responsabilidade pelo que ocorreu e na busca de soluções. E não bastasse a premência de resistir a certos delírios obscurantistas, tivemos que travar peleja em meio a um momento e a procedimentos atípicos, por força da pandemia do covid-19.

O Senado da República soube superar os obstáculos, esteve à altura do que a sociedade brasileira esperava e demandava desta Casa. Não houve vazio institucional em momento algum. Atuamos todos como Casa da moderação e da construção de soluções mitigatórias. Daqui saíram iniciativas que faltaram ou tardaram ao Executivo, quer por incompetência, quer por postura negacionista, a nosso ver deplorável.

Daqui tiveram que sair auxílios financeiros, programas de financiamento, medidas sanitárias, providências logísticas, prioridades vacinais e até mesmo a essencial e básica lei de uso de máscaras, que eu tive a incumbência triste, Sr. Presidente, mas necessária de relatar. Tivemos que praticar um verdadeiro parlamentarismo por omissão, certas vezes, infelizmente devido à inércia e à insuficiência do Governo em agir diante da pandemia e de suas funestas consequências, perfeitamente previsíveis por vezes.

Atuamos exemplarmente. Infelizmente, manteremos como marca indelével a lembrança da perda dos colegas e amigos que perderam a vida para a covid, os Senadores Olimpio, Arolde e Maranhão.

Finalmente amanheceu, é manhã outra vez. Contornamos esse cabo das tormentas, e já se acendem as possibilidades que cada novo dia nos oferece.

É verdade que temos muitas feridas a curar – a fome, que flagela tantos dos nossos compatriotas; o luto pelas vítimas da covid, que mal tivemos o tempo de superar; o desalento geral pela perda da qualidade de vida; as fraturas cinzeladas pelo ódio –, mas é evidente que navegamos uma forte corrente novamente impulsionada pela esperança. O pacto democrático prevaleceu.

Se hoje podemos celebrar esse novo amanhecer, é porque houve resistência, e tive a felicidade de estar entre os que resistiram. Como Senador do Partido dos Trabalhadores, como Líder da Minoria no Senado, debati, lutei para preservar cada centímetro de terreno possível, para preservar cada trilha que nos permitisse voltar a essa caminhada.

São muitos os sentimentos de reflexão que trago comigo neste encerramento de mandato, mas vou falar de dois deles.

O primeiro é a satisfação de ter podido estar aqui nesta Casa desde que assumi, em 2019, a vaga deixada – ou antes ocupada – pela atual Governadora Fátima Bezerra, representando o estado que escolhi como minha terra, o Rio Grande do Norte, a que servi tanto – e ao seu povo – e tão bem. Considero que à altura do que esperavam.

A bem da verdade, cheguei lá apenas como um profissional especialista na área de petróleo e gás há algumas décadas, mas fui descobrindo coisas. Fiz de lá o meu lar, e seu povo fez de mim um irmão, um filho. Encontrei dificuldades e incompreensões desde sempre, mas os resultados do trabalho abnegado, da criatividade realista, de cada projeto, de cada proposta em favor do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da qualidade de vida das pessoas foram me ajudando a superar cada resistência, cada



obtusidade.

Lá também encontrei o amor de minha companheira Muriele, mulher guerreira do Seridó, com quem iniciei um novo capítulo tão bonito da minha vida.

Meus pais não puderam ver seu filho ascender ao Senado da República, mas eu espero deixar aos meus amadíssimos filhos lições cotidianas de amor à democracia e compromisso incondicional com aprimoramento do Brasil e do mundo que vamos legar a eles.

A esse Rio Grande do Norte, que me acolheu tão bem, tenho a certeza de que retribui com absolutamente toda dedicação e foco, Senador Bezerra, nesses quatro anos de mandato.

No meu mandato, destinei mais de R\$137 milhões em emendas, contemplando todos os 167 municípios do estado, com destaque para contribuição no combate à pandemia como Parlamentar que mais destinou recursos para o combate à covid e que mais enviou recursos em geral para o Governo do Estado. Identificamos projetos inovadores de alto impacto social e assim dedicamos R\$36 milhões para a saúde; R\$10 milhões para a educação; R\$13 milhões para a agricultura familiar, que, somados com outros R\$3 milhões de perfuração de poços também da agricultura familiar, somaram R\$16 milhões, que é o recorde histórico de destinação de recursos para agricultura familiar na história dos Parlamentares do Rio Grande do Norte; R\$12 milhões para a área esportiva – vou falar já sobre isso –; e R\$3 milhões, também inéditos, para assistência social, que vão significar a reforma de todos os Creas do Rio Grande do Norte.

Tenho especial orgulho pelo projeto das Areninhas Potigueres. Aproveito para agradecer ao ex-Governador – e futuro colega desta Casa – Camilo, que nos legou este projeto das Areninhas lá do Ceará, Senador Girão, que nós literalmente copiamos e adaptamos para o Rio Grande do Norte, com o auxílio da Secretaria de Esportes do Ceará, que nos ajudou no mandato: cedeu pessoas, fomos lá, visitamos, trouxemos e adaptamos esse projeto. Isso vai entregar espaços de promoção de esportes, vida saudável, sociabilidade tão importantes para a nossa juventude em várias cidades.

Também com muito orgulho, anunciei e estamos implementando o projeto das Escolas Solares – sobre o qual já falei com o Senador Kajuru, que vai reproduzi-lo também aqui para Goiás –, em parceria com o Senai do Rio Grande do Norte, o Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis do Rio Grande do Norte, que entregou infraestruturas para agregar produção de energia renovável como forma de abastecer as escolas e ensinar, ao mesmo tempo, sustentabilidade desde cedo. São basicamente laboratórios de ciências que geram energia para cobrir a conta de luz da escola.

Entregamos projetos de apoio aos povos originários do estado, de fomento à mobilidade sustentável em cidades médias e pequenas, e de reforço do SUS pelo investimento na informatização de todas as UPAs de Natal, nossa capital.

Sei que servi ao meu estado e ao meu povo, a quem pude conhecer tão bem na iniciativa Giro pelo RN, Senador Portinho, por meio do qual nós percorremos todo o estado a cada recesso parlamentar, exceto no ano do covid, consultando as pessoas, tirando dúvidas, ouvindo histórias, matando saudades e construindo sonhos.

Cabem aqui agradecimentos eternos à minha líder, professora e companheira Fátima Bezerra, hoje destemidamente à frente do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, reeleita em primeiro turno após um primeiro mandato cheio de desafios, e que nos proporciona tantas novas esperanças agora na sua iminente parceria com o Presidente Lula por anos iluminados e felizes à frente.

Muita gratidão também aos demais membros da nossa Bancada do Rio Grande do Norte, em especial à minha amiga, querida companheira de luta Senadora Zenaide Maia, e também ao meu querido vizinho e hoje amigo Senador Styvenson Valentim. Talvez diverjamos em ideologias e posições, mas certamente cerramos fileiras para definir boas destinações de recursos e manter diálogos de alto nível sobre bons projetos para o nosso Rio Grande do Norte.



Não posso deixar de mencionar a aliança sólida que construí com a minha superparceira na Câmara dos Deputados, a Deputada Natália Bonavides, com quem andei tanto e construímos – os dois juntos – pelo estado, por Natal e pelo Brasil; e a parceria com o Deputado Federal reeleito, e que desta vez será empossado, Fernando Mineiro, com projetos socioeconômicos já em concepção em todo o estado.

Sr. Presidente, o segundo sentimento que me acompanha neste momento é o do dever cumprido na resistência, mas também no diálogo; na luta, mas também na construção de ações que balizam e definem a atividade parlamentar, qualquer que seja o lado em que estejamos. Denunciar a má política, ferina e venal implica também valorizar a boa política que encaminha as ideias a maturarem e se aprimorarem em trabalho conjunto e participativo.

Em meio a toda a disputa política que caracterizou esse período, não faltei a apresentar projetos de relevância nacional entre 2019 e 2023. Dediquei a esse trabalho toda a capacidade técnica e política que trazia comigo e estudei muito, aprendi muito para cumprir essa missão.

Meu compromisso sempre foi o da defesa do potencial local de geração e de distribuição de riqueza, da atração de investimentos racionais e saudáveis por meio do estabelecimento de marcos legais robustos e confiáveis e do fortalecimento das políticas de educação, cultura, ciência e tecnologia, tendentes a agregar à nossa sociedade o valor necessário para romper os ciclos geracionais de imobilidade e de pobreza.

Ao mesmo tempo, nunca transigi na defesa incondicional do patrimônio construído pelo povo brasileiro. Lutei pela Eletrobras, lutei pela Petrobras com todas as ferramentas estratégicas para a promoção do nosso desenvolvimento, que representa um acúmulo de gerações ameaçado pela alienação desvalorizada em conjuntura inoportuna, sob urgências insustentáveis.

Trabalhei por uma participação mais ativa do Estado em setores da economia vulneráveis à exploração desequilibrada de nossas riquezas.

Em meus pronunciamentos, defendi uma perspectiva econômica progressista em consonância com a responsabilidade social e fiscal.

Não por acaso, antes de ocupar este lugar no Senado, já havia trabalhado na regulação de setores de petróleo, energia renovável, biocombustíveis, infraestrutura nos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula I, Lula II, Dilma I. Além disso, já havia acumulado experiência na área na condição de Secretário de Estado de Energia e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Norte, sob a saudosa liderança da então Governadora Wilma de Faria.

À luz dessa vocação técnica e como representante de um estado profundamente dependente da chamada economia do mar, assumi a relatoria da Comissão Temporária Externa para o Acompanhamento das Ações de Enfrentamento às Manchas de Óleo do Litoral Brasileiro (Cteoleo). A votação final aprovou meu relatório, apontando o sistemático desmantelamento da estrutura de governança ambiental do Governo Federal.

Da mesma forma, na condição de Relator da avaliação das políticas públicas relativas à implantação de redes móveis de quinta geração (5G) no Brasil, junto à Comissão de Ciência e Tecnologia, apresentamos importantes sugestões ao Poder Executivo para maior participação do Senado nas estratégias relacionadas à implantação da tecnologia, bem como em prol do aprimoramento dos leilões e contratos e da acessibilidade e abrangência dos serviços para todos os brasileiros e brasileiras.

Na autoria das leis, procurei trazer a esta Casa projetos em que minhas credenciais acadêmicas e técnicas pudessem ensejar abertura de novos horizontes e ciclos econômicos para o Brasil, para o Nordeste e para o meu estado. Foi assim com o marco legal da energia do mar, para regular a titularidade e a outorga dos prismas marítimos para exploração de energia *offshore*; com a Lei do Hidrogênio, que viabilizará o uso de hidrogênio como fonte energética; e, mais recentemente, com o marco legal da captura e do armazenamento de carbono, que finalmente disciplinará a exploração dessas atividades e abrirá novas



perspectivas para trocas ambientais e descarbonização do planeta em um país com enorme potencial para contribuir com esses processos.

Tive ainda a oportunidade e a responsabilidade de relatar matérias desafiadoras. Entre elas, já mencionei a lei sobre o uso de máscaras, que, aliás, também promoveu regras para fomentar distanciamento social na contenção da pandemia; o chamado pacote dos combustíveis, com uma caixa de ferramentas para a administração federal poder atuar, de modo a aliviar a pressão da alta internacional dos preços dos combustíveis sobre a economia, especialmente sobre as famílias mais pobres; guardo especial carinho pela Lei das Ferrovias, que representou um verdadeiro marco no resgate de um modal de transporte crucial para o desenvolvimento do país – e gosto de pensar que a oportunidade de trabalhar a partir do texto do Senador José Serra representou um exemplo de composição de visões muito mais complementares do que divergentes e comprometidas, sobretudo, com uma visão melhor de país.

O mesmo espírito de construção nos trouxe a relatoria de projetos de lei que continuarão sua trajetória nesta Casa, como o marco legal da mobilidade urbana sustentável, a Lei da Educação Digital, a Lei de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, a Lei de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, a Lei de Combate à Obsolescência Programada e de Direito ao Reparo e a Lei da Economia Circular do Plástico, entre outras.

Todas essas iniciativas legislativas, Senador Confúcio, de nossa lavra ou nas quais trabalhamos vigorosamente para relatar em Comissões restarão à disposição dos que ficam, e eu estarei sempre por perto, a um chamado de vir contribuir no que puder para que se tornem leis efetivas que aprimorem o país.

Por outro lado e afastando qualquer eventual crítica, não há como negar que o ponto alto desta legislatura foi, sem dúvida, a realização da CPI da covid-19. Os trabalhos da Comissão são considerados por economistas, jornalistas e juristas como um dos mais importantes da história recente do Congresso Nacional.

A CPI da covid demonstrou cabalmente por que o Brasil apresentou quase cinco vezes mais mortes por covid do que a média mundial e apontou conflitos de interesse, tráficos de influência e cooptação e corrupção do poder público, que deverão ser objeto de escrutínio e combate imediato, independentemente da inércia intolerável daqueles cuja obrigação funcional por enquanto falhou.

Seu relatório final é importante registro de memória e de provas, motivo pelo qual saúdo todos os membros da Comissão, nas pessoas de seu Presidente, Senador Omar Aziz, do Relator, Senador Renan Calheiros, bem como das Senadoras Simone Tebet, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, ativas participantes da Bancada Feminina naquelas históricas reuniões.

Por fim, no exercício da Liderança da Minoria no Senado, ocupei uma das posições políticas mais desafiadoras da minha trajetória parlamentar. Nessa versátil e delicada função, trabalhei com Lideranças de todas as cores partidárias, motivo pelo qual aproveito a oportunidade para deixar o meu respeitoso registro da liderança qualificada de dois Presidentes desta Casa, Davi Alcolumbre e Rodrigo Pacheco, e também do nosso substituto imediato e sempre pronto a responder a essas demandas, meu querido companheiro e amigo Veneziano Vital do Rêgo; e do trabalho dos Líderes governistas: Senador Fernando Bezerra Coelho e o Senador Carlos Portinho – meu companheiro carioca –, sempre interlocutores republicanos. Cito ainda o meu parceiro e Líder da Oposição, Senador Randolfe Rodrigues, assim como os Líderes parceiros na Câmara e no Congresso, Deputados Arlindo Chinaglia, Marcelo Freixo, Carlos Zarattini, Reginaldo Lopes e Alessandro Molon.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, ao longo desses quatro anos, o grande motor propulsor e motivação maior da minha atuação foi certamente o Partido dos Trabalhadores. Quando me filiei em 2013, após ter militado na Juventude do PDT, de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, busquei o retorno à



política partidária objetivando contribuir para evitar o esmorecimento da esquerda brasileira. O PT me recebeu inicialmente desconfiado – Wilmar sabe –, mas logo as convergências ficaram tão evidentes e potentes, efetivas, construtivas, visionárias, inovadoras que hoje me sinto totalmente dependente, Senador Confúcio, da energia da nossa militância, da forma participativa, democrática de decidir, dos caminhos que delineamos juntos para o futuro do Brasil.

A todas as companheiras e companheiros do Partido dos Trabalhadores e trabalhadoras, na pessoa dos meus companheiros de bancada – o meu querido Líder Paulo Rocha, os Líderes Humberto Costa e Rogério Carvalho, os mestres Paulo Paim e Jaques Wagner, o meu amigo, destemido guerreiro, Fabiano Contarato, a quem se somarão os eleitos Wellington Dias, Camilo Santana, Teresa Leitão e Beto Faro –, a todos e todas, mais do que um agradecimento, quero manifestar nossa incomensurável disposição de que o próximo Governo Lula se converta em um clarão democrático que transforme o Brasil em um país mais próspero, pacífico e menos desigual.

Para concluir, meus queridos amigos e amigas, não poderiam me escapar os agradecimentos efusivos não somente a todos os colegas Senadores e a todas as colegas Senadoras, mas também a todo esse corpo funcional da Casa – Zezinho representando –, aos terceirizados, às equipes de consultoria, de apoio às Comissões e ao Plenário, também a vocês da Rádio e da TV Senado, que levam a nossa voz e imagem pelo Brasil e pelo mundo afora – Sabóia também representando aqui o povo que nos ajuda tanto –, e à minha equipe nota mil, que está aqui pelo escurinho do Plenário, lá no fundo, que fez este mandato comigo, o tempo todo, em Brasília, em Natal, em Mossoró, no Seridó, no Mato Grande, no Vale do Açu, no Apodi, do Agreste ao Alto Oeste, do Trairi e Potengi aos litorais e à Região Metropolitana, andando por todo o Estado do Rio Grande do Norte. O estado é pequeno, mas dá trabalho, viu? Que pessoas maravilhosas vocês foram comigo desde aquela inexperiência do início até as maratonas exigentes dos tempos atuais! Foram quatro anos de exaustivos e tensos trabalhos, mas que só me agregaram experiências pessoais e coletivas de inestimável valor. Obrigado a todos e todas vocês.

Vai começar uma nova vida para mim, um novo ciclo? Para mim, não. Quero dizer, Presidente, que pretendo continuar convivendo com cada um e cada uma de vocês, buscando conselhos, tentando ajudar nas demandas do Brasil trazidas por cada um e cada uma que ficarão por aqui representando e assessorando seus estados e o povo brasileiro. Para mim, Senador Fernando, será o mesmo ciclo, com os mesmos companheiros e companheiras de jornada que acrescentei até aqui à minha vida e que se somaram a tanta gente importante para mim no círculo familiar, pessoal e profissional. É tudo parte de um só contexto, Senador Kajuru, de uma só trajetória – aliás, falar em trajetória na sua frente é difícil, mas faz parte mesmo de uma trajetória só. Todas essas pessoas estão unidas por nós, por cada um de nós.

Hoje não vou dar adeus, porque vou voltar sempre.

Obrigado demais pela honra de ter servido ao Brasil com vocês nesta legislatura.

Seremos todos sempre escrevedores do futuro.

I'll be back. Volto já. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Jean Paul, se V. Exa. puder nos atender, permaneça à tribuna em razão de uma lista considerável...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se eu aguentar.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... de amigos, de pessoas que passaram a ter, na nossa convivência, uma admiração – e, entre esses, eu próprio.

Na lista de inscritos, nós temos, primeiro, o Senador Esperidião Amin e, em seguida, Senador



Paulo Paim, Senador Omar Aziz, Senador Styvenson, Senador Portinho, Senador Líder Fernando Bezerra, Senador Confúcio, Senador Chico Rodrigues, Senador Girão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Querido Senador Kajuru, em razão de ter erguido a mão o Senador Esperidião Amin e ter sido eu informado dessa inscrição, eu peço permissão a V. Exa. para passar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – A permissão está dada, porque hoje é aniversário dessa reserva moral e cultural do país, o catarinense Esperidião Amin. Por ele eu fico de joelhos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Todas as homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Esperidião Amin, aproveitando inclusive esta oportunidade que nos é muito cara de lisonjeiramente cumprimentá-lo, nós assim o fazemos em nome da Mesa, do Presidente Rodrigo Pacheco, com desejos muito sinceros e efetivos de que V. Exa. possa ter uma longa vida, com muita saúde, capacidade de trabalho, essa que é uma fulgurante mente que tanto colabora e ajuda no nosso dia a dia. Saúde e paz, Senador Esperidião Amin!

V. Exa. tem a palavra, aparteando o nosso Senador Jean Paul Prates.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear. *Por videoconferência.*) – A sua palavra de carinho e as tantas mensagens que recebi em nome de todos os companheiros eu quero agradecer.

Vou ser muito conciso ao participar desta “despedida”, entre aspas, do meu amigo Jean Paul Prates.

Quero dizer que aprendi muito com o Jean Paul Prates. Ele é um homem de grande conhecimento e compartilha o conhecimento com muita didática e boa pedagogia. Por isso, eu quero reforçar aqui uma frase que ele proferiu: esteja sempre conosco, como amigo, como participante da luta pelas boas causas.

Que Deus continue a iluminá-lo com a capacidade de coexistir construtivamente com aqueles que pensam, às vezes, um pouco diferente, mas que sabem do seu valor moral, intelectual, ético, eu repito, e, acima de tudo, com a sua competência para ajudar o nosso país!

Um feliz Natal para você, Jean Paul! Claro que para todos os nossos companheiros, mas, em particular, para você um muito feliz 2023!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Senador Paulo Paim e, em seguida, Senador Jorge Kajuru.

Haveremos de sequenciar a lista de senhoras e senhores oradores.

Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Com a mesma rapidez que o nosso aniversariante Esperidião Amin, Presidente Veneziano, eu quero primeiro, se me permite o meu amigo Jean Paul, fazer uma saudação à Kátia Abreu, amiga, parceira, Líder, trabalhamos juntos durante todo esse período em que aqui ela esteve; também ao Acir Gurgacz, com quem eu não pude falar, Presidente; ao Reguffe; ao Telmário Mota. Se não citei algum dos que eu não pude fazer aparte, sintam-se também contemplados com essa minha pequena fala.

Meu amigo Jean Paul, permita que eu diga, com esses quase 40 anos de Congresso, que você, sem



sombra de dúvida, se não é, será sempre, entre aqueles que vieram como suplente da nossa querida Governadora Fátima Bezerra e outros suplentes, um dos mais titulares da história. Você chegou como mestre e me chamava de mestre. Eu ficava todo bobo, porque o mestre é você, meu querido amigo. Desde que você chegou à bancada no primeiro momento, houve uma simpatia coletiva não só minha, mas de todos, pela forma de atuar, pela forma de falar, pela forma de encaminhar, tanto que ligeirinho, ligeirinho a bancada, por unanimidade, o escolheu como Líder dessa nossa Minoria. E assim você atuou como nosso Líder na Câmara, lá junto com os Deputados no Congresso, também como Líder da Minoria aqui no Senado. Eu sempre, toda vez que tinha que votar, perguntava ao meu Líder Paulo Rocha, mas perguntava a você também: “E aí, Jean Paul?”. “Paim, estamos conversando. Vamos por aqui.” Eu fico muito feliz de poder aqui dizer...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*)

– ... você vai ser... Se dependesse dos bons ventos que sopram a seu favor, e não é desse ou daquele, nem vou usar nem o nome, mas todos nós gostaríamos de vê-lo ou como ministro – quem decide é o Presidente Lula – ou como presidente da Petrobras, porque nós precisamos de homens competentes, preparados, cada um na sua área. E, nessa área que eu estou falando, você dá aula, dá aula para o Brasil.

Eu vi debates de situação e oposição em que você defendia os seus pontos de vista e eu ouvi de quem é Governo dizer: “Ele é muito preparado”. Eu ouvi de quem não era Governo também dizer: “Realmente, ele é muito preparado”.

Jean Paul, eu só queria terminar dizendo que eu tenho muito orgulho...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*)

– ... de dizer que aprendi muito com você e sou seu amigo. Claro que você não vai sair da vida pública. Você, com essa capacidade, com essa coragem, faz o bom debate, respeitoso, eu diria até carinhoso. Sabe aquele carinho que você sabe e diz “não”? Aquele “não” que o adversário diz: “Obrigado, Jean Paul, embora discordo pela sua forma de estabelecer essa conversa com os seus pares”.

Jean Paul, eu sei que já falei demais, todos querem falar. Um abraço! Permita-me que eu mande um beijo no coração, desse seu admirador Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Convido o Senador Jorge Kajuru.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para apartear.) –

Eu vou iniciar homenageando você, Jean Paul Prates, com uma frase de Aristóteles – abro aspas: “Nós somos o que fazemos repetidamente”, Excelência.

Portanto, não é um ato, mas um hábito. E Jean Paul tem o hábito de sempre fazer o melhor. E aqui você, em cada momento, mostrou o que é ser melhor, ser mais preparado, qualificado, correto, íntegro, ético.

E aqui, ao lado de sua amada esposa, minha amiga, porque você me deu a chance de entrar no seio da sua família e ter amizade com a Muriele... A Muriele, que o acalenta, o acalma, que acolhe a sua alma, a sua alegria, o seu bom humor...

Eu me lembro, para concluir, do que você mais ama na vida e que a gente ficou ouvindo um sábado todinho em sua casa: Chet Baker, Celia Cruz... Lulu Santos me faz lembrar a música dele que define você para mim, Lulu Santos e aquela música, Você me Faz Bem – e faz bem a todos nós aqui nesta Casa.



O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Mas eu sei o tanto que você ama a música cubana. Eu vou aqui trazer O Vento, de Los Hermanos:

Posso ouvir o vento passar
Assistir à onda bater
Mas o estrago que faz
A vida é curta pra ver
Eu pensei
Que quando eu morrer
Vou acordar para o tempo
E para o tempo parar
Um século, um mês
Três vidas e mais
Um passo pra trás
Por que será?
Vou pensar
Como pode alguém sonhar
O que é impossível saber?
Não te dizer o que eu penso
Já é pensar em dizer
[...] [O que eu vi o vento levando]
Não sei mais
Sinto que é como sonhar
Que o esforço pra lembrar
É a vontade de esquecer
E isso por quê?
Diz mais
Se a gente já não sabe mais
Rir um do outro, meu bem
Então o que resta é chorar e, talvez
Se tem que durar
Vem renascido o amor
Bento de lágrimas
Um século, três
Se as vidas atrás
São parte de nós
E como será?
[...]

O Vento, de Los Hermanos.

Querido Jean Paul, falei aqui há alguns dias – brincando, mas era verdade – que eu seria inimigo do Presidente Lula se ele não tivesse a honestidade e a capacidade de saber escolher um homem como você para seguir no Governo de Lula.



(*Soa a campanha.*)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Sei que não vou ser inimigo dele porque amanhã a gente terá a confirmação.

Tudo que eu falei de ti aqui, para não perder o meu humor, eu falei num patrocínio da Petrobras! (*Risos.*)

Obrigado, Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Omar Aziz, V. Exa. tem a palavra para apartear o Senador Jean Paul Prates.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Vou pedir a sua paciência, Presidente Veneziano. Quero cumprimentar as Senadoras e os Senadores.

Eu não poderia, nesse último dia, na última sessão nossa, deixar de entrar para dizer o quanto vai fazer falta o Jean Paul, assim como outros companheiros e companheiras que estão saindo, que eu vou citar um a um agora porque não tive oportunidade de fazê-lo. Eu pouco entro para falar e nas vezes que entro as dificuldades são grandes, diferentemente do Girão, que ontem fez o... Quatrocentos discursos no ano, ele falou. (*Risos.*)

Trezentos e poucos discursos.

E o nosso querido amigo – é meu amigo pessoal –, o Kajuru... Até o citei hoje, numa entrevista que eu dava para o Datena, falando sobre segurança pública, o quanto o Kajuru é querido por mim, o quanto as diferenças políticas não nos fazem inimigos.

Bem, Jean, você foi um gigante na colaboração da CPI da Covid, ao meu lado. Você foi uma pessoa que contribuiu muito para este país. Sempre sensato, equilibrado, sem alterar a voz, emitindo opiniões coerentes e pertinentes no momento em que nós perdíamos – e perdemos até hoje – muitas vidas. Você foi solidário a essas famílias. Você foi uma pessoa importante nesse processo.

O Senado está perdendo – sem desmerecer nenhum Senador ou Senadora que virá nos lugares daqueles que estão saindo. A convivência fez a gente conhecer um pouco os homens e as mulheres que trabalharam nesses últimos anos com a gente. E a você, Jean, eu posso aqui afirmar que ninguém no Congresso Nacional chega perto do conhecimento que você tem em relação a petróleo e gás no país.

O quão importante é uma pessoa como você, que tem relações com todos nós Senadores, independentemente de posições políticas...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – ... cuja opinião todos respeitamos e com quem muitas vezes somos obrigados a concordar, porque você está certo em relação à matéria, o que é uma riqueza do Brasil. E todos nós queremos que ela seja explorada sustentavelmente, de norte a sul, de leste a oeste, aqui na Amazônia, principalmente. E seria falta de inteligência de qualquer governo, principalmente do governo a que você é aliado, você não ser aproveitado para contribuir com o seu pensamento e contribuir com a relação que você adquiriu nesses quatro anos dentro do Congresso, tanto no Senado como na Câmara.

É unanimidade de todos nós dizer o quanto você conhece essa matéria. Aliás, conhece outras matérias tão bem quanto essa, mas nessa eu peguei muitas aulas de você. Você não tem aquele pensamento radical.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Você se modernizou, como é importante fazer a modernização em qualquer aspecto. Por isso, Jean, eu



vou sentir muito a sua falta, do colega Senador, mas quero a presença do amigo Jean Paul o tempo todo, me auxiliando, ligando, dizendo o que é para ser feito, para que a gente possa fazer este Brasil um Brasil melhor, gerar emprego e renda.

E aproveito, Presidente Veneziano, para dizer o quanto vou sentir falta – às vezes divergia, mas convergi muito mais do que divergi – do Fernando Bezerra, da minha querida amiga Simone Tebet, que foi uma gigante ao meu lado, na CPI, nossa candidata a Presidente, e teve um papel importante, representando a mulher nesse processo.

Ao Presidente Fernando Collor, o meu abraço carinhoso. Conheço o Presidente desde a década de 80.

(Soa a campanha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Um Senado que tem um ex-Presidente, um ex-Governador, Senador duas vezes não pode prescindir dos conselhos que uma pessoa dessa tenha ao longo da sua vida.

Ao meu querido... A gente o chamava de pai, Jean Paul; os filhos de Otto e de Tasso Jereissati. O Tasso, com a sua experiência, o carinho com que ele me sempre me tratou, vai fazer uma falta enorme. O Senador Reguffe foi o primeiro amigo que eu fiz no Senado. Ele sempre votava “não”. Pedir para ele votar “sim” era a maior dificuldade. Se convidassem o Papa para vir ao Brasil, talvez o Reguffe, se fosse secreto, ia votar “não”. Mas eu conversava muito com ele, é meu amigo pessoal.

Quero aqui dizer para essa querida mãezona que é a Rose de Freitas...

(Soa a campanha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – ... que trata a gente com carinho, uma pessoa brilhante, todos os pareceres que ela deu sempre foram coerentes, pensados, e sempre foi uma pessoa muito inteligente. Vai fazer muita falta o seu companheirismo.

Roberto Rocha. Roberto Rocha não foi a derrota para o Senado... Roberto Rocha sofreu algo que todo pai que já teve a experiência que ele teve, como eu tive, de perder um filho, sabe que qualquer coisa vira brincadeira para a gente depois de uma perda que não tem volta. Roberto, meu carinho, minha solidariedade, que você continue esse companheiro, inteligente. Fez um belíssimo parecer na reforma tributária. Conversei com o Haddad outro dia e disse: “Chame o Roberto Rocha para conversar sobre a reforma tributária, porque ele é uma pessoa que pode auxiliar bastante a gente a avançar nessa questão”.

(Soa a campanha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Nilda Gondim. A Nilda dispensa comentários. É uma pessoa que esteve aí no Senado e, no pouco tempo em que esteve, foi uma amiga querida, carinhosa, e que Deus vá protegê-la o tempo todo.

Meu querido amigo Elmano. Deus te abençoe, meu amigo. Que Deus possa te abençoar. Foste um grande representante do estado do Piauí. Você sabe que tem amigos.

Ao Alvaro Dias. Nós tínhamos uma relação muito próxima. O Alvaro é, com certeza absoluta, o Senador mais elegante que o Senado tem. É a elegância em pessoa, tanto no trato como em se vestir. Alvaro, meu carinho, meu abraço.

O Acir. Eu conheço o Acir há mais de 30 anos. Sempre trabalhou, conheço o irmão dele, conheço a família dele. Com certeza, Acir, o Senado vai te receber de portas abertas, ou qualquer outro cargo público que você possa exercer.



O Lasier Martins. Meu amigo, gaúcho, aquela voz de locutor, que tinha suas posições e, muitas vezes, a gente divergia, mas respeitava.

(Soa a campainha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Meu amigo José Serra, um dos homens mais preparados que o Senado já teve, não tenha dúvida disso, com posições que ele assumia, recebia críticas, perdia politicamente, mas não abria mão das suas posições.

A Kátia. A Kátia é um amor de pessoa, aquela mulher com fibra, uma mulher destemida, uma mulher corajosa. Tenho certeza absoluta de que Tocantins perde muito com a saída dela, mas será uma companheira para o resto da vida.

A Mailza Gomes vai para outra atividade, e tenho certeza de que essa atividade vai cumprir com toda a maestria, como cumpriu com o mandato de Senadora.

Luiz do Carmo, amigo nosso de Goiás, querido.

Paulo Rocha, Líder eterno, meu amigo aqui do vizinho Grão-Pará, Estado que é coirmão do Amazonas.

Dário Berger, Santa Catarina vai perder um grande Senador. Homem de fibra, amigo, com postura firme. Tenho certeza de que você vai fazer muita falta.

Maria do Carmo Alves, nossa Senadora do Sergipe, continue fazendo o trabalho social que você sempre fez, e é respeitada por isso. Eu tenho certeza de que teremos uma grande dama, uma grande mulher ajudando o povo de Sergipe.

Pelo meu amigo Alexandre Silveira, vocês não têm noção de como temos respeito e carinho. O Alexandre vai continuar nos auxiliando, ajudando, tenho certeza.

Para concluir, peço desculpa por ter falado todos os nomes. É porque eu não tinha me pronunciado antes.

Quero dizer a você, Jean Paul, que não é pouco inteligente o Governo não aproveitar um quadro tão bom como você. Que Deus possa abençoar você e sua família! Que Deus possa fazer com que você continue contribuindo para o Brasil e para os brasileiros!

Muito obrigado, Presidente Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Meus cumprimentos, Senador Omar Aziz.

Convidamos já S. Exa. o companheiro de bancada potiguar, norte-rio-grandense, Senador Styvenson Valentim. Por gentileza.

O Sr. Styvenson Valentim (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é só para, antes de me referir ao Senador Jean Paul, aproveitar o argumento do Senador Carlos Portinho e deixar registrado o meu voto, também contrário, sem entrar no mérito da discussão da votação de ontem sobre os rendimentos dos Parlamentares.

E, agora, me direcionando ao Senador Jean Paul, que, como bem disse no início da sua fala, da sua narrativa extensa de realizações pelo nosso Estado do Rio Grande do Norte... A gente tem que parabenizá-lo e agradecer por tudo que foi feito. Infelizmente, poucas ou algumas pessoas não querem enxergar o que o senhor disse. Durante esses quatro anos de mandato, o senhor desmoralizou aqueles que questionavam sua capacidade de estar no Senado, e o senhor sabe do que eu estou falando. Mesmo dizendo, no início, que era por não ser potiguar, como eu também não sou, mas defendemos a nossa terra, o nosso estado, o nosso povo tanto quanto quem aqui o é – e assim o faremos sempre.

Mesmo estando em polos diferentes, mesmo tendo divergências, Senador Jean Paul, opiniões ou



ideias contrárias, o senhor conquistou a minha atenção, a minha amizade, o meu carinho, o meu respeito, como conquistou também o de boa parte do Rio Grande do Norte, disso eu tenho certeza. Eu narrei para o senhor a minha lamentação pelo fato de o senhor não ter sido candidato ao Senado aqui pelo Estado do Rio Grande do Norte, mas hoje a gente sabe que coisas melhores estão por vir para o senhor. E quero dizer que a minha amizade, a minha atenção, o meu carinho, isso aí o senhor já tem, isso aí o senhor já conquistou. Espero um dia, e logo, poder dar um abraço pessoalmente.

Estendo também, Sr. Presidente, a todos os Senadores, como fez o Senador Omar Aziz – por economia de tempo também –, a todos eles, os nossos agradecimentos. O país agradece a todos eles pelo trabalho que realizaram, e, em especial, ao meu Líder, Senador Alvaro Dias, com quem eu não pude falar por estar em viagem, estar em avião, em trânsito – a todos eles.

Senador Jean Paul Prates, mais uma vez, onde o senhor estiver, que não vai ser por apadrinhamento político nem por ideologia nem por indicação, mas, sim, por competência, porque o senhor já mostrou no Senado e vai mostrar em qualquer lugar por onde o senhor passar... Meus parabéns!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, querido.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Um abraço, Senador Styvenson.

Senador Carlos Portinho.

Em seguida à fala do Senador Portinho, o Senador Confúcio, o Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Chico Rodrigues, o Senador Girão, o Senador Paulo Rocha, o Senador Rogério Carvalho, a Senadora Nilda, a Senadora Leila e o Senador Mecias.

Senador Portinho, por gentileza.

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para apartear.) – Muito obrigado, Presidente.

É um dia de despedida para mim, pessoalmente. Eu fazia questão de vir aqui à tribuna, Senador Jean Paul, porque jogamos boas batalhas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não em campos opostos – o nosso campo é o Brasil, o nosso campo é o nosso país –, mas de lados opostos, sem dúvida alguma. Mas temos muito em comum. Além de carioca, você é um fã do futebol, como eu, e também estamos em lados opostos, porque você é botafoguense enquanto eu sou flamenguista...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, mantenha...

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas sempre construímos, Jean – e esse é o recado que eu deixo a você e a quem nos assiste –, nós sempre construímos nas nossas diferenças. Sempre foram compreendidas as nossas diferenças. E essa compreensão nos permitiu construir soluções que fossem as mais comuns a nós.

Eu tive a oportunidade de trabalhar com você a quatro mãos no projeto que o Senado, esta Casa aprovou da geração de energia *offshore*. Muitas vezes, o Relator e o autor pouco conversam sobre o projeto, não é? Às vezes o próprio Relator assume o texto e já o publica, às vezes mexe no texto sem consultar o autor – isso faz parte, somos independentes, somos instituições autônomas, como dizem –, mas o projeto da *offshore*, reconhecendo todo o seu conhecimento pleno sobre a matéria, para mim foi uma aula. Eu aprendi construindo com você. E nós – você como Líder do PT e da Minoria aqui no Senado e eu como Líder do Governo – construímos um projeto de Estado. E eu sempre digo isso para que todos se lembrem



de como é possível, mesmo nas nossas diferenças, construirmos...

(Soa a campanha.)

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... projetos de Estado, projetos para o bem do nosso país. Eu quero agradecer a você, Jean.

Eu aqui aprendo um pouco com cada um de vocês Senadores. Aprendi muito com o Líder Fernando Bezerra, disse a ele que esperava chegar próximo, pelo menos, da performance que ele teve como Líder do Governo, porque eu nunca igualaria certamente, e me esmerei no Senador Fernando Bezerra. E posso dizer, Senador Jean Paul, que me esmero, admiro, respeito você nas suas posições, nas suas opiniões. E tenho certeza de que a gente vai estar junto novamente, seja aqui ou no Rio de Janeiro ou para onde o caminho e o seu partido o levarem. E eu faço muito gosto. Espero que essa seja a melhor decisão do próximo Governo. Quero agradecer a você pela nossa parceria.

(Interrupção do som.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

(Soa a campanha.)

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... Sr. Presidente, porque eu não pude, também quero deixar o meu agradecimento – dentre as pessoas que me ensinam aqui dentro, com quem eu aprendo – ao Senador Fernando Collor. Eu não pude dele me despedir, mas queria tê-lo feito aqui da tribuna, com toda a admiração àquele em quem votei na primeira vez na minha vida – quando disse a ele, tanto ele quanto eu nos emocionamos por isso –, e por poder estar dividindo aqui, como também com o Senador Alvaro Dias, a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Simone Tebet, pessoas da política, pessoas que a gente deve respeitar pela sua trajetória, assim como você, Jean Paul. Você merece todo o nosso respeito. E eu espero, como agora provavelmente estarei ao seu lado, mas não do seu lado, no lado da oposição, que eu tenha aprendido muito com você para poder exercer isso a partir do próximo ano.

Muito obrigado, Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador, Líder Carlos Portinho.

Convido S. Exa. o querido Senador Confúcio Moura.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras presentes, nós já fizemos um esboço de despedida ao nosso querido Jean Paul Prates na Comissão de Educação, e ali nós deixamos já nossa opinião registrada.

Primeiro, o Jean Paul é meu vizinho ali de parede e é, realmente, como vizinho, um vizinho espetacular. Realmente nos dá muito orgulho essa vizinhança. Quando eu preciso ou alguém vem me procurar, eu falo: “Olha, o meu gabinete é perto do de Jean Paul”, porque aí ninguém erra, né? Vai lá e me acha.

Então, é uma pessoa fantástica. É um líder! O líder é aquele cidadão que tem seguidores e não sabe por quê. A gente vai atrás dele, vai seguindo. Jean Paul é um desses. Então, os desafios que surgem para ele são desafios especiais, que saem dessa mediania de um Senador como eu e outros, esses que fazem essa clínica geral aqui no Senado; ele se destaca. E o que é que nos resta? Acompanhá-lo, admirá-lo, aplaudi-lo.

Então, Jean Paul é um homem sem limites, no bom sentido. O limite dele do conhecimento nos atrai



bastante. Os seus argumentos são muito fortes. O que ele relata é de um esplendor literário e também técnico muito bom.

Eu desejo a ele muito sucesso! E desejo a ele que o próximo Governo, do PT, do Presidente Lula, o acolha como um dos melhores quadros disponíveis para ajudá-lo, porque aqui no Senado, em quatro anos, ele se revelou, foi uma revelação. Se fosse em uma Copa do Mundo, ele seria mais do que o Messi ou o Mbappé. (*Risos.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – *Merci, monsieur.*

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É desse jeito.

Meu abraço para você, Jean Paul. Desejo muita sorte para você!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – As portas do Brasil estão abertas, está bom?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado.

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Convidamos o Líder Fernando Bezerra Coelho.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para apartear.) – Meu amigo, Senador Jean Paul Prates, fiz questão absoluta de vir ao seu discurso de despedida dessa tribuna do Senado Federal para trazer aqui um testemunho: testemunho da sua correção, testemunho da sua dedicação, testemunho do seu compromisso com o Rio Grande do Norte, com o Nordeste e com o Brasil.

Ao longo desses quatro anos em que compartilhamos a convivência aqui no Senado, eu atuando na Liderança do Governo, e você atuando com muito brilho na Liderança da Minoria, na Liderança da Oposição, o seu jeito cordato, amigo, afável nunca permitiu que as nossas diferenças políticas e ideológicas pudessem interditar o bom debate. V. Exa. sempre foi um fomentador do diálogo e da construção.

Queria compartilhar aqui, com os que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, um momento importante em que eu tive a oportunidade de encaminhar uma solução para o Presidente da Casa sobre uma Comissão Especial para fazer a avaliação de uma crise hídrica que o Brasil enfrentou. Eu tive a oportunidade de poder sugerir ao Governo o nome para poder presidir essa Comissão. Havia uma certa resistência...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a colocar numa Comissão que iria, de certa forma, avaliar a conduta e a *performance* de diversos ministérios envolvidos na questão... Por que é que eu estava a sugerir o Líder da Minoria? E eu tive absoluta convicção de que estava a indicar o quadro mais preparado do Senado Federal para poder fazer o debate que era necessário para que a gente pudesse estar melhor preparado, em eventos futuros, para contingências como aquela.

Por isso, Jean Paul, eu sei que V. Exa. ainda tem um longo caminho pela frente. Aqui, no Senado



Federal, V. Exa. mostrou o seu valor, a sua capacidade, e, no momento em que o novo Governo se instala...

(Soa a campanha.)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... certamente, pela sua trajetória, pela sua caminhada, novas convocações lhe serão feitas, e os seus amigos, os seus admiradores estarão na torcida para que você possa emprestar o seu brilho e a sua capacidade, o seu conhecimento para que o Brasil possa encontrar caminhos de prosperidade, de equilíbrio, de solidariedade e de justiça social.

Boa sorte, meu amigo. Que Deus lhe proteja!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Solicito a minha inscrição, Presidente, por gentileza.

(O Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Carlos Viana.

Próximo inscrito, Senador Chico Rodrigues.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Para apartear.) – Meu caro companheiro e amigo, Senador Jean Paul Prates, na vida, talvez pelo estalo da sorte, nós encontramos, no nosso caminho, pessoas que marcam uma convivência, e aqui, no início de 2019, nas curvas sinuosas do Congresso, nós nos encontramos um certo dia, e, nesse primeiro momento, você, na verdade, já como que, no gesto silencioso, mas grandioso, conquistou a minha simpatia, a minha amizade, e fui identificando em você aquela pessoa em que a gente deposita um carinho enorme. Seu jeito jeitoso, a sua fala mansa, a sua sabedoria obviamente encanta todos nós. A sua paciência inclusive muitas vezes quando consultado, ao conduzir projetos de interesse do seu partido, mas que também tinha uma repercussão grande no nosso mandato em defender outras teses, você sempre, como um verdadeiro professor e equilibrista, você estendia a mão...

(Soa a campanha.)

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – ... e no gesto extremamente fraterno, conseguia acomodar os interesses extremos. Isso faz parte da vida de poucos.

Nós que somos políticos antigos, de carreira, nós vemos na verdade sempre, ao nos encontrarmos aqui nesta Casa, amigos como você, como nosso Presidente Rodrigo Pacheco, por quem temos um carinho enorme. São essas pessoas que, na verdade, fazem com que nós vejamos a grandeza de uma amizade sincera. E obviamente que o Brasil não pode prescindir da sua inteligência, da sua experiência, da sua sabedoria e, acima de tudo, do seu bom senso, que com certeza deverá em breve recepcioná-lo em funções...

(Soa a campanha.)

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – ... em funções relevantes no novo Governo.

Portanto, tenho certeza de que para onde os ventos sopram que você haverá de estar, você fará um



trabalho brilhante por representar um segmento extremamente caro na vida nacional. Tenho certeza de que o conhecimento que você tem nesse assunto especificamente vai dar um ganho real gigantesco para a população brasileira.

Vejo algumas pessoas, ao comentarem dessa possibilidade, dizer que o Jean Paul Prates será a pessoa certa no lugar certo. Portanto, amigo, eu tenho certeza de que a sua volta será breve a esta Casa, porque você, em quatro anos, fará um trabalho, que será inquestionável, pela população do Rio Grande do Norte.

Portanto, que Deus o abençoe nessa nova jornada e conte com o amigo, companheiro e irmão camarada. Grande abraço.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Senador Eduardo Girão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Só quero me inscrever, Presidente, para apartear.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Com muito carinho, com muita honra, eu peço a permissão aqui para me despedir temporariamente, muito brevemente, acredito, do meu irmão, meu amigo, Senador Jean Paul Prates, que além de tudo que foi colocado aqui pelos colegas, de conhecimento... Ontem a gente estava conversando. É uma das pessoas que eu conheci que mais tem credibilidade, aprofunda-se no tema com relação à energia renovável e domina.

Mas o seu grande trunfo, Senador Jean Paul, e que o senhor, no meu modo de entender, traz de muitas décadas, que a gente nem imagina, é o seu trato, é a sua abertura para o diálogo, sempre muito respeitoso; independentemente do assunto, se é espinhoso ou não, sempre coloca leveza. E para isso a gente tem que tirar o chapéu, porque, nos momentos em que a gente vive no Brasil, é uma dívida o seu jeito de fazer política.

Então, eu quero reconhecer isso e agradecer a oportunidade de ter convivido com o senhor durante quatro anos. Aprendi muito também. Somos vizinhos ali. Somos desportistas, torcedor do Alecrim...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dirigentes.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... e do Botafogo, claro, mas... Já falei – viu, Muriele? – que um dia ele tem que pegar a Presidência lá do Alecrim. É, de novo, retomar para o negócio...

E, olha, parabéns pelo seu trabalho. Muita gratidão mesmo estar ao seu lado...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... e que a vida o abençoe, porque você merece...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... com tudo de bom. E que você possa continuar servindo ao Brasil, que você tanto ama, fazendo o bem, fazendo este país produzir, onde quer que você esteja.

Estou torcendo por você e orando por você. Parabéns, meu amigo.



Gratidão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Paulo Rocha.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para apartear.) – Kajuru, você se esqueceu de outra cantoria que ele gosta que é do Renato e Seus Blue Caps.

Presidente e meu amigo e companheiro de jornadas, de luta, de histórias, companheiro Jean Paul... Presidente, fui eu que dei posse para o Senador Jean Paul aqui no Senado Federal. Foi no período de recesso: eu estava de plantão na sessão da Comissão de representação e dei posse ao companheiro Jean Paul.

Kajuru, o Lula chegou lá numa roda, e ele foi se apresentar para o Lula: “Eu sou o Senador Jean Paul Prates”. Aí o Lula virou para a turma ao redor e disse assim: “O PT está ficando chique, agora tem um Senador [porque todos os outros são Paulo, José, não sei o quê] Jean Paul Prates”.

Jean, você não sabe o quanto orgulho a nossa bancada tem – tu já se referiste a todos os companheiros e companheiras –, o orgulho que nós temos de você ser companheiro aqui de bancada. Você chegou, logo de pronto, sem nenhuma experiência de Parlamento, sem nenhuma experiência dessa vida aqui parlamentar, mas você já veio mostrando para que veio com essa sua competência, com essa sua capacidade, com a sua inteligência, mas principalmente com o compromisso pelo nosso país, por um país desenvolvido...

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... criando oportunidade para todos, criando oportunidades de desenvolvimento e crescimento com distribuição de renda, enfim, que é próprio da situação que vive o seu estado, o povo do seu estado.

Então, o melhor representante do povo, o melhor Parlamentar é aquele que traz isso para dentro do Congresso Nacional e faz disso uma caixa de ressonância dos interesses do nosso povo e da nossa gente. E você faz isso com muita determinação e com muito compromisso também.

Parabéns, companheiro!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, querido, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Rogério Carvalho. *(Pausa.)*

Senadora Nilda Gondim.

A Sra. Nilda Gondim (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para apartear.) – Meu querido Jean Paul, hoje eu estou falando não só como sua companheira na sua despedida, como já foi a minha, mas estou falando também como sua mãe adotiva, porque você me adotou – você me adotou.

O que eu quero dizer, meu amigo, é que você conquistou o coração de todo mundo, independentemente de cor partidária. Por quê? Porque você é afável, educado, competente, professor. Aprendi muito com você. Você ensinou muita gente. Então, com referência à Petrobras, a ferrovias, enfim, a todas as formas de energias, você nos ensinou muito.

Meu amigo, eu vou me despedir de você – não vou voltar –, mas sei que você vai voltar a esta Casa, porque esta Casa vai sentir muita falta de você, e tenho certeza de que você tem um lugarzinho reservado neste Governo de Lula, porque mais correto, leal, coerente, amigo, íntegro e trabalhador não tem.

Um beijo bem grande no seu coração. Que Deus lhe abençoe!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –



Obrigado, “mainha”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Leila Barros.

A Sra. Leila Barros (PDT/PDT - DF. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores nesta tarde.

Bom, é muito tranquilo falar sobre Jean Paul, não é, Jean? Acho que foram quatro anos de uma convivência incrível. Todos aí já expressaram todo o seu conhecimento, toda a sua capacidade, o quadro qualificado que você é – aliás, um dos melhores aqui dentro do Senado –, mas é importante ressaltar o ser humano, o homem de alma pública, aquela pessoa que entende a missão, o Parlamentar que, de fato, entende a missão e que a incorporou com uma nobreza, com um compromisso raríssimo de se ver nos corredores do Congresso Nacional.

Amigo, gratidão pelos dias de convívio, gratidão pelos conselhos, pelas trocas, pelos sorrisos, pelos momentos tensos que muitas vezes você soube contemporizar aqui dentro da Casa, e, de certa forma, quando surgiam as dúvidas, muitas vezes, a gente nem precisava procurá-lo. Você já olhava nos olhos da gente... “Estou precisando pegar essa daí para conversar”. Então, Jean, obrigada por tudo!

Eu tenho certeza de que o Governo Lula será muito inteligente, de que você será muito bem aproveitado neste Governo, e você dará toda essa sua paixão, toda essa sua capacidade, esse seu conhecimento em prol do país mais ainda. Tenho certeza de que você vai bombar nos próximos anos em todos os sentidos, dando tudo de si para o nosso país.

Então, eu vou dizer até logo para você, meu irmão. Até logo, tá? Você mora aqui não só no meu coração, mas no de todos nós! Vai deixar uma saudade gigante, mas eu sei que é até logo.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento de despedida do Senador Jean Paul para registrar...

(Soa a campainha.)

A Sra. Leila Barros (PDT/PDT - DF. *Por videoconferência.*) – ... o meu voto contrário ao PL 2.438, que trata sobre os Ministros do STF. Eu também gostaria de pedir ao senhor para consignar o meu voto contrário ao PDL 471. Ontem, a votação foi muito rápida, momentos antes da suspensão da sessão. Então, eu gostaria de consignar o meu voto por não ter tido tempo de registrar e de me manifestar naquele momento.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Rogério Carvalho.

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para apartear.) – Sr. Presidente e caro Senador Jean Paul Prates, eu quero, primeiro, dizer que esta Casa deixa de contar com um cérebro extremamente privilegiado. Você deixa para todos nós o ensinamento de que não é possível fazer política com qualidade sem aprofundar sobre os diversos temas que estão em debate. Esta Casa, o Senado da República, como uma Casa política, permite àqueles que se dedicam aprenderem, ensinarem e construir caminhos que podem efetivamente mudar o curso da história e o curso da vida de brasileiros e brasileiras.

V. Exa., no período em que estive aqui como Senador – não suplente, mas como Senador titular, porque o senhor foi Senador durante quatro anos, exerceu uma legislatura inteira –, deu esta contribuição: a contribuição daqueles que fazem da atividade política uma atividade de muita seriedade, de muito



compromisso. E seriedade e compromisso na política pressupõem uma compreensão mais profunda dos problemas para os quais a gente tem que apontar soluções, seja sob a forma legislativa, seja no debate técnico, que, muitas vezes, ocorre para esclarecimento, para formação da opinião pública...

(Soa a campanha.)

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluindo, esta também é uma Casa de formação de opinião. Quando a gente se manifesta aqui, quando a gente fala neste Plenário, a gente está formando opinião, a gente está marcando para os brasileiros e apontando caminhos.

E V. Exa. cumpriu todas as tarefas que cabem a um Parlamentar de alto nível, que engrandece e que engrandeceu o Senado da República, esta que é a mais antiga instituição política em funcionamento no Brasil. Parabéns!

Vai deixar muitas saudades a todos, sem contar a sua forma sempre muito elegante, muito educada, muito jeitosa para lidar com os diferentes, o que também é outra coisa que a gente precisa aprender. Aqui, a gente pode até ter adversário...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Rogério Carvalho (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas nunca podemos deixar de fazer o bom debate, dialogar e construir na divergência. Quando a gente constrói na divergência e com respeito, a gente tem uma produção mais ampla e mais capaz de dar conta da realidade.

Portanto, eu queria parabenizá-lo pela contribuição que você deixa para o Brasil e para os brasileiros, através do Senado da República.

Parabéns!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra, Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Presidente, meu caro amigo Rodrigo Pacheco, Sras. e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de manifestar aqui o meu apreço, o meu carinho e a admiração que eu tenho pelo Senador Jean Paul Prates, um verdadeiro mestre.

V. Exa. talvez não saiba quantos discípulos ou admiradores que V. Exa. tem na Casa, com a sua forma educada, respeitosa, e, acima de tudo, tenho que deixar bem claro: aprendi muito com o senhor. Eu sempre o tenho encontrado todos os dias, quando estamos aí, e tenho dito que o senhor é nosso mestre.

V. Exa. fez um trabalho exitoso em todos os seus projetos. Dentre eles, o Projeto 261, que eu quero destacar, que foi o novo marco regulatório em relação às ferrovias no Brasil, em que nós tivemos a oportunidade ímpar de aprimorarmos, com certeza, as concessões desse serviço público no Brasil.

O último projeto que eu tive a primazia de relatar é de V. Exa., que é o 1.425 – correto? –, que é a exploração do ativo para o armazenamento do óxido de carbono. V. Exa. teve lucidez, sobretudo já pensando no futuro não é do Brasil, mas do mundo, do planeta. Fez um projeto que certamente vai ser exemplo para todos os países que certamente querem preservar o meio ambiente.

Eu confesso, em público e uma vez mais aqui, que é pena que o Senado não vai ter a sua presença



mais, na medida em que eu tenho a certeza de que o senhor vai ser aproveitado num relevante cargo no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, até porque pessoas competentes é difícil de encontrar.

Senador Paulo, como meu amigo, que eu considero V. Exa., pode ter certeza de que o senhor deixou marcas indeléveis nesta Casa, com o seu trabalho competente, pelo respeito que detém, ou seja, nutre por todos os seus colegas, Senadoras e Senadores, e, acima de tudo... Eu já sou praticamente quase um decano: duas vezes Senador da República nesta Casa – são poucos que têm dois mandatos –, mas aprendi muito com o senhor – aprendi muito!

Eu tenho dito reiteradas vezes que, na convivência com o senhor, realmente nós aprendemos todos os dias aquilo que é melhor para o nosso Brasil, de forma que eu quero, nesta oportunidade, cumprimentá-lo, na certeza de que o senhor, esteja onde estiver, vai ter grandes amigos no Senado. A porta do meu gabinete será, com certeza, aberta todos os dias, e, se possível, quero recebê-lo pelo menos uma vez no ano. Eu sei que o senhor é um homem muito ocupado...

Eu vejo, na sua pessoa, um dos homens mais competentes deste país. O senhor entende de ferrovia, o senhor entende do setor elétrico como ninguém aqui, o senhor entende do setor rodoviário, o setor de telefonia, enfim, o senhor é uma verdadeira enciclopédia ambulante deste país, que faz, com certeza, a diferença.

Portanto, Senador Jean Paul, desejo muito sucesso, muitas felicidades... Que Deus abençoe, na Sua infinita bondade, o senhor e a sua família. Que tenha, na figura do Senador Jayme Campos, um grande amigo, hoje, amanhã e para sempre.

Obrigado e que Deus abençoe o senhor.

Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Próximo inscrito, Senador Mecias de Jesus.

O Sr. Mecias de Jesus (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Meu caro Senador Jean Paul Prates, eu não gostaria que este fosse o momento de despedida, porque me parece que eu o conheci ontem e, a cada dia, eu sinto mais vontade de ouvi-lo, porque, ouvindo-o, eu tenho certeza de que eu aprendo mais.

Você é, sem dúvida nenhuma, um Senador que não só orgulha o Rio Grande do Norte, mas orgulha qualquer estado do Brasil, deste país.

E eu posso lhe dizer que sou um dos discípulos que o Senador Jayme Campos acaba de falar – um dos discípulos seus, um dos seus admiradores. Certamente fiquei muito orgulhoso de sair aqui de Roraima para aprender muito com você. Você certamente fará falta ao Senado Federal, deixará saudades e fará falta ao Brasil. O Senado Federal se orgulha muito, e eu tenho muito orgulho de ter sido seu colega, de aprender com você e, claro, de ter sido testemunha da sua luta constante pelo Rio Grande do Norte e pelo nosso país.

Eu lhe desejo boa sorte, e saiba que, por onde você estiver, deixa em Roraima um grande amigo, um amigo que lhe quer muito bem, pelo seu trato pessoal, seu jeito bom de viver, bom de conviver, um dos melhores professores que eu tive.

Um abraço, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só uma pergunta. Eu sei que o Jean Paul é muito querido, então acho que não sei se tem uns 80 inscritos para falar com ele. V. Exa. pode me dizer quantos estão inscritos, porque, caso tenha muitos ainda, eu vou rapidamente ali despachar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Nós temos, além da Senadora Soraya, mais três inscritos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Aí venho eu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – De Senadores. Se os Deputados quiserem falar, aí nós temos mais quatrocentos. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Aí vai ser o dia todo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Soraya.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para apartear.) – Sr. Presidente, caros colegas, servidores, amigo Jean Paul Prates, é difícil a gente se despedir. Quero aqui saudar a Muriele também.

Quero dizer o tanto que eu admiro você, admiro mesmo a sua capacidade, sua sabedoria, sua capacidade de articular, de juntar todas as peças – a sua habilidade, acima de tudo. E confesso que eu – a gente não imagina – acho que ele é o mais liberal do PT. É algo que eu não imaginava: um membro do Partido dos Trabalhadores liberal como você. Eu acredito que esse seja um belo adjetivo, ser liberal na economia. Eu vejo você assim. Então, por isso que nós nos demos tão bem. Quero agradecer por esse tempo de convívio.

Lamento que você não tenha se candidatado. Lamento mesmo, mesmo, mesmo. Eu acho que o Rio Grande do Norte perde, mas eu tenho certeza de que você é indispensável para este próximo Governo. E isso me traz a tranquilidade de que, você estando no Governo, eu e o Brasil todo podemos ficar bastante tranquilos com a sua *performance*, que é das melhores.

Você ainda está me devendo aquele... Nós vamos ainda comemorar esse período que passamos, com a Muriele.

Enfim, sucesso na sua jornada.

Também não quero me despedir, não.

(*Soa a campanha.*)

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – É só um até breve. Está bem?

Sucesso e parabéns mais uma vez!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke

Senador Carlos Viana.

O Sr. Carlos Viana (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Para apartear.) – Obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu também gostaria de que constasse o meu voto contrário ao projeto que dá aumentos aos servidores públicos, a nós, aos ministros. A meu ver, não é o momento. Eu gostaria de que, por gentileza, fosse constado, em ata, a minha negativa sobre esse assunto.

Senador Jean Paul, na vida, há algumas coisas que, às vezes, me perguntam sobre o passado. Eu



trabalho desde os 12 anos, tive várias experiências profissionais. Se há uma coisa na minha vida que eu agradeço a Deus é que eu só olho o passado para agradecer. Não há nenhuma das passagens da minha vida em que eu dissesse assim: eu gostaria de voltar lá atrás para fazer mais bem feito do que eu fiz, porque, durante o período em que eu estive vivendo aquela escolha que eu fiz, eu a vivi intensamente.

É como hoje, aqui no Senado. Depois de 23 anos como jornalista, professor universitário e mais 12 anos de experiência fora, eu decidi entrar para a política, e aprouve a Deus e ao povo de Minas Gerais me trazer aqui para esta Casa, onde aprendo todos os dias. E vivo cada momento aqui com a alegria de que estou tentando fazer sempre o melhor. Se daqui a quatro anos eu estiver como V. Exa., como o senhor, me despedindo, pode ter certeza de que vou me despedir com a alegria de que cumpri o meu trabalho.

Essa é a minha fala diante da sua escolha de não se candidatar e do seu tempo aqui.

Eu sou testemunha de que, num primeiro contato, logo imaginei: caramba, PT, professor de universidade federal, vai ser duro a gente poder ter um diálogo aqui. Fui surpreendido. Nós tivemos grandes embates aqui pelo país, grandes embates no setor ferroviário, em que chegamos a conclusões tão importantes para leis modernas, como o nosso marco. Na questão do voo simples, em que tive o prazer de ser o Relator...

(Soa a campanha.)

O Sr. Carlos Viana (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – ... V. Exa. colaborou, e muito, para que pudéssemos entregar um código aos brasileiros, a área da aviação muito mais moderna, menos burocratizada. Então, são surpresas, e eu fico muito feliz de dizer que o senhor é um grande companheiro.

Não olhe para trás. O senhor tem um trabalho muito grande a fazer pelo Brasil neste momento em que a nação escolheu livremente um novo governo. E é hora de a gente, todos nós, torcer para que o Brasil continue crescendo e seja o melhor para todos. V. Exa. lá terá uma grande função e uma grande missão que será cumprida brilhantemente, como cumpriu aqui.

Que Deus o abençoe!

Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Senador Izalci Lucas.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para apartear.) – Presidente, fiz questão de vir aqui ao Plenário para, primeiro, manifestar a minha admiração pelo Senador Jean Paul.

Eu, que sempre fui do PSDB, na Câmara Distrital, na Federal e agora no Senado, pude conviver com V. Exa., com a sua capacidade técnica. Eu sou muito técnico também. Aqui a coisa é muito mais política, mas o técnico sempre dá sustentação ao convencimento. E, de certa forma, nós tivemos a oportunidade de conviver não só aqui no Plenário, mas nas Comissões.

V. Exa. foi Relator de vários projetos importantíssimos e, com muita competência, com profundidade, teve argumentos para convencer e se convencer também. E essa demonstração é porque, como a gente já está há algum tempo no Congresso, aqui na Câmara Federal principalmente, na qual eu fiquei dois mandatos, a gente tem muito embate ideológico, muito embate partidário. E, quando conheci V. Exa. aqui no Senado, eu fui até pensando: será que é mesmo, será?

Então, Jean Paul, quero aqui dizer que o Senado perde muito com a sua saída. Você sempre nos convenceu de vários assuntos na área de transporte, na área de saneamento, na área de petróleo, em que V. Exa. é especialista. Espero que V. Exa. possa estar sempre aqui não só no Legislativo, mas também



no Executivo, para a gente poder realmente valorizar o que temos aqui, a nossa capacidade da ciência e tecnologia. V. Exa., que presidiu agora, nos últimos meses, a Comissão de Ciência e Tecnologia, sabe da importância da ciência e da tecnologia. Eu tenho certeza de que V. Exa. influenciará muito na valorização da ciência...

(Soa a campainha.)

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... tecnologia, educação. A gente conta com isso.

Nós temos o FNDCT agora recuperado no orçamento, mas é muito pouco ainda. V. Exa. acompanhou na Petrobras a pesquisa de águas profundas, a capacidade dos nossos pesquisadores, dos nossos institutos de pesquisa, que já estão há alguns anos sem financiamento. Então, V. Exa. contribuiu muito, e espero que possa contribuir mais ainda nessa área que V. Exa. domina e tem argumentos para convencer qualquer que seja o partido.

Então, parabéns e até logo. Eu espero que V. Exa. esteja aqui com a gente discutindo, orientando e nos ajudando no que for melhor para o Brasil. Eu não sou daqueles que acham que quanto pior melhor; muito pelo contrário, ao que é bom para o Brasil, ao que é bom para a população nós somos favoráveis. Então, parabéns pela atuação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Eliziane Gama.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para apartear.) – Presidente, quero cumprimentar V. Exa., os colegas Parlamentares e cumprimentar este grande homem que é o Jean Paul Prates.

Quero cumprimentar também a Muriele, que está aqui acompanhando este momento muito emocionante. Eu tive a honra de conhecê-la. Precisamos ainda conversar mais, porque, aliás, eu soube que ela tem uma história de vida muito parecida com a minha história de vida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Então, com toda certeza, tivemos uma empatia logo no primeiro momento, depois tive essa informação e compreendi até por que logo a empatia.

Jean Paul, na verdade eu quero falar com você aqui, como eu já falei na Comissão de Agricultura, quando nós tivemos a oportunidade ali também de conversar um pouco com você. E a Leila lembrou isso muito bem: todos os colegas que já passaram aqui apartearo destacaram aquilo que o Brasil inteiro conhece, que é a sua capacidade técnica, que é o seu profundo conhecimento em várias áreas, notadamente na área de petróleo e gás, em que foi para nós e continuará sendo para nós um verdadeiro professor. Aliás, V. Exa. me deu uma aula nessa área, quando estávamos juntos em Londres. Participávamos de encontro em Harvard, e, em um determinado momento, eu pedi para que você me desse informações acerca dessa área, e você me deu com muita pedagogia, inclusive como professor que é. Portanto, passei a ter informações profundas a esse respeito.

Mas queria destacar que, para além do nosso trabalho profissional, para além do nosso conhecimento intelectual e da nossa formação técnica, nós precisamos ser boas pessoas, nós precisamos ter a alma boa. E essa alma, como eu disse para sua esposa, passa pela empatia, e eu acho que uma das coisas mais importantes na vida – eu sempre digo isso – é quando idosos nos olham com muito carinho, quando as crianças e adolescentes nos olham com muito carinho. E, Muriele, eu tive a oportunidade de partilhar com o Jean Paul um voo. Naquele momento, no voo, eu não vinha com meu esposo, mas vinha com os meus



filhos, e foi impressionante o carinho deles com o Jean Paul!

(Soa a campanha.)

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Em alguns momentos, eles chegavam para mim, quando precisavam de alguma coisa, e diziam: “Mãe, peça pro tio, o tio resolve pra gente”. *(Risos.)* Então, sempre – numa viagem longa, aliás – eles vinham para mim: “Mãe, peça pro tio; cadê o tio?”. Quando o Jean ficava longe da gente eles já o procuravam. Ou seja, a empatia com crianças, a empatia com adolescentes significa que você tem uma alma muito boa, que você tem na verdade princípios muito fortes.

E eu quero lhe dizer, Jean, que é isso que o faz ser o homem que você é, é isso que o faz ser a pessoa que marcou esse tempo aqui no Congresso Nacional, como nosso colega de Parlamento, como grande Senador que é. E vai continuar conosco, seja onde você estiver, se presidindo a Petrobras, que é o que todos nós desejamos aqui no Congresso Nacional e o que muita gente no Brasil inteiro na verdade espera, se como ministro, se como profissional, enfim, onde você estiver não há dúvida nenhuma de que você dará a contribuição que o Brasil precisa. Você dará...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A Sra. Eliziane Gama (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, Presidente.

V. Exa. dará a contribuição que o nosso tempo precisa, que a nossa época precisa, que a nossa geração precisa, que o momento político necessita. Nós estamos agora com o Presidente Lula nesse novo e grande desafio de reposicionar o Brasil, de botar o Brasil nos trilhos, de olhar o Brasil do ponto de vista da economia, do ponto de vista da geração de emprego e renda, de olhar o Brasil do ponto de vista das pessoas, das famílias mais vulneráveis, e V. Exa. tem toda a condição de dar essa contribuição.

Parabéns a você! Muito sucesso nos seus novos empreendimentos! Felicidade a você, a sua esposa e a seus filhos, e que vocês continuem com esse sentimento, que é um sentimento de unidade, é um sentimento que contagia a todos nós.

Muito obrigada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, querida Senadora. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Senadora Zenaide Maia.

A Sra. Zenaide Maia (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores e meu amigo Jean Paul Prates, tudo que falou... Eu conheci Jean, a gente na campanha para o Governo de Fátima Bezerra. Então, Jean é aquele técnico... Eu sabia que ele tinha um conhecimento técnico, que Jean sempre trabalhou relacionado a energia e à Petrobras. E a gente começou aquela luta para eleger a Profa. Fátima Bezerra, e no início eu não sabia nem que Jean era o suplente da Fátima. *(Risos.)* Mas a gente estava lá.

Um resumo de tudo que foi dito aí: Jean é um técnico, mas com espírito coletivo, e uma luta que ele tem... Jean logo soube a responsabilidade social que a gente tinha cada vez que se ia aprovar um projeto. E sabia, foi se conscientizando também da necessidade... De repente esse técnico, na rua, junto com a população, se adaptou com a maior facilidade, como foi dito aqui. Aqui no interior, Presidente e colegas, a gente diz assim: “Fulano é como um gato: onde jogar ele cai em pé”, e cumpre o seu dever.



Então, Jean, Muriele, minha amiga, o que eu desejo aí é muita saúde, grandes realizações. Realmente, quando os colegas falam da perda desse técnico... Realmente você pode fazer a parte política, mas, como falou o Senador Izalci, o respaldo técnico é quando termina a gente vendo isso aí.

Jean, você vai fazer falta ao Senado Federal, com certeza. Mas você vai ter grandes realizações na sua vida, viu?

(Soa a campainha.)

A Sra. Zenaide Maia (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Não tenha dúvida disso. Você tem as duas coisas: conhecimento técnico e sensibilidade política e responsabilidade social.

Parabéns aí. Isso é só um até logo, com certeza. E como você está aqui, no estado, e vai estar aí, em Brasília... Muitas vezes está aí Muriele, para quem não sabe, viu? Essa mulher é maravilhosa! *(Risos.) (Falha no áudio.)* ... é um acolhimento grande.

Felicidade, meu amigo, na sua nova jornada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Senadora Rose de Freitas.

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para apartear.) – Sr. Presidente, hoje obrigatoriamente – já me curei da covid – não podia deixar de estar aqui. Eu me lembro de uma retórica política em que as pessoas falavam assim: “Eu fui eleito para ser oposição”. Eu nunca entendia, porque, na verdade, a gente disputa, quando é cargo majoritário, para vencer. Não venceu... Você não foi eleito para ser oposição, para fiscalizar, mas para trabalhar. Você, na verdade, Senador Jean Paul, se transformou... No Parlamento, no oitavo mandato em que estou, eu conheci pouquíssimas pessoas com o seu jeito, a sua maneira de edificar as coisas.

E eu me lembro de que... Se passarmos pelos exemplos do que você fez nesta Casa, com certeza tem um que ficará: o trabalho da sua última relatoria, que era um campo minado, uma controvérsia. O ministro dizia que não conseguia se entender com você. Eu falei: “Então o senhor não vai se entender com ninguém, porque o campo do Jean Paul, Senador Jean Paul, é o da edificação”. *(Risos.)*

Quantas vezes a gente, num tumulto político, procurava quem quisesse dialogar, quem quisesse construir um meio de campo, quem quisesse unir as pontas, e era sempre Jean Paul.

Muitas vezes as pessoas diziam: “Ele não é do PT, não. Ele é uma pessoa...”. *(Risos.)*

Porque, na verdade, é a velha retórica de que eu fui eleito para ser oposição. E, na verdade, nesse tempo de agora, as pessoas que mais permanecem na política com uma marca indelével na capacidade de advogar e construir são aquelas que, de verdade, querem fazer.

Então, fica o exemplo da sua última relatoria, mas fica o exemplo do amigo. Nós aqui somos companheiros, todos nós. Mas tem uns que são mais companheiros. Tem um que, quando vê você atravessar uma dificuldade, estende a mão para dizer assim: “Eu acho que por aqui dá para a gente ir juntos”. E essa expressão “ir juntos” é o seu lema.

É chegar a algum lugar, e quanto mais pessoas estiverem, quanto mais teses, quanto mais construtiva for essa caminhada...

(Soa a campainha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... mais ela tem a cara do Senador Jean Paul.

Eu não pude estar com a Kátia ou com os nossos outros companheiros, mas eu estava indo fazer



uma tomografia e disse: “Olha, ela pode esperar”, mas o meu abraço em você não pode esperar. Eu quero que você leve o abraço de uma Senadora que se espelhou em você várias vezes para tentar mediar conflitos, e nunca ninguém o fez tão bem quanto você fez.

Para onde você vai, mais ou menos a gente sabe, ou não sabe, mas não é para lugar nenhum. Você vai para onde puder contribuir com o Brasil. Tenho certeza de que vai fazer melhor do que todos que por lá passaram, seja onde for.

Eu quero te dar um abraço afetuoso, de longe, de quem teve covid...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... dizendo que essa sua estrada é uma estrada que mostra a boa política, a coisa mais razoável da vida, que é fazer política e trazer junto a razão e o coração.

Muito obrigada por nós termos atravessado essa estrada por um período. Eu fiquei até com raiva do povo do Rio Grande do Norte. Eu não entendia por que você não era candidato a Senador, por que você não está aqui nesta quadra, mas sei que você, em qualquer lugar, estará da melhor maneira, como sempre esteve.

Querido, você é uma pessoa formidável, que a gente raramente encontra na política. Meu abraço e minha amizade!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Senador Luis Carlos Heinze.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para apartear.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, Senador Jean Paul Prates, homem que é do Rio Grande também, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, conhece as lagoas lá do nosso litoral, tem familiaridade. *(Risos.)*

Quero lhe parabenizar, Senador, pelo seu mandato, pelo seu trabalho.

Duas matérias extremamente importantes para o Brasil – uma delas é o novo marco ferroviário, que deu uma nova roupagem ao projeto que já tínhamos aqui para que as ferrovias pudessem prosperar no nosso país – têm o seu dedo, têm o seu trabalho. Da mesma forma, as usinas *offshore*, que também têm um potencial fantástico.

Senador Rodrigo Pacheco, eu estava fazendo uma colocação. Nós temos Itaipu, uma megausina, 14GW. Só nas usinas *offshore*, mais de 1.700GW para o Brasil. Do seu Rio Grande do Norte ao meu Rio Grande do Sul, há esse potencial fantástico. Só na nossa Lagoa Mirim, Lagoa dos Patos, que V. Exa. conhece, 30GW a 40GW de energia. É o novo Brasil, o novo mundo.

Nessa questão energética, o Senador Jean Paul é autor desse projeto. Falava agora com o Zé Vitor, que está com um projeto pronto na linha que nós conversamos ontem. Então, é importante. É um novo marco para esse setor, extremamente importante. Esse é o Brasil que nós queremos. Não há país no mundo com esse potencial, da cana-de-açúcar, o álcool, que chegou lá nos anos 70, do etanol, do nosso biodiesel, eólica, solar, hídrica, e o próprio petróleo, que nós temos aqui. Então, o Brasil é ímpar, e V. Exa. colaborou.

Parabéns ao seu trabalho. Embora estejamos em campos opostos, eu lhe admiro. Tenho certeza de que fez um belo trabalho aqui, representando o seu Estado do Rio Grande do Norte. Parabéns!



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Sérgio Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Para apartear.) – Querido Senador Jean, se V. Exa. apertasse mais um pouquinho, eu teria chorado; eu e muita gente. (*Risos.*)

Isso mostra o seu carinho, a sua amizade.

Eu estou aqui no segundo mandato, quase 16 anos de mandato. Faz tempo que eu não vejo vários amigos se manifestando de forma tão carinhosa, mas é porque você merece, meu vizinho, meu amigo, meu parceiro. Comemos alguns churrascos ali na área. Não tinha para onde ir, descia e...

Jean, quero desejar boa sorte, sucesso. Sei que você é um amigo muito competente. Com certeza, vai ajudar, e ajudar muito, o nosso país. Sucesso, irmão!

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para apartear.) – Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Eu gostaria, como Presidente do Senado, como colega Senador do Senador Jean Paul Prates e como amigo também, porque assim eu o considero, render todas as homenagens ao Senador Jean Paul Prates. É muito importante que o povo do Estado do Rio Grande do Norte saiba que, ao longo desse tempo, teve no Senado uma bancada muito aguerrida e muito valorosa e que tem na figura do Senador Jean Paul Prates alguém muito especial, com uma capacidade política que foi reveladora para o Senado Federal, para todos os que com ele aqui conviveram, e uma capacidade técnica e de compreensão de temas nacionais que, de fato, o distinguem, o diferenciam.

Eu o acompanhei, Senador Jean Paul Prates, nesses quatro anos de convivência. V. Exa. se aprofundou em temas da mais alta complexidade. E, com a capacidade que tem, que angariou com a experiência na iniciativa privada, trouxe para o Senado Federal, de fato, aquilo de que nós precisávamos: alguém em quem pudéssemos depositar as soluções técnicas, a resolução de conflitos, de dificuldades e aquilo que, no final das contas, era o melhor para a sociedade brasileira.

Foram inúmeros os projetos de sua autoria e de sua relatoria. Eu destaco um projeto muito importante, de autoria do Senador José Serra, que V. Exa. assumiu como Relator e conseguiu fazer vingar, aprovar aqui no Senado e, depois, na Câmara, que se tornou uma realidade, que é o marco legal das ferrovias no Brasil. V. Exa. se dedicou muito a esse tema, que foi aprovado já agora, na nossa gestão como Presidente do Senado. É um grande serviço, um grande legado que V. Exa. deixa para nação brasileira, de fato, essa possibilidade de um modal de transporte absolutamente inteligente, eficaz. Isso se deve muito à sua capacidade de aglutinação e de solução de diversos temas que ali precisavam ser resolvidos.

Há um outro tema que eu quero destacar, em que o Senador Jean Paul Prates foi imprescindível. Num momento de ápice do preço dos combustíveis no Brasil, a sociedade brasileira, alarmada com o preço da gasolina, com o preço do diesel, na iminência de um colapso, de dificuldades enormes para a sociedade e de aumento da inflação – porque o aumento do óleo diesel, do combustível, de um modo geral, acaba pressionando muito a inflação –, o Senador Jean Paul Prates assumiu a responsabilidade. Numa construção coletiva, tendo S. Exa. como protagonista, conseguiu dar as soluções devidas para que se pudesse ter a redução do preço dos combustíveis no Brasil – e isso sendo Líder da Minoria, um Senador de oposição ao Governo. E o que mais me chamou atenção de fato: alguém que, sendo do Partido dos Trabalhadores, Líder da Minoria, se ombreava ao Governo atual para poder dar solução para a sociedade brasileira, que é o que a sociedade espera da política: que nós possamos apartar diferenças político-partidárias e buscar convergir para um denominador comum. Foram diversas vezes que ele recebeu elogios da equipe



do Ministério da Economia, com a sua capacidade técnica de dar solução àquilo que devia ser feito para aqueles temas todos para os quais nós precisávamos dar solução.

Eu, então, fico muito feliz, como Presidente, de ter podido confiar a ele essas missões e de ele ter se desincumbido da forma mais exemplar, competente, eficiente que um Senador podia fazer.

Então, Senador Jean Paul Prates, esses são só alguns exemplos, porque, além desse seu trabalho em termos práticos que V. Exa. representou para soluções de problemas nacionais através do seu mandato de Senador, há também a figura humana que é extraordinária. De fato, é absolutamente verdadeiro tudo quanto foi dito aqui em relação à forma como o Senador Jean Paul Prates tratou todos os seus colegas, como ele é carismático, cativante. De fato, mereceu todas essas manifestações aqui de apreço, de apoio e de reconhecimento, com votos de muita alegria na sua vida privada, na sua vida pública. E, por certo, V. Exa. finda, daqui a alguns dias, o seu mandato de Senador da República pelo Estado do Rio Grande do Norte, que haverá de se orgulhar de V. Exa., e certamente iniciará uma nova missão, que é uma missão que será muito proveitosa para a sociedade brasileira. E a sociedade brasileira pode ter plena confiança na capacidade, na competência, na decência, na honestidade do Senador Jean Paul Prates, o nosso colega que se despede hoje da tribuna do Senado Federal.

Aproveito para cumprimentar a Muriele, que há dois anos me recebeu na sua casa lá no Rio Grande do Norte, juntamente com o Jean Paul Prates. Eu, na minha saga para a Presidência do Senado, recebi um carinho muito especial de vocês e guardo isso na memória e guardo isso no coração, como um gesto de muita fraternidade, muito amoroso e que merece todo o meu reconhecimento. Então, a alegria de também receber hoje no Senado Federal a Muriele.

Senador Jean Paul, muito boa sorte! Conte com a sua Casa, o Senado Federal! Não se esqueça da sua Casa, o Senado Federal, porque todos aqui, sem exceção, têm muito apreço e admiração por V. Exa.

V. Exa. tem a palavra para concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Certamente, não me esquecerei nem da Casa nem do seu Presidente. E, desde já, apelo a todos que renovemos o mandato do nosso Presidente, porque é um Presidente que confia na nossa capacidade, independentemente, inclusive, da ideologia, do lado que estiver, é um Presidente que preza a liturgia do cargo. E isso vai fazer muita falta na próxima legislatura se deixarmos acontecer.

Presidente, eu tenho muita gratidão e muito reconhecimento pela sua confiança em mim. Sei que desenvolvemos também um relacionamento pessoal bom, mas isso não é suficiente, isso é aquele negócio que sempre dizem: é bom para tomar chope, mas nem sempre é bom para trabalhar juntos. As pessoas criteriosas escolhem bem as pessoas com quem trabalham. E V. Exa. me deu muitas oportunidades. Eu lhe agradeço por demais, assim como ao Presidente Davi Alcolumbre, como disse aqui no meu discurso, pela coordenação desses trabalhos, que é muito difícil.

Muitas vezes eu sentei nesse lugarzinho aí para apreciar a dinâmica desse processo, um processo que não é fácil, porque não é só aqui: é aqui no meio, é fora, é no gabinete, é com vários movimentos. V. Exa. se comprometeu e cumpriu uma coisa muito importante para o Partido dos Trabalhadores que foi receber movimentos sociais e representantes da sociedade sempre que grandes assuntos setoriais, cruciais para a cultura, para o relacionamento social, para os programas sociais estivessem em jogo nesta Casa. E recebeu – sou testemunha disso – cada um desses movimentos, cada uma dessas associações, entidades, coletivos. Isso é muito importante para o Brasil. Essa é uma prática que tem que ser espalhada para todas as Assembleias Legislativas, para todas as Câmaras Municipais. Enfim, o Presidente de uma Casa Legislativa é um verdadeiro receptáculo inicial, Senador Girão, de vários anseios das populações diversas que este país tem.



Eu queria repassar rapidamente cada uma das pessoas que falou, mas, enfim, muito rapidamente mesmo, para não tomar a tarde toda.

Quero agradecer aos Senadores Amin e Paim, que são na verdade ícones para nós todos. Acredito que ninguém, nenhum de nós quando chegou aqui imaginava poder conviver com pessoas que já estão na política há tanto tempo, com tanta experiência, a nos ensinar, e de repente o Senador Paim vem me chamar de mestre. Na verdade, eu é que o chamo de mestre e chamo de mestre o Amin também.

Kajuru, meu amigo querido, com essa comunicação maravilhosa, que eu quero aprender com você sempre. Vamos só reparar aquela história do charuto, que ficou chata aqui, em que você falou que o meu charuto não tem qualidade. Pelo amor de Deus! Eu estou aqui reparando. (*Risos.*)

Omar, meu amigo e herói nacional Omar Aziz, não sinta falta porque eu vou estar aqui sempre. Como disse e farei no final aqui também, vou voltar sempre para estar com vocês.

Meu amigo Styvenson, obrigado pelo reconhecimento. É coletivo, é mútuo esse sentimento nosso de sermos inicialmente chamados no nosso estado de forasteiros e tudo mais ou de *outsiders* da política, e, de repente, cada um à sua forma, cada um com o seu eleitorado, com a sua forma de fazer política, estar conquistando e ter a confiança do povo do Rio Grande do Norte. Eu agradeço muito as suas palavras.

Meu querido Portinho, meu querido amigo, construímos realmente juntos aqui muita coisa e vamos construir mais ainda.

Senador Confúcio. As palavras do Senador Confúcio foram emocionantes, essa questão dos seguidores sem saber, porque eu não sei nem se tenho seguidores, mas ele diz que sim. Então, realmente, que palavras! Que palavras!

Fernando Bezerra Coelho, uma referência para todos nós, uma liderança quase profissional, sempre a serviço do país, sempre com a sua capacidade de composição, de convencimento, enfim.

Chico, nosso amigo Chico, *el venezolano*, vamos juntos tratar de muitos assuntos lá dos nossos povos unidos, próximos, da Venezuela em Roraima.

Girão, sem palavras, meu amigo, dirigente do Fortaleza, vitoriosíssimo! Nem se compara com as vitórias do Alecrim, mas um dia a gente chega lá, né? A gente chega lá.

Paulo Rocha, meu Líder, meu mestre, sem palavras para agradecer, Paulo, a sua liderança, a sua capacidade de me ensinar, não é?

Vocês falam que eu tenho muita calma, muita paciência, mas muitas vezes foi o Paulo Rocha que me segurou. Porque tem horas em que dá vontade mesmo de estourar, e o Paulo vem: “Não, calma aí. Eu estou aqui há muito tempo e tal”, e conta uma história lá do tempo do Lula, dele, aí acalma a gente.

Mainha! Está aí ainda, Mainha? Eu te amo, Mainha! Eu não vou falar mais nada – só isso!

Leila também. Leila manda comigo, trocamos áudio longos, longuíssimos. Leila adora áudios grandes, mas é um prazer ouvir. O Kajuru sabe, prolixa. É prolixa, não é? Pois é. E é analista do Kajuru também, mas enfim...

Rogério, meu querido colega também, com quem eu aprendi muito. Ele falou aqui uma coisa que realmente resume o que eu penso: a Casa, esta Casa, a todos vocês que fazem parte dela, inclusive os que nos assessoram, o Rogério diz que a Casa permite melhorar o Brasil, a Casa nos dá todas as condições, Senadora Rose, para trabalhar perfeitamente no que queremos, no que achamos que é correto, cada um da sua forma, mas, com certeza, esta Casa permite que a gente melhore o Brasil e dá vez a formas de opinião e de dialogar na divergência, como ele colocou.

Senador Jayme, mestre querido, decano, conseguiu aprender o meu nome no último dia. (*Risos.*)

Mas, finalmente, um grande gestor, intuitivo, pessoa que me ensinou muito nesse marco das ferrovias também, com o seu grande estado e com a sua capacidade de visão, como eu disse, intuitiva aqui, das coisas.



Mecias, meu amigo. Eu fiquei espantado, Kajuru, porque ele me disse que é um discípulo meu. Agora você vê o cara ter um discípulo Mecias. Ainda bem que é com “c”. Mas, meu amigo, muitos abraços a você.

Soraya, querida, minha amiga aqui também. Aprendemos a nos respeitar e a conviver lá na CPI da Covid, acompanhando lá, pelo monitor, os Galãs Feios e o Meteoro, que eu apresentei à Soraya, e ela passou a conviver ali com a gente, com a crítica muito bem-humorada de todo aquele processo que precisava de leveza. Todo aquele processo era tão pesado que havia necessidade, às vezes, de aligeirar um pouco a questão, e nós passamos ali tempos de muita luta, mas de muita leveza também por conta disso.

Carlos Viana, mineiro, meu professor das questões evangélicas, muito obrigado pelo seu livro, que eu tenho como base para mim também, que me deu de presente. A partir dali o tenho como referência também, dialogando sobre esses assuntos importantes...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em cada momento dos nossos diálogos.

O Senador Izalci, que salienta sempre essa questão da capacidade técnica. Ele também é um técnico, tem elevadíssimo nível de discussão. Fizemos várias coisas juntos nas Comissões. Com certeza, assumo aqui o compromisso com ele também em relação a ciência e tecnologia, a cláusula de ciência e tecnologia, que eu mesmo tive a oportunidade de redigir em 1997, nos contratos de concessão no Brasil, na área de petróleo.

Senadora Eliziane, todo o carinho aos seus filhos e a certeza também de que vou trabalhar pela geração dos nossos filhos, com muito amor, com muita dedicação, tanto quanto V. Exa.

Senadora Zenaide, que assistiu, é testemunha da minha transformação em político de rua, de roçados, de redes, coisa que não era, Senadora, e finalmente passei a ser. Acho que consegui entrar nesse novo diapasão na minha vida.

Senadora Rose, minha querida vizinha de gabinete, nós somos realmente, como você disse, companheiros – seremos sempre companheiros. Já a admirava muito, há muito tempo. Nós nos conhecemos há muito mais tempo do que talvez imagine, porque eu estive consigo lá para os idos de 2001, 2002, como Deputada, Líder talvez, na época, do MDB, se não me engano, discutindo processos relativos ao petróleo, já a lei do petróleo, a construção da ANP.

Mas, de lá para cá, me lembro também, me recordo de um momento muito emocionante para mim, que foi quando a Senadora Rose, forte com o é, sentiu-se mal lá na CMO, por conta de uma pressão muito grande que estava rolando, e a gente teve oportunidade de abraçá-la, juntamente com a Senadora Simone Tebet e outros, e dizer: “Fique, Rose, fique na sala, vá lá dentro e enfrente a situação!”. Ela não precisaria disso, porque normalmente ela já o faz naturalmente, mas naquele momento acho que o corpo falou mais alto, dificuldade, e ela entrou, ganhou uma energia nova, foi lá e enfrentou a questão. Não me lembro exatamente qual era, mas eu sei que era coisa muito complicada que a abateu naquele momento.

Por fim, Senador Heinze, muito obrigado pelas suas referências, pelas suas palavras também, apesar, como disse, em campos opostos. Mas jamais estaremos aqui na seara dos inimigos; somos adversários, jamais... Ainda mais da terra do meu pai, como lhe disse sempre. E caminhei ali por Camaquã e Tapes, ladeando a Lagoa dos Patos. Meu pai era de Cruz Alta, mas já, na minha fase de Rio Grande do Sul, estive ali por Camaquã e Tapes, e sei perfeitamente como o vento sopra ali. Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul, como o Rio Grande do Norte, fará grande uso da energia eólica *offshore*.

Enfim, acho que já completei todos aqui. Queria dizer mais uma vez: eu não vou embora, não vou dizer adeus, Presidente Rodrigo, querido Roberto, querido Weverton; não vou, porque eu sei que serei



convidado para falar aqui de novo, em alguma hora, ou, quem sabe, o povo me convoque. Então, é um até logo e uma colocação à disposição de todos vocês, todas vocês, para estarmos sempre juntos, sempre construindo coisas boas para o nosso país e, sabe-se lá, vamos nos encontrar muito mais do que a gente pensa.

Muito obrigado a todos e todas. Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates. As palmas são muito merecidas.

Eu anuncio o item extrapauta, o Projeto de Lei 509, de 2020, da Senadora Eliziane Gama, que institui a Semana Nacional de Retiros Culturais.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer. Faço a designação da nobre Senadora Daniella Ribeiro para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Para proferir parecer. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, permita-me: antes de iniciar o relatório, a análise e o voto, eu gostaria primeiro de dar as boas-vindas aqui, no Plenário do Senado Federal – já o fiz pelas redes sociais, já o fiz por telefone –, à minha querida Senadora, nossa querida Senadora Zenaide Maia, que chega para integrar os quadros do PSD trazendo qualidade, trazendo qualificação, preparo, o compromisso com o país, engrandecendo e aumentando esse filão das mulheres no PSD. Eu estava sozinha e agora tenho a companhia dessa grande mulher que é a Senadora Zenaide Maia. Eu gostaria de dar o meu abraço, Zenaide, e dizer para você que estou muito feliz. E aqui quero dizer ao Brasil inteiro o que já lhe disse, da minha felicidade, da minha alegria de agora compartilhar, ao seu lado, as nossas lutas no Senado Federal.

Sr. Presidente, da mesma forma, nesse momento com o coração de gratidão, de coleguismo, mas assim... A gratidão com que me dirijo ao Senador Jean Paul Prates é a gratidão pela oportunidade de ter convivido com você, Jean Paul, com a sua competência, o seu compromisso, o seu carinho com o país e termos partilhado, inclusive, voos saindo de João Pessoa, porque, vez por outra, nós temos dificuldade na malha aérea tanto de João Pessoa como Recife... perdão, João Pessoa e Natal, e aí já compartilhamos até voos, conversamos bastante.

E testemunho que agora que tive a oportunidade de conhecer aqui, mesmo que por vídeo, Sr. Presidente, a esposa dele, de que ele tanto já falara. Então, gostaria também de dar um abraço especial e dizer, Jean Paul, que a expectativa do Brasil, de todos nós Senadores, Senadoras e do Brasil – não tenha dúvida alguma – é da sua participação efetiva aí, levando a sua experiência para a Petrobras. Esse é o nosso desejo do fundo do coração, principalmente pelo testemunho que aqui todos deram acerca do seu preparo técnico e da sua competência.

E eu queria só deixar um registro aqui, que não foi falado, da importância, Senador Jean Paul, da sua participação nas discussões para que pudéssemos chegar a um texto conjunto com relação ao novo marco da telecomunicações, da telefonia de celular, que foi o 5G, o PL 79, com a sua participação, para que o Brasil inteiro saiba do quão importante foi – e o Rio Grande do Norte principalmente – a sua participação nesse processo, principalmente porque aquele momento havia uma certa resistência de alguns, e você abraçou e, como técnico, olhou e ajudou ali a levar a compreensão. Então, foi muito bom.

Que Deus abençoe sua vida, seu novo momento. E que o Brasil se prepare porque, se já havia expectativa com você no Senado Federal por parte do povo norte-rio-grandense, agora, então, o Brasil inteiro olha para você.

Deus abençoe você.



Sr. Presidente, passo agora para a leitura do relatório do projeto da Senadora Eliziane Gama que institui a Semana Nacional de Retiros Culturais. E faço isso, Sr. Presidente, ressaltando e parabenizando a Senadora, minha colega Eliziane Gama, por esse projeto, que é importantíssimo.

O Projeto de Lei nº 509 – aqui passo à leitura do relatório – de 2020, de autoria da nobre Senadora Eliziane Gama, institui a Semana Nacional de Retiros Culturais.

De acordo com a proposta, a semana será comemorada, anualmente, entre a sexta-feira imediatamente anterior ao Carnaval e a Quarta-feira de Cinzas.

Durante esta semana, serão realizadas atividades ligadas a cultura gospel, como *shows*, encontros de louvor e orações.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Passo para a análise, Sr. Presidente.

Não há vício de competência nem de iniciativa na proposição. Relativamente à proposta, o objeto não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, §1º, e 165 da Constituição da República Federativa do Brasil), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Além disso, o tema se situa na competência concorrente da União, dos estados e o Distrito Federal para legislar sobre cultura, conforme disposto no art. 24, inciso IX, da Constituição de 1988. Da mesma forma, não há ressalvas à sua regimentalidade e juridicidade.

No mérito, consideramos oportuna e necessária a iniciativa da Senadora Eliziane Gama.

Como fartamente demonstrado em sua justificação, trata-se de uma manifestação que envolve jovens e adultos em atividades sociais com música religiosa, entretenimento, teatro e *shows* cristãos, com cantores locais, nacionais e internacionais.

Durante o período do Carnaval, tem se tornado cada vez mais frequentes a realização desses eventos em todo o país. De acordo com a autora, em seu estado, o Maranhão, a população usufrui do Retiro Cultural como momento único de expressão de fé cristã. Só no ano de 2020, o evento chegou a reunir cerca de 80 mil pessoas na cerimônia de encerramento das atividades.

Há de se ressaltar, ainda, que, no Maranhão, essa semana já encontrou reconhecimento oficial a partir de projeto de lei da então Deputada Estadual Eliziane Gama.

Na Paraíba, grandes eventos também são realizados, Senadora Eliziane, durante a semana do Carnaval, como o Consciência Cristã e o Crescer – Encontro da Família Católica, sendo que ambos constam, inclusive, no Calendário de Eventos do Estado da Paraíba.

Neles, centenas de milhares de pessoas, *online* e presencialmente, de diversas unidades da Federação reúnem-se para participar de conferências, seminários e atividades que buscam o desenvolvimento da consciência religiosa. Inclusive, é durante o Consciência Cristã que ocorre a maior feira de livros cristãos para o consumidor final do nosso país.

Por fim, apresentamos uma emenda para realizar adequação no texto do art. 3º, além de inserirmos referência a cursos, palestras e seminários como atividades de grande relevância a serem realizadas durante a “Semana Nacional de Retiros Culturais”.

Assim, por ser de iniciativa louvável, que vem se tornando expressão relevante da cultura em diversas localidades brasileiras, merece ser alçada à expressão cultural nacional, razão pela qual votaremos favoravelmente ao projeto.

Sr. Presidente, o voto.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 509, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação.

Sr. Presidente, pedindo vênias a V. Exa., eu gostaria de aproveitar esta oportunidade que a Senadora



Eliziane nos dá e também à Paraíba, com toda a certeza – porque, quando fizemos as pesquisas relativas ao próprio projeto, vimos o quanto já acontecem em várias partes do país eventos como esse no período de Carnaval –, para me estender um pouco mais, pedindo, neste momento oportuno, para aqui ressaltar dois eventos paraibanos que acontecem em Campina Grande na semana em que, inclusive, teremos a oportunidade de votar este projeto da Senadora Eliziane Gama.

Primeiro, eu gostaria de fazer um destaque para o evento da Consciência Cristã. Desde 1999, Campina Grande é sede da Consciência Cristã, que já se tornou uma das maiores referências evangélicas da América Latina. A 25ª edição acontecerá, senhoras, senhores e quem está nos assistindo aqui pela TV Senado, durante o período do Carnaval, de 16 a 21 de fevereiro de 2023 no Parque do Povo. Todo mundo conhece o Parque do Povo ou já ouviu falar dele, que é conhecido pela festa Maior São João do Mundo, em Campina Grande – é um espaço enorme de eventos da cidade. Notadamente, a Consciência Cristã tem uma magnitude tão grande que ocupa todo aquele espaço do Parque do Povo, em Campina Grande. O tema das atrações é “Rei dos Reis”. As inscrições são gratuitas, o evento é organizado pela Visão Nacional para a Consciência Cristã (Vinacc), que, em todos os anos, tem atraído um público circular de mais de cem mil pessoas. Em 2022, recebeu pessoas de mais de 700 cidades do Brasil.

Sempre que tenho oportunidade de estar na abertura da Consciência Cristã, participo em alguns momentos desse evento e vejo que pessoas se levantam e, quando perguntadas de onde são, de que cidades essas pessoas vêm em caravanas... O Nordeste inteiro participa, e pessoas de todo o país estão presentes, como também internacionais, pessoas que vêm de fora do país. Foram 130 cidades representadas em 2022.

O principal motivo apontado para o êxito do evento é o de que a Consciência Cristã é uma alternativa para os evangélicos que querem fugir das festas carnavalescas para buscar crescimento espiritual e crescimento bíblico. “Nossos pilares são: a exaltação de Cristo, a defesa da fé cristã, a propagação do Evangelho, a edificação da igreja a serviço do próximo”, afirma a organização.

Então, de acordo com a coordenação da conferência, mais de 140 palestras serão ministradas ao longo dos seis dias de eventos. Serão 15 plenárias na tenda principal, 21 encontros paralelos e 5 conferências. Também há uma programação especial para as crianças que vão participar junto com os seus pais.

Sr. Presidente, a Consciência Cristã não está restrita apenas ao ambiente de que falei, o Parque do Povo, em Campina Grande, que é a maior praça de eventos, como já mencionei, mas terá programações espalhadas por toda a Campina Grande. Neste ano, serão realizados eventos paralelos no Teatro Municipal da cidade, no Teatro Rosil Cavalcanti, no Clube da Bolsa, no Centro Cultural Lourdes Ramalho, no Museu Vivo, na Igreja Presbiteriana Central, na Igreja Congregacional 13 de Maio e na Primeira Igreja Batista. Como atrativo do evento também, como eu já mencionei aqui no projeto, há a Feira de Livros da Consciência Cristã, considerada a maior feira de literatura cristã da América Latina.

Sr. Presidente, faço também menção, pois aqui não poderia deixar de fazê-lo, a outro evento que é cristão católico e que é o Crescer, que também acontece nesse mesmo momento da semana do Carnaval. Inspirado na II Carta de São Pedro, “cresci na graça e no conhecimento de nosso Senhor”, Crescer é o encontro da família católica, que surgiu como um evento a ser realizado no período de Carnaval também para os fiéis católicos da cidade de Campina Grande. O primeiro Crescer foi realizado em 1997, e o seu formato inicialmente foi inspirado nos Rebanhões realizados na época de Carnaval na Região Sudeste do Brasil. Sua 26ª edição ocorrerá às margens do Açude Velho na Catedral de Campina Grande e no Spazzio, também casa de *show* muito conhecida na cidade de Campina Grande, no período de 17 a 21 de fevereiro, tendo como tema “Família, um caminho para o céu”, onde serão realizadas também reflexões através do lema: “Tereis muito cuidado em praticar tudo o que hoje vos prescrevo, para que possais viver e multiplicar-vos, e entrar na possessão da terra que o Senhor jurou dar a vossos pais” (Deuteronômio 8,1). O evento vai receber de forma gratuita e sem inscrição prévia todos os fiéis que participarão do Crescer,



bem como dos eventos paralelos, ExpoFamília, feira de produtos religiosos, Crescer com as Crianças e *workshops* com os pregadores.

Sr. Presidente, agradeço, concluindo este momento em que faço a relatoria do projeto e aproveitando para fazer esse destaque para mostrar o quão importante, Senadora Eliziane, é o seu projeto de lei, que vem justamente para abarcar e fazer com que eventos como esses possam ter o seu reconhecimento nacional e o apoio para todo o país.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada pela designação da relatoria.

Obrigada à Senadora Eliziane Gama e aos meus colegas que aqui participam.

Que possamos aprovar este projeto tão importante para o público cristão!

Obrigada, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 383/2022 - PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O parecer é favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Relatora.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não há quem queira discutir.

Declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto e a emenda, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 384/2022-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 2.2.3 do Sumário)**

Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Pede a palavra, pela ordem, o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. *Por videoconferência.*) – Presidente Rodrigo Pacheco, consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu estou ouvindo V. Exa., mas a imagem não está nítida, Senador Rodrigo. Ela está deitada e sem foco. *(Pausa.)*

Agora, sim. Agora, sim, mas não estamos ouvindo V. Exa. Tem que ligar o som.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Agora foi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Agora foi.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AL. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, colegas Senadores, Senadoras...

Estava acompanhando aqui o parecer da nossa amiga Daniella, parabênizo, como sempre, mas eu gostaria de usar este momento também para fazer um reconhecimento.

Estava aqui ouvindo atentamente as últimas palavras do nosso Senador Jean Paul Prates, a quem eu faço questão de reconhecer todo um trabalho feito de maneira incansável, pensando não apenas no seu



estado, mas em todo o país. Então, foi um Senador gigante, extremamente atuante em várias Comissões, inclusive ao mesmo tempo, presencialmente em uma, virtualmente em outra, conseguiu dar conta do recado, como a gente fala, e, nesse último momento, fez uma prestação de contas.

Então, aqui eu quero deixar uma admiração que eu tive por conhecer um pouco mais de perto o Senador Jean Paul Prates, confirmar que o trabalho que ele fez dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, a qual eu presido e que ele também presidiu, deixou um resultado de eficiência, um resultado de celeridade e de compromisso com a ciência, a tecnologia e a pesquisa deste país.

Então, já é sua marca, por onde passa, deixar resultados objetivos, e no Senado não foi diferente. Mas, além disso, deixou amigos.

Então, o Senador Jean Paul Prates vai continuar contribuindo com este país, fez uma ligação direta com o Senado Federal, e tenho certeza de que estará sempre com as portas abertas.

Então, quero deixar aqui, neste momento, um registro pela valorosa passagem deste nosso Senador. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Rodrigo, Presidente Rodrigo e Presidente Rodrigo, eu tive essa felicidade de ter dois Presidentes Rodrigos ao mesmo tempo, o Presidente do Senado e o Presidente da CCT.

Meu querido Rodrigo Cunha, eu quero te agradecer muito também pela confiança depositada nesse período em que você teve que se ausentar. Foi fazer a campanha lá no seu estado, Alagoas, e...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... quero deixar aqui todo o meu agradecimento pela confiança de deixar em minhas mãos a CCT, durante um período em que tentamos imprimir o mesmo ritmo de V. Exa. lá na condução dos trabalhos.

Portanto, mais uma vez eu lhe agradeço as grandes realizações que fizemos juntos lá e a oportunidade que me deu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Anuncio o Projeto de Lei 1.802, de 2019, do Deputado Afonso Florence, que altera a Lei 11.350, de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica.

Parecer favorável nº 39, de 2022, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passa-se à discussão do projeto. *(Pausa.)*

Não há quem queira discutir.

Declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, o 1º Vice, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Primeiro, eu agradeço a atenção mais uma vez que V. Exa. dispensa às categorias dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, por força da apreciação ontem na Comissão de Assuntos Sociais e a aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado Afonso Florence, do Partido do Trabalhadores, que permitirá doravante, Senador Líder Paulo Rocha, que os agentes comunitários e os agentes de combate às endemias possam ter, Senadora Rose de Freitas, dois vínculos empregatícios, o que não era permitido por força do não reconhecimento das suas atividades como atividades próprias da saúde. Com o reconhecimento, os agentes comunitários e agentes de combate às endemias poderão neste instante ter esses dois vínculos.

É uma grande conquista que se soma à anterior, que nós obtivemos durante este ano, quando o Congresso Nacional, numa luta de mais de dez anos de milhares de agentes, pôde garantir o piso salarial de dois salários mínimos aos combatentes, aos diários envolvidos profissionais que nos dão, nos rincões mais longínquos, com todas as dificuldades muitas das vezes de acesso, a acolhida da forma como trata o Programa de Saúde da Família.

Então, Senador Paulo Rocha, eu levei ao Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, que, de forma imediata, autorizou a inclusão como item extrapauta para que nós pudéssemos, no ano de 2022, garantir uma segunda importantíssima vitória aos mais de 400 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

A V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, mais uma vez, o meu mais profundo agradecimento pelo seu reconhecimento sensível ao teor dessa proposta, como também e igualmente ao Deputado Federal Afonso Florence, que permitiu-nos defendê-la na Comissão de Assuntos Sociais e agora, nesta tarde, ter a unanimidade, com a aprovação das Sras. e Srs. Senadores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Pela ordem? (*Pausa.*)

Sim. Com a palavra o Senador Paulo Rocha, pela ordem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caros colegas, meu amigo Veneziano, essa questão do debate sobre os agentes comunitários de saúde na verdade fui eu que iniciei aqui no Congresso Nacional. Fui eu o autor de uma lei que aprovamos para transformar os agentes comunitários de saúde em profissão, que é a forma da valorização da sua atividade, uma vez que na época os agentes comunitários de saúde, com toda essa importância e o papel que têm, cumpriam lá na comunidade, na ponta do sistema SUS, mas não eram valorizados como tal. Inclusive, não tinham nem salário; era um convênio que o Ministério da Saúde fazia com os municípios e pagava meio salário mínimo etc.

Então, conhecendo essa realidade nos meus interiores lá pelo Estado do Pará, eu fiz uma lei transformando agente comunitário em profissão, o que acabou avançando nessas conquistas, como o piso, e agora a gente acrescenta mais uma conquista para esses grandes trabalhadores da saúde pública do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Anuncio o Projeto de Lei 2.923, de 2022, de iniciativa da Defensoria Pública da União, que altera a Lei 14.377, de 2022, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de provimento efetivo dos



servidores da Defensoria Pública da União, fixa o valor de suas remunerações e dá outras providências. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, de plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. A Defensoria Pública da União é detentora da competência para provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida.

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição à vista da necessidade de recomposição remuneratória dos servidores das carreiras da Defensoria Pública da União e também é totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados, que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os servidores da DPU, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Finalmente, registro que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados reduziram o impacto previsto na proposição original, o que reafirma a adequação financeira e orçamentária.

Sr. Presidente, o voto.

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL 2.923, de 2022, neste Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 385/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.5 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, contra os votos...

É Defensoria Pública, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Contra os votos do Senador Jorge Kajuru, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Eduardo Girão, Senador Carlos Portinho – contra os votos aqui registrados.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Lei 2.438, de 2022, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.



A matéria depende de parecer.

Faço a designação do Senador Fernando Bezerra Coelho para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, cumprem-nos examinar, neste parecer de Plenário, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL 2.438.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 39, §4º, que o membro do Poder será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, e o art. 48, *caput*, inciso XV, também da Lei Maior, determina que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Ademais, o art. 96, inciso II, letra “b”, da Carta Magna, reserva privativamente ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de propor ao Congresso Nacional a fixação do subsídio dos seus membros. Por sua vez, o art. 169, da Constituição Federal, que deverá ser observado, estabelece, entre outras disposições, condições para a realização de despesas de pessoal da União.

Dessa forma, em face dos dispositivos constitucionais citados, o projeto está em acordo com a Constituição Federal. No mesmo sentido, não vislumbramos óbices com relação à juridicidade e à regimentalidade da proposição.

Quanto ao mérito, entendemos que a recomposição escalonada do valor do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal deve ser acolhida. Além de a remuneração dos membros da nossa Suprema Corte encontrar-se há muito defasada, como registrado na justificação do projeto, a recomposição do subsídio permitirá a recuperação de perdas acumuladas e contribuirá para a irredutibilidade de subsídio, uma das garantias elementares à autonomia da magistratura.

Cabe registrar também que o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça encaminharam ofício informando haver disponibilidade orçamentária no âmbito do Poder Judiciário para adequação do projeto, não havendo, portanto, óbices à aprovação na forma como adotado na Câmara dos Deputados.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, e, quanto ao mérito, pela aprovação.

Esse é o voto, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 386/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.6 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

O parecer de V. Exa. é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, o Líder do Governo Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Meus colegas Senadores, tenho votado contrariamente aos aumentos e tenho registrado a razão, em razão da forma como os assuntos têm chegado aqui ao Senado Federal.

Não há problema nenhum em categorias que tenham justificativas requererem o seu aumento. Há indexação em diversas categorias. Há indexação da economia, pela inflação, desde plano de saúde, escola particular, categorias sindicais, desde que seja justificável. O que me espanta é a gente chegar, no apagar das luzes, no descortinar, no fechamento da cortina do recesso e votar às pressas esses projetos que poderiam ser discutidos, porque as pessoas têm de entender as razões desses aumentos. Senão, entra tudo no mesmo bolo, numa farra. E não é isso. Tem categorias que fazem jus a esses reajustes.

Agora, especificamente quanto ao salário dos membros do STF, a gente está votando o aumento



desse salário sem antes discutir o que está lá adormecido na CCJ, os supersalários. A Câmara já aprovou o fim dos supersalários, e isso adormece na CCJ. Inclusive, havia um compromisso, e espero que exista ainda, de a gente avançar com relação, inclusive, ao quinquênio, que não avançou. E a gente tinha o compromisso de aprovar o fim dos supersalários.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vamos discutir aqui, agora, se realmente é devida essa atualização dos salários dos ministros do STF sem antes discutir o fim dos supersalários, porque a maioria e muitos recebem contracheques acima do teto, muito acima do teto. E não são poucos. Repito: muito acima do teto, e a gente está aqui aprovando o aumento para os Ministros do STF sem fazer o dever de casa, sem votar o fim dos supersalários.

Uma coisa deveria estar ligada à outra, porque não há Poder, Senador Girão, que se sobreponha a outro, nem na remuneração, porque aqui não há supersalário. Na Câmara, os Deputados não recebem supersalários; outras categorias, Defensoria Pública, não recebem supersalários, mas os Ministros do STF recebem.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Câmara fez sua parte, votou; chegou ao Senado, temos que fazer aqui a nossa parte. Uma coisa deveria estar ligada à outra.

O meu “não” é contra a forma, repito e digo o porquê: se eles estão querendo um aumento porque têm acumulado funções, parece-me que estão acumulando função legislativa, que é o ponto a que chegamos hoje, onde o Judiciário decide, por exemplo, sobre a PEC, a respeito da qual a gente vem, aqui no Senado Federal, na CCJ, travando os nossos debates democráticos – e está lá a Câmara até agora discutindo. E vem o Senador Gilmar Mendes e dá uma canetada, passando por cima de 81 Senadores e de 513 Deputados, e nós estamos assistindo e ainda vamos dar o aumento? Por quê? Por acúmulo de função...

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... se é isso que está errado? Cada um no seu quadrado! Respeitem este Senado Federal!

Nós precisamos nos dar ao respeito, porque, do jeito que está, está insustentável. As prerrogativas parlamentares estão sendo violadas: o direito de fala do Parlamentar e, agora, a sua função maior, a sua razão de existir, que é legislar.

Nós, hoje, daqui a pouco, vamos aqui convalidar, Senador Girão, a decisão do Senador Gilmar Mendes. Vamos convalidar aqui, dizendo: “É; toda razão! R\$70 bi para o Bolsa Família”. E todo o trabalho que a gente estava fazendo na CCJ? E toda a discussão que está sendo feita na Câmara?

Então, desculpem-me, mas sou contrário e digo a razão: primeiro, vamos votar o fim dos supersalários, para, depois, poder equiparar, para que nenhum Poder se sobreponha a outro nem nas suas funções, nem na sua remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu acho que a gente chegou, talvez, à última sessão do ano em um ponto muito importante, que tem incomodado bastante a sociedade brasileira, e, hoje, eu acredito, com



todo respeito a quem pensa diferente, é uma oportunidade de o Senado, de uma forma sábia, com base na justiça, dar uma resposta à altura a quem realmente quer fazer a coisa certa.

Como a gente diz lá no Nordeste, Senador Portinho, “além da queda, o coice”. Eu estou há quatro anos aqui e tenho muita consciência das minhas limitações e imperfeições, mas tenho visto uma interferência direta de um Poder sobre o outro o tempo inteiro, uma escalada de arbitrariedades, usurpando o poder que nos foi conferido pela sociedade brasileira por alguns ministros.

E respeito, acho que o Supremo Tribunal Federal é fundamental para a democracia, não tenho dúvida com relação a isso. Mas, por uma omissão nossa, desta Casa importantíssima, que é a Casa Revisora da República, a gente tem visto um Poder esmagar os demais Poderes, e não tem o menor cabimento esse reajuste.

A forma está completamente errada, sem um preparo, com extrapauta, de um assunto que a gente podia ter debatido mais, como bem lembrou aqui o Senador Portinho, a questão do supersalários, que está lá parada na CCJ ...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... A Câmara dos Deputados já fez a parte dela. Por que a gente não junta isso para fazer um equilíbrio?

Olha, eu trouxe números aqui que eu até fico constrangido para colocar, mas é aquela velha história: além da queda, o coice. Esse salário atual já é um salário espetacular dos Ministros do Supremo Tribunal Federal em relação à grande média da população brasileira, que está aí na miséria, desempregada – milhões de pessoas –, com possibilidade de reajuste a perder de vista.

Tem gente que está há décadas sem receber reajuste, e há gente que tem um salário de R\$39 mil hoje. Se nós votarmos a favor desse projeto, vai para...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... R\$46 mil, e não fica só nisso não, *(Fora do microfone.)* esse aumento é um dos mais graves porque o salário do Ministro do Supremo Tribunal Federal representa o teto do funcionalismo, que é o valor máximo que um servidor público pode receber.

Por exemplo, se a gente fizer isso, se o Senado aprovar esse aumento, impacta no vencimento de todos os magistrados federais, pois esses têm seus subsídios atrelados ao que ganham os integrantes da Corte. O salário de um Ministro do STJ, do TST, do STM é de 95% do salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ainda nessa mesma toada, os desembargadores dos tribunais ganham 95% do que recebe o integrante do STJ, e os juízes federais, 95% da remuneração dos desembargadores.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, nós não podemos esquecer, Sr. Presidente, caros colegas, que esse eventual aumento vai refletir em várias esferas de servidores públicos, que hoje têm uma parcela do seu salário retido no chamado Abate Teto, que é exatamente a parcela descontada da remuneração dos servidores que ganham acima do teto constitucional.

Para encerrar, eu queria colocar o seguinte, esses números aqui: o aumento para ministro, juízes e servidores, se assim a gente tomar essa decisão, terá um impacto de 1,8 bilhão já no ano que vem, 2023, direto, de acordo com as estimativas divulgadas pela Instituição Fiscal Independente. E, de acordo com a



mesma instituição, em 2024, sabe de quanto vai ser o impacto? Será de 5,5 bilhões!

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – De 2025 em diante, haverá uma fatura anual de R\$6,3 bilhões, ou seja, num curto espaço de tempo aí – três, quatro anos –, são dezenas de bilhões de reais que essa nossa decisão vai impactar na vida, na saúde financeira do país.

Eu acho que a gente tem essa responsabilidade hoje, com todo o respeito a quem pensa diferente, de negar esse aumento. Eu espero que a decisão nossa seja esta, madura, de dar uma resposta, porque aí seria, Senador Carlos Viana, como se a gente estivesse reconhecendo o acúmulo de funções do Supremo Tribunal Federal – é para isso? –, porque eles estão fazendo o trabalho da gente muitas vezes aqui. Então, é o quê? É o acúmulo de função e aí vai receber essa bonificação? É isso?

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, eu acho que chegou a hora.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para concluir, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Chegou a hora, então, de o Senado, com altivez, conseguir dar uma resposta à sociedade, que tem ansia por justiça, pela verdade na nossa nação.

Muito obrigado a todos.

Obrigado pela paciência.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senadora Soraya Thronicke, para discutir. *(Pausa.)*

Senadora Soraya Thronicke, para discutir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de declarar o meu voto contrário a este projeto de lei, já antecipadamente.

Quero dizer que não é nenhuma revanche, porque eu não posso utilizar jamais o meu voto como uma forma de podar um outro Poder, de vingança. Eu vejo que pode ser que isso aconteça com uns – e quero deixar isso muito claro. Entendo que, no mérito, todos os brasileiros merecem o aumento e somente por conta da situação que nós nos encontramos neste país. Então, jamais, jamais seria um instrumento de vingança. Entendo que todos merecem.

Quero dizer aos colegas também da questão de que nós estamos realmente deixando de cumprir o nosso dever, quando deixamos lacunas, mas, ao mesmo tempo, o Poder Judiciário só age quando é provocado e a Rede Sustentabilidade o provocou. Então, que fique muito claro, que fique muito claro tudo isso e que jamais eu vou utilizá-lo.



O que entendo é o seguinte, e já quero aqui deixar de antemão esclarecido: para o primeiro escalão de todos os Poderes eu vou votar contrariamente. Para os servidores desses Poderes e tudo o que for possível para ajudar a população brasileira eu votarei a favor. Mas, neste momento, entendo que não é possível conceder este aumento. Então, por isso, já deixo registrado.

Muito obrigada. **(Vide Item 2.2.6 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, Senador Carlos Viana. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG. Para discutir.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero me juntar aqui aos meus colegas que falaram anteriormente sobre o momento que nós estamos vivendo no Brasil, em que é nossa responsabilidade dar satisfações ao contribuinte, aquele que paga e banca a Casa, os nossos salários, tudo aquilo que nós aqui despendemos para o exercício da democracia.

A meu ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, não é hora de nós darmos aumento para ninguém, ninguém, nem para nós e nem para nenhuma outra categoria, enquanto nós não discutirmos com clareza o impacto que essa PEC que foi aprovada aqui pelo Senado, chamada de PEC do teto de gastos, que está sendo aprovada na Câmara dos Deputados, qual é o impacto verdadeiro dela nas finanças brasileiras, porque teto de gastos significa responsabilidade, significa mostrar que nós estamos atentos ao que o país pode e ao que não pode, numa experiência muito dolorosa que nós tivemos no passado, de descontrole, de inflação, de desemprego, e que muitas vezes o discurso de se ajudar os mais pobres é exatamente o que mais prejudica os que ganham menos, porque quando um país perde o controle fiscal, o desemprego vem para as famílias mais pobres, a inflação tira o salário dos trabalhadores. Isso nós já temos na história brasileira. Então, a meu ver hoje, não é uma questão de vingança, é uma questão de responsabilidade nós deixarmos para fevereiro do ano que vem uma discussão sobre como o país vai reagir, qual realmente será o nosso orçamento disponível, e aí sim tomarmos decisões futuras. Esse é o meu posicionamento muito claro.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero me juntar também à indignação de vários Senadores, alguns que têm coragem de falar e outros que não têm.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Eu não sei nem para que nós vamos votar isso aqui, porque quando a gente vota em conjunto no Parlamento, a maioria decide um assunto, aí um partido que tem pouquíssima representação no Parlamento, um Senador que não tem diálogo com os colegas, por qualquer que seja o motivo, vai ao Supremo Tribunal Federal, consegue uma decisão favorável, e 81 Senadores são obrigados a se curvar a essa decisão. Eu não sei para que, já que toda vez que a gente vota e alguém não gosta, vai lá, os juízes vêm aqui, os ministros, e interferem. Então, agora, além de discutirmos os salários a partir de fevereiro, Sr. Presidente, que é o meu posicionamento, eu gostaria de propor a V. Exa. uma discussão séria sobre o reordenamento e o reequilíbrio entre os Poderes. Nós não podemos aceitar o Senado se abaixar para uma decisão monocrática de um ministro, como já...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – Colocam 81 Senadores aqui de joelhos. Está errado isso! Isso é um desequilíbrio no país, na nossa República.

Pego a V. Exa., que é jurista e que é respeitado em nosso estado: nós precisamos, em fevereiro, discutir com sobriedade, com equilíbrio, quais são os pontos que nós precisamos melhorar. Se nós, na



Constituição, não temos a clareza sobre uma lei, não cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir por nós. Esse Supremo tem que devolver uma consulta a nós, que temos voto, que fomos para a rua pedir às pessoas que nos fizessem representantes. Este momento, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, exige de nós esse questionamento sobre nosso trabalho, sobre a nossa importância, a nossa altivez como Senadores.

Esse é o meu posicionamento claro. Não estou aqui para dizer “não” ao aumento de salário porque não reconheço a importância do Judiciário. Reconheço e entendo claramente o quanto o Brasil precisa de um Judiciário...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MG) – ... mas nós precisamos dar respostas à população. Onde eu sou parado? Andando nas ruas, as pessoas perguntam: para que serve o Senado? O que vocês estão fazendo lá se, toda vez que vocês tomam uma decisão, o Supremo muda? Então, quer dizer que aquilo que a direita conseguir, o Supremo destrói; o que a esquerda não conseguir, o Supremo vai dar o apoio. Como é o negócio?

Então, hoje, faço essa reflexão aqui com os Srs. Senadores, num voto contrário não pelo merecimento, mas para que, no momento oportuno, a gente possa discutir com mais responsabilidade o orçamento brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para discutir, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, vou me somar aos Senadores Girão, Portinho e outros sobre este tema e lamentar o processo que está parado na CCJ.

Nós discutimos este assunto, Senadores Girão e Portinho, dos penduricalhos do Judiciário, R\$14 bilhões, R\$15 bilhões. Tem um juiz do Mato Grosso que chegou a ganhar R\$500 mil no mês, entre salários e penduricalhos.

Nós aumentamos aqui, e será mais um passo para aumentar também os próprios penduricalhos.

Então, a minha manifestação é contrária.

E gostaria de dizer, Senador Kajuru, que, ontem, na hora da votação do nosso salário, eu estava no serviço médico, não estava presente no instante. Se estivesse aqui, votaria contrário. Meu voto foi computado, porque não houve votação nominal. Mas só quero registrar meu voto com relação ao nosso salário, que foi discutido ontem, aqui neste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

A matéria continua em discussão.

Não havendo mais...

Perdão.

Senador Esperidião Amin, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu acho que muito mais do que discutir topicamente este projeto, eu lamento que nós encerremos esta sessão legislativa e também a legislatura sem uma discussão séria a respeito do reequilíbrio indispensável para a harmonia entre os Poderes.

Eu, de longa data, venho alertando, venho dizendo do meu inconformismo com a situação de perdurar



este Inquérito 4.781, que é um veneno para a sociedade brasileira e é um veneno para o Judiciário.

O Judiciário brasileiro, especialmente a Suprema Corte, está chamando para si uma indignação crescente ao deixar que o Inquérito 4.781 esteja dominando a cena política e a cena prisional e de cerceamento à liberdade e a eventuais excessos decorrentes da liberdade de expressão, que nós devemos consagrar como um princípio inalienável. Sujeito a julgamento, sim, mas não sujeito a um arbítrio continuado, como está acontecendo.

O Inquérito 4.781 é um veneno para a sociedade brasileira!

E nós estamos assistindo ao encerramento de uma sessão legislativa sem que este tema sequer fosse discutido institucionalmente entre os Poderes, porque nem mesmo pelos convites para que ouvíssemos Ministros, que tiveram a sua nomeação aprovada pelo Senado, se dignassem a nos esclarecer, a dialogar institucionalmente.

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Se houver algum excesso de alguém, caberá... Se o excesso for aqui no Senado, caberá a nós discutirmos e debelarmos os excessos, mas sequer há discussão institucional.

E concludo, para dizer o seguinte.

Esse caso concreto da decisão do Ministro Gilmar Mendes, por quem eu tenho inclusive apreço pessoal, e respeito a sua cultura... Mas, no domingo, na segunda que antecede o recesso do Supremo, tomar uma decisão monocrática...

Eu não vou fazer aqui toda a autópsia, mas ainda farei esta autópsia na Comissão de Justiça.

Sr. Presidente, um mandado de injunção arquivado no dia 15 de fevereiro deste ano. E aí, como bem lembrou a Senadora Simone, Soraya Thronicke, perdão, lembrou agora: alguém vai ao Supremo, sabendo quem é que o juiz prevento deste caso, e obtém uma decisão monocrática, num domingo para uma segunda-feira, interferindo em plena deliberação do Senado na PEC do limite de gastos, para deixar atordoada a sociedade brasileira e perplexos, mas sem reação, os integrantes do Congresso?

Repito, isso é um caso antológico, é tautológico. Um mandado de injunção arquivado em 15 de fevereiro de 2022, portanto, encerrado, é objeto de uma petição oportunista, que deu entrada no dia 16 de dezembro, e recebe uma decisão monocrática na véspera do recesso. E aí quero dizer: nós poderíamos ter debelado isso se tivéssemos aprovado, em setembro de 2019. E quero aqui dizer: V. Exa. votou a favor da PEC do Senador Orlino, que disciplinava decisões monocráticas e pedidos de vista, mas infelizmente não conseguimos os votos necessários no Senado. V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, votou a favor. Eu fui o Relator.

Então nós temos uma decisão monocrática, com reflexo sobre toda a sociedade brasileira, Executivo, Legislativo, problema social, como é o caso, baseado num malabarismo jurídico, que afeta, de maneira dramática, a sociedade brasileira, e deixa perplexos os membros do Congresso.

Então eu quero dizer que, muito mais do que invectivar contra decisões no seio desse Inquérito 4.781, que eu considero um instituto inquisitorial, faz parte do resgate da Santa Inquisição – que, graças a Deus, não existe mais, mas é semelhante –, é para lamentar pelo fato de nós não termos agido como devemos agir para impedir que tanto o Inquérito 4.781 seja alguma coisa... Vai completar quatro anos, em março de 2023 ele estará completando quatro anos de existência, algo que está fora do Estado democrático de direito, mas que governa o Brasil e intimida pessoas, não só Parlamentares, mas cidadãos.

E a respeito desse incidente, eu acho que oportunamente a Comissão de Justiça deve sobre ele debruçar-se. É um caso tautológico que magoa a relação do Judiciário com o Legislativo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro...

Para discutir?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não, quero falar como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Então, perfeito.

V. Exa. tem a palavra, Senador Fernando, para discutir, o Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado.

Prestei atenção às diversas manifestações que surgiram no Plenário contra a apreciação do projeto que acabei de relatar. Os argumentos que foram colocados, muitos deles questionando decisões ou iniciativas tomadas pelo Supremo ou por Ministros do Supremo Tribunal Federal... Eu queria apenas pedir a atenção e a reflexão dos meus companheiros e companheiras de Senado para dizer que, desde o dia de ontem, nós estamos votando projetos que reajustam os salários de diversas instituições do Governo Federal, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública. Já votamos a matéria que regula os novos subsídios para Presidente, Vice-Presidente da República, para Deputado Federal, para Senador da República. Isso ficou já aprovado e nós fixamos os valores que não repõem a perda salarial que se verificou nos últimos seis anos, em função da situação fiscal que estamos vivenciando. A corrosão salarial foi de 24,5%; a proposta de reajuste dos subsídios foi de 19,25%. Chamo a atenção para aqueles que manifestam a preocupação com o gasto público de que essas decisões estão amparadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela lei do teto do gasto público, porque cada instituição, cada Poder fará essas reposições dentro dos seus duodécimos, dentro dos seus orçamentos. Portanto, não haverá gasto a maior. Vai ser preciso, como o Presidente Rodrigo Pacheco aqui fez no Senado Federal, racionalizar despesas, cortar despesas para que se possa ter condições, ao final do seu biênio, de poder fazer justiça com os servidores da Casa e repor parte dessas perdas.

Agora, chamo a atenção para o fato de que nesse debate sobre outras questões aqui suscitadas o próximo Congresso terá oportunidade de aprofundar e de encaminhar as melhores soluções. Mas nós não podemos, depois de termos votado o reajuste do Presidente da República, decidir que os Ministros do Supremo Tribunal Federal vão ganhar menos do que o Presidente da República. Isso é inconcebível! Nós temos que buscar a harmonia entre os Poderes.

Quero dizer ao meu prezado colega Carlos Portinho que algumas dessas críticas, como, por exemplo, as decisões monocráticas, que aqui tem diversos projetos para aperfeiçoar, creio que nós vamos ter que avançar e torço para que a próxima legislatura possa avançar nesse sentido, mas, agora, o momento próprio é de oferecermos harmonia, equilíbrio, justiça, e estamos fazendo isso com todas as instituições e com todos os Poderes.

Por isso, Sr. Presidente, antes de abrir o processo de encaminhamento pelas Lideranças, como V. Exa. me confiou a responsabilidade de relatar esses importantes projetos, eu queria deixar, aqui, um apelo, um apelo generoso aos meus companheiros e companheiras do Senado Federal, para que a gente, na hora de votar, pudesse acompanhar o Relator, votando “sim”, para que a gente possa concluir este processo valoroso...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB -



PE) – ... de reconhecimento de todas as instituições da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Até à luz do pronunciamento do Senador Fernando Bezerra, que destaca alguns pontos importantes, sobretudo de que são vários projetos de recomposição salarial, todos eles, inclusive, aquém do processo inflacionário que assolou o Brasil, nos últimos anos, há o fato também de se tratar de uma despesa dentro do orçamento do próprio Poder Judiciário.

Então, os argumentos foram todos lançados no parecer. Há, de fato, diversos projetos, inclusive muitos já aprovados: o da Defensoria Pública da União acabamos de aprovar em instantes; aprovamos os da Câmara, do Senado, dos Parlamentares, do Presidente da República.

Então, a ponderação que faço, Senador Eduardo Girão, Senador Carlos Portinho, Senador Jorge Kajuru, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Carlos Viana, é se, eventualmente, poderíamos fazer como fizemos, ontem, no caso dos Parlamentares, a votação de forma simbólica, com o registro dos votos contrários. Se V. Exas. concordassem, procederíamos dessa forma. Se não concordarem, obviamente que é direito, dentro do preenchimento dos requisitos regimentais, o pedido de verificação.

Então, com a palavra o Senador Carlos Portinho, Líder do Governo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, escutei. O nosso Relator sempre é brilhante. Ainda não me saciei com relação à questão dos supersalários. Por isso é que, nesta categoria, pedi para discutir. Foi a única que eu discuti, porque acho que essa discussão é maior, inclusive, do que a questão do aumento e já é uma discussão que leva tempo.

Sem maior polêmica, eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer o requerimento para que a votação fosse nominal e com verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente.

Passamos à apreciação da matéria. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, se possível, com a orientação das bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu vou promover a votação simbólica, vou acolher o pedido de verificação... (*Pausa.*)

Não, calma. Eu não vou dar nominal de ofício. A nominal é pedida por V. Exa., no pedido de verificação, desde que haja o apoio regimental. Então, peço a atenção dos Senadores, para que possam fazer o apoio da verificação, caso queiram.

A Presidência submeterá a matéria, diretamente, à votação simbólica.

Em votação, o projeto e as emendas, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto. (*Pausa.*)

Foi pedido verificação? (*Pausa.*)

Quem apoia a verificação?

Senador Carlos Portinho, Senador Eduardo Girão, Senador...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O pedido de votação nominal tem apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeito. Já tem apoio? Já tem quatro? (*Pausa.*)

Já tem quatro.



O Senador Heinze pede o apoio da verificação também?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Carlos Viana.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Eu apenas estou votando contra, Presidente, porque, se eu fui contra o meu aumento de salário, eu tenho que ser coerente. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente.

A verificação está...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Agora, eu não sou favorável à nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A verificação pedida está acolhida pela Presidência.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Para orientar, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema eletrônico.

Como orienta o MDB?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, pelas razões aqui expostas, sempre com muita competência, pelo Senador Fernando Bezerra, escolhido por V. Exa. para relatar essa matéria, tendo em vista as votações que já aconteceram anteriormente, mantendo, portanto, uma coerência do Poder Legislativo com essa questão e ao mesmo tempo, Sr. Presidente, fazendo aqui algumas ressalvas, primeiro, quero cumprimentar V. Exa. pela condução independente, ativa e comprometida com a Constituição da República e com a democracia.

A democracia, Sr. Presidente, precisa ter seus sistemas de pesos e contrapesos. Nós não podemos, a título de uma eleição, estabelecer um vale-tudo e estabelecer que a *fake news* pode tudo e que as honras e os parâmetros de dignidade serão rasgados sem que haja a tutela do Estado de direito. E V. Exa., durante todo este processo, defendeu de forma intransigente a democracia como função do Senado da República, esta Casa que tem, praticamente, 200 anos na República brasileira e que tem um papel singular na democracia. E V. Exa. tem desempenhado...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... com muita altivez esse papel.

Quero dizer, portanto, que votamos “sim” ao projeto, e queremos aqui declarar, mais uma vez, a nossa satisfação, do MDB, pela forma esportiva, honesta, sincera com que V. Exa. tem demonstrado compromisso com a Constituição e com a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Obrigado, Líder Eduardo Braga.

Como orienta o PSD?

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu queria parabenizá-lo pela condução da sessão, parabenizar o Relator, Senador Fernando Bezerra, e dizer que é importantíssimo manter o respeito aos Poderes constituídos, o respeito às Casas desta Constituição.

Por isso, nós já votamos hoje aqui reajuste do Poder Executivo e agora não poderíamos criar uma desigualdade. Por isso, o PSD encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PL?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, por fineza, eu lhe peço desculpas. Eu não quero voltar a ter aquele momento aqui, no Plenário. Eu não estou passando bem. Eu pediria prioridade para votar em nome do Podemos como Vice-Líder do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – V. Exa. tem a prioridade.

Como orienta o Podemos, Senador Jorge Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para orientar a bancada.) – Eu lhe agradeço.

O Podemos segue o que eu tenho feito desde ontem. Portanto, a orientação para o nosso partido, o Podemos, é votar “não”, ou seja, contra o aumento de salários dos Ministros do STF.

Muito obrigado pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Podemos orienta o voto “não”.

Estimo melhoras ao Senador Jorge Kajuru.

Como orienta o PL?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PL orienta a sua bancada o voto “não”.

Falando em pesos e contrapesos: é uma medida também de pesos e contrapesos, afinal a gente está dando um aumento para a única categoria no país, o STF, que está no teto, acima do teto, por conta dos supersalários. Então, essa categoria precisa primeiro regular os supersalários, acabar com essa vergonha nacional que são os supersalários, um Poder recebendo mais do que outros Poderes, um Poder superando outros Poderes nas suas funções e na sua remuneração.

A orientação é “não” pelo PL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o Progressistas?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para orientar a bancada.) – Orientamos “não”, Sr. Presidente, e lamentamos, mais uma vez, o projeto dos supersalários dormindo aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o Partido dos Trabalhadores?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a bancada vai votar “sim”, nos termos da explicação do Relator, uma vez que os próprios órgãos estão assumindo as despesas a partir dos seus orçamentos.

No entanto, queria chamar a atenção dos companheiros para o fato de que a gente vem votando desde



ontem aumentos salariais, inclusive para funcionários desses órgãos. Portanto, a questão dos supersalários é outro debate, é outra questão que está colocada.

Eu, inclusive, Presidente, quero aproveitar, depois das orientações, para me inscrever para continuar o debate provocado pelos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PSDB? (*Pausa.*)

Como orienta o União Brasil? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Pois não, PSDB, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu tive oportunidade ontem de me manifestar sobre o posicionamento do Supremo com relação a outras matérias, mas entendo que são coisas distintas. Nós votamos matérias desde ontem, foram votados aumentos em votação simbólica até, alguns não participaram, mas são matérias distintas.

Eu quero, pelo PSDB, liberar a bancada. Nós não discutimos a matéria especificamente do Supremo, mas eu vou liberar a bancada na votação dessa matéria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o União Brasil? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT?

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – O PDT orienta “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O PDT orienta o voto “sim”.

Como orienta o PTB?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para orientar a bancada.) – O PTB orienta o voto “sim” e se dá por satisfeito com as manifestações últimas do Senador Relator Fernando Bezerra.

Ao tempo em que cumprimento o Relator, também manifesto a posição favorável do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o Cidadania? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos? (*Pausa.*)

Como orienta a Rede, Líder Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeiro me permita fazer um registro porque eu acho que nós estamos, talvez, na última sessão do período legislativo e eu queria, antes da orientação deste voto, prestar as homenagens devidas a V. Exa.

Nós vivemos, no último período, a quadra mais difícil da história do país recentemente. A democracia brasileira esteve na iminência da ruptura, sob ameaças constantes advindas, sobretudo, do mais alto mandatário da nação.

Há dois anos, Presidente, eu externei para V. Exa., em encontro que tivemos, que V. Exa. presidiria



este Senado, este Congresso Nacional, no biênio mais difícil de nossa história. Disse a V. Exa. naquele encontro que tivemos, momentos antes de anunciar o apoio a V. Exa., que, dessa mesma cadeira em que V. Exa. hoje está sentado, há quase 60 anos, um antecessor seu chamado Auro de Moura Andrade declarou vaga à Presidência da República com o Presidente da República estando em território nacional, consolidando um golpe de Estado que trouxe uma noite de 20 anos de trevas para a nossa democracia.

Presidente, a postura que V. Exa. tem assumido, sobretudo neste ano, de apoio às instituições, de defesa intransigente da democracia brasileira, permita-me dizer que redimiui a cadeira da Presidência do Congresso Nacional, redimiui o erro crasso cometido por quem ocupou essa cadeira há quase 50 anos, o Sr. Auro de Moura Andrade. E que este seja para sempre o papel do magistrado que é o Presidente do Congresso Nacional, se assim o for: ser sempre a *ultima ratio* da defesa da democracia brasileira.

Antes do encaminhamento do meu voto, Presidente, fiz questão de fazer este registro porque soam dissonantes as posturas, até um tanto...

(*Soa a campanha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Por videoconferência.*) – O golpismo caminha com a hipocrisia, Presidente. É a isso que assistimos. Veja, nós tivemos duas votações anteriores, e em nenhuma foi pedida verificação de voto. Muitos que agora querem manifestar o voto, no momento anterior, se manifestaram votando favoravelmente aos reajustes do Presidente da República e da Defensoria Pública da União. Eu acho que essa postura, como diria, tem significado de diagnóstico com o aumento que nós tivemos. Não é um voto contra, é uma retaliação, uma retaliação característica dos momentos que vivemos e uma retaliação talvez ao papel que a Suprema Corte do país cumpriu neste último período, de defesa da democracia.

Eu encaminho pela Rede o voto “sim”, Sr. Presidente, e eu concluo reiterando as homenagens devidas à postura de V. Exa. e àquelas instituições que tiveram a coragem, neste momento, de defender a democracia brasileira e fazer com que nós não tivéssemos outras noites de trevas.

Daqui a uma semana o Presidente Lula vai subir a rampa, vai tomar posse, porque é assim que funciona a democracia: uns ganham e governam, outros perdem e cumprem o papel democrático de oposição. O inconformismo com o resultado democrático das urnas é característico, como dizia Castello Branco, daqueles que vivem às beiras dos quartéis, incitando os tenentes para que novamente a democracia brasileira seja rompida. Não será, Presidente. A democracia brasileira sobreviveu a 1985, de 1985 até hoje, e sobreviverá por muito tempo.

O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Líder Randolfe Rodrigues.

Como orienta o União Brasil, Líder Davi Alcolumbre?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, boa tarde a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Não estou conseguindo entrar no aplicativo, mas faço questão de participar e acompanhar o voto do Relator da matéria. Na linha do que foi dito pelo Líder Randolfe Rodrigues, encaminhar o voto favorável ao relatório apresentado e solicitar aos companheiros Senadores e Senadoras do União Brasil que votem “sim” a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que registre o voto “sim” do Senador Davi Alcolumbre.

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero evidentemente orientar com o Relator, mas, antes de qualquer coisa, eu quero dar um depoimento ao Brasil a respeito dos dias caóticos, difíceis que nós passamos no nosso país, sobretudo neste ano que estamos encerrando agora.

É evidente que muita gente desejava que nós saíssemos das regras da democracia e da Constituição. Eu, poucas vezes, tive tanto orgulho do Supremo Tribunal Federal quando, por 6 a 5, o Supremo Tribunal Federal revogou essa excrescência que nós costumamos chamar de orçamento secreto. O sistema de pesos e contrapesos existe para isso.

Eu já fui quatro vezes Presidente do Senado e do Congresso Nacional. Eu queria, em favor de V. Exa., dizer que, em poucos momentos deste Senado, estive aí sentado nesta cadeira alguém com o posicionamento de V. Exa. que, na hora em que a democracia correu risco, afirmou o Poder Legislativo na defesa da democracia, da Constituição, do fortalecimento dos Poderes, da independência deles, claro, mas sobretudo da harmonia. Eu tenho muito orgulho de ser presidido por V. Exa. e tenho, assim, um orgulho muito grande de o Supremo Tribunal Federal ter decidido, na última semana, a revogação do orçamento secreto.

Eu acho que, com relação à decisão do Ministro Gilmar, já havia uma pacificação no Supremo Tribunal Federal com relação a isso. As decisões adotadas pela Corte, ao longo dos anos, indicavam que é, sim, obrigação do Estado o cumprimento do Estado necessário do ponto de vista social. O Brasil é um país desigual...

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o Estado tem, sim, responsabilidade em minimizar essa desigualdade.

Eu queria, no momento em que voto com o Relator – recomendo à nossa bancada –, dizer que nós estamos vivendo a plenitude democrática, as instituições estão funcionando, os Poderes estão funcionando. E, mais uma vez, é fator de satisfação sentado aí na cadeira de Presidente do Senado alguém com o valor de V. Exa. para agigantar o Legislativo no cumprimento efetivamente do seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Como orienta a Minoria?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Presidente, fazendo coro ao Líder da Maioria também, mais uma vez, neste final de legislatura que temos, parabeno-o pela iniciativa de colocar o projeto em votação.

E quero dizer que a gente não pode misturar aqui alhos com bugalhos, não é? Uma coisa é a discussão válida, democrática, talvez icônica, às vezes panfletária, de crítica à Suprema Corte, que jamais deveria esbarrar na difamação. Essa é uma coisa. Outra coisa é a necessidade ou determinação administrativa, constitucional, a reposição convencional desse processo, que decorre do pacto federativo. Então, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Vamos discutir salário? Vamos discutir o salário mínimo também. Vamos discutir o salário de ministro, dessa ou daquela autoridade, dentro do processo que já existe, que está conformado, e o salário mínimo. Vamos discutir. O Governador do Rio deu um aumento para ele mesmo de 60%. Os executivos da Eletrobras privatizada se deram um aumento de 3.000%. Talvez, se os executivos da estatal anterior tivessem se dado aumento de 3.000%, não fossem considerados tão ineficientes quanto se acusou a Eletrobras estatal de ser, que não era.

Então, essas discussões são outras discussões. Esta discussão aqui é uma discussão administrativa



pura e simples. É uma autorização que temos que dar que decorre, como eu disse, do pacto federativo. Por isso e como o próprio Relator salientou, esses órgãos estão assumindo essas despesas dentro do seu próprio orçamento, de maneira que não há nada absolutamente grave.

E a nossa Liderança da Minoria orienta “sim”, com o Relator.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o Governo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Governo orienta “não”.

Democracia é quando os Poderes estão – aliás, é o pilar da democracia – no mesmo equilíbrio. E o que eu coloquei aqui é que tem um Poder que tem salário acima, remuneração acima de outro, ocasionado pelos supersalários, já reconhecidos pela Câmara, que aprovou a derrubada dos supersalários, que está aqui no Senado Federal. Democracia é quando um Poder não se sobrepõe ao outro, quando entende que convites para construir legislações devem ser atendidos, porque são convites e que os três Poderes juntos podem construir e devem construir o que é o pilar da democracia. Quando um está acima, não há democracia.

Com relação a aumentos outros, em outros estados, em outras categorias, vou falar de serviço público, porque o que é privado é privado...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quando a gente perde o exemplo, é isso que acontece. Já dizia o ditado, onde passa o boi, passa a boiada.

Por isso, o Governo orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta a Oposição, Líder Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Bom, Presidente, primeiro que de boiada o Governo atual realmente entende. Eles foram acostumados a passar todas as boiadas. Elas cessarão de serem passadas a partir de 1º de janeiro.

A atual Oposição orienta o voto “sim”.

E peço, Presidente, a gentileza de registrar o meu voto, porque eu não estou conseguindo aqui pelo sistema do Senado. Então faço o registro do voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que registre o voto “sim” do Senador Randolfe Rodrigues em relação a essa matéria.

Estamos em processo de votação nominal.

Como orienta a Bancada Feminina? *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema eletrônico. *(Falha no áudio.)*

O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Girão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, o quórum já foi alcançado? Será que podemos ver o resultado?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para



discursar.) – O.k.?

Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, assessores, funcionários desta Casa, brasileiros que estão nos acompanhando nessa última sessão do ano, eu, ao longo deste mandato – estou completando quatro anos agora no comecinho do ano que vem –, mantive sempre uma posição de independência aqui no Senado. Voto, de acordo com a consciência – sempre deixei isso muito claro –, e, em algumas matérias, diferentemente do Governo Federal, mas sempre buscando o melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Foi o caso, por exemplo, da retirada do Coaf da estrutura do Ministério da Justiça, quando eu divergi do Governo Federal, porque a gente não pode esquecer jamais que o Coaf, em conjunto com a Polícia Federal, procuradores do Ministério Público, formou o coração e o pulmão da Operação Lava Jato, o maior legado histórico do Brasil no combate à corrupção.

Também me opus aos decretos que buscavam a flexibilização do porte de armas, porque aumentam o risco de tragédias sociais. No meu modo de entender, é uma ilusão de segurança na medida em que o fator surpresa sempre favorecerá o meliante, o assaltante, que ainda ficará com a arma da vítima, que vai abastecer o crime.

Eu mantive uma total independência, por exemplo, na questão da CPI da pandemia. Lá naquela época, eu alertava que foi uma CPI...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... que foi usada como um palanque político-eleitoral, tanto é que eu apresentei um voto em separado, mostrando, apontando equívocos do Governo Federal, apontando posições equivocadas, mas também ressaltando que a corrupção não foi investigada nos estados e municípios.

Nessa semana que passou, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, eu estive reunido com o Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e reconheço também... Independência é isso, criticar o que tem que criticar, de forma construtiva, sempre, mas reconhecer o que está correto. O excelente resultado que vi na política externa brasileira, conduzida pelo Ministro, foi concretizado com uma ação contínua e eficaz sobre todo o corpo diplomático brasileiro, dos técnicos especializados do Itamaraty. São informações desconhecidas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – São informações, Presidente, desconhecidas pela sociedade em função da falta de interesse de grande parte da mídia, por questão política e ideológica, de divulgar, mas é meu dever fazer isso. Por exemplo, entre as principais realizações, eu quero destacar as eleições de juízes para a Corte Interamericana de Direitos Humanos e para a Corte Internacional de Justiça, órgão máximo no campo jurídico da ONU. Pela primeira vez na história, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem a presidência de um brasileiro. Mas chama a atenção o reconhecimento internacional do Brasil na eleição para o Conselho de Segurança da ONU, para o biênio 2022-2023, tendo recebido – atenção! – 181 votos dos 190 possíveis. Desde 2011, o Brasil não ocupava essa estratégica posição, para os diplomatas brasileiros poderem atuar na prevenção e solução de conflitos visando à paz mundial.

Outro grande destaque foi o cumprimento efetivo pelo Governo da nova Política Nacional Antidrogas, aprovada em 2019 – e eu pude colaborar nas Comissões – pelo Congresso Nacional. Em três anos, multiplicou-se por dez o número de vagas oferecidas em todo o país para o tratamento da dependência



química. Só para vocês terem uma ideia, nos governos anteriores, tinha 2 mil vagas; hoje, tem 18 mil vagas de acolhimento, de atenção. Isso é humanidade, e a gente tem que reconhecer. A mesma efetividade se deu na agilização das apreensões e leilões de bens móveis e imóveis utilizados pelo tráfico, reduzindo o nível da lavagem de dinheiro.

Para encerrar, eu entendo, Sr. Presidente, que deva ser a postura correta neste momento, de uma certa forma, reconhecer, no balanço, pontos positivos deste Governo que está se encerrando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Próximo orador inscrito, Senador Telmário Mota. (*Pausa.*)

Próximo Senador inscrito, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria resgatar neste debate aqui a questão da democracia. Daqui a pouco, eu vou falar sobre o término do meu mandato.

Eu já estou aqui, nos corredores deste Congresso, desde a época da organização da Constituinte, e tudo que nós conquistamos, por mobilização da sociedade, nós conseguimos colocar na Constituição brasileira. E um dos patamares mais basilar da questão da democracia é aquilo que o próprio Líder do Governo falou: o equilíbrio entre os Poderes; e não é só equilíbrio, é respeito entre os Poderes.

E eu também disse uma coisa para ele, que eu vou dizer publicamente: o culpado disto, de nós estarmos tentando andar em cima de vidros quebrados, lâminas, é o atual Poder Executivo. Quem mais agrediu todos os Poderes – quem? –, se não foi o próprio titular da Presidência da República, agredindo inclusive pessoalmente as pessoas da constituição dos Poderes, publicamente e via as tais das redes sociais, que ele usa como instrumento para agredir os Poderes?

Temos, por exemplo, o General Heleno, um dos grandes lá do Palácio do Planalto. Ele mesmo achincalhou o Poder...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... Parlamentar quando disse lá – e, veja bem, eu não estou defendendo o centrão ou qualquer grupo, mas, quando chegou lá, não falou sobre o centrão? – e pegou até uma música e fez: “Se gritar pega ladrão, não fica um meu irmão”, referindo-se a um setor do Congresso Nacional. Não vi ninguém aqui questionar o general.

E, ao falar sobre grandes salários, não foi o atual Executivo que aumentou não sei quantas vezes os salários de alguns generais?

Então, companheiros, companheiras, colegas e colegas, a questão da...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... tem que ser defendida para quem agride, seja Ministro do Supremo, seja nas suas decisões, seja o Presidente da República, seja general.

Aqui, nesta Casa, se é que a gente defende a real democracia, a gente tem que reclamar a todo momento, seja de onde vier.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Eu comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós apreciaremos ainda hoje a PEC da



transição, que já está finalizada na Câmara dos Deputados. Nós estamos aguardando para poder fazer a apreciação do texto ainda hoje na sessão do Senado. Por isso, peço a presença de todos os Senadores e todas as Senadoras no Plenário.

Todos já votaram?

Nós podemos encerrar a votação?

Senador Eduardo Braga, Senador Eduardo Girão? (*Pausa.*)

Encerrada a votação em turno único.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 51 Senadores; NÃO, 18 Senadores. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.6 do Sumário**)

Uma abstenção.

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha, Líder do Partido dos Trabalhadores, V. Exa. gostaria de fazer uso da palavra na tribuna? (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para o seu pronunciamento.

Peço a permanência dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, vamos votar matérias ainda hoje, peço a presença.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Silêncio. Senador Renan...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Renan Calheiros.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Braga.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Eu vou falar agora da minha estada aqui no Congresso Nacional, desde 1991. Vai terminar o meu mandato dia 31 de janeiro de 2023, portanto, eu estou aqui há 20 anos como Deputado Federal e há oito anos como Senador da República.

E eu vou começar meu discurso – não organizei nada –, vou começar meu discurso, cantando, ouviu, Presidente? Presidente Rodrigo. (*Pausa.*)

Presidente Rodrigo. (*Pausa.*)

Presidente Rodrigo, vou começar o meu discurso cantando aqui:

Ah, se o mundo inteiro me pudesse ouvir

[tinha] muito pra contar, dizer que aprendi...

Eu não tenho uma formação de curso superior. Não tive oportunidade, porque, na época, não tinha as condições, nem a minha família me dava as condições, mas tudo que eu aprendi, eu aprendi na vida com meus pais, com minha mãe, com meu pai, aprendi no PT, na luta social, na luta política. E quero



dizer que o Congresso Nacional foi uma verdadeira universidade para mim, principalmente na formação política e na formação, inclusive, de aprender numa sociedade em que a gente vive tão plural e, com esses interesses... Aprendi que aqui é uma Casa de defesa dos interesses, portanto, não é nenhum pecado alguém defender este ou aquele interesse. O importante, e isso eu aprendi também aqui, é que a gente tem que respeitar um ao outro para a gente poder ser respeitado. Esse foi um...

E eu estou aqui há algum tempo... Cadê a Rose? A Rose, o Paim, o Esperidião Amin, não sei se ele está no... E o Chico Rodrigues. Ah, e também o Renan. Eu estou aqui desde esse tempo. Se tiver algum reparo no meu comportamento, vocês têm que dizer aqui, porque vocês estão comigo desde esse tempo. Eu acho que somos aqui, pelo levantamento que eu fiz, nós somos os mais longevos. E aprendi com vocês, inclusive. Repito: Rose, Paim, Esperidião Amin, Chico Rodrigues. A Rose e o Paim estão desde a Constituinte, chegaram um mandato antes do nosso aqui.

Mas eu convivi aqui com grandes nomes. Nós convivemos com grandes nomes, como tem, também hoje, grandes nomes, mas eu queria repetir alguns nomes aqui do período em que a gente conviveu: Ivete Vargas, que é uma grande Parlamentar, Ulysses Guimarães, Jobim, Franco Montoro, Mário Covas, Miro Teixeira, Genoio, Pedro Simon, Brossard, Florestan Fernandes, que era um grande intelectual, mas virou Deputado Federal, e o Darcy Ribeiro, enfim.

Então, aqui a gente tem muito o que aprender, como nós estamos aprendendo agora com grandes quadros que temos aqui no Congresso Nacional.

Eu saio, assim, de cabeça erguida, porque eu entrei aqui num momento em que o PT – e essa é a verdadeira escola de luta, o meu Partido dos Trabalhadores, por isso eu não abro mão de usar a estrelinha todo o tempo, não sai do meu lado esquerdo, porque o PT foi o grande instrumento político que nos colocou nesse momento, quando ainda a representação política nestas Casas era só a representação da elite brasileira e foi o Partido dos Trabalhadores, podem falar, que colocou aqui outros setores, principalmente, de uma área mais humilde e mais baixa –, quando eu cheguei aqui em 1991, foi o momento em que o PT colocou o maior número de operários aqui: Chico Vigilante, Adão Pretto, o nosso colega lá do Amazonas, Ricardo Moraes, eu mesmo aqui, tem outro do Amapá, o Lourival, mulheres como a... e tantas outras.

Mas é o PT que oportuniza, por exemplo, colocar uma companheira como Benedita da Silva, que em torno só de uma pessoa tem todo um conjunto de discriminação que a visão elitista tem no nosso país: mulher, negra, favelada, empregada doméstica. Virou Governadora, virou Senadora, Deputada Federal.

Quero dizer com isso que quero valorizar aqui no meu discurso a boa política para resgatar – e é responsabilidade nossa –, esse processo da construção política da construção da democracia. Vale a pena para a gente buscar a dignidade, a justiça, a paz e a perspectiva de buscar uma sociedade justa, com diferenças diminuídas para que a gente possa construir deste país uma nação.

E, como diz o poeta, além de construir deste país uma nação, a gente virar todos cidadãos, e foi isso que eu fiz do meu mandato: este instrumento político de transformar esse Brasil numa verdadeira nação e que a gente viva como verdadeiros cidadãos. E viver como verdadeiro cidadãos é acabar com fome, acabar com a miséria, acabar com as desigualdades regionais, acabar com as desigualdades entre homens e mulheres.

Portanto, eu saio daqui orgulhoso da minha atuação e da minha atividade política aqui, porque eu deixo um legado para o meu estado e para o Brasil. Eu consegui aprovar aqui dez leis importantes para isso que eu estou falando: dignidade, cidadania, democracia, etc.

Por exemplo, naquela época, quando nós chegamos aqui, tinha muita perseguição aos dirigentes sindicais. Eu aprovei uma lei anistiando esses dirigentes sindicais.

Eu vim de um estado onde ninguém acreditava, a sociedade brasileira dizia que não acreditava que existia ainda trabalho escravo. Fui eu que trouxe para cá e aprovei a lei de combate ao trabalho escravo, e



que inclui no Código Penal Brasileiro a questão do combate ao trabalho escravo.

Fui eu que com outros mais três companheiros aprovamos o seguro defeso dos pescadores. Naquela época, quando nós chegamos, nós estávamos fazendo a regulamentação da Constituição e nós conquistamos o seguro-desemprego. O Relator, na época, era o então Deputado José Serra. Foi aproveitando o debate sobre seguro-desemprego que a gente incluiu uma emenda do seguro defeso – nossos estados, como Pernambuco, têm um movimento forte dos pescadores, bem como o Estado do Pará, o de Santa Catarina e tantos outros estados –, que é uma combinação de ter um salário no período em que ele não pode pescar. É por isso que a gente chamou de seguro defeso, que é para manter o estoque na época da desova, da piracema, para a recuperação do cardume.

A lei de obrigar os estados a manterem 2º grau nos presídios foi exatamente para oportunizar que aquele jovem que vai para lá volte com a condição de ser ressocializado na sociedade brasileira.

Enfim, falei ainda há pouco sobre a questão da profissão dos agentes comunitários de saúde, além de tantas outras coisas.

Eu queria...

Sinceramente vou orgulhoso não só de ter cumprido o meu dever como Parlamentar, representando o meu Estado do Pará, mas também porque eu fiz muitas amizades aqui e aprendi muito com cada companheiro, inclusive nas divergências, nas divergências!

Portanto, eu vou sair daqui com o dever cumprido. E eu queria agradecer exatamente este momento a todos os meus colegas, tanto os Deputados Federais – já nominei alguns aqui com quem convivi – quanto os daqui, no Senado Federal, onde aprendi muito e convivi muito. Mas também vou levando saudades da forma como a gente conviveu aqui, principalmente de todos os funcionários daqui da Casa, nos corredores, desde os mais simples. Todo mundo sabe como eu trato todos, do mais simples até os nossos universitários, que são os nossos consultores, os nossos grandes assessores do Congresso Nacional.

Eu queria, por fim, agradecer aqui... Não vou agradecer a toda a minha família porque, infelizmente, a minha mãe teve dezessete filhos com o meu pai, eu sou o primeiro e tem tantos outros, e cada um teve filhos, portanto, são quase centenas de primos, de sobrinhos, etc... A minha mãe, que era uma luta, era orgulhosa de eu ser Deputado Federal. Pense em uma mulher orgulhosa de eu virar Deputado Federal. Infelizmente, ela não me viu Senador da República, porque morreu antes. Meu pai também, morreu de tanto trabalhar na roça. Eu queria agradecer à minha equipe, que está aqui perfilada e, em nome da minha família, queria agradecer à minha companheira Eliana, de 30 anos, que está ali, comportada. E queria dizer que eu vou com muita saudade, com muito sentimento de que eu queria conviver mais aqui. Mas as condições estão postas para mim para outro momento, outros momentos de continuar. Não vou sair da política. Se precisar voltar a militar lá embaixo, de novo, no movimento inicial, estarei lá, com meus 71 anos, mas estarei firme lá, continuando, acreditando que a política é um instrumento de transformação, que a política é um instrumento de conquista, que a política é um instrumento de mudanças, principalmente em um país como este, tão desigual, tão injusto e tão rico, que pode a gente, com a boa política, principalmente com esse instrumento de conquista e de transformações, a gente pode transformar este país em uma nação e que a gente conviva aqui com cidadãos brasileiros e brasileiras.

Eu queria saudar a todos. Se eu pudesse abraçar cada um, eu abraçaria. Vou ter momentos, e também momentos de tomar uma juntos, porque de vez em quando a gente se encontra por aí e toma uma.

Quero dizer o seguinte: aqui, Presidente, graças ao Senado Federal, a gente tem condições, e eu deixo registrado aqui todo o processo, a minha história, as minhas atividades no estado, as minhas emendas, que eu direcionei sempre para levar o bem-estar para a população. Eu queria, Sr. Presidente, inclusive, que você registrasse nos *Anais* da Casa, para que ficasse registrado meu trabalho e minha passagem pelo



Congresso Nacional.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Eu fiz um esforço muito grande... Eu não queria dar esse negócio, muita gente me chamou a atenção: “mas tu vais te despedir?”. Não. Eu vou dizer que está terminando meu mandato dia 31 de janeiro de 2023.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Rocha, o Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Paulo Rocha, nós gostaríamos, da Mesa... Evidentemente, isso não significa que os integrantes da mesma não o façam, como eu terei de fazê-lo, mas evidentemente há precedência do Presidente Rodrigo Pacheco para dirigir a V. Exa. palavras que não seriam senão de reconhecimento à sua trajetória exemplar de homem público.

Senador Presidente, Rodrigo Pacheco.

O Sr. Rodrigo Pacheco (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para apartear.) – Obrigado, Presidente Veneziano Vital do Rêgo.

É com enorme satisfação que aqui, do Plenário do Senado Federal, eu faço, frente a frente, esta saudação a meu amigo, Líder Senador Paulo Rocha, nesse seu pronunciamento de despedida do Senado Federal, que transmite, no seu semblante, um profundo sentimento de dever cumprido por aquilo que representou para o seu Estado do Pará, para o seu partido político, no exercício da Liderança do PT, aqui no Senado Federal, das muitas atribuições que teve, dos muitos embates que empreendeu, da sua presença muito assídua no Plenário do Senado Federal. Não havia um só momento, neste Plenário do Senado, em que estivesse ausente o Senador Paulo Rocha. Sem dúvida alguma, um dos mais presentes Senadores da República e um defensor de boas causas.

O partido de V. Exa., por que eu tenho respeito – e tenho, aqui no Senado, uma excelente relação com todos os seus membros –, haverá de se orgulhar pelo exercício da Liderança empreendido por V. Exa. nos últimos tempos.

V. Exa. é um defensor da República brasileira e dos fundamentos desta República; da cidadania, e V. Exa. é um grande defensor da cidadania; da dignidade da pessoa humana, e V. Exa. é um grande defensor da dignidade da pessoa humana; da soberania, que é um dos fundamentos da nossa República; e dos valores sociais do trabalho, de que V. Exa. é um aguerrido defensor.

Então, são fundamentos elencados na Constituição Federal como fundamentos da República que têm, realmente, um porta-voz aqui no Senado, através da Liderança do Partido dos Trabalhadores, da mais alta estirpe, da mais alta qualificação.

Então, evidentemente, nós todos, seus colegas, além de reconhecermos o trabalho de V. Exa., sentiremos muito a sua falta. E haverá de sentir falta também a sociedade brasileira na defesa dessas boas causas.

Eu destaco uma delas, de que V. Exa. haverá, neste seu livro de realizações, de projetos, de seu trabalho na sua trajetória no Senado Federal, da sua vida pública, inclusive, também como Deputado Federal, de se orgulhar muito: V. Exa. foi o autor da Lei Paulo Gustavo, no Brasil

V. Exa. cuidou da cultura do Brasil, no momento em que ela esteve aviltada, abaixo, em função do momento de pandemia, em que muitos artistas, muitos profissionais da cultura se viam desamparados, com dificuldades, até de sobrevivência. E V. Exa. cuidou, com muito zelo, dessa matéria que teve a sua autoria, a relatoria do Senador Alexandre Silveira, aprovada no Senado, depois, aprovada na Câmara.

E, hoje, estamos próximos de torná-la uma realidade, inclusive na sessão do Congresso, amanhã,



quando estimamos votar o PLN 21, que permitirá os R\$3,8 bilhões de recursos para essa lei, que é de autoria de V. Exa.

E todos os profissionais da cultura devem a V. Exa., como devem os profissionais da agricultura familiar, como devem aqueles que dependem das cotas nas universidades, de que V. Exa. é um ardoroso defensor.

Então, V. Exa. é um grande defensor das causas sociais. Além da defesa do Estado, além da defesa do Brasil, o senhor é defensor de causas sociais e merece todo o nosso reconhecimento e um destaque realmente muito especial pela sua atuação aqui no Senado Federal.

Eu tenho dito para os nossos colegas que deixam o Senado: esta é a Casa sua, Senador Paulo Rocha, como é do Senador Jean Paul, como é do Senador Tasso Jereissati, como é do Senador Reguffe, que se despediu ontem.

Tenham sempre o sentimento de que esta é a Casa dos senhores, porque V. Exas., ao longo de 200 anos de história do Senado Federal, contribuíram para a história do Senado Federal, com um legado extraordinário.

E V. Exa., de maneira especial, recebe, deste seu colega Senador, todo o reconhecimento e a estima de que tenha um bom caminho na sua vida pública, na sua vida pessoal, na sua vida privada. Saúdo a sua senhora, que aqui está presente, a testemunhar o que todos aqui haverão de falar em relação a V. Exa., como um grande homem público, que orgulha o estado do Pará, que orgulha todos os seus colegas Senadores e que orgulha o Brasil.

Muito obrigado, Senador Paulo Rocha, por sua amizade.

E quero dizer que esse seu último convite, para que depois possamos nos confraternizar, de preferência lá, na D. Zélia – não é? –, que o senhor me apresentou, e eu fui já umas duas vezes na sua companhia, que a gente possa ter realmente esse hábito de estar sempre juntos, discutindo e resolvendo os grandes problemas nacionais, que não prescindem da inteligência, da dedicação e do espírito público de V. Exa.

Muito obrigado, Senador Paulo Rocha. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Presidente, Rodrigo Pacheco.

Pela ordem de inscritos a apartear-lo, Senador Paulo Rocha, o Senador Carlos Fávaro.

O Sr. Carlos Fávaro (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para apartear.) – Sr. Presidente, também queria cumprimentar todos os colegas, Senadores e Senadoras, e dizer que é um momento de alegria, sim, apesar do findar do mandato, mas ter o exemplo de mandato.

Cheguei aqui nesta Casa e tive a oportunidade de conhecer o quão grande é o coração e a generosidade do Senador Paulo Rocha, que me acolheu com muito carinho, nas muitas conversas que tivemos sobre os objetivos principais do mandato, em prol dos mais humildes. Como nós já dissemos várias vezes: na dúvida, fique com os mais humildes. E o senhor fez disso o seu legado na vida pública, cuidando dos mais humildes.

E eu quero aqui, sem ser redundante com tudo o que disse o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, contar uma pequena história que vivenciei ao seu lado, andando pelas ruas da cidade de São Paulo. Andando na rua lá, trocando, indo num restaurante, a pé, andamos talvez 1 km, 1,5 km, passava uma pessoa e falava assim: Senador Paulo Rocha, que orgulho do seu mandato! Senador Paulo Rocha, nosso grande Senador! E ainda, mais um pouquinho, outro.

Eu falei assim: “Mas espera aí, ele é do Pará e aqui em São Paulo todo mundo elogiando, num momento em que o Congresso Nacional, às vezes, é mal interpretado, achincalhado pelas pessoas, Brasil afora!”. E eu pude ver o quão bem o senhor fez para os brasileiros.

Fiquei muito orgulhoso de ver aquilo, de estar começando a minha vida pública e de ver toda a sua



experiência, e ser reconhecido na rua, elogiado na rua. E não foi uma, não foram duas, não foram três vezes, durante quinze ou vinte minutos que caminhamos em São Paulo.

E eu acho que esse é o maior testemunho que posso dar de todo esse legado que está nesse livro do seu mandato. Volte logo. O senhor é muito importante aqui para nós. Fique com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Grato, Senador Fávoro.

Pela ordem de inscrição, Senador Weverton Rocha. Em seguida, Senador Amin e Senador Paulo Paim.

Senador Weverton.

O Sr. Weverton (PDT/PDT - MA. Para apartear.) – Sr. Presidente, quero dizer que, praticamente, na última sessão, desta legislatura – amanhã será a do Congresso Nacional, para que possamos votar o nosso Orçamento e alguns vetos que ainda estão para ser apreciados – nós nos deparamos, claro, com uma realidade que todos sabem que chega, mas que sempre é muito dolorida. Eu lhe confesso que eu não sou muito fã de despedidas.

Então, sempre, essa sensação do até breve, do até logo, é muito melhor. Aqui, a da Kátia Abreu, do nosso Senador Acir Gurgacz, da Rose de Freitas, do Roberto Rocha, do Jean Paul, de todos, todos que fizeram sua despedida, e neste momento eu não poderia – do Fernando Bezerra, da Kátia Abreu, todos – mas eu não poderia deixar aqui de fazer esse registro a este homem, meu querido vizinho do Pará, do Estado do Pará, Senador Paulo Rocha, ex-Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

E se eu pudesse ter só cinco segundos para falar do Paulo Rocha, não precisaria, era só ler o que está escrito aqui nessa prestação de contas do seu mandato, que é muito importante, em que ele diz: “Uma vida dedicada à luta do povo”. As pessoas que tiverem e têm oportunidade de conhecer a luta do Paulo Rocha, da sua senhora, a Eliana Pinto, sabem que são pessoas totalmente dedicadas ao mandato, dedicadas à sociedade brasileiras, com as suas convicções, com as suas posturas sempre altivas, sempre resolutivas, são construtoras de pontes, são pessoas que de verdade sabem que deram a sua contribuição. E nós, dessa geração mais jovem, estamos aqui para não só fazer esse reconhecimento, mas para dizer que temos um desafio enorme, mas podemos ter chance concreta de acertar, porque temos referências...

(Soa a campanha.)

O Sr. Weverton (PDT/PDT - MA) – ... que podem ser direcionadas, que podem ser sempre lembradas nos momentos difíceis que nós vivemos. E, olha, que ultimamente eles têm sido difíceis. Eu me lembro, quando do *impeachment* da Dilma, eu ainda Deputado Federal, tivemos lutas duríssimas aqui, lutas duríssimas aqui no país e aqui no Congresso. E naquele momento eu falava que era uma quadra difícil, Sr. Presidente. Passaram-se depois disso várias quadras difíceis. Estamos em outra quadra muito difícil. Mas eu tenho certeza de que dias melhores para o Brasil virão. Nós precisamos ter esse grande desafio. Eu conversava ao lado do Senador Roberto, há pouco, que o grande desafio agora é unir o Brasil, esse Brasil que está do meio para cima, do meio para baixo. Não pode ter dois países, não pode ter dois tipos de brasileiros distintos. Nós precisamos ver urgentemente ações, ter urgentemente ações que possam unir. E eu tenho certeza de que V. Exa., mesmo estando fora do mandato, a partir de fevereiro, estará na linha de frente, ajudando nessa construção...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Weverton (PDT/PDT - MA) – ... porque, no final, Sr. Presidente, para encerrar, todos precisam das mesmas demandas. Muitas das vezes, meu colega Girão, nós não concordamos ou não iremos



concordar em várias pautas, mas eu tenho certeza de que a pauta do Estado do Ceará e a do Maranhão, que é a pauta principal lá do povo pobre, que precisa de emprego, que precisa de comida na mesa, que precisa de remédio no hospital, que precisa de asfalto, que precisa de saneamento básico, essa pauta não é da direita, não é da esquerda. Essa pauta tem que ser do Brasil. E é para isso que nós vamos estar aqui trabalhando e lutando para unificar esse sentimento de que podemos, sim, juntar forças para resolver problemas.

Paulo, o convite está aceito. Pode marcar aí que nós estaremos juntos e não é para tomar uma, não, mas para várias, porque eu tenho certeza de que você vai estar aqui durante muitos e muitos anos dando a sua contribuição para este Parlamento e para este país.

Parabéns, meu amigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Presidente, o meu querido amigo Paulo Rocha podia ter me poupado desse atestado de longevidade que ele me atribuiu ao me relacionar com os seus primeiros companheiros de Parlamento.

Agora, Paulo Rocha, convenhamos, essa foto no teu relatório é mais de 1991 do que de 2022, porque eu te conheci assim: cabelo preto, a barba já estava grisalhando. E é uma alegria muito grande...

Mostra a fotografia aí, mostra agora, mostra a cor dos cabelos, e não eram pintados. Os meus eram os mesmos que eu tenho hoje.

Mas quero lhe dizer o seguinte: eu queria muito estar aí para lhe dar um abraço e um beijo na testa, porque nós somos um pouco jurássicos, Paulo Rocha. Nem você nem eu mudamos de partido nesses 31 anos. Você veja o quanto nós poderíamos empilhar de divergências, e eu só tenho carinho, amizade e respeito por você. E já estou com saudade, porque você sabe quantas vezes eu falei alto, aqui no Plenário: “Eu vou entrar com uma ação contra o PT se você não for candidato a Senador!”. Você escutou isso, mas – muito disciplinado – não levou às instâncias decisórias. Mas isso não vai fazer parte das nossas afinidades.

Eu quero dizer é que você me ajudou, nesses 31 anos, que não foram ininterruptos, a enxergar, muitas vezes, o outro lado – um outro lado, até do Brasil, geograficamente...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... das experiências de vida, as outras razões! Por mais que o sujeito procure ser inteligente e informado, sempre há outras razões, e você, muitas vezes, para mim representou a luz das outras razões e é por isso que você faz parte do meu patrimônio político.

O respeito que eu dedico a você quero compartilhar com a sua esposa, porque você usou, como eu uso, com a minha companheira de vida, o respeito pela sua mãe e pelos seus 16 irmãos. Quer dizer, é uma vida que eu respeito muito!

Eu sou filho de imigrantes, de imigrantes que vieram de países diferentes, e nenhum deles veio fazer turismo aqui. Então, eu tenho um profundo respeito pelo país raiz que acolheu os meus pais e que é o meu país, e você faz parte dessa raiz que me ajuda a complementar o que eu consegui aprender na escola e na vida pública.

Para concluir, o Presidente Rodrigo Pacheco foi muito feliz ao mostrar a diversidade da sua atuação. A Lei Paulo Gustavo... Você fez seminários, em Santa Catarina, que mexeram...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*)



– ... com a minha experiência, por exemplo, na área de cinema – a minha experiência que eu digo é a de promover políticas, tanto no município quanto no estado, que favorecessem ao chamado “audiovisual” – mas também na questão da agricultura familiar, com a qual eu tenho também a minha forma de atuação.

Então, muito obrigado por esses primeiros 31 anos de coexistência, convivência e construção! E Deus permita que nós voltemos a nos encontrar nas esquinas da vida! A vida gira, tem esquinas e sempre podemos – independentemente da posição em que estejamos – abraçar um ao outro e dizer: “Isto é o povo brasileiro do Darcy Ribeiro. Isto é a diversidade, o respeito e as inteligências, os entendimentos múltiplos que nós temos para o Brasil e para a nossa vida”.

Sucesso! Um feliz Natal para você, aliás para todos; um feliz ano novo, um ano de convergências, em que a gente procure sempre conhecer mais afinidades e considerar o mínimo múltiplo comum como a última fronteira, mas não a mais necessária. A mais necessária é o máximo denominador comum, que nos une e nos permite construir.

Sucesso, Paulinho! Grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Convido o companheiro de partido Senador Paulo Paim, para fazer uso da palavra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Querido amigo Paulo Rocha, permita-me aqui em primeiro lugar... É que eu fiz uma saudação para todos os que se despediram e eu queria dar um abraço aqui no Senador Dário Berger, a quem perguntei se iria se despedir, e ele disse: “Hoje, não”. Então, fica aqui, Dário, muito carinho e um abraço bem forte em você. Vá com Deus!

Eu tive a alegria de estar, recentemente, no seu estado, em um grande evento, onde você foi muito aplaudido por todos que estavam lá.

Abraço, Dário! Lembranças carinhosas sempre de você e de toda a sua família.

Mas, agora, dirijo-me ao querido amigo Paulo Rocha.

Paulo Rocha e eu nos conhecemos desde o movimento sindical. Paulo Rocha, gráfico, líder sindical, fomos fundadores da CUT. Paulo Rocha, Deputado Federal, Senador, Líder da bancada por duas vezes, mais de 30 anos no Congresso Nacional, e sempre ombreamos com as mesmas bandeiras e o mesmo caminhar.

Paulo Rocha, todos sabem, um hábil negociador, um artesão na arte da construção das causas do povo brasileiro. Paulo Rocha seria Senador eleito. Paulo Rocha seria Senador eleito! Não tenho nenhuma dúvida! Mas Paulo Rocha teve a grandeza de ceder às articulações para que um outro companheiro do PT fosse o candidato, e ele, Senador reeleito, acabou abrindo mão para que isso fortalecesse a eleição do Presidente Lula nas amplas negociações que vocês tiverem no estado.

Paulo Rocha, eu queria lhe dizer, com muito carinho, que, com certeza, Paulinho, você não vai deixar a vida pública; você vai continuar defendendo o povo brasileiro em outras instâncias. Eu estou convicto de que você vai estar no Governo Lula defendendo e articulando, como sempre fez, em todo o território nacional, as bandeiras da nossa gente.

Termino só com isso, Paulo, que tudo que eu disser aqui... Vejo a emoção da sua esposa no Plenário e de todo esse Plenário olhando para V. Exa. e dizendo: “Está aqui um grande homem”.

Eu diria, Paulo Rocha, uma frase que eu disse só em um momento da minha vida – e digo para terminar: que rufem os tambores, toquem os clarins, um grande líder agora aqui vai passar e vai continuar na luta pelo povo brasileiro.

(*Soa a campanha.*)



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*)

– Amigo Paulo rocha, estou com V. Exa. hoje e sempre.

Que rufem os tambores e toquem os clarins para Paulo Rocha, um grande líder! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Um abraço, Senador Paulo Paim.

Convido, presencialmente, o Senador, Líder do MDB, Eduardo Braga.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para apartear.) – Meu caro Presidente Veneziano, eu quero aqui cumprimentar, antes de mais nada, o amazônida Paulo Rocha, o caboclo Paulo Rocha, que conhece a Amazônia como poucos neste Parlamento, que conhece o interior do Pará, que conhece o interior do Amazonas, e conhece não é de ouvir falar ou de leituras acadêmicas, mas porque vive, porque conhece, porque sentiu a dor do agricultor familiar da Amazônia, dos caboclos ribeirinhos, da população indígena do Amazonas e da Amazônia. Portanto, a Amazônia tem no amigo Paulo Rocha uma das vozes mais vibrantes no Parlamento brasileiro desde 1991.

Portanto, eu quero aqui dar o abraço do amigo ao companheiro Paulo Rocha, do amazônida ao companheiro e amazônida Paulo Rocha, e dizer que você está sempre presente aqui, seja pelo seu trabalho – e o Esperidião Amin aqui registrou muito bem que a sua cabeleira está... Além do que, ela sempre foi volumosa!

V. Exa. é um amigo que esta Casa tem, é alguém dedicado ao povo brasileiro, dedicado ao povo da Amazônia, às lutas sociais, aos movimentos sociais e à responsabilidade socioeconômica ambiental de que este país tanto precisa.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, receba o nosso abraço em nome do MDB, em nome do Senador Eduardo Braga e do seu amigo Eduardo Braga, sempre à disposição do Paulo Rocha, que sempre foi uma figura humana muito querida e muito respeitada por todos nós.

Parabéns, Paulo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Senador Zequinha Marinho.

O Sr. Zequinha Marinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para apartear.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero, como paraense também, me unir a todo mundo e, de uma forma muito especial, ao Senador Paulo Rocha.

Conheço o Senador Paulo Rocha pelo menos de 30 anos para cá, ainda começando lá na minha pequena cidade, na luta, mas eu ouvindo falar, e, depois, tive a oportunidade de conhecê-lo já Deputado Federal. Tive a oportunidade de ser seu colega na Câmara e, nessa primeira metade aqui do mandato atual, aqui, no Senado Federal.

Sei do respeito que o povo do Pará tem por V. Exa., sei da referência que V. Exa. é para o Partido dos Trabalhadores em nosso estado e no Brasil, e esse momento sabático que vai começar agora, saindo da atividade parlamentar, mas, com certeza, entrando na atividade do Executivo, vai enriquecer ainda mais o seu currículo e melhorar ainda mais o conhecimento que tem da vida, dos governos e dos Parlamentos pelos quais passou até hoje.

Quero dizer que é claro que temos matrizes políticas diferentes – é normal para a democracia –, mas o respeito, o carinho e a amizade por V. Exa. nunca deixarão de existir e devem continuar daqui para a



frente, até quando a vida nos permitir.

Portanto, Paulo, receba da nossa parte, da minha família e de todos os amigos do Pará, esse abraço fraterno e o reconhecimento de que foi um grande Parlamentar, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, defendendo o nosso estado e marcando presença na vida do Brasil.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Zequinha.

Convido o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para apartear.) – Meu amigo Senador Paulo Rocha, eu queria trazer aqui dois testemunhos que, acredito, definem bem a pessoa humana e a figura política que V. Exa. é.

V. Exa. tem um temperamento doce, humano, afável, mas que ninguém se iluda: V. Exa. é muito firme nas suas posições e nas suas convicções, mas, sobretudo, V. Exa. é um conciliador. Se fosse para definir a sua marca política na atuação do seu mandato como Senador aqui no Senado Federal, diria que muitas vezes a sua postura de conciliação facilitou a tramitação de matérias complexas, difíceis e que precisavam pelo menos da compreensão da oposição – senão do apoio, mas da compreensão para a correta tramitação. Eu quero dar este testemunho: V. Exa. foi sempre um gigante.

E quero dar testemunho também desse espírito conciliador num dos momentos mais difíceis para o seu partido e para a história da República do Brasil, que foi o período do *impeachment* e pós-*impeachment*. V. Exa. nunca deixou que aquele episódio pudesse travar o diálogo com todas as forças políticas aqui dentro do Senado Federal. Portanto, eu quero fazer um reconhecimento e fazer justiça à atuação política de V. Exa.

E há a segunda marca que eu gostaria de deixar neste meu aparte.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quantas e quantas vezes nós aqui discutíamos renegociação de dívidas do setor rural e quantas e quantas vezes eu recebia V. Exa. no meu gabinete para V. Exa. chamar nossa atenção: “Eu não sou contra negociar dívida do agronegócio, mas não se esqueça, meu Líder, que tem a agricultura familiar e que tem as cooperativas”. Esses dois setores importantes da atividade produtiva brasileira devem a V. Exa. os acordos vantajosos, no sentido de fazer justiça àqueles que, pela seca ou pelo excesso de chuva, perderam seus plantios, perderam as condições de pagar o Pronaf, tiveram que ter rebate, reduções de 95%...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que Paulo Rocha, na mesa de negociação, em nome da Contag, em nome de tantas federações de agricultura espalhadas pelo Brasil inteiro, arrancou dos mais sisudos Ministros da Fazenda ou da Economia deste país.

Por isso, meu amigo Senador Paulo Rocha, assim como V. Exa., nós estamos saindo do Senado, mas estamos voltando para os nossos estados de cabeça erguida. Missão cumprida, Paulo Rocha! O Pará o reverencia e o Brasil reconhece o seu espírito de luta e a sua imensa contribuição. Deus o guarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Parabéns pelas colocações, Senador Fernando Bezerra!

Convido, remotamente, o Senador Marcos do Val, para, em seguida, convidar o Senador Jean Paul



Prates.

Senador Marcos.

O Sr. Marcos do Val (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Paulo Rocha, meu amigo, você foi uma grande surpresa. Quando eu cheguei, todo mundo sabe que eu nunca tinha sido político, cheguei como Senador, olhei o Paulo Rocha e falei assim: “Meu Deus, esse daí deve dar um trabalho, vai ser difícil!”. E, com aquela estrela no terno, eu o chamando de xerife. (*Risos.*)

E aí eu fui conhecendo, fui conhecendo a pessoa com um coração enorme e desconstruindo aquela imagem que alguns Parlamentares acabam tendo da sociedade, seja do PT; então, não tem valor, não tem credibilidade. Daí eu falei: “Desconstrói isso porque tem Senadores que são excepcionais, fazem um trabalho realmente dedicado ao Brasil, não por fanatismo, mas por crença, por acreditar”.

E Paulo Rocha, sendo Líder, e eu sendo armamentista, nos momentos de relatorias em que dava aquele momento delicado da oposição e tal, o Paulo Rocha chegava para mim e me dava cada ideia, cada solução fantástica de agregação para distensionar a corda. Eu falei: “Como é que a gente chega com uma imagem e se engana”. Eu queria tornar isso público para os brasileiros. Não tomem decisão em cima do achismo ou de ouvir dizer, a gente é muito injusto quando faz isso.

Meu querido, nós vamos estar aí cumprindo a missão. Estou à disposição para todos os seus projetos, eu faço questão de relatar, dar continuidade...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Marcos do Val (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Por videoconferência.*) – Seus amigos todos do Senado sempre estarão à sua disposição. Você deixa um grande legado, de uma pessoa com um coração enorme, com bastante diálogo, ouvindo sempre o contraditório, sempre ponderado. Então, fica aqui – para mim foi uma honra conhecer, trabalhar junto e espero nos encontrarmos em breve – um grande abraço, abraço para a família, que deve ter muito orgulho de você.

Valeu! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Senador Jean Paul Prates.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Querido Presidente, obrigado.

Quero saudar, evidentemente, o mais suspeito para falar de Paulo Rocha aqui sou eu. Tem sido um companheiro o tempo todo nesta Liderança. Desculpa! E é a pessoa que me deu posse aqui neste Senado, era a pessoa que estava aqui em Brasília, o companheiro que estava aqui.

O tempo e a experiência em si não intemperam, não é? Um gráfico do Pará, imaginem, gente, o que aconteceu com o setor gráfico? Já pararam para pensar? Paulo Rocha é gráfico. O que ele seria hoje? E a luta desse gráfico o tornou o companheiro amazônida, como diz o Senador Eduardo, de Lula, do PT, dos gráficos, dos operários, dos servidores, inclusive os desta Casa, os terceirizados também, dos professores, da agricultura familiar, da pesca, dos pescadores, dos profissionais de saúde, da turma da assistência social, enfim, da cultura, da ciência também, da tecnologia e da pesquisa, o companheiro mestre, o companheiro. Se há um dístico que lhe cabe, meu querido amigo e Líder, é esse. O companheiro do PT, mas um companheiro em todo momento. E nada melhor do que esse companheiro, que hoje sai daqui forjado pela luta, curtido pela política todos esses anos aqui, desde 1991, para novas jornadas, certamente para novas jornadas!

Eu sei que vou encontrá-lo e, com essa rocha que você é, vamos construir muita coisa juntos, num



novo governo, num novo futuro e com esta Casa, como eu disse aqui também na minha fala, com cada um, cada uma dessas companheiras e companheiros que nós fizemos aqui no Senado Federal e V. Exa. também no Congresso Nacional como um todo. Nós vamos construir coisas novas e o companheiro Paulo Rocha será também certamente o companheiro das novas formas de trabalho, dos motorizados, dos remotos, dos precários porque ele já tem envergado essa luta aqui e vai continuar.

E esse é um processo em que o gráfico entende o que a gente chama de transição justa. A transição justa é isto, a energia se torna renovável, a economia se torna circular...

(Soa a campanha.)

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... há digitalização em todo o canto, desde as indústrias até as escolas. Tudo isso forma novas necessidades, mas também precarizou muita coisa. E Paulo Rocha certamente, com toda a experiência de ter vivido todo esse ciclo de evolução e de, às vezes, retrocessos – ultimamente, mais retrocessos do que evoluções –, certamente estará, lado a lado, com todos nós.

Então, eu não digo tchau nem digo adeus. Eu digo bem-vindo, Paulo Rocha, a novos horizontes de luta, de forja e de ensinamentos! Obrigado, meu professor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Convido a Sra. Senadora Soraya Thronicke, remotamente.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu gostaria de externar aqui o meu carinho, o meu respeito pelo Senador Paulo Rocha. Senador Paulo Rocha, meu vizinho. E, como o Marcos do Val disse, ele de gravata vermelha sempre e a estrela do PT, quando eu cheguei, novata, neófito, acreditei que ele seria osso duro de roer, mas, Senador, qual não foi a surpresa do convívio contigo, te encontrando no elevador, no começo silencioso, mas descobri em ti uma pessoa cordial, sensata, muito querida, muito respeitosa?

E quero te agradecer pelo convívio desses anos e por ter aprendido contigo. Aprendi muito, aprendi a respeitar mais ainda as diferenças. Fui respeitada durante todo esse convívio e cheguei muito com a faca na bota, não é verdade? E vocês aí me mostraram e me ensinaram muito, muito!

Então, eu quero aqui agradecer e esperar que este novo Governo mantenha também V. Exa. aqui em Brasília. Quem ganha é o Brasil, quem continua ganhando é o Pará. E quero dar um abraço depois em ti. Estou aqui, já vim para casa, mas nós vamos nos ver ainda. Então, tudo de bom, felicidades, que novas e maravilhosas portas se abram na sua vida, no seu caminho e no seu futuro!

Obrigada pelo convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Convido o Senador Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Senador Chico Rodrigues.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Para apartear.) – Caro Senador Paulo Rocha, nós que temos uma relação de amizade já antiga, desde os tempos de Câmara dos Deputados, onde fomos companheiros por quase 20 anos, sempre admirei a sua defesa intransigente do Pará e da Amazônia. Você liderava sempre, em todas as reuniões, naquela época em que se falava de interesses amazônicos. Aquela briga sua pelas eclusas, que depois veio a se consolidar, praticamente tinha a sua tatuagem na mente das pessoas, porque foi de uma valia gigantesca para aquela grande obra.

Mas, vendo aqui e desfilando pelas linhas que contam um pouco da sua história nessa revista, tenho certeza de que você carrega, na memória afetiva, o empenho do seu pai, Tomé de Assis Rocha, e da sua mãe, D. Astrogilda, que lhe ensinou os primeiros passos, mas acima de tudo, o passo mais importante,



que foi do respeito e da necessidade de transformar, de se transformar, o mais velho dos 17 irmãos, numa espécie de guia para ajudar os seus pais, que eram agricultores, a criá-los. Então, o berço, muitas vezes, conta um pouco da nossa história.

E obviamente...

(Soa a campainha.)

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – ... não é à toa que você hoje, despedindo-se temporariamente desta Casa, tem o carinho da grande maioria dos seus companheiros. E tenho certeza de que você está levando nessa bagagem de convivência no Congresso brasileiro, na Câmara e no Senado, tantos ensinamentos, mas, mais que isso, deixando tantos ensinamentos, pela sua paciência, pelo seu companheirismo e, acima de tudo, com o seu compromisso com o Estado do Pará.

Portanto, tenho certeza de que será uma lástima não contar com você aqui, nos próximos anos. No entanto, você vai certamente pavimentar o seu caminho de volta, porque talvez o Pará precise mais de você do que de qualquer outro companheiro que, na verdade, faz parte da vida pública daquele estado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – Como disseram muitos aqui, o seu companheirismo e, acima de tudo, a sua obstinação, na verdade, são marcas indeléveis que vão ficar aqui tatuadas na memória de cada um de nós.

Portanto, Paulão, vá lá! O Senado está esperando você de braços abertos. Você, que é um grande parceiro, continuará, na verdade, servindo de referência para todos nós aqui nesta Casa.

Um grande abraço para você, Paulo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Convido o Senador Girão. Em seguida, o Senador Heinze, a Senadora Simone Tebet, o Senador Portinho, o Senador Flávio Bolsonaro e, por fim, a Senadora Leila Barros.

Senador Girão...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria me dirigir ao meu irmão, Senador Paulo Rocha, que hoje, nesta última sessão do ano, está fazendo essa despedida aqui e nos emociona a todos com a sua trajetória de vida. Eu não o conhecia. Estou convivendo com o senhor apenas há quatro anos, aqui.

Em muitas sessões, em Comissões e no Plenário, estivemos juntos, trabalhando pela paz no Brasil. Então, eu admiro sempre o seu posicionamento pacificador. Nem sempre, a gente tem convergências em ideias, mas o respeito – que é a regra da boa convivência –, eu posso dizer que o senhor, em momentos tensos, equilibrou, apaziguou, juntou, por um bem maior.

É um trator para trabalhar. Está presente em todas as sessões daqui e nas Comissões, o tempo inteiro. Então, realmente, cada centavo – com o qual o contribuinte do Brasil o remunera, através do seu mandato –, você pode ter certeza de que honrou, porque se dedicou à exaustão. Quantas vezes eu vi, presenciei o senhor saindo daqui, altas horas da noite, discutindo matérias, trabalhando? Isso é muito valioso.

Então, quero desejar-lhe tudo de bom. Eu sei que uma pessoa idealista como o senhor é – porque o senhor é um idealista – tem muito trabalho a fazer, porque uma pessoa ser irrequieta como o senhor, nas causas que defende, é algo que só faz colaborar com a nação.

(Soa a campainha.)



O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Então, que Jesus o abençoe!

Tive a oportunidade de conhecer a sua esposa, a Eliana, aqui. Desejo tudo de bom para o senhor e para a família. Estamos à disposição para continuarmos as nossas causas, que eu sei que vêm do fundo da alma e do coração.

Muita paz! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Grato, Senador Eduardo Girão.

Senador Luis Carlos Heinze.

O Sr. Luis Carlos Heinze (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para apartear.) – Paulo Rocha, parabéns pelos mandatos de Deputado e, agora, por concluir, aqui no Senado, um brilhante trabalho!

O Bezerra fez uma lembrança das dívidas agrícolas. Recordo o Beto Faro, que vai vir aqui, o João Grandão, o Adão Pretto. Isso lá atrás, na Câmara. Nós trabalhamos e essas coisas continuaram.

Ontem, fechamos o projeto do autocontrole. Vai ser um grande evento para o Brasil. Você e o Jean Paul foram fundamentais para que isso pudesse acontecer e nós coroarmos esse mandato. Quero perguntar ao nosso Presidente, agora, Rodrigo Pacheco como é que foi a repercussão. Muito boa no nosso mercado interno do Brasil e externo também.

Então, de todas as referências a você – já o conheço há muitos anos como Deputado e, agora, como Senador –, o meu respeito, a minha admiração. Embora, muitas vezes, de lados opostos, a dignidade e o seu trabalho serão ressaltados sempre.

Parabéns!

Tenho certeza de que está com o dever cumprido.

A sua esposa, que eu enxergava aqui, e os seus demais familiares devem ter orgulho do irmão, do filho, do esposo, do pai Paulo Rocha.

Um abraço, tchê!

Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Agradeço a sua participação, Senador Heinze.

Convido S. Exa. Sra. Senadora Simone Tebet.

A Sra. Simone Tebet (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para apartear.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Querido amigo Paulo, acho que nós chegamos juntos ao Senado, aprendemos juntos, evoluímos nesta Casa e saímos juntos, não da vida pública, mas do Senado Federal, não da vida pública, porque a vida pública precisa de homens públicos como você.

Quando eu falo que nós aprendemos muito – e aprendemos mesmo –, não aprendemos tudo nesta Casa; há algumas coisas que não aprendemos: ou é da nossa essência ou não é. E a política e o Brasil precisam de você, porque você carrega em si, na essência, aquilo que há de melhor. A gente pode ser inteligente, competente, preparado, ter vontade de fazer política, mas, se a gente não tiver dentro da gente a alma pura, a generosidade, o espírito humanitário e humanista, não vale nada. E essa é a sua essência. Quem vê você, quem convive com você sabe que, acima de tudo, está um homem simples, que ama o Brasil e as pessoas. Quantas não foram as pautas que nós aqui juntos votamos em favor da criança, do adolescente, da mulher, do idoso, das minorias, da inclusão social. Esse espírito humanitário e humanista que você tem dentro de si, ao meu ver, é a sua principal característica. E, como eu disse, isso você não aprendeu, vem do seu berço e da sua índole.



Então, acho que você sai, sem dúvida nenhuma, com a sensação do dever cumprido e, acima de tudo, conquistando os amigos das mais diversas matizes ideológicas. Não pensamos igual, mas agimos igual naquilo que é essencial, que é a defesa da democracia e a defesa das minorias, garantindo e buscando garantir igualdade de oportunidade para todos. Então, é isso!

Que bom ter tido o privilégio de conviver com você aqui no Senado Federal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Convido S. Exa. Senador Flávio Bolsonaro.

O Sr. Flávio Bolsonaro (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Prezado Senador Paulo Rocha, enquanto estou aqui acompanhando a sessão de modo virtual, aguardando para divergirmos em mais uma votação, eu senti vontade de fazer uso da palavra para registrar também publicamente, Paulo, o respeito que tenho por V. Exa. Apesar de várias divergências ideológicas e de concepção de mundo que possuímos, o que é normal no Parlamento, eu não podia deixar de vir aqui lhe desejar sucesso no seu futuro.

No pouco convívio que tivemos aqui – eu, com 20 anos de vida pública, consigo distinguir bem aqueles com quem é possível ter o diálogo, a construção de ideias –, fui testemunha do papel de sua posição construtiva nesses quatro anos em que convivemos.

Então, você, certamente, até pelos depoimentos dos Senadores que me antecederam, é aquele tipo de pessoa a que todos querem bem. De coração, desejo-lhe um futuro próspero, que o senhor continue colaborando muito com o seu estado e com o país.

Vou permanecer aqui no Senado por pelo menos mais quatro anos para defender a minha concepção de mundo, as coisas que eu acho corretas. Certamente, se o senhor estivesse aqui mais quatro anos divergiríamos várias e várias vezes ainda sobre diversos assuntos, em muitas pautas que são caras ao senhor e que são caras a nós também, o Governo Bolsonaro teve um olhar muito especial para todas elas.

Eu espero que esse meu depoimento não atrapalhe o seu futuro político próximo ao PT, mas, de coração, que tudo corra bem dentro do seu planejamento e que Deus abençoe o seu futuro e a sua família. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Flávio.

Convido a Sra. Senadora Leila Barros.

Senadora Leila.

A Sra. Leila Barros (PDT/PDT - DF. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador Paulo, eu estava olhando aqui todas as manifestações dos demais Senadores e vendo o quanto que o senhor é uma unanimidade.

Acho que por onde o senhor passa, com a sua característica moderada, com a sua doçura, com toda a sua experiência, o senhor sempre conseguiu contornar momentos difíceis aqui na Casa, todos nós vivenciamos isso ao seu lado. Então, gostaria muito de agradecer esses quatro anos, esses últimos quatro anos da sua caminhada aqui no Senado estando conosco, principalmente com os mais jovens, teoricamente aqueles que estão há bem menos tempo na política.

O senhor nos passou grandes ensinamentos e um deles é justamente ver o quanto que o senhor encara a política como uma missão. Na verdade, ela se confunde com a sua própria história, e a gente vê o quanto o senhor defende fervorosamente pautas que lhe são muito valiosas, preciosas, porque elas se confundem com a sua história. A gente sabe o quanto o senhor é fervoroso, um militante fervoroso, com uma história linda junto ao Partido dos Trabalhadores, pelo que a gente tem muito respeito, Senador Paulo. O senhor



vai fazer muita falta, mas tenho certeza, como o Jean Paul, o senhor e outros, de que vocês estarão vindo muito ao Senado, debatendo, construindo com a gente, se Deus quiser, um país melhor.

Então, eu digo para o senhor também, Senador, um até logo. Um até logo e que o senhor já deixa saudades aqui no Senado.

Um beijo para o senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senadora Leila.

Senadora Rose de Freitas e, em seguida, encerrando os apartes em homenagem ao Senador Paulo Rocha, o Senador Carlos Portinho.

Senadora Rose.

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para apartear.) – O Senador Paulo olhou para mim, a última, mas eu fui correndo fazer o exame de sangue e voltei.

Senador, hoje, quando nos encontramos, você usou uma palavra, de que nós éramos dinossauros. Eu acho que eu sou mais dinossauro do que você. Você falou que entrou em 1991 e eu entrei em 1987.

Eu não consegui identificar neste Plenário uma pessoa tão concisa na política e tão doce. Em dados momentos de muito conflito e muita ansiedade, era o Paulo, o Senador Paulo Rocha, aquele que todo mundo dizia que era radical, que chegava com a sua capacidade e, quando fazia assim com o dedo, tinha que parar para todo mundo sentar no mesmo lugar, conversar e tentarmos nos acordar.

E sua história é linda! É uma história... O Girão estava dizendo “o senhor”. Eu nunca vi um senhor aí. Eu vi, sempre, um jovem combativo, um jovem disposto. Nunca o vi desanimado, nunca.

O Veneziano e vários colegas que prepararam a sua despedida me chamaram a atenção sobre o que é que eu tinha feito com a minha. Eu já não estava preparada emocionalmente para me despedir de vários. Do Paulo Rocha, muito menos.

Eu me lembro de um momento difícil na minha vida, muito difícil, em que você ligou só para me dar uma palavra de ânimo. É verdade que todos aqui ficam iguais, mas uns são mais iguais, porque eles trazem...

(*Soa a campanha.*)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... a carga do sentimento, da emoção, da história e com essa mesma, olha lá, mão aqui, impaciente: “Ah, eu tenho que ouvir tudo isso?!”, mas é a sua despedida... Nada disso!

Por isso que eu tive dificuldade, Presidente Veneziano, de estar aqui nesta tribuna, diante dos meus colegas. Por isso que eu escolhi uma noite em que não tinha ninguém e tinha como Presidente, o Veneziano, uma pessoa muito querida.

E queria lhe dizer o seguinte: foi grandioso – foi grandioso! Se tivesse de parar agora e falar: “Vou escrever meu capítulo na política”, não teria nada a acrescentar. Nada. E o que eu posso dizer? Posso dizer do meu amor de colega, do meu respeito de militante política e da minha admiração que você não perdeu nada. Do dia em que eu te conheci até hoje, é do mesmo tamanho...

(*Soa a campanha.*)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... com a mesma grandeza, a mesma combatividade e a mesma fé.

Você nunca desanimou esta Casa. Nunca nos derrotou, ainda que o lado estivesse naquela ponta, contra tudo que nós estivéssemos fazendo naquela hora, você caminhava a passos muito seguros para chegar aonde tinha que chegar e para nos fazer chegar também.



Quando as pessoas, eu vejo, dizem aqui: “Olha, vá com Deus! Vá com fé! Vá com alegria para a nova vida!”, que nova vida? Não é novo caminho, apenas um jeito de caminhar. E esse seu jeito de caminhar eu vou ficar observando, porque eu também vou estar saindo daqui no mesmo dia em que você vai sair.

Mas fica... Eu olhava aqueles quadros, cheios de fotos e falava assim...

(Soa a campainha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... “Quem fez história nesta Casa?”. Paulo Rocha fez história nesta Casa. Você chegou depois de mim quatro anos, mas eu aprendi tanto com você! Tanto! Até a ser mais serena – eu que sou irrequieta pra danar! Até a brigar menos! E você que briga pra danar! E também saber a hora de colocar as coisas para que elas possam seguir um caminho e ter foco.

Obrigada.

Assim...

É por isso que eu não gosto de despedidas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O penúltimo orador, Senador Roberto Rocha.

Em seguida, Senador Carlos Portinho.

O Sr. Roberto Rocha (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para apartear.) – Senador Paulo Rocha, muito brevemente, até porque pretendo também fazer uso da palavra para, de igual modo, dizer um até breve.

Mas eu quero registrar o privilégio da companhia com o amigo Paulo Rocha, companheiro na Câmara, aqui no Senado durante esses oito anos – chegamos juntos aqui e somos vizinhos de estados, de modo que eu quero aqui deixar consignado para V. Exa., para sua família o enorme carinho que todos aqui no Senado têm pelo que V. Exa. é e pelo que V. Exa. representa.

Então, parabéns!

Eu não sabia de mais esse atributo de V. Exa., que é o de ser cantor. Pretendo aí na tribuna daqui a pouco ler uma música, não me atrevo a cantá-la.

Sucesso e até breve. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

Senador Carlos Portinho.

O Sr. Carlos Portinho (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para apartear.) – Senador Paulo Rocha, eu não poderia deixar... Hoje é um dia realmente triste, sem dúvida alguma, de tantas despedidas de pessoas com quem eu não só convivi, mas com quem aprendi; que, pela forma de atuar no Parlamento, ensinaram-me muito.

E a gente aprende, seja na situação, na oposição, o aprendizado não tem lado, ao contrário, poder dividir os debates com um Líder do PT da sua altura, da sua honestidade, honestidade e compromisso... Os acordos que fez foram cumpridos – todos para o bem do nosso país certamente – de forma honesta, de forma leal até quando discordou.

E também, como disse ao Senador Jean Paul, construímos muito, muito, junto com as nossas diferenças, porque elas podem estar num lado do campo do nosso país ideológico ou de um outro lado. O importante é a gente identificar as causas de cada um.

Estendo também ao nosso Senador Paim, que eu vejo ali. Eu identifico muito bem as suas causas, Paim, e sei que valoriza, você valoriza, assim como o Senador Paulo Rocha, como o Senador Jean Paul, a



defesa das suas causas, e sei que em algumas a gente vai transigir e em outras ou me darei por vencido ou vice-versa.

E ter a sua companhia nas costuras, nas conversas, sempre abertas, sem frescura, sem muitos rodeios, de forma objetiva, isso é uma grande virtude. Ser objetivo, ser claro, transmitir confiança, lealdade, honestidade são predicados, Paulo, que você carrega da sua história, que é uma história bonita.

Hoje, eu tive a oportunidade de ler toda a sua prestação de contas. Você tem uma história, uma história política que você construiu, e eu aprendo um pouco com a sua história e lamento – já havia dito isso antes –, essa é a minha maior bronca com o PT, é não ter você aqui no ano que vem neste Senado, mas a vida vai nos unir nas nossas diferenças novamente, eu não tenho dúvida.

Todo sucesso! Onde você estiver eu vou estar olhando pelos seus passos, como disse a nossa Senadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Paulo Rocha, para concluir.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Agora, apressar para a gente aprovar a PEC.

Aliás, eu peço o voto de todos para a gente aprovar a PEC rápido.

Eu fico com a pureza

[...] das crianças

[...] é [bonito]

[...] é [bonito] (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Rocha, o Sr. Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

Nossas homenagens, uma vez mais, reiterando aquilo que eu já disse mais cedo do valor de V. Exa. e da saudade que V. Exa. nos deixará.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Eduardo Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Paulo Rocha, eu não podia me esquecer disto: o Senador Kajuru, que passou mal pouco tempo atrás, me ligou aqui e disse que, poxa, está acompanhando a sessão toda, emocionado, e que, embora em muitos momentos – e faz parte da democracia – tenha divergência ou outra, ele te acha um ídolo. Você é o ídolo dele. Então, é uma marca do Kajuru. Ele tem um carinho especial pelo senhor, está lhe desejando tudo de bom e está orando pelo senhor!

Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

E melhoras, uma vez mais, ao nosso colega Senador Jorge Kajuru.

Anuncio a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, da Câmara dos Deputados (alterações promovidas por aquela Casa à proposta aprovada no Senado), que altera a Constituição Federal, para



dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Perante a Mesa foram apresentadas duas emendas à proposta, que deixam de ser admitidas por não conterem o número mínimo de subscritores.

A matéria depende de parecer.

Antes de designar o eminente Relator para a leitura do seu parecer, eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que venham ao Plenário. Nós precisaremos de votação por quórum qualificado dessa matéria, em dois turnos.

E peço, portanto, a permanência e a vinda ao Plenário.

Faço a designação do Senador Alexandre Silveira para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra o Senador Alexandre Silveira.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório aprovado por esta Casa e na Câmara dos Deputados, com as suas alterações por aquela Casa.

Retorna ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, após as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

Foram várias as alterações aprovadas naquela Casa, muitas das quais, porém, apenas de texto. Por essa razão, nos ateremos às alterações de substância.

Por meio do art. 1º da proposta, ajusta-se ao §9º do art. 166 da Constituição Federal para alterar para 2% (dois por cento) da receita líquida o limite de aprovação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. Ao mesmo artigo da Constituição, insere-se o §9º-A, para dispor sobre a repartição desse limite, sendo 1,55% para as emendas de Deputados e 0,45% para as emendas de Senadores, e dá-se nova redação ao §17, para ampliar para 1% da receita corrente líquida o limite dos restos a pagar de programações provenientes de emendas individuais e de bancada estadual que poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira.

No art. 2º da proposta, dá-se nova redação ao art. 111 do Ato das Disposições Transitórias, em razão da alteração promovida no percentual das emendas individuais, para resguardar a lógica que vigorou no Novo Regime Fiscal até 2022. Ademais, insere-se o art. 111-A, para retomar, a partir de 2024, a lógica do Novo Regime Fiscal respeitante à correção dos valores reservados para as emendas impositivas, consoante as normas constitucionais.

No art. 3º da proposta, restringe-se a apenas 2023 o acréscimo de R\$145 bilhões ao limite estabelecido no inciso I do *caput* do art. 107 do ADCT, bem como o não cômputo das despesas decorrentes do aumento de limite para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário e a ressalva delas à Regra de Ouro.

Altera-se, ainda, o art. 8º da Proposta para autorizar o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 a apresentar emendas para ações voltadas à execução de políticas públicas, devendo ser elas classificadas de acordo com a alínea “b” do inciso II do §4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023).

Passo à análise, Presidente.

A matéria já passou pelo exame de constitucionalidade por parte do Senado da República quando de sua primeira votação. Assim, reiteramos os argumentos expendidos naquela oportunidade. A PEC nº 32, de 2022, atende às seguintes condições estipuladas pelo art. 60 da Constituição Federal: conta com o apoio de mais de um terço dos Senadores; alvitra a modificação da Lei Maior em um cenário de intervenção



federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; não objetiva suprimir as cláusulas pétreas, quais sejam, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais; não trata de assunto contido em proposta rejeitada ou prejudicada nesta legislatura.

A proposição cumpre os requisitos de juridicidade, pois inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Cumpre ainda as regras de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da Constituição da República.

Ademais, quanto às alterações feitas pela Câmara dos Deputados, também não observamos vícios de constitucionalidade formal ou material.

Quanto ao mérito, nos posicionamos pela aprovação da matéria, com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados no sentido de adequar o arcabouço constitucional do orçamento público à recente decisão do Supremo Tribunal Federal, como explicitaremos a seguir.

Em primeiro lugar, houve inclusão de novos dispositivos no texto para alocação de dotações no espaço fiscal criado pela recente decisão do STF, a saber:

- i. a inclusão, no art. 1º, de dispositivo que viabiliza aumento do percentual da receita corrente líquida vinculada às emendas individuais, com ajustes nas regras de distribuição entre Deputados e Senadores; e
- ii. autorização para que o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023 apresente emendas até o valor de R\$9,85 bilhões, classificadas com o indicador de Resultado Primário 2 (RP 2), destinando recursos para ações voltadas à execução de políticas públicas.

Além disso, houve a supressão da excepcionalização das despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais do limite do teto de gastos.

Por fim, considerando a louvável preocupação externada pelos nobres colegas Parlamentares quanto à sustentabilidade fiscal, a excepcionalização do montante de R\$145 bilhões do limite do teto de gastos passa a ser válida apenas para o exercício de 2023. Isso exigirá compromisso do novo Governo com o envio tempestivo de projeto de lei complementar para instituir regime fiscal sustentável, garantir a estabilidade macroeconômica do nosso País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, de forma que esse novo regime comece a vigorar a partir do exercício de 2024.

Esse é o panorama das alterações promovidas na Câmara dos Deputados, com as quais concordamos na integralidade.

Em virtude da recente decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 850, ADPF 851, ADPF 854 e ADPF 1.014), restou-se necessário o ajuste do processo de emendamento do orçamento público para reforçar a transparência e a equidade, sem perder o foco principal da PEC na urgência e na importância do socorro à população em situação, Senadora Rose, de vulnerabilidade social com o programa de transferência de renda atualmente denominado “Auxílio Brasil”, permitindo assim a manutenção do benefício em R\$600,00, mais adicional de R\$ 150,00 por criança até seis anos, para o exercício de 2023. Além disso, o texto recebido da Câmara dos Deputados mantém o compromisso com a União com a responsabilidade e com a hígidez fiscal, nos mesmos termos daquele que aprovamos aqui, ao exigir o estudo cauteloso, mas tempestivo, de um novo arcabouço fiscal a ser introduzido em nosso regime jurídico já em 2024. Por isso, passo ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 32, de 2022. A PEC que vai salvar o povo brasileiro da miséria e da fome, hoje tão latente em todos os rincões da nossa nação. E, no mérito, dou o meu parecer, por esse motivo, pela sua aprovação na forma encaminhada pela Câmara dos Deputados.

Portanto, Presidente, esse é o relatório. **(Íntegra do Parecer nº 387/2022-PLEN-SF - Vide**



Item 2.2.7 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Alexandre Silveira.

O parecer é favorável à proposta.

Completada a instrução, passa-se à sua discussão, em primeiro turno.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu vou procurar ser o mais conciso possível, porque eu quero cumprimentar o Relator, que foi muito conciso. Quero cumprimentar o Senador Alexandre Silveira, nosso Czar, porque foi muito conciso. Ele abordou exatamente as diferenças que eu tenho aqui no quadro comparativo. Ele relatou com precisão. E por isso eu vou procurar ser o mais preciso possível.

Primeiro, no art. 3º, eu não sei se está corrigido o vernáculo, a concordância. No final: “[...] fica acrescido em R\$ 145.000.000.000,00 (cento e quarenta e cinco bilhões de reais) para o exercício financeiro de 2023”. Porque o texto que eu tenho aqui, como sendo da Câmara, é: “[...] para os exercícios de 2023 [...]”. Então é apenas uma questão de redação. Pode abordar depois, é uma redação.

A verdade, Presidente, é que o grande ponto que eu havia levantado, no final da nossa sessão de 7 de dezembro foi: um ano, ou seja, somente 2023, será bom para o Presidente Lula, para o Governo, para o Congresso e para o Brasil, porque é lógico que o Governo vai se apressar em elaborar o projeto de lei complementar para regular, para cuidar do teto de gastos, que não seja essa camisa de força em que ele se transformou agora. Era minha grande objeção, uma vez que eu tinha sido contemplado, Presidente – e aí falo mais isso como advertência para o futuro...

O texto do Senador Marcelo Castro relacionado ao Projeto de Resolução 3 contemplava em 50% das emendas saúde, assistência social, e, por uma emenda que eu apresentei, ele incluiu educação. Infelizmente, nessa adaptação ao texto da proposta de emenda à Constituição, nós voltamos a 50% só para a saúde. Eu acho que é uma deficiência. Não quero corrigir aqui agora, mas faço essa reflexão. Saúde e assistência social seriam mais atuais em função até da situação que nós estamos vivendo, da previsibilidade do abono, e educação, que é a nossa ferramenta para o futuro, Presidente. Então, eu acho que nesse ponto nós empobrecemos em relação ao debate da semana passada, empobrecemos no sentido político da palavra. Acho que só para a saúde hoje 50% das emendas individuais, que vão crescer, eu acho... Não vejo como consertar, uma vez que a prescrição é constitucional, mas fica aqui a advertência de que eu acho que seria mais completo o texto que o Senador Marcelo Castro apresentou no Projeto de Resolução nº 3, que dizia que 50% das emendas – no caso da RP 9, falecida – eram para a saúde, assistência social e, por uma emenda minha, também para a educação, sem estabelecer subpercentuais, ou seja, a emenda pode ser 50% para essas três coisas, para essas três funções, todas elas meritórias.

E, finalmente, quero cumprimentar o Senador Alexandre mais uma vez e dizer que o Senador Marcelo Castro, que tem sido um professor de paciência e de audiência para todos nós, tem uma grande missão.

E por isso eu quero dizer que retiro... O obstáculo que eu tinha criado foi satisfeito na Câmara. Eu só quero dizer, Presidente, que eu prognostiquei, eu tenho a gravação do que eu disse, faço questão de assinalar: “A Câmara vai retirar 2024 e vai prestar um serviço ao país”. Por essa razão, feito o reparo meramente de redação, feito esse reparo de sentido – acho que 50% para saúde, educação e assistência social corresponderiam melhor ao momento pós-pandemia que nós estamos vivendo –, finalmente, acho que o texto acolhe aquilo que nós sabemos que precisava ser consertado na proposta orçamentária e satisfaz o grande compromisso inicial da proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Para discutir, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite para todos.

O texto, de fato, como bem falou o colega Esperidião Amin, avançou, nas modificações feitas pela Câmara dos Deputados, mas, ao mesmo tempo, traz um dispositivo que alerta a sociedade e que aponta para, de certa forma, um descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, no tocante à inconstitucionalidade da atuação do Relator do Orçamento, além dos estreitos limites já determinados para ele.

Falo, especificamente, do art. 8º, inserido pela Câmara dos Deputados, que autoriza o Relator-Geral a apresentar emendas no valor de R\$9,85 bilhões, classificadas de acordo com a alínea “b” do inciso II do art. 4º.

A decisão do Supremo – isso foi fartamente discutido na nossa sessão, na sessão do Congresso Nacional –, a decisão do Supremo deixou bastante claro que não é papel do Relator, não é papel de nenhum Parlamentar, fazer o manejo de verbas dessa magnitude. O que cabe, nesse caso específico, é, apenas e tão somente, ao Executivo apontar essas indicações, para que sejam inseridas no Orçamento, não ao Relator.

Então, inclusive apresentei uma proposta de correção de emenda de redação, para que se deixasse mais claro ainda que não é do Relator esse papel, mas, no momento, regimentalmente falando, o PSDB apresentou um destaque para que se vote, e encaminhamos favoravelmente ao texto, destacado o art. 8º, para votação em apartado.

É o que temos no momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Para discutir, o Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Srs. Senadores, venho à tribuna lamentar. Andei pensando muito por que o Ministro Gilmar Mendes resolveu dar a canetada dele, porque a questão de valores foi discutida na CCJ e foi vencida: eram R\$70 bilhões para o Auxílio Brasil e R\$75 bilhões para outras questões! Então, foi só uma invasão só para mostrar quem manda?

Sinceramente, eu acho até que a gente não deveria nem votar, porque já tem R\$70 bilhões que o Ministro do STF deu para o Auxílio Brasil fora do teto, e, quanto ao resto, a gente ou vai estar convalidando a decisão do STF – triste fim o nosso, virar órgão chancelador de decisão do STF – ou enviando mais R\$75 bilhões fora do teto, o que eu fui contra, fui contra! Acho que é exagerado esse valor. Se chegássemos a R\$80 bilhões, R\$90 bilhões, estaria de bom-tom para as outras políticas, não é? Então, eu, primeiro, faço essa ponderação.

Até agradeço, Senador Alexandre, pela minha emenda – acho que está mantida –, da doação para as universidades públicas sem tributação. Essa é uma grande vitória – eu sei –, mas essa questão do valor ainda me pega.

Um ano? Bem melhor! Poderíamos ter chegado, como disse o Senador Esperidião Amin, a essa conclusão aqui, ganharíamos tempo, mas, por caminhos tortos, pela Câmara, chegamos a um ano.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ótimo! Atende.

Agora, eu confesso que essa decisão do Ministro é de se lamentar e confesso, Senador Alexandre, que, como o Senador Pacheco sabe, eu sempre defendi que parte das emendas fosse para as Comissões, para,



quando tivesse, Senador Esperidião Amin, uma tragédia lá em Santa Catarina, eu, que sou Senador do Rio, mas também do Brasil, pudesse encaminhar para uma Comissão de Infraestrutura para desobstrução das estradas, por exemplo. Eu imaginava que, numa tragédia como a de Brumadinho, se tivesse recurso nas Comissões, a gente estaria ajudando o país. E o voto da Ministra Rosa traz esse destaque.

Então, achei, por um instante, que o Senador Marcelo Castro iria encaminhar... Até vi uma reportagem dele a respeito. Até disse a ele hoje aqui que era uma pena, porque teria o meu voto se assim fosse.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A emenda de RP 2, com todo o respeito, só mudou o balcão: tiraram do Senado e levaram para o Poder Executivo. E a gente sabe como vai acontecer, como sempre foi nos Governos passados do PT: o Líder da Oposição chega lá, identifica que a cidadezinha lá do interior precisa de um trator... Aí o Líder da Oposição: “Acabou o dinheiro”. Aí chega o Líder do Governo e pede lá um tratorzinho, e “ah, não, não toma um, não, toma três”. A gente sabe que vai ser assim. E é muito ruim que seja, porque esse Orçamento eu sempre defendi. O Orçamento é uma peça do Congresso, seja impositiva, seja de bancada, seja RP 9. E quem tinha que decidir sobre esse Orçamento era o Congresso. Não só decidir, coisa que o Ministro Gilmar Mendes fez, como decidir também a sua destinação...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... se para a Comissão, Relator, impositiva.

Por essas duas razões, meu voto será “não”, como não foi diferente também na outra votação, e já antecipando, Sr. Presidente, se permitir, pelo Governo, que posso, a indicação é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

Foi apresentado o Requerimento nº 840, do Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB, de destaque do art. 8º da proposta. *(Pausa.)* **(Vide Item 2.2.7 do Sumário)**

O requerimento de destaque está mantido, Líder Izalci Lucas? *(Pausa.)*

Senador Izalci Lucas, pelo PSDB, autor do destaque.

Senador Alessandro Vieira, pelo sistema remoto, o PSDB mantém o destaque?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Mantém o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria destacada será votada após o texto-base.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... o Senador Alessandro poderia explicar a razão do destaque dele?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ele já o fez, Senador Marcelo.



Eu vou abrir a votação e na sequência...

Em votação a proposta, em primeiro turno, nos termos do parecer...

Podemos encaminhar? (*Pausa.*)

Senadora Simone, podemos prosseguir? V. Exa. fez uma sugestão?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*)

– Não, é que, talvez, se ele explicar, o Alessandro poderia tirar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
É, vamos dar essa oportunidade?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
Vamos votar, perfeito.

Na sequência eu passo a palavra ao autor, o Senador Marcelo Castro.

Em votação a proposta, em primeiro turno, nos termos do parecer, ressalvado o destaque.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, ou seja, pelo menos 49 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema remoto ou presencialmente no Plenário.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
Para orientar, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Como orienta o MDB?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o MDB encaminha voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
Como orienta o PSD?

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD, com a responsabilidade com os brasileiros que sempre teve, encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
Como orienta o PL, Líder Flávio Bolsonaro?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, para garantir a manutenção do poder de compra aos mais vulneráveis com R\$600, tendo em vista o valor exorbitante que vai, sem dúvida alguma, muito rapidamente ser comido pela inflação ante o grande rombo que isso vai causar nas contas públicas e toda a insegurança nas contas do Brasil, encaminho o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –
Como orienta o Podemos? (*Pausa.*)

Como orienta o Progressistas? (*Pausa.*)

Como orienta o PT?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PT vota “sim”, chamando atenção da nossa Presidência para o fato de



que tem muitas outras votações para frente. É bom que todos fiquem atentos para a gente fazer essa aprovação hoje à noite ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Pego a permanência no Plenário. Teremos mais votações na noite de hoje.

Como orienta o PSDB?

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – O PSDB orienta o voto “sim”, ressalvado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o União Brasil?

O SR. LUIZ CARLOS DO CARMO (Bloco Parlamentar União Cristã/PSC - GO. Para orientar a bancada.) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – União orienta o voto “sim”.

Como orienta o PDT?

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – O PDT orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PTB?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para orientar a bancada.) – Voto “sim”.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O PTB orienta o voto “sim”.

Progressistas, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para orientar a bancada.) – Voto “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Progressistas orienta o voto “não”.

Como orienta o Cidadania? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta o PSC? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Orienta o voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta a Rede, Líder Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Como orienta o PROS? (*Pausa.*)

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, recomendamos o voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



A Maioria orienta o voto “sim”.

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Minoria com a Maioria: voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o Governo?

O Governo já orientou o voto “não”.

Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta a Bancada Feminina? (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação nominal. Peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema eletrônico. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Eduardo Girão com a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – O Podemos libera a bancada, reconhece que houve uma melhora da PEC com relação a como saiu daqui, foi aprimorada lá na Câmara dos Deputados, reduzindo para um ano. O Senador Oriovisto relembra que já lá na CCJ aqui do Senado se conseguiu uma boa redução no valor de 60 bilhões, mas nós acreditamos, eu particularmente voto contra e acredito que nessa PEC você está dando com uma mão e tirando com a outra, porque em apenas um artigo se fala no Bolsa Família, no Auxílio Brasil, que todos nós somos a favor que se mantenha em R\$600 e os R\$150 das crianças. Quanto a isso, não tem problema, apenas a gente sabe que tem valores muito maiores aí que não são carimbados, não são justificados. Por isso, eu particularmente voto contra, de forma consciente, pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar pelo sistema eletrônico.

Senador Marcio Bittar, Senador Sérgio Petecão, Senadora Mailza Gomes, Senador Rodrigo Cunha, Senador Marcos do Val, Senador Jorge Kajuru, Senador Carlos Viana, Senador Jader Barbalho, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Lasier Martins, Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Eduardo Gomes, Senador Irajá, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Plínio Valério, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Tasso Jereissati, Senadora Eliane Nogueira, Senador Romário, Senador Esperidião Amin, estamos em processo de votação nominal.

Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, troque ali...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para orientar a bancada.) – O Progressistas libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Progressistas altera sua orientação para liberação da sua bancada.

Obrigado, Senador Heinze.

Com a palavra, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para discursar.) – Sr.



Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos aqueles que nos escutam ou assistem por meio da Rádio e TV Senado, em especial os meus conterrâneos do Maranhão, quero aqui brevemente fazer não um discurso de despedida, talvez um até breve, como já fizeram aqui vários outros colegas Senadores. E eu o farei de forma breve. Não vou, Presidente, cantar como meu companheiro Paulo Rocha, porque não tenho essa habilidade, mas eu quero deixar aqui um trecho da bela música e passo a ler esse trecho:

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
[...]
Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente
[...]
Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
E no outro vai embora
[...]

Dito isso, eu quero dizer que o que aprendi a fazer de melhor na minha vida, além de filhos, modéstia à parte, é política. E aprendi que na política o seu combustível é a saliva, é a palavra. Quando a gente nega isso, a gente nega a política, e a humanidade só tem dois caminhos para resolver as coisas: ou é na política, ou é na porrada. Portanto, com ou sem mandato, continuarei praticando a boa política, a política que visa promover o desenvolvimento social e econômico do Maranhão e do Brasil.

É meu dever, entretanto, nesse espaço, prestar contas aos maranhenses e a toda a sociedade brasileira sobre a minha atuação nesses últimos oito anos. Em meu mandato, sempre primei pela qualidade e não pela quantidade. Sendo assim, em vez de enumerar proposições, emendas e outras atividades, prefiro citar aqui alguns projetos que me empenhei em aprovar, seja como autor ou Relator: o projeto que estendeu a atuação da Codevasf, uma empresa pública importantíssima do Brasil. Nós a estendemos para todo o Maranhão e outros estados do Brasil, como Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Pará e até Brasília. O projeto que dobra o valor da merenda escolar para municípios de extrema pobreza. No Brasil, as escolas onde têm comunidades quilombola e indígena já têm esse privilégio. Não é nem um privilégio, já tem essa possibilidade de ter a *per capita* da merenda escolar dobrada. Estamos estendendo isso para todos os brasileirinhos e brasileirinhas pobres, extremamente pobres deste país, que vão para a escola para comer. A definição do valor de R\$400 do Auxílio Brasil e depois sua conversão num programa permanente. O projeto que cria a Lei Geral do Esporte, do qual eu fui Relator na CCJ. O novo marco legal do saneamento básico. O regime especial de atualização patrimonial. O novo marco legal da securitização. A criação da Comissão Permanente de Segurança Pública aqui do Senado, entre tantos outros.

Dediquei-me em especial a dois assuntos em particular. O novo marco legal das ZPEs, Zonas de Processamento de Exportação, que felizmente conseguimos aprovar aqui em 2020, após 19 anos de luta deste Parlamentar no Congresso Nacional; três mandatos de federal e um mandato de Senador. E o outro projeto que é a reforma tributária da base consumo, objeto da PEC 110, que não é uma política de governo, mas, sim, de Estado. Tenho convicção de que o relatório por mim apresentado reflete um avanço significativo na conciliação de interesses. E, por isso, faço aqui aos senhores, meus amigos Senadores e



Senadoras, um pedido para que não deixem o Senado perder o protagonismo dessa matéria.

Não existe mais PEC da Câmara e PEC do Senado. Essa disputa por protagonismo foi deixada para trás quando fizemos uma Comissão Mista de Senadores e Deputados. Essa Comissão Mista foi presidida por um Senador, Senador Roberto Rocha, mas ela foi relatada por um Deputado, Deputado Aguinaldo Ribeiro, que é o Relator da PEC 45, da Câmara.

O que aconteceu? Dadas as diferenças entre o Presidente eleito da Câmara naquele momento e o autor da PEC, com quem disputou a eleição, essa PEC 45 foi colocada de lado. Nós pegamos o relatório do Relator da Comissão Mista e introduzimos no nosso relatório da PEC 110. Portanto, a PEC que tramita no Senado é conhecida de todos os Deputados Federais. Essa disputa por protagonismo não haverá mais necessidade de existir.

Portanto, para não me alongar muito, Presidente, não posso encerrar sem agradecer a cada um dos Srs. e Sras. Senadores, assim como ao meu time do gabinete, seja do Maranhão ou de Brasília, aos servidores do Senado, aos ascensoristas, às equipes de limpeza e do cafezinho. Enfim, não posso deixar de agradecer a todos os companheiros pelo companheirismo, pelas palavras e pelas mensagens de apoio durante os últimos quatro anos, em que passei por muitas dificuldades pessoais com a minha família, em virtude do problema de saúde do meu filho, que travou uma dura batalha contra o câncer. Muito obrigado em especial ao Presidente do Senado Rodrigo Pacheco e aos companheiros Weverton, Davi Alcolumbre, Fabiano Contarato e Carlos Portinho, que foram pessoalmente a São Luís no dia do velório do meu filho. Gestos como esse não têm preço.

Por fim, desejo saúde, sabedoria e felicidades, tanto aos que prosseguem no mandato, quanto àqueles que assumem a partir de fevereiro do próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

Gostaria, em nome da Presidência do Senado e dos seus colegas Senadores e Senadoras, de render as homenagens a V. Exa. pelo seu trabalho no Senado Federal. E, nesse seu discurso de despedida, fazer também o reconhecimento de um trabalho muito permanente, muito assíduo e um protagonismo muito grande na principal matéria do Brasil, que é a reforma tributária. V. Exa. se dedicou durante muito tempo, além de todas as matérias de que V. Exa. foi autor e foi Relator, e não foram poucas, V. Exa. atuou muito bem, no Senado Federal, em defesa do Maranhão e nas pautas do Brasil, mas, de fato, o seu empenho na reforma tributária, que eu testemunhei, é algo que precisa ser registrado e é digno de nota.

V. Exa. reservou boa parte do seu tempo para ouvir, para discutir, para receber instituições, para receber entidades, para receber Governadores, para receber Prefeitos, para receber o Ministério da Economia e buscou, num exercício muito pleno de conciliação, tentar fazer um acordo, que é o acordo mais difícil do Parlamento, que é o acordo na reforma tributária. Se existe algo que é polêmico, difícil de convergir é a reforma tributária. Não convergem o público com o privado; no privado, não convergem os setores da produção; no público, não convergem os entes federados, a União pensa de uma forma, estados de outra, municípios de outra, municípios menores de uma forma, municípios maiores de outra forma.

E V. Exa. praticou esse exercício do diálogo e avançou muito na PEC 110, de que V. Exa. é o Relator e que nasceu, de fato, da Comissão Mista que V. Exa. presidiu, tendo o Deputado Aguinaldo Ribeiro como Relator, e que culminou, de fato, num compromisso de que, no Senado Federal, nós trataremos da reforma tributária, e V. Exa. avançou muito. Pode ter absoluta convicção de que as muitas audiências públicas que o senhor fez, que as muitas reuniões que V. Exa. fez, que todo o avanço que fez na compreensão...

(Soa a campanha.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... na compreensão desse imposto único, dessa simplificação, do IVA dual, que V. Exa. acabou concebendo no seu parecer, todo esse trabalho não se perdeu. É um trabalho que avançou muito consideravelmente no Senado. E fico contente em ouvir do novo Governo, em especial do Ministro da Economia que assumirá, o Dr. Fernando Haddad, que haverá um empenho na concepção dessa ideia que foi gestada no Parlamento e que tem no Senado Federal a seara própria de discussão neste instante, muito fruto do trabalho de V. Exa.

Então, eu foquei muito nessa questão da reforma tributária, porque é algo que me chamou a atenção, de fato, a sua capacidade de dedicar-se e de ser resolutivo nas questões. Se ela não foi votada ainda, é porque, de fato, é o tema mais complexo e mais difícil de encontrar convergência no Parlamento, em especial, porque, em se tratando de PEC, é um quórum qualificadíssimo de aprovação. E, naturalmente, que nós temos de fazer convergir todos os interesses republicanos em torno desse novo sistema de arrecadação, que haverá de ser mais simplificado, menos burocratizado e fruto, repito, dessas suas ideias.

E, do nosso convívio, também, não posso deixar de registrar a forma muito lhana, muito cortês, muito amiga, com que V. Exa. sempre tratou este Presidente, este seu colega do Senado, inclusive confiando em mim, dois anos atrás, no nosso propósito de eleição à Presidência do Senado. Então, sou muito grato a V. Exa.

Por fim, quero dizer, de fato, que todos nós nos sensibilizamos, lamentamos e prestamos, uma vez mais, os sentimentos a V. Exa. V. Exa. viveu a pior dor que um ser humano pode sentir, que um pai pode sentir, recentemente. E nós acompanhamos toda essa história, porque V. Exa. nos comunicava, dessa luta muito forte, muito bonita do seu filho contra o câncer. E todos nós nos ombreamos a V. Exa. nesse momento de dor. Agradeço-lhe a mensagem feita, em especial, a mim. Tenha aqui um amigo com quem sempre poderá contar! Muito obrigado, Senador Roberto Rocha, pelo que V. Exa. representa para o Parlamento e para o Estado do Maranhão.

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que possam votar.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Na sequência, vamos encerrar a votação.

O Sr. Veneziano Vital do Rêgo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para apartear.) – Sr. Presidente, V. Exa., com a capacidade que lhe é muito peculiar e conhecida de todos nós, pôde – se assim pudemos nos referir – resumir o sentimento desta Casa pelo trabalho que, durante esses oito anos, foi produzido pelo Senador Roberto Rocha. Alguns, como V. Exa., como eu próprio, só tiveram a oportunidade de quatro anos, metade do mandato exercido pelo Senador Roberto Rocha, evidentemente, sem aqui deixarmos de registrar que a sua passagem política, Senador Roberto, vem de muito antes.

Quando aqui cheguei, o registro das atenções, os registros da educação, os registros que V. Exa. permitiu aos que começavam a conhecer este novo ambiente – para mim o ambiente do Parlamento tinha sido a convivência na Casa vizinha – foram gestos fundamentais. E fomos fortalecendo e consolidando laços e conhecendo perfis, características e, entre estas, a sua competência de trabalho, de dedicação, a presteza para com as missões que lhe eram delegadas, as iniciativas próprias. Então, tudo isso tornou-se um conjunto muito caro aos seus amigos. Eu me coloco entre tantos e tantos que V. Exa. aqui granjeou. Os seus gestos de confiança, quando das conversas que particularmente nós mantínhamos, como bem há pouco, são demonstrativos dessa relação.

Então, eu quero, somando a todos os comentários, e a todas as observações, e a todas as palavras que foram traduzidas tão bem, tão precisamente, com tanta justiça...



(*Soa a campanha.*)

O Sr. Veneziano Vital do Rêgo (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ... pelo Senador Presidente Rodrigo Pacheco, dizer da mesma forma.

É evidente que estas despedidas que nós estamos fazendo são despedidas temporárias. V. Exa. tem uma capacidade de trabalho, um vigor intelectual, uma disposição de se oferecer aos temas relativos ao seu mundo particularmente amado, que é o nosso também amado Maranhão, como ao nosso país. V. Exa. vai estar conosco aqui – garantia isso a outros companheiros – em projetos de consultoria e, nesses projetos de consultoria, servindo a este Parlamento, aos seus companheiros, que o distinguirão.

Diríamos nós que este é o grande compromisso desta Casa: fazer com que, entre outras tantas iniciativas que por V. Exa. foram encampadas, encetadas, a principal delas não ganhe a gaveta, o escaninho, mas que permaneça nas importantes e construtivistas ideias que estão lá com a marca, com aquilo que o caracterizou durante mais de quatro anos em um trabalho para construir um projeto como o que o senhor relatou, a PEC 110.

Então, receba o meu abraço, receba as minhas palavras, e, evidentemente, naquilo que há de mais pungente nos nossos corações, na condição de pais, na condição de mães, o que V. Exa. passou e passa, tendo que se despedir daquele que é amor maior de cada um de nós, do filho.

Então, a V. Exa. todo o nosso reconhecimento e sempre o mais fulgurante desejo de sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Todos os Senadores já votaram?

Podemos encerrar a votação?

Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Marcelo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Podemos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Encerrada a votação, em primeiro turno.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel e mostre o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 63 Senadores; NÃO, 11 Senadores.

Nenhuma abstenção. (**Lista de votação - Vide Item 2.2.7 do Sumário**)

Está aprovada a proposta em primeiro turno, ressalvado o destaque. (*Palmas.*)

Votação do art. 8º da proposta, destacado pelo Senador Izalci Lucas, Líder do PSDB.

Concedo a palavra ao eminente autor do requerimento para que sustente o seu destaque.

Quem falará pelo PSDB? O Senador Izalci Lucas ou o Senador Alessandro Vieira? (*Pausa.*)

Senador Alessandro Vieira com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como já adiantei no momento da discussão, a supressão que estamos propondo é do art. 8º do



texto encaminhado pela Câmara dos Deputados. O que o art. 8º faz é conferir ao Relator do Orçamento a capacidade de manipular verbas em torno de R\$9,85 bilhões, reposicionando esses recursos dentro do Orçamento.

Entendo que esse tipo de atribuição fere o entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal, na medida em que confere ao Relator do Orçamento poderes além daqueles já previstos pela Constituição. O que o Relator deve fazer, o que as emendas de Relator devem fazer é única e exclusivamente suprir lacunas, erros ou omissões no Orçamento. Não cabe a nenhum Congressista fazer o manejo de verbas desse tamanho.

E faço um registro, que é muito importante para os colegas: primeiro, esse destaque não afeta em nada as emendas individuais e o restante do texto da PEC; segundo, a supressão desse artigo não faz com que o texto retorne à Câmara dos Deputados. O texto poderá ser promulgado. Nós teremos a garantia da recomposição do Orçamento, do novo Bolsa Família, do benefício da primeira infância, da recomposição orçamentária das mais diversas verbas; tudo isso está mantido. O que nós propomos que seja retirado é um artigo estranho, que dá essa atribuição ao Sr. Relator do Orçamento.

E aponto também – acho que é importante – que não há nenhum tipo de ressalva com relação à conduta do colega Marcelo Castro; não é isso. O que estamos falando é do respeito à Constituição. Já tivemos uma situação profundamente constrangedora que foi aprovar uma resolução na sexta-feira que, na segunda, foi reconhecida como inconstitucional.

Então, o apelo que faço aos colegas é que tenhamos contenção nesse momento e que possamos garantir a perfeita respeitabilidade do texto constitucional na sua origem.

A defesa é pela supressão, voto em favor do destaque que apresentamos.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra o Relator.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Senador Alessandro Vieira, só para um esclarecimento e, ao mesmo tempo, um apelo para que o senhor, o PSDB e o senhor, possa avaliar até mesmo a retirada do pedido de supressão.

Esse recurso o qual remete ao art. 8º

Fica o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 autorizado a apresentar emendas para ações voltadas à execução de políticas públicas até o valor de R\$9,85 bilhões, classificadas de acordo com a alínea “b” do inciso II do §4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

Refere-se a 50% daquilo que o senhor exatamente citou, que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional as emendas de RP9, portanto, as emendas de Relator. Esses valores são exatamente os valores que estão voltando para o Executivo, ou seja, eles já estavam no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023, estavam dentro do teto de gastos, a metade do valor do RP9, que foi julgado pelo Supremo. E decisão judicial não se discute, cumpre-se, podemos ter nossas divergências de opinião, mas cumpre-se. Portanto, esses valores já estavam na Ploa.

Isso é um grande prejuízo ao Brasil, é um prejuízo para as políticas públicas, não está nem no mérito da PEC que nós acabamos de aprovar. O mérito do extrateto são valores no teto, já estavam previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual. Portanto, se suprimido esse valor que o Relator vai voltar para as rubricas necessárias a poder socorrer o povo brasileiro na saúde, na habitação, na segurança, na segurança das estradas, nós vamos estar retirando do Executivo e das políticas públicas e, consequentemente, do



povo brasileiro R\$10 bilhões das diversas mazelas que nós temos que enfrentar e o novo Governo tem o desafio de enfrentar a partir do ano que vem.

Os outros foram alocados pela Câmara dos Deputados e nós concordamos em nosso relatório e acabamos de aprovar agora para as emendas individuais, impositivas inclusive. Portanto, ao que se referem aqui esses R\$9,85 bilhões não é mérito, não estão, inclusive, no mérito do extrateto, porque esses valores são do teto. Esses valores estavam na Ploa e estão simplesmente sendo mantidos, obedecendo à decisão do Supremo Tribunal Federal. Portanto, um grande prejuízo ao Brasil, às políticas públicas. O Relator-Geral terá as condições de colocar isso nas políticas públicas de forma adequada, e o fará.

Fica o apelo, Senador Alessandro, para que esse recurso não seja retirado do povo brasileiro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não cabe discussão...

É pela ordem?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero crer – e peço a atenção aqui do nobre Senador Alessandro Vieira – que ele está fazendo aqui uma confusão.

O que é que ocorre? O Relator-Geral do Orçamento, que no momento sou eu, só pode fazer emendas para corrigir erros ou omissões. E foi reafirmado agora, no voto da Ministra Rosa Weber, que o Relator-Geral só tem essa prerrogativa.

Para quê? Como o Supremo considerou inconstitucional o RP9, as emendas de Relator, e como esses recursos de R\$19,4 bilhões já estavam alocados nas diversas esferas administrativas, no Ministério da Saúde, da Cidadania, do Desenvolvimento Social, do Turismo, da Educação, tudo mais, ou seja, esses recursos se encontram lá, só que, agora, não são mais RP9; eles não têm mais classificação. Eles estão lá soltos, e eu não tenho o poder, como Relator, porque isso não é erro, não é omissão, eu não tenho o poder, como Relator, de alocar esses recursos. Para eu ter esse poder, é necessário que a PEC que nós estamos aprovando me dê esse poder. Igualmente, quando nós abrimos o espaço de R\$145 bilhões, foi necessário que o Congresso aprovasse, o Senado aqui e a Câmara, me dando o poder para eu poder fazer a designação desses recursos.

Então, Senador Alessandro, *data venia* ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... V. Exa. está incorrendo em um equívoco. O que é que eu vou fazer? Os recursos que estavam alocados – suponhamos: R\$5 bilhões no Ministério da Saúde, R\$2 bilhões no Ministério do Desenvolvimento Social, que eram RP9 e que agora não são nada – eu vou, então, alocar novamente como RP2.

O que é que quer dizer RP2? É a programação normal do ministério, que é discricionária e que vai ser executada pelos ministros das pastas correspondentes. O Ministro da Saúde vai executar os recursos da saúde; o Ministro da Cidadania vai executar... E isso, evidentemente, com as políticas de governo, onde eu não terei mais nenhum poder sobre elas, apenas de alocar esse recurso, porque, se nós não os alocarmos, eles vão ficar em um vácuo, em um vazio.

Então, esse o esclarecimento que gostaria de fazer a V. Exa. E, com todo respeito...



(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... acho que V. Exa. incorreu em um equívoco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votação do art. 8º da proposta...

O Senador Alessandro Vieira pede a palavra pela ordem... Não, mas já encerrou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. *Por videoconferência.*) – Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – V. Exa. já sustentou o seu requerimento. Foi só uma palavra pela ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. *Por videoconferência.*) – Não, é apenas porque eu... Sim, foi pela ordem, mas é porque eu fui multiplamente citado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Mas não há problema. Não foi citação desairosa, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. *Por videoconferência.*) – Veja, acredito que ocorreu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O correto seria já votar o requerimento.

Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Agradeço pela concessão.

Acredito que o colega Marcelo Castro incorre em um equívoco, um equívoco interpretativo. A decisão do Supremo Tribunal Federal, justamente, estabeleceu que não cabe ao relator do orçamento fazer essa definição de destinos. E o texto apresentado pela Câmara dos Deputados e que está agora destacado não estabelece uma conversão automática das destinações que estavam em RP9 para RP2 nos mesmos locais. Pelo contrário, estabelece que o Sr. Relator terá o direito, terá a mercê de fazer a destinação, a livre arbítrio dele, desse valor de quase R\$10 bilhões.

Não existem erros e omissões de R\$10 bilhões no orçamento. Fosse, efetivamente, este o objetivo, repito, apresentamos uma sugestão de correção de redação para que ficasse claro que as emendas do relator para realocação desses recursos atenderão às solicitações da equipe de transição. Neste sentido, não vejo por que criar problema. Corrige-se o texto, como emenda de redação, aceita pelo Sr. Relator, e retiramos o destaque.

No texto que está em votação, não é assim. Esse poder está mão do Sr. Senador Marcelo Castro, que acredito que, *data venia*, está incorrendo num pequeno equívoco de interpretação. Não é o primeiro, no tocante à distribuição de recursos orçamentários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A ponderação do Senador Alessandro Vieira é quanto a uma correção de redação, Senador Marcelo. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Castro, a ponderação do Senador Alessandro Vieira é a correção de redação sobre as sugestões da transição e com, então, a retirada do destaque.

Vossa Excelência compreendeu a ponderação do Senador Alessandro?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Pela ordem.*) –



Sim.

O que é que ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nós tínhamos aprovado aqui a PEC, no Senado, dando o poder à equipe de transição para fazer as indicações, e a Câmara retirou essa parte no destaque.

Então, o que já foi feito está consolidado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O problema é que pode causar dúvida na emenda... Afeta o mérito.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E agora eu não posso, eu não tenho o poder de colocar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não é redação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... de redação, porque foi aprovado no destaque na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeito.

A ponderação do Senador Alessandro, obviamente, é uma ponderação razoável. No entanto, esse acréscimo poderia não ser interpretado como de redação e aí isso importaria no retorno à Câmara dos Deputados, é a ponderação do Presidente Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Então, vamos votar o requerimento de destaque.

Mas naturalmente que, sobre a explicação do Senador Marcelo Castro, obviamente há uma aderência da transição nessa realocação de RP 9 para RP 2.

Está bom, vamos votar.

Vamos votar, Senador Alessandro Vieira.

Anuncio a votação do art. 8º da proposta destacada pelo Líder do PSDB, Senador Izalci Lucas, sustentada pelo Senador Alessandro Vieira.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A Presidência esclarece que quem apoia o eminente Relator Senador Alexandre Silveira vota “sim” e mantém o art. 8º da proposta, desde que alcançados, pelo menos, 49 votos “sim”.

Então, para manter o texto do Relator tem que ter 49 votos “sim”.

Quem apoia... (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – A gente vai votar contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não – não.

Houve um destaque do artigo, de supressão do artigo.

Para manter o art. 8º no texto, tem que votar “sim” ao art. 8º.

Então, quem vota “sim” apoia o eminente Relator Senador Alexandre Silveira e tem que ter 49 votos para manter o texto do Senador Alexandre Silveira.

Quem apoia o Senador Izalci...

Dessa vez, o PMDB confundiu-se, o PMDB... (*Risos.*)

Então, quem vota “sim” apoia o Relator; quem vota “não” acompanha o destaque do Senador Alessandro, do Senador Izalci, do PSDB. Então, “sim” com o Relator; “não” com o destaque, com o destaque do PSDB.



A votação está aberta.

Para orientação, concedo a palavra aos Líderes por um minuto.

Como orienta do MDB?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, é primeiro esclarecer a todos os Srs. e as Sras. Senadores que esse recurso é um recurso que já estava na Ploa, como disse o eminente Relator Alexandre Silveira. Já estava, portanto, dentro do teto. Nós não estamos aqui votando recurso extrateto, nós não estamos aqui criando um novo recurso. Nós estamos aprovando aquilo que estava como RP9 e que, pela decisão do Supremo, transformou-se em RP2, despesa discricionária do Governo.

E o eminente Relator terá que alocar esses recursos nos programas nacionais da própria Ploa, de acordo com a decisão do Supremo e de acordo com a votação da Câmara.

O que na realidade se pretende aqui é uma outra coisa, houve uma discussão de um destaque na Câmara que não foi aprovado.

Ora, esse destaque não é o que se está discutindo...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... neste momento.

Portanto, o MDB encaminha o voto “sim”, para que o texto relatado favoravelmente pelo eminente Senador Alexandre Silveira seja aprovado e mantido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PSD, Senador Alexandre Silveira?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para orientar a bancada.) – O PSD orienta “sim”, Presidente, conforme tão bem explicitado pelo Senador Eduardo Braga, esse recurso, repito, é recurso que estava dentro do teto já alocado para políticas públicas no RP9.

Em consequência de decisão do Supremo Tribunal Federal, ele simplesmente deixa de ser RP9 para ser Receita Primária 2, e executar políticas públicas de saúde, educação, mobilidade urbana, dignidade do povo brasileiro, combate à fome e à miséria.

Portanto, aqueles que nos ajudaram na votação da aprovação da PEC votam “sim”, a bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PL, Líder Flávio Bolsonaro?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, já com o estrago consolidado da aprovação da PEC do estouro, o raciocínio que nós acompanhamos é o do Senador Marcelo Castro: esses recursos não podem ficar soltos e, obviamente, que as Comissões têm um papel importante na consolidação desse Orçamento.

Então, o PL encaminha o voto “sim”, contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O PL orienta o voto “sim”.

Como orienta o Podemos, Líder Eduardo Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para orientar a bancada.) – O Podemos orienta o voto “não”... Aliás, eu voto “não”, mas o Podemos libera a bancada.

Eu queria deixar isso consignado. Falei agora com o nosso Líder Oriovisto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Podemos libera.

Como orienta o Progressistas, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para orientar a bancada.) – Libera, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Progressistas libera a sua bancada.

Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Líder Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PSDB, Líder Izalci Lucas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu entendi a colocação do Relator Marcelo Castro.

O PSDB destacou em função da colocação do Senador Alessandro. Mas o PSDB vai liberar.

Eu, particularmente, como entendi, vou votar com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o União Brasil?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Para orientar a bancada.) – União Brasil vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

O PDT orienta o voto “sim”.

Ah, não, desculpe!

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Não, é isso mesmo, Sr. Presidente. O PDT orienta o voto “sim”.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Agradeço a V. Exa., Senadora Leila.

Como orienta o PTB? (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha, o PTB.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para orientar a bancada.) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O PTB orienta o voto “sim”.

Como orienta o Cidadania? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB?

Como orienta o PSC?

Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Com o Relator, Sr. Presidente. É “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Republicanos orienta o voto “sim”.



Como orienta a Rede?

Como orienta o PROS?

Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para orientar a bancada.) – Nós recomendamos o voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para orientar a bancada.) – Voto “sim”, Presidente, para...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com orienta o Governo, Líder Carlos Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada. *Por videoconferência.*) – Libera a Bancada o Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O Governo libera.

Como orienta a oposição? *(Pausa.)*

Como orienta a Bancada Feminina no Senado?

Estamos em processo de votação nominal.

Solicito aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que possam votar.

Quem vota “sim” acompanha o Relator. Quem vota “não” acompanha o destaque do PSDB.

Estamos em processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Estamos em processo de votação nominal.

Quem vota “sim” acompanha o Relator e mantém o texto. Quem vota “não” acompanha o destaque para suprimir o art. 8º.

Então, “sim” com o Relator; “não” com o destaque do Senador Alessandro Vieira.

Estamos em processo de votação nominal.

Senador Randolfe Rodrigues, Senador Plínio Valério, Senador Omar Aziz, Senador Wellington Fagundes, Senador Jorginho Mello, Senadora Mara Gabrilli, Senador Irajá, Senadora Maria do Carmo, Senador Dr. Samuel Araújo, Senador Acir Gurgacz, Senador Alvaro Dias, Senador Nelsinho Trad, Senador Jader Barbalho, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Jorge Kajuru, Senador Reguffe. *(Pausa.)*

Senadora Zenaide Maia é a próxima oradora inscrita.

V. Exa. tem a palavra, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, sabe, estou muito orgulhosa do senhor, nessa administração, por isso tudo.

Eu queria dizer aqui aos colegas que a gente aprovar esta PEC, como eu já falei, não é só um voto em um projeto de emenda à Constituição: esta é uma PEC que vai salvar vidas, gente! Vocês têm ideia do que é a gente recompor a farmácia popular? Quantos membros, pés de homens e mulheres deste país, vão deixar de ser amputados? Têm ideia disso? Quantos vão deixar de ter um AVC ou um infarto agudo do miocárdio porque vão ter acesso aos medicamentos para hipertensão e diabetes?

Vai recompor o salário mínimo, porque, com esta inflação que a gente tem aí, é claro que precisa recompor, dar o aumento real ao salário mínimo.

E a educação, que é a prevenção da violência... Ninguém reduz a violência – não somos nós que



estamos dizendo isso aqui –, quem quis diminuir a violência, nos países do mundo, o fez através da educação. É através da educação que se diminui a violência e que se cresce economicamente. Povo educado é povo até que adocece menos.

Com isto aqui, nós vamos recompor parte dos recursos, colegas, Izalci, todos os que eu sei que defendem a ciência, a tecnologia e a educação pública para todos.

Coloquem nossas crianças...

(Soa a campainha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Por videoconferência.*) – ... e nossos adolescentes dentro de escolas públicas de qualidade, em tempo integral, que, com certeza não vamos, em médio prazo, pelo menos, construir presídios.

O mundo que diminuiu a violência o fez com educação. Com educação, a gente faz isso tudo.

E é isso que estamos fazendo com esta PEC.

Não tem história de PEC de estouro. PEC que salva vidas. Era para ser assim: PEC pela vida, pela dignidade, pela redução da desigualdade social, que é vergonhosa neste país!

Sr. Presidente, é claro que a gente vota “sim”, pelo destaque, pela manutenção do texto, com o nosso Relator, que eu quero parabenizar, com essa calma, o nosso Alexandre. Calmamente, deu uma aula ali, como o nosso Marcelo Castro também.

E vamos ter o segundo turno. E vamos iniciar janeiro com a certeza de que, esses 21 milhões de famílias que hoje têm filhos com fome e as mais mães, famílias que têm crianças com até seis anos de idade, vamos tirar esses brasileiros da extrema pobreza, mas vamos trabalhar para o Governo ter condições de investir na geração de emprego e renda, que é o que realmente dá dignidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Consulto o Plenário se todos os Senadores e todas as Senadoras já votaram e se podemos encerrar a votação. *(Pausa.)*

Senador Renan, Senador Eduardo Braga, podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Senador Veneziano, podemos encerrar? *(Pausa.)*

Encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre, no painel, o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 62 Senadores; NÃO, 9 Senadores.

Uma abstenção. *(Palmas.)* **(Lista de votação - Vide Item 2.2.7 do Sumário)**

Mantido o art. 8º.

O Parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final... *(Pausa.)*

Peço desculpas ao Plenário.

Consulto o Plenário se podemos passar à imediata apreciação da matéria em segundo turno. *(Pausa.)*

Havendo concordância, passa-se à discussão da proposta, em segundo turno. *(Pausa.)*

Esgotada a lista de oradores, está encerrada a discussão, em segundo turno.

Em votação a proposta, em segundo turno.

A matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa,



ou seja, pelo menos 49 votos “sim”.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel para o início da deliberação.

A votação está aberta.

Consulto as lideranças se podemos repetir a orientação dada à matéria no primeiro turno. (*Pausa.*)

Havendo concordância das Lideranças, determino à Secretaria-Geral da Mesa que assim seja feito.

Estamos em processo de votação nominal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para discursar - Presidente.) – Eu peço a atenção do Plenário, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, brasileiras, brasileiros, enquanto há votação de segundo turno, eu cumprimento a todos que nos acompanham pela TV Senado, nas redes sociais do Senado Federal, ou presencialmente aqui no Plenário da Casa.

Aproximamo-nos do merecido período de reencontros, festejos e descanso, que nos traz mais um final de ano. Momento de rever os entes queridos, de rememorar boas lembranças do passado e refletir sobre nossas vidas.

Dirijo-me hoje a V. Exas., Senadores e Senadoras, portanto, para celebrar o encerramento de mais um produtivo ano legislativo do Senado Federal. E falo produtivo me referindo não apenas a números – embora as estatísticas corroborem minha afirmação –, mas principalmente à relevância das matérias tratadas e à qualidade das proposições aprovadas pela Casa.

Ao longo deste fecundo ano legislativo de 2022, aprovamos nada menos que 134 projetos de lei, 54 medidas provisórias, 54 projetos de decreto legislativo, 50 projetos de resolução do Senado, 12 propostas de emenda à Constituição, 11 projetos de lei complementar e 87 indicações de autoridades para ocupar agências reguladoras, autarquias, embaixadas e tribunais superiores. Do dia 1º de janeiro deste ano, até o presente momento, contabilizamos 383 matérias regulamentadas pelo Senado Federal.

Considerando todo o período em que tive a honra de estar à frente desta Casa, tenho o orgulho de dizer que este foi o biênio mais produtivo do Senado desde a promulgação da Constituição Cidadã. Ao todo, aprovamos 807 matérias, senhoras e senhores! A objetividade dos números é a prova do nosso empenho e da nossa responsabilidade.

Todos os assuntos mais pungentes das principais áreas de interesse da população brasileira receberam, durante o corrente ano, o cuidadoso estudo, a paciente dedicação e uma eficaz resposta por parte dos Srs. e das Sras. Senadores e Senadoras. De fato, centenas de proposições ligadas às pautas de saúde, educação, inclusão de gênero, meio ambiente, tecnologia e desenvolvimento, transporte, cultura e esporte, para citar algumas, foram analisadas por este Colegiado e suas Comissões.

Assevero que, num período em que atravessamos a maior crise de saúde pública vivenciada pelo mundo no último século, decorrente da pandemia do coronavírus, nós Senadores não poupamos esforços para garantir o bem-estar físico e mental de nossos concidadãos.

Para homenagear nossas bravas e nossos bravos profissionais da área – que se sacrificaram colocando-se na linha de frente do combate à terrível doença que ceifou a vida de 700 mil irmãs e irmãos brasileiros –, promulgamos: a Emenda Constitucional nº 120, que definiu a responsabilidade financeira da União na política remuneratória e na valorização dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias; Emenda Constitucional nº 124 e Lei nº 14.434, que instituíram o piso salarial nacional da enfermagem, do técnico de enfermagem, do enfermeiro, do auxiliar de enfermagem e da parteira, e, por fim, aprovamos, na sessão de ontem, a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2022, que estabeleceu o dever de a União auxiliar financeiramente Estados, Distrito Federal e Municípios para pagamento do piso.



Aprovamos também a criação do programa de acompanhamento do câncer de mama no Sistema Único de Saúde (SUS) (PL 4.171, de 2021), a redução da idade mínima e a extinção da necessidade de consentimento dos cônjuges para realização de procedimentos contraceptivos (PL 1.941, de 2022), a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico (PLC 75, de 2014), a prorrogação das barreiras sanitárias para proteção dos povos indígenas (MPV 1.121, de 2022), a simplificação para compra de vacinas pela iniciativa privada (MPV 1.126, de 2022), o direito à realização do implante de prótese no coração via cateter pelo SUS (PLS 688, de 2015), a garantia de recebimento de avaliação psicológica durante o pré-natal e na consulta de pós-parto às gestantes e puérperas (PLC 98/2018). Não menos importante foi a aprovação, agora em caráter permanente, da regulamentação da telemedicina no país (PL 1.998, de 2020), que tem facilitado a vida de milhões de brasileiros e reduzindo significativamente as filas para atendimento, desde que seu uso foi temporariamente autorizado no início da calamidade da pandemia.

Também tiveram proeminência neste Senado Federal todas as proposições voltadas à temática da educação. Sabemos que não há possibilidade de um horizonte próspero a qualquer país sem que haja um investimento efetivo na educação pública. O Brasil que merecemos passa pela capacitação de nossos jovens, pela garantia de um ambiente educacional que desperte o interesse e as vocações de nossas meninas e meninos, e por sua preparação para a vida adulta e profissional. Entre as matérias aprovadas, receberam especial atenção da mídia e da sociedade:

- a) a renegociação das dívidas do Fies;
- b) a regulamentação do uso da pedagogia da alternância nas escolas do campo, para permitir a utilização de metodologias alternativas;
- c) a instituição da semana dedicada à saúde mental nas escolas de educação básica e superior (PL 542, de 2021);
- d) a ampliação de alcance do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec no campo (PLC 102, de 2018).

O Senado Federal também não olvidou questões relevantes relacionadas à ciência e tecnologia. A Emenda Constitucional nº 118 prestigiou, de uma só vez, três questões fundamentais à população brasileira. Ao flexibilizar as restrições à produção, comercialização e utilização de radioisótopos, passando a autorizar essas atividades para fins de pesquisa e uso médicos, agrícolas e industriais, a Emenda Constitucional nº 118 não apenas estimula o progresso nacional nas já citadas áreas da saúde e da educação, mas ainda promove o desenvolvimento tecnológico e industrial de nossas empresas e institutos de pesquisa.

Outra mudança constitucional intrinsecamente ligada à área de tecnologia foi a Emenda nº 115, que incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais. Inescapavelmente atrelados a um mundo em contínua virtualização, a cada dia os brasileiros se veem diante da necessidade de compartilhar seus dados pessoais com empresas, órgãos públicos e outros cidadãos. Aproveitando o profuso acolhimento social e o franco sucesso da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018), consideramos oportuno alçar tal direito à esfera constitucional. Asseguram-se, assim, os direitos da pessoa à privacidade e à autodeterminação, sem tolher o desenvolvimento econômico e tecnológico da coletividade.

Aliás, se um dos objetivos fundamentais da República deve ser a garantia do desenvolvimento nacional, consoante o texto do inciso II, do art. 3º, da Constituição Federal, incumbe ao Poder Legislativo a atuação legiferante e fiscalizatória necessária a propiciar o devido atingimento de tal objetivo.

No âmbito externo, aprovamos dezenas de acordos internacionais bilaterais e plurilaterais destinados a regular a cooperação para o desenvolvimento recíproco, em diversas áreas, como defesa, comércio e transporte. Entre eles, mencionamos, apenas, a título de exemplo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 923, de 2021, que regulamenta a redução das barreiras comerciais entre 11 países, como parte do Acordo



sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento.

No âmbito interno, o desenvolvimento econômico nacional foi alvo de nossa atenção ao deliberarmos, por exemplo, sobre as medidas provisórias que tratavam da ampliação das possibilidades do uso do Fundo Garantidor da Habitação Popular, em financiamentos habitacionais do programa Casa Verde e Amarela, facilidade no acesso ao crédito para os microempreendedores individuais, para micro, pequenas e médias empresas e para beneficiários do INSS, entre outras medidas.

Antes de sublinhar os números da produção legislativa deste ano que se encerra, trago-vos à lembrança as importantes medidas empreendidas em apoio e em favor do setor cultural e aos artistas de nosso país. Não resta dúvida de que esse foi um dos setores mais afetados pelas medidas de restrições impostas pela situação de calamidade pública. Segundo o IBGE, o setor cultural é a principal fonte de renda de cerca de 4,8 milhões de brasileiros. O Estado tem o dever de compensá-los e assegurar a continuidade de nossa tão celebrada riqueza cultural. Por isso, acatamos a prorrogação do Plano Nacional da Cultura, que tem como princípio a valorização da diversidade cultural brasileira. Aprovamos também a Lei Paulo Gustavo, que autoriza repasse de cerca de R\$3,8 bilhões de recursos federais a estados e municípios, para fomento de atividades e produtos culturais, e a Lei Aldir Blanc 2, que estende, por cinco anos, o benefício da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, com repasses anuais da União, no valor de R\$3 milhões de reais, para estados, municípios e para o Distrito Federal.

Todavia, conforme salientei há pouco, não são apenas as estatísticas da produção legislativa que denotam a presteza deste Senado no cumprimento das demandas que lhe são incumbidas pela sociedade brasileira. Juntamente com outros 12 colegas, participei da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP 27, no Egito. No encontro, fizemos a abertura do painel “Diálogo Empresarial para uma Economia de Baixo Carbono”. Os debates do encontro foram riquíssimos e giraram em torno de temas cruciais, como mitigação dos gases do efeito estufa, impacto climático na questão econômica e colaboração em favor do combate ao aquecimento global.

No âmbito interno, recebemos, neste ano, mais uma vez, o selo Agenda Ambiental na Administração Pública, como resultado de nossas iniciativas sustentáveis. Acredito firmemente que o enfrentamento efetivo das questões ambientais, como o desmatamento ilegal, pode ocorrer sem o comprometimento do desenvolvimento econômico, basta que este ocorra de forma sustentável e responsável. Acredito que o Brasil pode ser uma referência mundial em desenvolvimento sustentável e preservação ambiental. E acredito que, para chegarmos lá, precisamos, mais do que nunca, de união e respeito, valores que sempre nortearam a atuação do Poder Legislativo federal, inclusive respeito ao meio ambiente.

A atuação parcimoniosa desta Casa e de seus Membros, aliás, foi repetidamente requisitada pelos demais Poderes da República durante o acirrado processo eleitoral pelo qual passamos neste ano. Jamais permitimos que se abandonasse o diálogo permanente entre os três Poderes, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União. Como representantes eleitos pelo povo de nossos estados, diligenciamos para enriquecer, jamais refrear, o debate democrático de todas as decisões tomadas pelos órgãos e instituições do poder público.

No ano em que o Brasil vivenciou a mais acirrada disputa para as eleições presidenciais desde sua redemocratização, não perdemos o foco por um único dia sequer. De fato, o Senado participou firmemente na fiscalização de todas as etapas das eleições gerais para os cargos dos Poderes Legislativo e Executivo da União e dos Estados. Sua atuação junto ao Tribunal Superior Eleitoral e aos partidos políticos visou, antes de tudo, garantir a lisura do escrutínio popular e a soberania da decisão nacional.

Essa breve prestação de contas não poderia prosseguir sem que seja dado o merecido destaque à criação da Bancada Feminina. Instalada em março de 2021, a bancada tem liderança rotativa e conta com diversas prerrogativas de Líderes de partido ou bloco parlamentar, como participação no Colégio de



Líderes, orientação de votações e preferência no uso da palavra. A medida constituiu um importante passo para um Parlamento lamentavelmente ainda marcado pela desigualdade na representação dos gêneros.

O reconhecimento da importância do aumento da participação feminina nos foros de discussão legislativa foram ainda coroados com a promulgação da Emenda Constitucional nº 117, de 2022, que impôs a aplicação de percentuais mínimos de recursos do fundo partidário e do fundo eleitoral na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a reserva de tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão exclusivamente para candidaturas femininas.

Foram igualmente instituídas, no último biênio, três Comissões compostas por renomados juristas brasileiros, designados para elaborar textos de anteprojeto de lei concernentes a matérias relevantes, como a lei do *impeachment*, a modernização do Código Tributário Nacional, o processo administrativo tributário e também, por fim, o uso da inteligência artificial. Temos plena confiança de que os juristas realizaram um primoroso trabalho, que quiçá nos orientará, em breve, a enriquecer sobremaneira a futura deliberação dos Parlamentares acerca desses temas.

Nossa gestão também se notabilizou pela consolidação do SDR, o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal, esse revolucionário legado deixado à Casa pela Mesa Diretora que nos antecedeu e que, em 20 de março de 2020, permitiu a este Plenário ser o primeiro do mundo a realizar uma sessão deliberativa de maneira integralmente remota.

Neste momento, é preciso realçar a essencialidade do trabalho desenvolvido pelo corpo funcional e pela equipe técnica desta Casa. É graças à sua inventividade e eficiência que o Brasil poderá eternamente se orgulhar de ter realizado a primeira sessão deliberativa de maneira 100% remota em um Parlamento nacional. O incontestável êxito do SDR do Senado Federal já o credibiliza a entrar no rol dos marcos históricos do Poder Legislativo, não apenas em nível nacional, mas mundial.

Além dessas medidas, promovemos o concurso público para o preenchimento de cargos públicos efetivos desta Casa. Dez anos após a conclusão do processo seletivo anterior, já se revelava necessária a realização do certame, haja vista a considerável quantidade de servidores que se aposentaram desde então, fato que reduziu consideravelmente a disponibilidade de pessoal em todos os departamentos.

Como novidade, o edital trouxe a previsão da subárea Orçamento e Análise Econômica, nova unidade da Consultoria de Orçamento. Com isso, o Senado Federal busca aprimorar sua estrutura administrativa, visando à melhoria contínua na qualidade de sua produção normativa. Reforçam-se as condições para a efetiva institucionalização da análise de impacto legislativo no âmbito do Congresso Nacional. Quanto mais e melhores informações e estudos tivermos, melhores e mais precisas serão as nossas leis.

Estou absolutamente seguro de que o Senado Federal tem muito a contribuir nessas e em muitas outras áreas. Esta Casa vem exercendo seu papel de forma equilibrada, ponderada, coerente, sempre tendo em vista o diálogo, o equilíbrio e a harmonia dos Poderes e a manutenção do Estado democrático de direito. A modernização de nossa legislação é fruto do desenvolvimento de nossa sociedade, que evolui de forma constante. Diálogo, respeito, moderação, conciliação: esses são os pilares, no meu ponto de vista, para que tenhamos efetiva estabilidade e possamos enfrentar os reais problemas do país.

Deixo aqui meu agradecimento a meus ilustres colegas Senadoras e Senadores, cujo imparável empenho foi indispensável à concretização de todos os feitos que há poucos elencamos. Como Presidente desta Casa, orgulho-me em poder afiançar aos brasileiros que em nós confiaram a tarefa de os representar que o trabalho das senhoras e dos senhores se mostrou incessante, seja pela autoria ou relatoria das proposições, pelos profícuos debates apreendidos nas audiências públicas, pelos argumentos trazidos às deliberações das matérias ou, ainda, pelas atividades de fiscalização das ações do Governo.

Para o benefício do povo brasileiro, nós, membros desta Casa, construímos mutuamente uma relação caracterizada por profundo respeito, admiração e cortesia a despeito de qualquer divergência ideológica –



só assim poderíamos lograr tantas conquistas em tão pouco tempo.

Peço a permissão das senhoras e dos senhores para me dirigir especialmente aos colegas que nos deixam ao final desta 56ª Legislatura. Em nome do Senado Federal e de todo o povo brasileiro, deixo a cada um dos senhores e das senhoras o meu caloroso abraço e os mais sinceros agradecimentos por esses anos dedicados à nobre causa pública. Torço para que a etapa vindoura lhes granjeie do mesmo sucesso que aqui ora se encerra momentaneamente.

Deixo aqui também minhas homenagens aos colegas que recentemente deixaram não apenas esta Casa, mas, igualmente, sua estadia aqui na terra. Queridos Senadores saudosos Major Olímpio, José Maranhão e Arolde de Oliveira, suas ausências continuam sendo sentidas e suas trajetórias não serão esquecidas por nenhum de nós em nenhum momento, nenhum de nós que tivemos a satisfação de trabalhar ao lado de V. Exas.

Finalizo este pronunciamento me referindo aos componentes indispensáveis do Senado Federal, seus servidores, suas servidoras, todos os seus colaboradores. Como Presidente desta Casa, sou testemunha do afincamento, da disposição, da cordialidade, da proatividade com que as senhoras e os senhores empreendem todas as funções aqui no Senado Federal que lhe são destinadas, não importando magnitude, complexidade, disponibilidade de tempo. São assessores, consultores, advogados, analistas, técnicos, policiais, copeiras, motoristas, auxiliares de limpeza, muitos outros, responsáveis por viabilizar o funcionamento desta Casa Legislativa. Se aqui estamos a deliberar uma matéria dessa envergadura para 215 milhões de brasileiros, é porque cada um dos senhores e cada uma das senhoras permite que isso aconteça. O povo brasileiro, sobretudo nós Senadores e Senadoras, registramos aqui, mais uma vez, profunda admiração e franco reconhecimento a todo o nosso corpo funcional.

Na oportunidade em que se encerra o ano legislativo de 2022, juntamente com a 56ª Legislatura, sinto-me honrado pela oportunidade de ter capitaneado os trabalhos desta Casa em um biênio tão produtivo e crucial para o presente e para o futuro do Brasil. Os membros desta Mesa Diretora serão eternamente gratos aos colegas Senadores pela confiança e pela deferência a nós conferida desde a nossa candidatura, fortalecida durante todo o período em que ocupei, com muita honra e com muita satisfação, esta cadeira.

Espero termos sido capazes de corresponder à altura às expectativas de V. Exas. e mais ainda, de ter deixado um legado positivo para o Senado Federal e para o nosso país. Estejamos certos de que sempre foi esse o desejo primordial da nossa gestão.

Portanto, em meu nome, como Presidente do Senado, em nome da Mesa Diretora, dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que compõem esta Mesa Diretora, a quem penhoradamente agradeço, eu faço este pronunciamento de balanço dessa gestão, em especial deste ano, agradecendo sobremaneira a cada um dos nossos amigos, colegas Senadores e colegas Senadoras, e de todo o corpo do Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Podemos encerrar a votação? Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação em segundo turno.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Votaram SIM 63 Senadores; NÃO, 11 Senadores. (*Palmas.*) (**Lista de votação - Vide Item 2.2.7 do Sumário**)

Aprovada a proposta em segundo turno.

Será convocada sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da emenda constitucional e determino que a sessão aconteça ainda na data de hoje, para que possamos promulgar a emenda



constitucional.

Amanhã reservaremos o dia, e peço também a presença dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para apreciarmos a lei orçamentária e alguns PLNs que estão pendentes também na sessão do Congresso Nacional.

Temos ainda algumas matérias que serão votadas aqui, que foram votadas na Câmara, referentemente às recomposições salariais. Antes, porém, eu passo a palavra ao eminente Senador Alexandre Silveira.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é chegada a hora do meu até logo deste curto, mas produtivo período como Senador da República pelo meu Estado de Minas Gerais e da convivência tão engrandecedora com todos os pares desta Casa Alta do Legislativo brasileiro. Durante esse período, me desdobrei para poder representar o povo do meu estado da melhor maneira possível, honrando as principais causas e ideais das Minas e das Gerais.

Quando da minha posse como Senador, muitos se lembrarão, no dia 2 de fevereiro deste ano, fiz o compromisso de lutar para construir uma sociedade mais justa, unida, solidária e fraterna, por meio do diálogo e da conciliação, que deve orientar a democracia e a convivência civilizada. Esse é o meu propósito de vida e vou levá-lo comigo onde quer que esteja. Por isso mesmo hoje, despedindo-me das senhoras e dos senhores, quero reafirmá-lo.

Disse, naquela ocasião, que meu desejo era juntar-me a cada um na busca por soluções para os graves problemas, principalmente econômicos e sociais, que vivemos no Brasil e que acarretavam na volta da inflação, do desemprego, da fome, da miséria, que infelizmente ainda assola nossa gente. Por causa desse momento que vivemos no Brasil, o social certamente foi a grande prioridade desse meu período como Senador da República.

Minha primeira proposição legislativa, junto com o Senador, colega e amigo Carlos Fávaro, foi a PEC 01, de 2022, que aprovamos e promulgamos no Congresso Nacional, que garantiu o aumento do Auxílio Brasil, relatada pelo meu colega e amigo Fernando Bezerra, para R\$600 para todos os brasileiros e brasileiras. Dobrou o auxílio do vale-gás, garantiu o auxílio para os caminhoneiros naquele momento crítico de aumento dos combustíveis, os caminhoneiros autônomos, e um valor de subsídio para impedir o aumento das passagens de ônibus nos municípios.

Fui também o Relator da PEC da proteção social, que aprovamos aqui nesta Casa, para garantir a continuidade do Bolsa Família em R\$600 e dar o mínimo de dignidade às famílias que ainda sofrem com a fome e a miséria.

Apresentei o PL 547 para garantir a cota em dobro do Bolsa Família para as mães solo e o PL 625, que institui o décimo terceiro desse benefício.

Fiquei feliz ao ver que essas propostas foram abraçadas pelos principais candidatos à Presidência da República ao longo do período eleitoral...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... e que poderão, em breve, se tornar realidade.

Também apresentei o PL 1.606, buscando zerar os impostos federais sobre a cesta básica. Nada mais justo no momento em que brasileiras e brasileiros passam por tantas necessidades.

Exatamente nesse sentido também apresentei o PLP 108, que institui o regime voltado à responsabilidade social na elaboração e na condução de políticas públicas que visem ao desenvolvimento e ao bem-estar das pessoas.

Digo sempre que a responsabilidade fiscal é fundamental e importantíssima, uma conquista do



sistema democrático brasileiro, mas ele não pode ser priorizado por si só, nem colocado à frente da vida e da dignidade das pessoas. Tão importante como ele é também o regime de responsabilidade social, caríssimo irmão Veneziano, e acredito que passou da hora de também implantá-lo no nosso país. É o que sugeri com essa proposta.

Além disso, aprovamos aqui no Senado outro projeto que apresentei e que permite a dedução do valor pago do aluguel residencial de quem não tem imóvel no imposto de renda. Tive também a honra de ser o Relator da Lei Complementar 191, resultado do PLP 150, que garantiu a contagem de tempo de serviço ao longo da pandemia para servidores da saúde e da segurança, tão sacrificados naquele momento, e apresentei o PLP 4, buscando estender esse direito a todos os servidores públicos, proposta que tanto insisto junto ao Presidente e aos Líderes para que possa ser rapidamente colocada em pauta para fazer justiça aos servidores públicos de nosso país.

Na minha área de atuação, a segurança pública, propus o agravamento da pena do crime de homicídio quando praticado por intolerância política ou partidária, ou por motivo relacionado à divergência de opinião, e outro para criar a tipificação do crime de rixa em decorrência de eventos esportivos, para tentar diminuir a violência e a impunidade em diversos casos em nosso país, Senadora Rose.

Tive a honra de ser o Relator do projeto da nossa colega Senadora Zenaide, do projeto que aprovamos no Senado de forma definitiva, que acaba com a tese absurda de legítima defesa da honra em casos de feminicídio e que impossibilita o uso de circunstâncias atenuantes e redutoras de penas relacionadas à violenta emoção e à defesa relevante do valor moral ou social em crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em defesa do meu Estado, Minas Gerais, destinei, por meio de emendas parlamentares, milhares de reais através dos municípios para investimentos nas diversas áreas, especialmente na saúde pública, que ainda carece de tanta atenção de recursos para melhor atender as pessoas que precisam da atenção dos Governos. Só para a capital de Belo Horizonte, minha cidade tão querida, fui o Relator da mensagem que garantiu US\$80 milhões em operação de crédito para recursos na área de mobilidade e revitalização urbana.

Minha trajetória sempre foi de dedicação ao serviço público. Comecei trabalhar aos 14 anos e vivi as dificuldades de todas as pessoas que começam a vida no chão de fábrica.

Fui servidor de carreira da segurança e cheguei a Delegado-Geral de Polícia. Com o apoio do grande Vice-Presidente saudoso José Alencar, minha grande referência na vida pública, fui apresentado ao Presidente Lula e assumi, sabatinado por este Senado da República, aos 31 anos de idade, o cargo de Diretor-Geral do Dnit e, depois, fui Deputado Federal por dois mandatos.

No Governo de Minas, tive a honra de servir como Secretário de Estado de Saúde e de Secretário de Estado de Gestão Metropolitana num dos Governos do Prof. Anastasia até chegar ao Senado Federal.

Ocupei todos esses cargos sempre me lembrando de onde vim, da minha essência, das minhas origens, sempre pensando naqueles que mais precisam. Sou filho do Vale do Jequitinhonha. Minha mãe nasceu na cidade do Serro, assim como meus avós. Conheço todos os rincões de um estado que é a alma do Brasil e procuro tentar viver conectado à realidade de quem conhece o sofrimento da nossa gente, para quem eu quero e continuarei lutando com afinco enquanto viver.

Trabalhei muito. Consegui conquistas importantes, mas certamente fiz bem menos do que gostaria. Com humildade, peço desculpas se, em algum momento, buscando fazer o melhor, não consegui suprir as expectativas, que sempre são altas e justas. Mas, repito, busquei oferecer o meu melhor.

Não poderia terminar esse ciclo sem agradecer a algumas pessoas que são fundamentais na minha vida e que foram essenciais também nesse período em que estive como Senador da República por Minas Gerais: à minha família tão querida e abnegada, que sempre foi compreensiva, afetuosa e leal, verdadeiro



porto seguro na minha vida; aos meus amigos do PSD, em especial ao grande conselheiro, meu Presidente Gilberto Kassab; agradeço aos dedicados e exemplares servidores do Senado Federal nas pessoas da Dra. Ilana, do Dr. Gustavo Sabóia e do Consultor-Geral do Senado, Dr. Danilo Aguiar. Esta Casa possui alguns dos mais primorosos quadros de pessoal e eles muito colaboraram com o processo legislativo e com a melhoria dos serviços públicos do Brasil.

Faço um agradecimento mais do que especial a toda a equipe do meu gabinete, que se dedica e se desdobra, dia a dia, para desempenhar o melhor trabalho possível em prol de Minas e do país. E o faço com uma menção especial à nossa querida Mel Camata, que me acompanha há mais de dez anos.

Minha gratidão ao amigo, Ministro, Prof. Anastasia, pelos conselhos sábios e pela confiança no meu trabalho, desde 2009.

Aos colegas de bancada do PSD, na pessoa do Líder Nelsinho, de meu sempre Líder e amigo Otto Alencar, aos Senadores Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Daniella Ribeiro, Irajá, Lucas Barreto, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Vanderlan e agora à nossa Zenaide Maia, meus sinceros agradecimentos pela acolhida.

Às minhas colegas Senadoras e aos meus colegas Senadores deixo o meu carinho e agradecimento pela parceria, companheirismo e trabalho conjunto, foi uma honra servir ao meu estado e ao meu país ao lado das senhoras e dos senhores. Agradeço, em especial, ao meu amigo Senador Presidente Davi Alcolumbre, amapaense, que já deixou uma história indelével marcada no Brasil e que vai fazer parte dos livros e da história do Senado da República.

Minha palavra de agradecimento e lealdade eterna ao meu irmão – permita-me assim dizer – Senador Presidente Rodrigo Pacheco. Ao longo desses últimos anos, tive a alegria de conviver de perto com uma pessoa espetacular, alguém sensível às causas sociais, dedicado, leal, trabalhador, defensor e garantidor da democracia nesse período tão conturbado, tantas vezes incompreendido e injustiçado. V. Exa., Presidente Rodrigo, é um ser humano admirável, que tem e terá muito ainda a colaborar com a nação brasileira. Que sorte do Senado da República e do nosso povo brasileiro tê-lo como Presidente desta Casa.

Gratidão é a palavra que define este momento. Gratidão especial ao povo de Minas Gerais, a cada um dos 3,6 milhões de mineiros e mineiras que confiaram a mim o seu voto nas últimas eleições.

Ao meu sucessor desejo muito sucesso e trabalho em favor do estado, que é a síntese do Brasil.

Onde quer que eu esteja, quero continuar seguindo a minha vocação: servir ao povo de Minas e do Brasil, para garantir cada vez mais desenvolvimento econômico e justiça social, melhoria da qualidade dos serviços públicos e qualidade de vida a todos os brasileiros e brasileiras.

Nesse sentido, Senador Jean Paul, contem sempre comigo.

Até logo!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Alexandre Silveira.

Receba aqui do seu irmão, já que assim o definiu, o mais profundo agradecimento, em nome da Presidência e de todos os colaboradores da Presidência, pela presença de V. Exa. no Senado, primeiro, como Diretor Técnico Jurídico da Presidência do Senado, enquanto primeiro suplente do Prof. Anastasia, e, depois, assumindo o mandato de Senador com muita naturalidade, quando todos já o conheciam e até o tratavam como tal. V. Exa., então, assume o mandato de Senador da República e, nesse período em que esteve como Senador, teve, de fato, um papel primordial, sobretudo na defesa das questões do Estado de Minas Gerais.

Eu quero aqui testemunhar o trabalho do Senador Alexandre Silveira, que tem uma trajetória política muito densa e muito longa como Diretor-Geral Dnit, no Governo do Presidente Lula; depois, como Deputado Federal por dois mandatos, sempre muito bem votado, votações extraordinárias em Minas



Gerais, com reconhecimento das pessoas pelo trabalho do Senador Alexandre Silveira, então Deputado Federal Alexandre Silveira; como Secretário de Estado de mais de uma pasta no Estado de Minas Gerais, inclusive na pasta da saúde durante um período no Estado de Minas Gerais, o que revela a sua capacidade realmente de gestão, a sua capacidade de solução de problemas administrativos, de condução mesmo de uma máquina pública; V. Exa. tem muita capacidade para isso.

Mas, acompanhando-o mais de perto aqui nesse período, primeiro, na Presidência do Senado e, depois, como Senador no mandato, muitas realizações foram feitas por V. Exa. Talvez, de todos os mandatos que tenhamos do Estado de Minas Gerais, o de V. Exa., nesse período curto, foi o mais realizador, porque, até em função do tempo, V. Exa. tinha sempre o entendimento de que precisava correr atrás do prejuízo para poder resolver os problemas que lhes chegavam.

Então, o Senador Alexandre Silveira recebeu, dos 853 Municípios de Minas, mais de 800 Prefeitos municipais de Minas Gerais no seu gabinete no Senado Federal. Mesmo antes de assumir, já atendia, em nome desta Presidência, os Prefeitos municipais nas mais diversas demandas, compilando-as e podendo dar andamento a essas demandas dos Prefeitos, de Vereadores, de Vice-Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

Muitas conquistas para Minas Gerais aconteceram nesses últimos tempos. Lembrem-se os senhores, com a ajuda do Senador Fernando Bezerra, que compreendeu bem esse tema, que nós incluímos 81 Municípios do Estado de Minas Gerais na área de atuação da Sudene, inclusive o Município de Governador Valadares. Foi um trabalho extraordinário da bancada mineira e devido, evidentemente, além do Senador Alexandre Silveira, ao Senador Carlos Viana, ao Senador Antonio Anastasia, essa grande realização para essa região, que é, obviamente, um marco de desenvolvimento nessa região leste de Minas, o Vale do Rio Doce, na inclusão dos Municípios na área da Sudene. E contamos com a colaboração dos Srs. Senadores.

Conseguimos levar para Minas Gerais, Senador Alexandre Silveira, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, o único estado do Brasil que tem um tribunal só seu, só pra si. É bem verdade que é um estado continental, 853 Municípios, mas uma grande realização, que era uma luta de mais de 23 anos que se tinha em Brasília, para poder levar o Tribunal Regional Federal. E isso contou com a sua articulação, com o seu trabalho, mesmo antes de assumir o mandato de Senador da República.

Lembro-me de que V. Exa. cuidou de um assunto que, para mim, é muito caro, que é da minha região e V. Exa. foi até lá para poder resolvê-lo, que é o nível do reservatório de Furnas, que é na minha região de origem e nós sofriamos muito lá com a baixa da água em função da vazão da água para poder abastecer outros reservatórios. E nasceu, por iniciativa, por ideia nossa, e com a participação do Senador Alexandre Silveira, a resolução da ANA, que conteve essa vazão e que permitiu a elevação dos reservatórios de Furnas, não só o lá de Passos e da região, mas os reservatórios também subsequentes, além de inúmeras obras, de inúmeras realizações.

Certamente, os Prefeitos e Prefeitas de Minas Gerais reconhecem em V. Exa. essa liderança, essa sua capacidade de realização, independentemente de resultado eleitoral, porque o resultado eleitoral é o conjunto de uma série de outras circunstâncias que se somam e que não são reveladoras, necessariamente, de terem aprovado ou não o seu mandato. Tenho absoluta convicção de que a quase unanimidade dos Prefeitos e Prefeitas de Minas Gerais reconhecem a sua capacidade de trabalho, tendo apoiado V. Exa. ou não, por razões outras, repito, mas todos reconhecem: os Deputados Federais reconhecem, os Deputados Estaduais reconhecem, tanto que V. Exa. se tornou, de fato, uma das maiores lideranças políticas que o nosso estado tem. E a sua votação expressiva, agora, para a sua candidatura a Senador, é reveladora disso, o seu reconhecimento pela opinião pública, o reconhecimento pela imprensa como uma pessoa séria, resolutiva, capaz de resolver efetivamente os problemas.

V. Exa. tem a capacidade de sair do discurso e fazer do discurso a prática. V. Exa. é o que o Senador Anastasia bem definiu: o dínamo de Minas Gerais, porque tem uma capacidade de trabalho, eu



desconheço alguém que tenha uma maior capacidade de trabalho que V. Exa., e, obviamente, isso não foi e não será desperdiçado.

V. Exa. deixa o Senado nesta Legislatura de cabeça erguida, com sentimento de dever cumprido. Substituiu muito bem, altamente um grande guru que nós temos que é o Prof. Antônio Anastasia, que está hoje no Tribuna de Contas da União, e sai com a cabeça erguida, com um horizonte pela frente enorme, Senador Alexandre Silveira.

Minas Gerais não prescindirá de V. Exa., os mineiros não prescindirão de V. Exa. e, de fato, essa sua liderança já está concretizada, e Minas precisa muito disso, e seus colegas Senadores.

Vou repetir o que disse ao Senador Jean Paul, para o Senador Paulo Rocha, para o Senador Roberto Rocha e para tantos outros: esta é a sua Casa onde quer que V. Exa. esteja, ou que destino reservará a V. Exa., ao Senador Jean Paul, a tantos colegas, ao Senador Carlos Fávaro, não se esqueçam de que esta é a Casa dos senhores e das senhoras e que sempre serão muito bem recebidos aqui.

Minas Gerais aplaude de pé, Senador Alexandre Silveira, a sua atuação como Senador da República.

O meu muito obrigado a V. Exa., até nos momentos de dificuldade, de agruras, de dilemas que, sentado nesta cadeira – que todo mundo acredita que são só glórias e só louvor, tem muita dificuldade que se carrega ao se sentar nessa cadeira –, o Senador Alexandre Silveira, juntamente com o meu querido Presidente Davi Alcolumbre e tantos outros, sempre foram um porto seguro para mim de conselho, de apoio, e eu não posso deixar de reconhecer isso.

Então, eu quero fazer isso de público a sua figura pública, a sua figura humana e a importância que V. Exa. tem para a política, para Minas Gerais e para este Presidente, que V. Exa. chamou de irmão, e assim permitirei o chamar a partir de agora, desde sempre.

Muito obrigado, Senador Alexandre Silveira. (*Palmas.*)

Se me permitem... (*Pausa.*)

Perfeito, nós vamos fazer uma votação, são três projetos de votação simbólica, mas, por favor, Senador Carlos Fávaro.

Na sequência, nós passamos à votação.

O Sr. Carlos Fávaro (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para apartear.) – Está bom, rapidamente, Sr. Presidente, não vou tomar o tempo dos colegas já pelo adiantado da hora.

Quero parabenizar a dedicação de todos na aprovação desta PEC, que será fundamental para o nosso Brasil, mas quero ressaltar e hipotecar todas as palavras ditas por V. Exa. ao nosso colega, amigo e irmão, Senador Alexandre Silveira.

A intensidade com que ele trabalhou, com que ele trabalha, com que ele se dedica ao serviço público é impressionante. A força que ele deu neste período de um ano a todos nós Senadores, e aqui eu quero ressaltar, em especial, tantas caminhadas que fizemos juntos, não é Alexandre?

Orgulho de você! O Brasil ainda terá muita coisa boa trazida por você.

Vamos juntos meu irmão. Vamos juntos. Deus no comando, e o Brasil merece você trabalhando por todos nós.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Jean Paul.

O Sr. Jean Paul Prates (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para apartear.) – Muito rapidamente, mas muito emocionado.

Quem sobe nesta tribuna e embarga a voz e chora ao sair é porque sente de verdade. Eu tive a minha própria experiência há poucos instantes, mas vi que Alexandre Silveira sustentou mais ainda do



que eu esse choro, talvez porque Minas Gerais tenha mais municípios para chorar a sua ausência.

E eu quero lhe dizer, Alexandre, que também me tornei um membro da confraria de admiradores de V. Exa. e, espero também, de amigo; amigo do Presidente Rodrigo, amigo do Presidente Davi. Estive aqui sempre também com vocês nos momentos difíceis, nos momentos em que nós achávamos até que tínhamos batalhas perdidas aí.

Quero lhe dizer que estamos juntos e que estaremos bem mais juntos em breve. Com certeza construiremos muito juntos e junto com todo este Colegiado que o Presidente acaba de nos franquear como Casa nossa para sempre.

Obrigado, meu querido amigo.

Um grande abraço!

Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para apartear.) – Meu amigo Senador Alexandre Silveira, eu fiquei também muito impactado com a sua forte emoção ao apresentar as suas despedidas aqui do Plenário do Senado Federal.

V. Exa. que teve uma titularidade curta, como foi destacado aqui pelo Presidente Rodrigo Pacheco, mas que, nesse curto período, V. Exa. se excedeu como Parlamentar, como político de Minas Gerais, pela sua capacidade de trabalho, de realização, de entrega. Eu pude acompanhar, durante esse último ano, a sua correria para poder marcar a sua passagem como Senador de Minas Gerais.

V. Exa. saiu maior do processo eleitoral do que entrou. Eu tenho absoluta certeza de que o tempo vai fazer justiça não só ao seu mandato de Senador, mas a toda a sua trajetória como Secretário de Estado, como Deputado Federal, que aqui foi destacado e, certamente, por novos desafios e missões que V. Exa. haverá de abraçar em um futuro muito breve.

Seus amigos e admiradores estarão na torcida para que você possa continuar entregando, realizando e contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, mais igual e mais solidário.

Deus lhe proteja!

Boa sorte!

Acredite sempre que é possível fazer mais. E você sempre se dedicou para fazer o melhor que você podia. Eu tenho absoluta certeza de que você ainda haverá de dar muitas alegrias aos seus amigos e, sobretudo, aos que você tão bem representa de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear. *Por videoconferência.*) – Presidente, quando apreciamos há pouco o relatório do Senador Alexandre Silveira, eu usei uma expressão que agora eu complemento com uma expressão que você, que o Sr. Rodrigo Pacheco usou. A expressão que eu usei foi a didática do relatório, pontuando os focos que nós precisávamos apreciar para descomplicar a matéria. Em vez de um discurso relatorial foi um relatório pedagógico e didático.

Quero associar a esta expressão que eu usei a expressão que o Presidente Rodrigo Pacheco usou de resolutivo, ou seja, as duas se associam: uma no discurso; e a outra na vida, na prática.

Eu acho que esses dois, dentre tantos outros atributos de V. Exa. – apesar do amigo Alexandre Silveira, nosso czar –, sintetizam as qualidades políticas que o nosso sábio Anastasia chama de dínamo.

Acho que os jovens não sabem o que é dínamo.

Lembram-se do dínamo da bicicleta, que girando no pneu da roda, aquela rodinha que girava e acendia o silibim, o farol da bicicleta, sem eletricidade?



Então, o dínamo cria, dá energia e, quando ele consegue se apresentar de maneira inteligível, ele passa a ser resolutivo para qualquer dos cidadãos. De forma que este é, sem dúvida alguma, essa é a síntese das qualidades que nos permitem cumprimentá-lo pelo que fez e ter certeza do sucesso do que vai fazer.

Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Senadora Rose de Freitas.

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para apartear.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de agradecer ao Senador Alexandre.

Muitas pessoas, muitos Líderes passam por esta Casa e muitas vezes não têm a sensibilidade que V. Exa. teve em tão pouco espaço de tempo, como já demonstraram as palavras de vários companheiros, sempre dedicado ao que faz, numa velocidade absurda. Fala-se uma coisa para o Alexandre Silveira e ele não esquece. Ele procura a resposta e, muitas vezes, a gente já se esqueceu do que falou.

Mas eu tenho um agradecimento a fazer pela luta das mulheres. Vou falar, tenho certeza, em nome de todas as mulheres desta Casa. V. Exa. não deixou de registrar no seu empenho, no seu gesto, na sua autoria, como político, o companheirismo e a solidariedade às mulheres deste país.

Quero dizer que eu conheci Alexandre Silveira como Deputado Federal e várias outras vezes nos encontramos, sempre com uma função a desempenhar. E hoje eu quero lhe dizer que eu sou mineira. Nasci em Caratinga. E nas vezes em que estive lá, depois que assumi o mandato, muitas vezes eu era indagada, pelo voto que dariam a V. Exa. É uma pena não o ter como Senador. É uma pena. Minas Gerais sabe da sua importância. Mas é apenas um espaço, um interregno. Daqui a pouco V. Exa. estará aqui. Tenho certeza disso. E agradeço.

Se me permite, Presidente, quero desejar a todos desta Casa um feliz Natal e um feliz Ano Novo.

Vamos nos encontrar nas estradas da vida.

Quero desejar a você, Veneziano, um grande companheiro, querido companheiro, a Jean, ao Chico que está aqui, ao Marinho, ao Fávoro, a vocês funcionários, jornalistas, às mulheres que estão aqui, não na função da política, mas na função do alicerce que se constrói para estruturar um trabalho deste tamanho, quero dizer a todos vocês, Weverton: muito obrigada. Na oportunidade que tive de trabalhar com oito mandatos dedicados ao povo deste país, eu tive também a oportunidade de conhecer pessoas fantásticas, não é?

Presidente Rodrigo Pacheco, o agradecimento que faço ao Alexandre Silveira...

(Soa a campanha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... que faço ao Veneziano, que faço aos meus colegas, aos funcionários desta Casa: valeu a pena essa caminhada. Vamos continuar caminhando. Não importa se é para cá, se é para lá. O foco é o mesmo, a vida pública, é ser cidadã na excelência da palavra, servindo ao país e dizendo que esses encontros, o encontro com V. Exa., Presidente, foi um encontro tão salutar, tão bonito. Até mesmo o nosso ex-Presidente, Presidente Davi, soube construir... Nessa odisséia da vida das mulheres tem que ter muito trabalho, tem que ter muita fé e muita convicção e muitas vezes a gente olha para a tarefa que os senhores têm, desafiando que nós possamos ver um dia metade deste Plenário composto de mulheres, metade desta Mesa administrada pelas mulheres, metade da imprensa...

(Soa a campanha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Quero não só



agradecer, mas dizer que quando o Alexandre subiu, eu falei: não vou conseguir falar do que ele fez. Mas você fez um grande feito para as mulheres do Parlamento. Guarde isso. Muitas, muitas têm isso no coração e eu terei sempre a sua lembrança de um homem que, galhardamente, subiu nessa tribuna para lembrar da luta que as mulheres travam neste país.

Muito obrigada. Parabéns!

Lá em Minas, temos aí a nossa comunidade mineira. Volte novamente para exercitar o seu voto. Esse povo vai ver que deixou de lhe dar aquilo que nós queríamos tanto, que era um mandato definitivo nesta Casa, servindo ao povo de Minas Gerais.

Presidente, muito obrigada.

Essa caminhada não é fácil. Muitas vezes eu me perguntei por que eu não ia ali dizer algumas coisas que eu gostaria e que estão dentro do meu coração. Mas fica...

(Soa a campanha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – ... como gratidão e caráter.

Muito obrigada, muito obrigada, muito obrigada.

Não se esqueçam das mulheres deste país e da luta que nós mulheres travamos todos os dias, Jean Paul, todos os dias, até quando o senhor pulava – viu, Presidente? – a minha fala para dar novamente para um homem, um homem. Vanderlan, aqui do lado, Senador, me cutucava e falava: “Ele passou você”. Mas se passou, passou algumas vezes. Já perdoei. Mas quero dizer que é um grande Presidente. Esta Casa tem que tê-lo de volta aqui. E nós vamos nos encontrar muitas vezes.

Alexandre, pé firme na caminhada.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas. E me desculpe, se pulei a sua vez, foi por erro e não por dolo, jamais. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Tenho juízo.

Senador Chico Rodrigues.

O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Para apartear.) – Sr. Presidente, eu assistia há poucos momentos ao Senador Alexandre Silveira ocupar aquele púlpito e mergulhado num sentimento profundo de emoção. A gente percebia nas suas palavras a firmeza, a determinação, a prestação de contas que só fortaleceram a sua presença aqui neste Senado. A sua história, você fez um breve resumo da sua trajetória de vida, mostra nitidamente a solidez, a determinação e, acima de tudo, a sua vontade indomável de continuar trabalhando e defendendo as suas convicções, os interesses do seu estado de origem, Minas Gerais, mas também do Brasil.

Tenho certeza de que, até por reconhecimento, V. Exa. tem muito a contribuir com este país e o tempo é o senhor da razão, ele vai logo lhe devolver a funções expressivas da vida nacional. Pessoas que têm a sua experiência, que têm o seu compromisso, na verdade, sempre estão na vitrine, para oferecer o que têm de melhor, que é a determinação, a competência, o profissionalismo e a capacidade de trabalho.

Portanto, politicamente, é um “até breve” e, quem sabe, logo, estará ocupando cargos que vão orgulhar e honrar os seus companheiros de Parlamento e, acima de tudo...

(Soa a campanha.)



O Sr. Chico Rodrigues (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR) – ... aqueles que, na verdade, confiarem no seu trabalho e na sua experiência.

Então, um grande abraço para você. Tenho uma gratidão enorme por você. Às vezes, você falava calado e eu sei o que estou falando. Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Anuncio o Projeto de Lei 2.439, de 2022, de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República e dá outras providências. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer.

Para proferir parecer de Plenário, faço a designação do Senador Weverton como Relator *ad hoc*, em substituição ao eminente Senador Fernando Bezerra Coelho.

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, como já há acordo quanto a esta matéria, eu gostaria de pedir para ir direto ao voto.

Somos favoráveis à aprovação da matéria, na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei 2.439, de 2022, da Câmara de Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente **(Íntegra do Parecer nº 388/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.8 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passe-se à sua discussão.

Para discutir, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, desculpe-me. Na verdade, gostaria só de registrar o meu voto contra, já que a votação vai ser simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeito.

Não havendo quem queira discutir, passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria, diretamente, à votação simbólica.

Em votação, o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, contra o voto do Senador Carlos Portinho e o do Senador Eduardo Girão.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Lei 2.441, de 2022, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei 11.416, de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer.

Para proferir parecer de Plenário, faço a designação do eminente Senador Weverton como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para proferir parecer.) – Presidente, considerada a



adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, nós somos pela aprovação do PL 2.441, de 2022, nesta Casa. Esse é o voto, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 389/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.9 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, contra o voto da Senadora Soraya Thronicke, do Senador Styvenson Valentim, do Senador Carlos Portinho e do Senador Eduardo Girão.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Lei 2.442, de 2022, de iniciativa do Ministério Público da União, que altera a Lei 13.316, de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração e dá outras providências. **(Vide Item 3.1.4 do Sumário)**

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer.

Para proferir parecer de Plenário, faço a designação do eminente Senador Weverton como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para proferir parecer.) – Este é o último, Presidente. Também vou direto para o voto.

Considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL 2.442, de 2022, neste Senado Federal.

Este é o voto, Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 390/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.2.10 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, contra os votos da Senadora Soraya Thronicke, do Senador Styvenson Valentim, do Senador Carlos Portinho e do Senador Eduardo Girão.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Foi encaminhado à Mesa o Ofício nº 15, de 2022, da Liderança do Bloco Juntos pelo Brasil, indicando o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Eduardo Girão, como suplente do bloco na Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no §4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 23 de dezembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023. *(Pausa.)* **(Vide Item 2.1.1 do**



Sumário)

Em votação a indicação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a indicação do Senador Izalci Lucas para compor a Comissão Representativa, que já havia sido votada pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Requerimento nº 822, de 2022, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, que solicitam a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os dez anos do Programa Jovem Senador.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão solene do Congresso Nacional para hoje, às 23h, destinada a promulgar a Emenda Constitucional nº 126, de 2022, que altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

A Presidência informa, ainda, que está convocada sessão solene do Congresso Nacional para amanhã, às 10h, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 127 e 128, que, respectivamente, proíbe a imposição de encargo financeiro para os entes federados e garante a assistência financeira da União para o cumprimento do piso salarial da enfermagem.

Portanto, nós teremos sessão solene hoje, às 23h, para a promulgação da emenda constitucional que acabamos de votar e, amanhã, sessão solene do Congresso Nacional para a promulgação da PEC nº 122, que é uma reclamação dos Prefeitos municipais, as Emendas Constitucionais nºs 127 e 128 – então, é um pedido dos Prefeitos municipais do Brasil –, e também a PEC que nós votamos nesta semana relativamente ao piso nacional da enfermagem. Ambas serão promulgadas amanhã, às 10h.

Por fim, a Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, ao meio-dia, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 37, de 2021, e 45, de 2022, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 21, 25, 32 (Ploa 2023), 39, 40 e 42, de 2022.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

123ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 10 horas

Presenças no período: 20/12/2022 08:00:00 até 21/12/2022 22:45:00

Votos no período: 20/12/2022 08:00:00 até 21/12/2022 22:45:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	SE	Alessandro Vieira	X	X
PSD	MG	Alexandre Silveira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PL	MG	Carlos Viana	X	X
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X	X
PSB	SC	Dário Berger	X	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PL	RO	Dr. Samuel Araújo	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
MDB	SP	Giordano	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
MDB	SC	Ivete da Silveira	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	CE	Julio Ventura	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PDT	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X

Emissão 21/12/2022 22:47:49





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

123ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 10 horas

Presenças no período: 20/12/2022 08:00:00 até 21/12/2022 22:45:00

Votos no período: 20/12/2022 08:00:00 até 21/12/2022 22:45:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSC	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PTB	MA	Roberto Rocha	X	X
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	X	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
PL	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X	X
PL	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 81 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 123^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Bloco Parlamentar JUNTOS PELO BRASIL

Of. 015 BLJBRA

Brasília, 16 de dezembro de 2022.

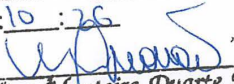
Senhor Presidente,

Como Líder Parlamentar do **Bloco Juntos pelo Brasil** no Senado Federal, solicito a Vossa Excelência que desconsidere a indicação do Excelentíssimo Senhor Senador **EDUARDO GIRÃO - PODEMOS/CE**, como Suplente na **COMISSÃO REPRESENTATIVA** do Senado Federal, conforme Ofício nº **014-BLJBRA**, datado do dia 14 de dezembro do corrente ano e indicar em seu lugar o Excelentíssimo Senhor Senador **IZALCI LUCAS – PSDB/DF**.

Atenciosamente,


Senador **LASIER MARTINS**
Líder do Bloco **JUNTOS PELO BRASIL**

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 16 / 12 / 22
Hora: 10 : 26

Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 2440/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Da Sen. Soraya Thronicke)

Nos termos do art. 316 c/c o art. 293, II do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que, na votação simbólica do PL 2440, de 2022 que *fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da DPU, o percentual de escalonamento de que trata o Inciso V do art. 93 da Constituição.*, ocorrida na Sessão do Senado no dia 21/12/2022 votei **NÃO**.

Sala das sessões, em 21 de dezembro de 2022.

Senadora SORAYA THRONICKE
UNIÃO/MS



SF/22625.29985-37





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 381, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.440, de 2022, da Defensoria Pública da União, que dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da Defensoria Pública da União, o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do art. 93 da Constituição Federal.



SF/22653.43546-69

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.440, de 2022, de autoria da Defensoria Pública da União, que *dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da Defensoria Pública da União, o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do art. 93 da Constituição Federal.*

Em sua redação original, a proposição fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal em R\$ 40.940,09 (quarenta mil e novecentos e quarenta reais e nove centavos) a ser implementado em quatro parcelas sucessivas, em 1º de abril e 1º de fevereiro de 2023 e em 1º de janeiro e 1º de julho de 2024.

Ademais, estabelece que o subsídio da Categoria Especial da DPU corresponde a 95% do subsídio do Defensor Público-Geral Federal, observando-se, para as demais categorias, o percentual de escalonamento de 10% (dez por cento) entre elas.

Determina, ainda, que os cargos de natureza especial de Defensor Público-Geral Federal e de Subdefensor Público-Geral Federal de

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

que tratam o art. 147 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e o art. 15 da Lei Complementar nº 32, de 7 de outubro de 2009, ficam transformados em cargos de natureza especial de Subdefensor Público-Geral Federal e de Corregedor-Geral da Defensoria Pública da União.

Finalmente, prevê que as despesas resultantes da aplicação da lei que resultar da proposição, cuja implementação observará o disposto no art. 169 da Constituição, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

De acordo com a justificação, o objetivo da proposição é a implementação do regime de subsídio para a remuneração do Defensor Público Geral Federal, bem como a recomposição parcial da remuneração dos membros da DPU.

Registre-se, ainda, que o projeto veio acompanhado das informações pertinentes exigidas pela legislação fiscal, como o seu impacto financeiro e a informação da existência de recursos previstos para fazer frente às despesas decorrentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo, que fixou o valor final do subsídio final do Defensor Público Geral em R\$ 37.628,65 (trinta e sete mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), a ser atingido em três parcelas sucessivas, em 1º de fevereiro de 2023, 2024 e 2025, e passou a referir, expressamente, aos cargos de Subdefensor Público-Geral Federal e de Corregedor-Geral da Defensoria Pública da União, suprimindo a transformação de cargos prevista na proposição original.

II – ANÁLISE

De plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22653.43546-69





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. A Defensoria Pública da União é detentora da competência para a provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida, como se depreende dos termos do art. 134, § 4º, combinado com o art. 96, II, da Constituição Federal.

Ademais, por força do mesmo art. 134, § 4º, da Lei Maior, aplica-se à instituição, no que couber, o disposto no seu art. 93, V, que estabelece que *o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores.*

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição, tendo em vista que a Constituição Federal contempla, em seu art. 135, o regime de subsídio para a remuneração do Defensor Público-Geral Federal.

Além disso, é necessária a recomposição remuneratória dos membros da Defensoria Pública da União face às perdas inflacionárias desde o último reajuste implementado. Cabe ressaltar o relevante papel desempenhado pela instituição na promoção dos direitos humanos e na defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

É também totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os membros da DPU, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Trata-se, aqui, não apenas de aplicar o princípio da igualdade, como observar as limitações fiscais pelas quais passa o país nesse momento.



SF/22653.43546-69





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Finalmente, registre-se que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados reduziram o impacto previsto na proposição original, o que reafirma a adequação financeira e orçamentária.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL nº 2.440, de 2022, neste Senado Federal.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Projeto de Lei nº 2955/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 382, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar as remunerações dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.



SF/22987.89327-74

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 2.955, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar as remunerações dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.

Assim, conforme o Substitutivo aprovado na Câmara, o art. 1º da proposição estabelece que os Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, e as demais parcelas de natureza remuneratória devidas aos servidores do Quadro de Pessoal do TCU passam a vigorar reajustadas em parcelas sucessivas, cumulativas, observada a seguinte razão: I – 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023; II – 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024; III – 6,13% (seis por cento e treze centésimos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

O art. 2º estabelece que os recursos financeiros necessários ao custeio das alterações correrão por conta de dotações orçamentárias específicas do TCU, previstas em anexo próprio da Lei Orçamentária.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Por fim, o art. 3º da proposição veicula a cláusula de vigência da Lei que dela decorra, a contar da data de sua publicação.

II – ANÁLISE

Cumpre-nos examinar, neste parecer de Plenário, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da proposição em pauta.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, verifica-se que: *i)* compete ao TCU a iniciativa de lei para a fixação da remuneração de seus cargos (art. 73 c/c com art. 96, II, “b”, da Constituição Federal); *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); e *iii)* os termos da proposição não importam em violação material da Constituição Federal.

No que diz respeito ao exame de juridicidade, podemos indicar que a proposição se mostra em conformidade com a legislação em vigor, estando apta a integrar o ordenamento jurídico nacional, de forma harmônica. De maneira similar, a análise da proposição no plano da regimentalidade não indica qualquer objeção ao andamento da sua tramitação.

No mérito, o PL nº 2.955, de 2022, tem a louvável finalidade de repor, ainda que parcialmente, em razão do atual contexto de esforço fiscal, as perdas inflacionárias dos últimos exercícios.

De acordo com a justificação, o reajuste será suportado por recursos do orçamento do TCU.

Outrossim, a proposição observa o disposto no art. 113 do ADCT, segundo o qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, e o disposto no art. 17 da LRF, que exige que os atos que aumentem despesas sejam instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22987.89327-74





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Ressaltamos, ainda, que o PL nº 2.955, de 2022, é compatível com o denominado “Teto de Gastos” e com os limites para as despesas de pessoal previstos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.955, de 2022.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Projeto de Lei nº 509/2020





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

PARECER Nº 383, de 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 509, de 2020, da Senadora ELIZIANE GAMA, que institui a *Semana Nacional de Retiros Culturais*.



RELATORA: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 509, de 2020, de autoria da nobre Senadora ELIZIANE GAMA, institui a Semana Nacional de Retiros Culturais.

De acordo com a proposta, a semana será comemorada, anualmente, entre a sexta-feira imediatamente anterior ao Carnaval e a Quarta-feira de Cinzas.

Durante esta semana, serão realizadas atividades ligadas a cultura gospel, como shows, encontros de louvor e orações.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Não há vício de competência nem de iniciativa na proposição. Relativamente à proposta, o objeto não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, § 1º, e 165 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar proposição legislativa referente ao tema.

Além disso, o tema se situa na competência concorrente da União, dos Estados e o Distrito Federal para legislar sobre cultura, conforme disposto



no art. 24, inciso IX, da Constituição de 1988. Da mesma forma, não há ressalvas à sua regimentalidade e juridicidade.

No mérito, consideramos oportuna e necessária a iniciativa da Senadora Eliziane Gama.

Como fartamente demonstrado em sua justificção, trata-se de uma manifestação que envolve jovens e adultos em atividades sociais com música religiosa, entretenimento, teatro e shows cristãos, com cantores locais, nacionais e internacionais.

Durante o período do carnaval, tem se tornado cada vez mais frequentes a realização desses eventos em todo o país. De acordo com a autora, em seu estado a população usufrui do Retiro Cultural como momento único de expressão de fé cristã. Só no ano de 2020, o evento chegou a reunir cerca de oitenta mil pessoas na cerimônia de encerramento das atividades.

Há de se ressaltar, ainda, que no Maranhão essa semana já encontrou reconhecimento oficial, a partir de projeto de lei da então deputada estadual Eliziane Gama.

Na Paraíba, grandes eventos também são realizados durante a semana do carnaval, como o Consciência Cristã e o Crescer – Encontro da Família Católica, sendo que ambos constam, inclusive, no Calendário de Eventos do Estado da Paraíba (Leis Estaduais nº 7.566/04 e 8.182/07).

Neles, centenas de milhares de pessoas, online e presencialmente, de diversas unidades da federação, reúnem-se para participar de conferências, seminários e atividades que buscam o desenvolvimento da consciência religiosa. Inclusive, é durante o Consciência Cristã que ocorre a maior feira de livros cristãos para o consumidor final de nosso país.

Por fim, apresentamos uma emenda para realizar adequação no texto do art. 3º, além de inserirmos referência a cursos, palestras e seminários como atividades de grande relevância a serem realizadas durante a “Semana Nacional de Retiros Culturais”.

Assim, por ser iniciativa louvável, que vem tornando-se expressão relevante da cultura em diversas localidades brasileiras, merece ser alçada a expressão cultural nacional, razão pela qual votaremos favoravelmente ao projeto.



SF/22227.61047-76



3

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 509, de 2020, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 509, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º Por ocasião da comemoração da “Semana Nacional de Retiros Culturais”, serão realizadas atividades ligadas a cultura cristã, como palestras, seminários, cursos, shows, encontros de louvor e orações.”

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relatora



SF/22227.61047-76



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 384, DE 2022 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei nº 509, de 2020, da Senadora Eliziane Gama.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 509, de 2020, da Senadora Eliziane Gama, que *institui a Semana Nacional de Retiros Culturais*, consolidando a Emenda nº 1 – REL.

Senado Federal, em 21 de dezembro de 2022.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

WEVERTON

ZEQUINHA MARINHO



ANEXO DO PARECER Nº 384, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 509, de 2020, da Senadora Eliziane Gama.

Institui a Semana Nacional de Retiros Culturais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Semana Nacional de Retiros Culturais.

Art. 2º É instituída a Semana Nacional de Retiros Culturais, a ser comemorada, anualmente, a partir da sexta-feira de Carnaval até a Quarta-feira de Cinzas, em todo o território nacional.

Art. 3º Por ocasião da comemoração da Semana Nacional de Retiros Culturais, serão realizadas atividades ligadas à cultura cristã, como palestras, seminários, cursos, *shows*, encontros de louvor e orações.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Lei nº 1802/2019





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 833, DE 2022

Inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.802, de 2019.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

Requeiro, com fulcro no art. 214, III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 1.802, de 2019, que *altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, a fim de considerar os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias como profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, para a finalidade que especifica.*

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO
MDB-PB



Projeto de Lei nº 2923/2022,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 385, de 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.923, de 2022, da Defensoria Pública da União, que altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Defensoria Pública da União.



SF/22386.30837-23

Relator: **Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.923, de 2022, da Defensoria Pública da União (DPU), que *altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Defensoria Pública da União.*

A proposição, em sua redação original, promove uma série de alterações no plano de carreira dos servidores da Defensoria Pública da União, resultando em aumento médio de 46% para a remuneração dos servidores efetivos do seu quadro de pessoal e de 18,6% para os seus cargos comissionados e funções de confiança.

A justificação traz as informações pertinentes exigidas pela legislação fiscal sobre o impacto financeiro da proposição e informa que as despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias alocadas à DPU.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

A proposição foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo, que alterou o projeto para que o percentual de recomposição seja de 19,25%, dividido em 3 (três) anos, vindo à deliberação revisional deste Senado Federal.

II – ANÁLISE

De plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. A Defensoria Pública da União é detentora da competência para a provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida, como se depreende dos termos do art. 134, § 4º, combinado com o art. 96, II, da Constituição Federal.

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição, à vista da necessidade de recomposição remuneratória dos servidores das Carreiras da Defensoria Pública da União.

É também totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os servidores da DPU, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Finalmente, registre-se que as alterações feitas pela Câmara dos Deputados reduziram o impacto previsto na proposição original, o que reafirma a adequação financeira e orçamentária.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL nº 2.923, de 2022, neste Senado Federal.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22386.30837-23





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



Projeto de Lei nº 2438/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Da Sen. Soraya Thronicke)

Nos termos do art. 316 c/c o art. 293, II do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que, na votação simbólica do PL 2438, de 2022 *que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal*; e dá outras providências, ocorrida na Sessão do Senado no dia 21/12/2022 votei **NÃO**.

Sala das sessões, em 21 de dezembro de 2022.

Senadora SORAYA THRONICKE
UNIÃO/MS



SF/22950.53865-08





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 386, de 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.



SF/22687.67771-78

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a Plenário o Projeto de Lei (PL) nº 2438, de 2022, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF), que dispõe sobre o subsídio de Ministro daquela Corte, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal e dá outras providências.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição, em sua redação original, preceitua que o subsídio mensal dos Ministros do STF, observado o disposto no art. 3º, também desta proposição, corresponderá aos seguintes valores:

- a) R\$ 41.258,05 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos), a partir de 1º de abril de 2023;
- b) R\$ 42.928,02 (quarenta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais e dois centavos), a partir de 1º de agosto de 2023;
- c) R\$ 44.597,98 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos), a partir de 1º de janeiro de 2024;
- d) R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), a partir de 1º de julho de 2024.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

O art. 2º do PL estabelece que as despesas resultantes da aplicação da lei que se pretende aprovar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Por seu turno, o art. 3º da proposição consigna que a implementação do disposto na lei que se pretende aprovar observará o art. 169 da Constituição Federal.

Por fim, o art. 4º declara que a lei ora proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, destaca-se que a última recomposição ocorreu por meio da Lei nº 13.752, de 26 de novembro de 2018, e que desde então a defasagem resultante da inflação já alcança 24,52% (vinte e quatro inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Registra-se ainda que estudos realizados com Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho da Justiça Federal (CJF), apontaram a possibilidade de implementação gradual de reajuste do subsídio no percentual de 18% (dezoito por cento), à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do próprio Poder Judiciário da União.

Ademais, ressalta-se que o PL foi elaborado com a devida observância: a) dos limites com despesas de pessoal previstos na Lei de Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e b) do “Teto de Gastos” estabelecido na Constituição Federal.

Nesse sentido, segundo informado na justificação, o impacto orçamentário da proposta em 2023 é de R\$ 254.031.971,87 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, trinta e um mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos); em 2024 é de R\$ 316.394.549,97 (trezentos e dezesseis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos); e em 2025 é de R\$ 422.479.824,33 (quatrocentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos).

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22687.67771-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

A Câmara dos Deputados aprovou substitutivo apresentado pelo Deputado Eduardo Bismarck, que alterou o prazo de implementação do reajuste, nos seguintes termos:

- a) R\$ 41.650,92 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2023;
- b) R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024; e
- c) R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Cumpre-nos examinar, neste parecer de Plenário, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL nº 2.438, de 2022.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 39, § 4º, que o membro de Poder será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única e o art. 48, *caput* e inciso XV, também da Lei Maior, determinam que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Ademais, o art. 96, II, *b*, da Carta Magna, reserva privativamente ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de propor ao Congresso Nacional a fixação do subsídio de seus membros.

Por sua vez, o art. 169 da Constituição Federal, que deverá ser observado, estabelece, entre outras disposições, condições para a realização de despesa de pessoal da União.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22687.67771-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Dessa forma, em face dos dispositivos constitucionais citados, o projeto está em acordo com a Constituição Federal. No mesmo sentido, não vislumbramos óbices com relação à juridicidade e à regimentalidade da proposição.

Quanto ao mérito, entendemos que a recomposição escalonada do valor do subsídio dos Ministros do STF deve ser acolhida. Além de a remuneração dos membros da nossa Suprema Corte encontrar-se há muito defasada, como registrado na justificação do projeto, a recomposição do subsídio permitirá a recuperação de perdas acumuladas e contribuirá para a irredutibilidade de subsídio, uma das garantias elementares à autonomia da Magistratura.

Ademais, a proposição observa o disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), segundo o qual a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, e o disposto no art. 17 da LRF, que exige que os atos que aumentem despesas sejam instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Cabe registrar também que o STF e o CNJ encaminharam ofício informando haver disponibilidade orçamentária no âmbito do Poder Judiciário para adequação do projeto, não havendo, portanto, óbices a aprovação na forma como adotado na Câmara dos Deputados.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, e, quanto ao mérito, pela aprovação.

Sala das Sessões,

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22687.67771-78





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, nos termos do Parecer

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal.

Matéria **PL 2438/2022**

Início Votação **21/12/2022 18:32:38**

Término Votação **21/12/2022 19:02:50**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

Partido	Orientação
PSD	SIM
MDB	SIM
PL	NÃO
Podemos	NÃO
PROGRES	NÃO
PT	SIM
PSDB	LIVRE
UNIÃO	SIM
PDT	SIM
PTB	SIM
REDE	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Governo	NÃO
Oposição	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSD	MG	Alexandre Silveira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PL	MG	Carlos Viana	NÃO
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SIM
PSB	SC	Dário Berger	SIM
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM

Emissão 21/12/2022 19:02:54





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, nos termos do Parecer

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal.

Matéria **PL 2438/2022** Início Votação **21/12/2022 18:32:38** Término Votação **21/12/2022 19:02:50**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

PT	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
MDB	PE	Fernando Dueire	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	NÃO
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	NÃO
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	CE	Julio Ventura	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PDT	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
PSC	GO	Luiz do Carmo	NÃO
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PTB	MA	Roberto Rocha	SIM
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	NÃO
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM

Emissão 21/12/2022 19:02:54





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, nos termos do Parecer

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no Inciso XV do art. 48 da Constituição Federal.

Matéria **PL 2438/2022** Início Votação **21/12/2022 18:32:38** Término Votação **21/12/2022 19:02:50**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	NÃO
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PSD	RN	Zenaide Maia	SIM
PL	PA	Zequinha Marinho	ABSTENÇÃO

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:51 NÃO:18 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:71

Primeiro-Secretario

Emissão 21/12/2022 19:02:54



Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

1

PARECER Nº 387, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre a PEC nº 32, de 2022 (fase 2), primeiro signatário Senador Marcelo Castro, que *Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*



Relator Senador **ALEXANDRE SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Retorna ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2022, após alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

Foram várias alterações aprovadas naquela Casa, muitas das quais, porém, apenas de texto. Por essa razão, nos ateremos às alterações de substância.

Por meio do art. 1º da Proposta, ajusta-se o § 9º do art. 166 da Constituição Federal para alterar para 2% da receita corrente líquida (RCL) o limite de aprovação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária (PLOA). Ao mesmo artigo da Constituição, insere-se o § 9º-A, para dispor sobre a repartição desse limite, sendo 1,55% para as emendas de Deputados e 0,45% para as de Senadores, e dá-se nova redação ao § 17, para ampliar para 1% da RCL o limite dos restos a pagar de programações provenientes de emendas individuais e de bancada estadual que poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira.

No art. 2º da Proposta, dá-se nova redação ao art. 111 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), em razão da alteração promovida no percentual das emendas individuais, para resguardar a lógica que vigorou no





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

2

Novo Regime Fiscal até 2022. Ademais, insere-se o art. 111-A no ADCT, para retomar, a partir de 2024, a lógica do Novo Regime Fiscal respeitante à correção dos valores reservados para as emendas impositivas, consoante normas constitucionais.

No art. 3º da Proposta, restringe-se a apenas 2023 o acréscimo de R\$ 145,0 bilhões ao limite estabelecido no inciso I do caput do art. 107 do ADCT, bem como o não cômputo das despesas decorrentes do aumento de limite para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário e a ressalva delas à Regra de Ouro.

Altera-se, ainda, o art. 8º da Proposta para autorizar o Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 a apresentar emendas para ações voltadas à execução de políticas públicas, devendo ser elas classificadas de acordo com a alínea “b” do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023).

É o relatório.

II – ANÁLISE

A matéria já passou pelo exame de constitucionalidade por parte do Senado Federal quando de sua primeira votação. Assim, reiteramos os argumentos expendidos naquela oportunidade. A PEC nº 32, de 2022, atende as seguintes condições estipuladas pelo art. 60 da CF: i) conta com o apoio de mais de um terço dos Senadores; ii) alvitra a modificação da Lei Maior em um cenário de ausência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; iii) não objetiva suprimir as cláusulas pétreas, quais sejam, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais; e iv) não trata de assunto contido em proposta rejeitada ou prejudicada nesta sessão legislativa.

A proposição cumpre os requisitos de juridicidade, pois inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Cumpre ainda as regras de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da CF.



SF/22034.49444-62





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

3

Ademais, quanto às alterações feitas pela Câmara dos Deputados, também não observamos vícios de constitucionalidade formal ou material.

Quanto ao mérito, nos posicionamos pela aprovação da matéria com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados no sentido de adequar o arcabouço constitucional do orçamento público à recente decisão do Supremo Tribunal Federal, como explicitaremos a seguir.

Em primeiro lugar, houve inclusão de novos dispositivos no texto para alocação de dotações no espaço fiscal criado pela recente decisão do STF, a saber:

i. a inclusão, no art. 1º, de dispositivo que viabiliza aumento do percentual da RCL vinculada às emendas individuais, com ajustes nas regras de distribuição entre Deputados e Senadores; e

ii. autorização para que o Relator-Geral do PLOA 2023 apresente emendas até o valor de R\$ 9,85 bilhões, classificadas com o indicador de Resultado Primário 2 (RP 2), destinando recursos para ações voltadas à execução de políticas públicas.

Além disso, houve a supressão da excepcionalização das despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais do limite do teto de gastos.

Por fim, considerando a louvável preocupação externada pelos nobres colegas parlamentares quanto à sustentabilidade fiscal, a excepcionalização do montante de R\$ 145 bilhões do limite do teto de gastos passa a ser válida apenas para o exercício de 2023. Isso exigirá compromisso do novo governo com o envio tempestivo de projeto de lei complementar para instituir regime fiscal sustentável, garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, de forma que esse novo regime comece a vigor a partir do exercício de 2024.

Esse é o panorama das alterações promovidas na Câmara dos Deputados, com as quais concordamos na integralidade. Em virtude da recente decisão do STF, em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 850, ADPF 851, ADPF 854 e ADPF 1.014), restou necessário o ajuste do processo de emendamento do orçamento público para



SF/22034.49444-62





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALEXANDRE SILVEIRA

4

reforçar a transparência e a equidade, sem perder o foco principal da PEC na urgência e na importância do socorro à população em situação de vulnerabilidade social com o programa de transferência de renda atualmente denominado “Auxílio Brasil”, permitindo a manutenção do benefício em R\$ 600,00, mais adicional de R\$ 150,00 por criança até 6 anos, para 2023. Além disso, o texto recebido da Câmara dos Deputados mantém o compromisso da União com a responsabilidade e a hígidez fiscal ao exigir o estudo cauteloso mas tempestivo de um novo arcabouço fiscal a ser introduzido em nosso regime jurídico já em 2024.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação na forma encaminhada pela Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 840, DE 2022

Destaque para votação em separado do Art. 08° da PEC nº 32/2022.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, em nome da Liderança do PSDB, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do art. 8º da PEC 32/2022, que “altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2022.

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)
Líder do PSDB





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 32/2022, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria **PEC 32/2022**

Início Votação **21/12/2022 20:48:45**

Término Votação **21/12/2022 21:10:01**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

Partido	Orientação
PSD	SIM
MDB	SIM
PL	NÃO
Podemos	LIVRE
PROGRES	LIVRE
PT	SIM
PSDB	SIM
UNIÃO	SIM
PDT	SIM
PTB	SIM
Republica	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	SE	Alessandro Vieira	SIM
PSD	MG	Alexandre Silveira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PL	MG	Carlos Viana	NÃO
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SIM
PSB	SC	Dário Berger	SIM
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PL	RO	Dr. Samuel Araújo	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM

Emissão 21/12/2022 21:10:06





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 32/2022, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria PEC 32/2022

Início Votação 21/12/2022 20:48:45

Término Votação 21/12/2022 21:10:01

Sessão 123ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
PT	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
MDB	PE	Fernando Dueire	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	CE	Julio Ventura	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
PDT	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
PSC	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	NÃO
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PTB	MA	Roberto Rocha	SIM
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM

Emissão 21/12/2022 21:10:07





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

PEC nº 32/2022, nos termos do Parecer, ressalvado o destaque (1º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria **PEC 32/2022** Início Votação **21/12/2022 20:48:45** Término Votação **21/12/2022 21:10:01**

Sessão **123ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PSD	RN	Zenaide Maia	SIM
PL	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:63 NÃO:11 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75

Primeiro-Secretario

Emissão 21/12/2022 21:10:07





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, destacado

Matéria **PEC 32/2022**

Início Votação **21/12/2022 21:24:36**

Término Votação **21/12/2022 21:36:01**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

Partido	Orientação
PSD	SIM
MDB	SIM
PL	SIM
Podemos	LIVRE
PROGRES	LIVRE
PT	SIM
PSDB	LIVRE
UNIÃO	SIM
PDT	SIM
PTB	SIM
Republica	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Governo	LIVRE

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	SE	Alessandro Vieira	NÃO
PSD	MG	Alexandre Silveira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	NÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	ABSTENÇÃO
PL	MG	Carlos Viana	SIM
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PSB	SC	Dário Berger	SIM
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
PT	ES	Fabiano Contarato	SIM

Emissão 21/12/2022 21:36:04





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, destacado

Matéria **PEC 32/2022** Início Votação **21/12/2022 21:24:36** Término Votação **21/12/2022 21:36:01**
 Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
MDB	PE	Fernando Dueire	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	CE	Julio Ventura	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PDT	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
PSC	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PTB	MA	Roberto Rocha	SIM
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM

Emissão 21/12/2022 21:36:04





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, destacado

Matéria **PEC 32/2022** Início Votação **21/12/2022 21:24:36** Término Votação **21/12/2022 21:36:01**
Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PSD	RN	Zenaide Maia	SIM
PL	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:62 NÃO:9 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:73

Primeiro-Secretario

Emissão 21/12/2022 21:36:04





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, nos termos do Parecer (2º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria **PEC 32/2022**

Início Votação **21/12/2022 21:36:55**

Término Votação **21/12/2022 21:59:00**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

Partido	Orientação
PSD	SIM
MDB	SIM
PL	NÃO
Podemos	LIVRE
PROGRES	LIVRE
PT	SIM
PSDB	SIM
UNIÃO	SIM
PDT	SIM
PTB	SIM
Republica	SIM
Maioria	SIM
Minoria	SIM
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSD	MG	Alexandre Silveira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	NÃO
PL	MG	Carlos Viana	NÃO
UNIÃO	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PSD	PB	Daniella Ribeiro	SIM
PSB	SC	Dário Berger	SIM
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PL	RO	Dr. Samuel Araújo	NÃO
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	NÃO
PL	TO	Eduardo Gomes	SIM
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM

Emissão 21/12/2022 21:59:06





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, nos termos do Parecer (2º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria PEC 32/2022

Início Votação 21/12/2022 21:36:55

Término Votação 21/12/2022 21:59:00

Sessão 123ª Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

20/12/2022 10:00:00

PT	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
MDB	PE	Fernando Dueire	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	SIM
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	NÃO
MDB	SP	Giordano	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
UNIÃO	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
Podemos	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	NÃO
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	CE	Julio Ventura	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	NÃO
PDT	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	NÃO
PSC	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
-	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PTB	MA	Roberto Rocha	SIM
UNIÃO	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
PL	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM

Emissão 21/12/2022 21:59:06





Senado Federal
56ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Qualificado

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, nos termos do Parecer (2º Turno)

Altera a CF, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o ADCT para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

Matéria **PEC 32/2022** Início Votação **21/12/2022 21:36:55** Término Votação **21/12/2022 21:59:00**

Sessão **123º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **20/12/2022 10:00:00**

PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
UNIÃO	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PSD	RN	Zenaide Maia	SIM
PL	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:63 NÃO:11 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:75

Primeiro-Secretario

Emissão 21/12/2022 21:59:06



Projeto de Lei nº 2439/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

DECLARAÇÃO DE VOTO
(Da Sen. Soraya Thronicke)

Nos termos do art. 316 c/c o art. 293, II do Regimento Interno do Senado Federal, declaro que, na votação simbólica do PL 2439, de 2022 *que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República e dá outras providências*, ocorrida na Sessão do Senado no dia 21/12/2022 votei **NÃO**.

Sala das sessões, em 21 de dezembro de 2022.

Senadora SORAYA THRONICKE
UNIÃO/MS



SF/22659.67304-87





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 388, DE 2022-PLEN/SF

Sobre o Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, de autoria do Ministério Público da União que “dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República”.



SF/22820.95985-92

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.439, de 2022, de iniciativa do Ministério Público Federal, propõe reajuste do subsídio mensal do Procurador-Geral da República em 18% (dezoito por cento), em quatro parcelas sucessivas e não cumulativas, da seguinte forma: (i) R\$ 41.258,05, em 1º de abril de 2023, (ii) R\$ 42.928,02, em 1º agosto de 2023, (iii) R\$ 44.597,98, em 1º de janeiro de 2024; e (iv) R\$ 46.366,19, em 1º de julho de 2024.

Na Câmara dos Deputados o presente PL foi distribuído para apreciação prévia das seguintes Comissões: a) de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP (mérito); b) de Finanças e Tributação - CFT, para verificação da adequação financeira e orçamentária; e c) de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, para análise de mérito e exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em face da aprovação de requerimento de urgência na Câmara Baixa, coube à Deputada Celina Leão emitir parecer em Plenário que assim concluiu:

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, na forma do Substitutivo em anexo.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, do Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. No mérito, somos pela aprovação, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



II – ANÁLISE

A matéria veio à revisão do Senado Federal na forma de substitutivo ao PL em análise, prevendo, em seu art. 1º, que o subsídio mensal de Procurador-Geral da República será de R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da forma a seguir:

I – R\$ 41.650,92 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

II – R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III – R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

De acordo com o seu art. 2º, as despesas resultantes da aplicação da Lei que decorrer do PL correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Ministério Público da União, devendo, ademais, ser observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, o qual determina que a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

O Substitutivo diferencia-se da proposição original ao alterar, em seu art. 1º, o cronograma e, com pequenas variações, o valor da implementação das parcelas, de modo a manter a parcela inicial prevista para

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

1º de abril de 2023, excluindo, contudo, a parcela prevista para 1º de agosto de 2023; ademais posterga, por um mês (1º de fevereiro de 2024), a parcela prevista para 1º de janeiro de 2024, e, por sete meses (1º de fevereiro de 2025), a parcela prevista para 1º de julho de 2024.

Não temos reparos a fazer quanto aos pressupostos de constitucionalidade, haja vista estarem sendo observados os preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e iniciativa privativa, nos exatos termos da Constituição da República.

Os aspectos de juridicidade da proposição estão em consonância com os princípios gerais do Direito e a técnica legislativa adotada atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

No que se refere à adequação orçamentária-financeira concordamos com o que consta do parecer apresentado na Câmara dos Deputados:

Observamos que o Substitutivo do Projeto da Lei Orçamentária para 2023 traz nos itens II.3.1 a II.3.5 de seu Anexo V a autorização e a respectiva dotação prévia exigidas pelo citado dispositivo constitucional.

Além disso, o projeto de lei traz a estimativa do impacto orçamentário da proposta para 2023, em cumprimento ao art. 113 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias, no valor de R\$ 35.320,63 (trinta e cinco mil, trezentos e vinte reais e sessenta e três centavos) em relação ao Procurador-Geral da República e de R\$ 105.842.297,42 (cento e cinco milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos) em relação aos demais membros do Ministério Público da União.

Quanto ao mérito, o reajuste proposto pelo PL na forma do Substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, justifica-se pela necessidade de repor, em parte, o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado desde a última atualização, ocorrida em 2018, e que até o mês de junho de 2022 totalizava 24,52%.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22820.95985-92





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela aprovação da presente matéria, na forma do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, da Câmara dos Deputados.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



Projeto de Lei nº 2441/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 389, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o PL nº 2.441, de 2022, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.



Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei nº 2.441, de 2022, de autoria do Supremo Tribunal Federal, que *altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.*

A proposição, em sua redação original, prevê que a remuneração dos servidores do Poder Judiciário da União será reajustada, de forma sucessiva e não cumulativa, em 5%, a partir de 1º de abril de 2023; 9,5%, a partir de 1º de agosto de 2023; 13,50%, a partir de 1º de janeiro de 2024, e 18%, a partir de 1º de julho de 2024.

Da leitura da Justificação colhe-se que o objetivo da proposição é a *recomposição parcial da remuneração dos servidores das carreiras do Poder Judiciário da União*, ressaltando que a última recomposição remuneratória dessas carreiras ocorreu há mais de seis anos, nos termos da Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016.

A proposição referida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo, que alterou o projeto para que o percentual de

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

recomposição seja de 19,25%, dividido em 3 (três) anos, vindo à deliberação revisional deste Senado Federal.

II – ANÁLISE

De plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. O Supremo Tribunal Federal é detentor da competência para a provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida, como se depreende dos termos do art. 96, II, *b*, da Constituição Federal.

A proposição, da mesma forma, atrela-se ao art. 37, X, da Carta Magna, que estabelece, como direito do funcionalismo público, a revisão periódica de remuneração.

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição, à vista do expressivo espaço temporal entre a última iniciativa legislativa de recomposição remuneratória dos servidores das Carreiras do Poder Judiciário da União, em 2016, e a que ora se pretende.

Impende o registro, oportuno, de que a recomposição ocorrida em 2016 foi parcial, como também o é a veiculada pelo projeto de lei do qual ora nos ocupamos, o que sinaliza que temos em tela meramente uma reposição, limitada ao financeira e orçamentariamente possível, do poder de compra do referido corpo de servidores públicos federais.

É também totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os servidores Poder Judiciário da União, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Finalmente, registre-se que a alteração feita por aquela Casa foi precedida de manifestações do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho de Justiça Federal, do Superior Tribunal

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br



SF/22820.48277-23





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios informando da existência de disponibilidade financeira e orçamentária para tal.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL nº 2.441, de 2022, neste Senado Federal.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



Projeto de Lei nº 2442/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 390, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 2.442, de 2022, do Procurador Geral da República, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.



SF/22737.01726-06

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.442, de 2022, de autoria do Procurador Geral da República, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A proposição, em sua redação original, prevê que a remuneração dos servidores do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) são reajustados, de forma sucessiva e não cumulativa, em 5%, a partir de 1º de abril de 2023; 9,5%, a partir de 1º de agosto de 2023; 13,50%, a partir de 1º de janeiro de 2024, e 18%, a partir de 1º de julho de 2024.

Da leitura da justificação colhe-se que o objetivo da proposição é a *recomposição parcial da remuneração dos servidores das carreiras do Ministério Público da União*, ressaltando que a última recomposição remuneratória dessas carreiras ocorreu há mais de seis anos, nos termos da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

O documento traz, ainda, as informações pertinentes exigidas pela legislação fiscal sobre o impacto financeiro da proposição e informa que as despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias alocadas ao MPU e ao CNMP.

A proposição referida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma do substitutivo, que alterou o projeto para que o percentual de recomposição seja de 19,25%, dividido em 3 (três) anos, vindo à deliberação revisional deste Senado Federal.

II – ANÁLISE

De plano, registra-se que não há qualquer óbice relativo à juridicidade e à técnica legislativa na proposição sob exame, sendo adequadamente usada a construção vernacular e as referências à vigente legislação incidente.

Quanto à constitucionalidade, nada há a obstar. O Procurador Geral da República é detentor da competência para a provocação formal do processo legislativo relativo à matéria percorrida, como se depreende dos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal.

Relativamente ao mérito, sobejam as razões para acolhimento da proposição, à vista do expressivo espaço temporal entre a última iniciativa legislativa de recomposição remuneratória dos servidores das Carreiras do Ministério Público da União, em 2016, e a que ora se pretende.

Impende o registro, oportuno, de que a recomposição ocorrida em 2016 foi parcial, como também o é a veiculada pelo projeto de lei do qual ora nos ocupamos, o que sinaliza que temos em tela meramente uma reposição, limitada ao financeira e orçamentariamente possível, do poder de compra do referido corpo de servidores públicos federais.

É também totalmente pertinente a alteração feita pela Câmara dos Deputados que buscou aplicar o princípio da isonomia aos reajustes estabelecidos para os servidores do MPU e do CNMP, igualando-se àqueles que estão sendo adotados para os demais agentes públicos federais.

Senado Federal - Ala Senador Dinarte Mariz - Gabinete 04 - Brasília / DF - CEP 70.165-900
Telefone: (61) 3303-2182 – Fax: (61) 3303-2189 – E-mail: fernandobezerracoelho@senador.leg.br

SF/22737.01726-06





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

Finalmente, registre-se que a alteração feita por aquela Casa foi precedida de manifestação do Procurador-Geral da República, informando da existência de disponibilidade financeira e orçamentária para tal.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, considerada a adequada técnica legislativa, a juridicidade, a constitucionalidade formal e material da proposição e o seu louvável mérito, somos pela aprovação do PL nº 2.442, de 2022, neste Senado Federal.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGINHO MELLO

Ofício nº 219/2022-GSJMELLO

A Publicação.
Em: 21/12/2022.
Posto fls
João Roberto Leite de Mota
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília-DF, 21 de dezembro de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
RODRIGO PACHECO
Presidente
Senado Federal

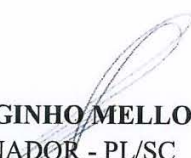
Assunto: **Comunica reassunção do mandato de Senador da República.**

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência e ao Plenário desta Casa para comunicar meu retorno ao exercício do mandato parlamentar a partir do dia **21 de dezembro de 2022**.

Desde já agradeço, certo de vossa atenção.

Atenciosamente,


JORGINHO MELLO
SENADOR - PL/SC
GOVERNADOR ELEITO DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Constatação de inexatidão material



A Presidência comunica ao Plenário, nos termos inciso III do art. 325 do Regimento Interno, em virtude de inexatidão material devida a lapso manifesto, que determinou a republicação da redação final do Projeto de Lei nº 643, de 2021 (Parecer nº 340, de 2022), bem como a confecção de novos autógrafos para envio à Câmara dos Deputados.

O referido Projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal na sessão do dia 13 de dezembro último, nos termos do parecer do Relator da matéria, com as Emendas nºs 2, 3, 4 e 5.

Entretanto, quando da elaboração da redação final, deixou de ser consolidada a Emenda nº 2, razão pela se fazem necessárias as mencionadas republicação e confecção de novos autógrafos.

É o seguinte o texto da redação final republicada:



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 340, DE 2022 – PLEN/SF ***

Redação final do Projeto de Lei nº 643, de 2021, do Senador Lucas Barreto.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 643, de 2021, do Senador Lucas Barreto, que *dispõe sobre a autorização eletrônica para a saída temporária de veículos de Área de Livre Comércio-ALC para circulação dentro do estado e limita a exigência do PIS e COFINS após decorrido o prazo de 3 anos de suspensão do IPI*, consolidando as Emendas nº 2 – Plen e nºs 3, 4 e 5 – REL.

Senado Federal, em 13 de dezembro de 2022.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ELIZIANE GAMA, RELATORA

IRAJÁ

ZEQUINHO MARINHO

* Republicado para fazer constar a Emenda nº 2 – Plen.



ANEXO DO PARECER Nº 340, DE 2022 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 643, de 2021, do Senador Lucas Barreto.

Dispõe sobre a autorização eletrônica para a saída temporária de veículos de Área de Livre Comércio (ALC) para circulação e limita a exigência do PIS e da Cofins após decorrido o prazo de 3 (três) anos de suspensão do IPI.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Poderá ser autorizada, a pessoas físicas ou jurídicas, a saída temporária de veículos, de origem nacional ou estrangeira, ingressados ou adquiridos em Área de Livre Comércio (ALC), com os benefícios fiscais previstos na legislação específica, para circulação fora do território onde se localizar a ALC.

§ 1º A saída temporária de que trata o *caput* será processada eletronicamente e valerá por 6 (seis) meses a contar da data da concessão, podendo ser renovada.

§ 2º A autorização será concedida pela autoridade fiscal exclusivamente a proprietário de veículo residente e domiciliado em ALC, mediante requerimento eletrônico do qual conste declaração expressa de residência em ALC e ciência da obrigatoriedade de retorno, sob pena de exigência dos tributos que incidiriam na internação do veículo.

Art. 2º A autorização de saída temporária não será exigida para os veículos pertencentes aos entes públicos federal, estadual e municipal, bem como aos pertencentes a pessoa jurídica estabelecida em ALC, que sejam utilizados no transporte coletivo de pessoas ou no transporte de carga e os destinados a locação, que poderão circular livremente em todo o território do estado, exigindo-se, neste caso, a apresentação do contrato de locação.

Art. 3º As restrições para saída temporária ou permanente relativas ao veículo de origem nacional ou estrangeira ingressado em Área de Livre Comércio (ALC) com os benefícios fiscais previstos na legislação específica cessarão após transcorridos 3 (três) anos da sua aquisição, independentemente de declaração do fisco.

Parágrafo único. Alcançado o período de 3 (três) anos para a cessação da exigência do IPI para veículo de origem nacional ou estrangeira ingressado em Área de Livre Comércio (ALC), cessará também a exigência do PIS e da Cofins.



Art. 4º O veículo de origem nacional ou estrangeira ingressado ou adquirido em Área de Livre Comércio (ALC) com os benefícios fiscais previstos na legislação específica poderá ser transferido para terceiros sem a exigência dos tributos antes de decorrido o prazo referido no art. 3º, desde que o adquirente tenha domicílio e residência em Área de Livre Comércio (ALC).

Parágrafo único. A responsabilidade pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre o veículo de que trata o *caput*, em caso de ofensa a dispositivo desta Lei, será do terceiro adquirente, desde que o vendedor tenha promovido a transferência de propriedade do bem junto ao órgão de trânsito.

Art. 5º Esta Lei autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas de veículos adquiridos com benefícios fiscais previstos na legislação específica, por pessoas físicas ou jurídicas, em Área de Livre Comércio (ALC), vencidas ou vincendas até 31 de dezembro de 2022, decorrentes de autuações e multas administradas pela Receita Federal do Brasil, em razão de saídas temporárias fora dos limites da respectiva Área de Livre Comércio (ALC).

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não como dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, bem como àqueles objeto de parcelamentos anteriores, rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial.

§ 2º Os débitos a que se refere este artigo poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I – pagos à vista, com redução de 10% (dez por cento) do valor do débito e com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 100% (cem por cento) das isoladas, de 100% (cem por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

II – parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 100% (cem por cento) das isoladas, de 100% (cem por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº 66, DE 2022

Sugere ao Poder Executivo Federal a edição de Medida Provisória para manutenção do pagamento de auxílio aos transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC) e aos taxistas.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (UNIÃO/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CHICO RODRIGUES

INDICAÇÃO Nº DE 2022

Sugere ao Poder Executivo Federal a edição de Medida Provisória para manutenção do pagamento de auxílio aos transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC) e aos taxistas.



Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio dos Senhores Ministros de Estado da Economia e do Trabalho e Previdência, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a edição de Medida Provisória para reinstituir, de forma desvinculada do estado de emergência reconhecido pela Emenda Constitucional nº 123, de 2022, o auxílio aos transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC) e aos taxistas, no valor de R\$ 1.000 (mil reais) mensais, a partir do exercício financeiro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, permitiu que o governo federal excepcionasse a regra do Teto de Gastos ao reconhecer estado de emergência, até 31/12/2022, decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados. Essa medida possibilitou gastos extras de R\$ 41 bilhões para garantir o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 (seiscentos reais) e ampliar benefícios sociais, como o Auxílio Gás para os Brasileiros, entre outras medidas.

Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 10 – Anexo II – Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-2281





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CHICO RODRIGUES

A manutenção dos valores dos benefícios do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás é um dos objetivos da chamada PEC da Transição, que esta Casa aprovou e agora necessita ser discutida e apreciada pela Câmara dos Deputados. Se aprovada, a PEC 32/2022 (PEC da Transição) garantirá a manutenção dos referidos benefícios. No entanto, não se abordou os auxílios pagos para alguns trabalhadores brasileiros durante o estado de emergência: os caminhoneiros autônomos e taxistas.

A Emenda Constitucional nº 123/2022 também garantiu, até 31/12/2022, o pagamento de auxílio aos transportadores autônomos de cargas cadastrados no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTC), no valor de R\$ 1.000 (mil reais) mensais, até o limite de R\$ 5,4 bilhões; bem como auxílio aos motoristas de táxi, até o limite de R\$ 2 bilhões. Como essa discussão não foi abarcada no âmbito da PEC da Transição, se nenhuma medida for tomada até o final do corrente ano, esses trabalhadores deixarão de contar com esses auxílios.

O Estado brasileiro não pode se eximir da assistência a esses trabalhadores em um cenário de incertezas quanto à volatilidade dos preços dos combustíveis, uma vez que as medidas compensatórias fiscais delineadas pela Emenda Constitucional nº 123/2022 para atenuação dos preços dos combustíveis nas bombas também se encerram em 31/12/2022 e caberá ao próximo governo definir quais medidas deverão ser adotadas a partir de 2023.

Por esse motivo, solicitamos ao Poder Executivo a edição de Medida Provisória para (re)instituir o auxílio pago aos caminhoneiros e taxistas de forma autônoma e desvinculada do estado de emergência reconhecido pela Emenda Constitucional nº 123/2022, a fim de que o próximo governo possa avaliar a manutenção do auxílio durante o prazo de tramitação e vigência da Medida Provisória.

Recentemente, no Mandato de Injunção (MI) nº 7.300, o Ministro Gilmar Mendes permitiu a abertura do espaço fiscal decorrente da “diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o limite estabelecido no seu caput deverá ser destinado exclusivamente ao programa social de combate à pobreza

Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 10 – Anexo II – Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-2281



SF/22188.61259-10





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CHICO RODRIGUES

e à extrema pobreza nos termos do art. 6º da CF” e autorizou, caso necessário, a utilização suplementar de crédito extraordinário.

O Poder Executivo pode utilizar uma extensão desse entendimento para fundamentar os custos na Medida Provisória a fim de garantir direito tão importante para os trabalhadores do transporte brasileiro.

A Medida Provisória é o instrumento mais adequado para evitarmos que esses trabalhadores fiquem desamparados a partir de janeiro do próximo ano, uma vez que entra em vigor desde a publicação, por prazo de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por mais 60 (sessenta) dias, o que garantirá, ao mesmo tempo, o pagamento do auxílio aos caminhoneiros autônomos e taxistas; bem como tempo hábil para se discutir as medidas que devem ser tomadas para ampará-los, o que exigirá a análise de várias áreas do próximo governo e discussão nesta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **CHICO RODRIGUES**



Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 10 – Anexo II – Senado Federal – Brasília (DF) – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-2281



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2022 (FASE 2)

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto da proposta de emenda à Constituição](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 155.

§ 1º

.....

V - não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino.

.....” (NR)

“Art. 166.

.....

§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 9º-A Do limite a que se refere o § 9º deste artigo, 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) caberá às emendas de Deputados e 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) às de Senadores.

.....

§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações oriundas de emendas individuais, em montante correspondente ao limite a que se refere o § 9º deste artigo, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 desta Constituição, observado o disposto no § 9º-A deste artigo.

.....

§ 17. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 deste artigo poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, para as programações das emendas individuais, e até o limite de 0,5% (cinco décimos por cento), para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

.....

§ 19. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria, observado o disposto no § 9º-A deste artigo.

....." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2024, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

....." (NR)

"Art. 107.

.....

§ 6º-A Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do *caput* deste artigo, a partir do exercício financeiro de 2023:

I - despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas custeadas com recursos de doações, bem como despesas com projetos custeados com recursos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais;

II - despesas das instituições federais de ensino e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com os demais entes da Federação ou entidades privadas;

III - despesas custeadas com recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia.

§ 6º-B Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do *caput* deste artigo as despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021.

§ 6º-C As despesas previstas no § 6º-B deste artigo não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no *caput* do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

....." (NR)

"Art. 107-A. Até o fim de 2026, fica estabelecido, para cada exercício financeiro,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

limite para alocação na proposta orçamentária das despesas com pagamentos em virtude de sentença judiciária de que trata o art. 100 da Constituição Federal, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido, para o exercício de 2017, em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento) e, para os exercícios posteriores, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, apurado no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária, devendo o espaço fiscal decorrente da diferença entre o valor dos precatórios expedidos e o respectivo limite ser destinado ao programa previsto no parágrafo único do art. 6º e à seguridade social, nos termos do art. 194, ambos da Constituição Federal, a ser calculado da seguinte forma:

....." (NR)

"Art. 111. A partir do exercício financeiro de 2018, até o exercício financeiro de 2022, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2017, corrigido na forma estabelecida no inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

6

"Art. 111-A. A partir do exercício financeiro de 2024, até o último exercício de vigência do Novo Regime Fiscal, a aprovação e a execução previstas nos §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal corresponderão ao montante de execução obrigatória para o exercício de 2023, corrigido na forma estabelecida no inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

"Art. 121. As contas referentes aos patrimônios acumulados de que trata o § 2º do art. 239 da Constituição Federal cujos recursos não tenham sido reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos serão encerradas após o prazo de 60 (sessenta) dias da publicação de aviso no Diário Oficial da União, ressalvada reivindicação por eventual interessado legítimo dentro do referido prazo.

Parágrafo único. Os valores referidos no *caput* deste artigo serão tidos por abandonados, nos termos do inciso III do *caput* do art. 1.275 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita primária para realização de despesas de investimento de que trata o § 6º-B do art. 107, que não serão computadas nos limites previstos no art. 107, ambos deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, podendo o interessado reclamar ressarcimento à União no





CÂMARA DOS DEPUTADOS

7

prazo de até 5 (cinco) anos do encerramento das contas.”

“Art. 122. As transferências financeiras realizadas pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social diretamente aos fundos de saúde e assistência social estaduais, municipais e distritais, para enfrentamento da pandemia da Covid-19, poderão ser executadas pelos entes federativos até 31 de dezembro de 2023.”

Art. 3º O limite estabelecido no inciso I do *caput* do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido em R\$ 145.000.000.000,00 (cento e quarenta e cinco bilhões de reais) para o exercício financeiro de 2023.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do aumento de limite previsto no *caput* deste artigo não serão consideradas para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no *caput* do art. 2º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022, e ficam ressalvadas, no exercício financeiro de 2023, do disposto no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º Os atos editados em 2023 relativos ao programa de que trata o art. 2º da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou ao programa que vier a substituí-lo, e ao programa auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, ficam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à





CÂMARA DOS DEPUTADOS

8

expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental, inclusive quanto à necessidade de compensação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica a atos cujos efeitos financeiros tenham início a partir do exercício de 2024.

Art. 5º Para o exercício financeiro de 2023, a ampliação de dotações orçamentárias sujeitas ao limite previsto no inciso I do *caput* do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevista nesta Emenda Constitucional poderá ser destinada ao atendimento de solicitações das comissões permanentes do Congresso Nacional ou de suas Casas.

§ 1º Fica o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 autorizado a apresentar emendas para a ampliação de dotações orçamentárias referida no *caput* deste artigo.

§ 2º As emendas referidas no § 1º deste artigo:

I - não se sujeitam aos limites aplicáveis às emendas ao projeto de lei orçamentária;

II - devem ser classificadas de acordo com as alíneas *a* ou *b* do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo não impede os cancelamentos necessários à abertura de créditos adicionais.

§ 4º As ações diretamente destinadas a políticas públicas para mulheres deverão constar entre as diretrizes sobre como a margem aberta será empregada.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9

Art. 6º O Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, inclusive quanto à regra estabelecida no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 7º O disposto nesta Emenda Constitucional não altera a base de cálculo estabelecida no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 8º Fica o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 autorizado a apresentar emendas para ações direcionadas à execução de políticas públicas até o valor de R\$ 9.850.000.000,00 (nove bilhões oitocentos e cinquenta milhões de reais), classificadas de acordo com a alínea *b* do inciso II do § 4º do art. 7º da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022.

Art. 9º Ficam revogados os arts. 106, 107, 109, 110, 111, 111-A, 112 e 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias após a sanção da lei complementar prevista no art. 6º desta Emenda Constitucional.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 643/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PEC para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, com as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, do Senado Federal, que “Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93842 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- art106
- art107
- art107_cpt_inc1
- art107_par1
- art109
- art110
- art111
- art111-1
- art112
- art114

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art60_par3
- art100
- art166_par9
- art166_par11
- art167_cpt_inc3
- art194
- art239_par2

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>

- Lei nº 14.237, de 19 de Novembro de 2021 - LEI-14237-2021-11-19 - 14237/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14237>

- Lei nº 14.284, de 29 de Dezembro de 2021 - LEI-14284-2021-12-29 - 14284/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14284>

- art2

- Lei nº 14.436 de 09/08/2022 - LEI-14436-2022-08-09 , Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 14436/22

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14436>

- art2_cpt
- art7_par4_inc2
- art7_par4_inc2_alii2





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2438, DE 2022

Fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2206233&filename=PL-2438-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do *caput* do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do *caput* do art. 48 da Constituição Federal, observado o disposto no art. 3º desta Lei, será de R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da seguinte forma:

I - R\$ 41.650,92 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

II - R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 647/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.438, de 2022, do Supremo Tribunal Federal, que “Fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do *caput* do art. 48 da Constituição Federal; e dá outras providências”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93852 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art48_cpt_inc15

- art169





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2439, DE 2022

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República; e dá outras providências.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2226946&filename=PL-2439-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal de Procurador-Geral da República, observado o disposto no art. 3º desta Lei, será de R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da seguinte forma:

I - R\$ 41.650,92 (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

II - R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - R\$ 46.366,19 (quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Ministério Público da União.

Art. 3º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 648/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.439, de 2022, do Ministério Público da União, que “Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República; e dá outras providências”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93858 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art169





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2440, DE 2022

Fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do caput do art. 93 da Constituição Federal para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2206237&filename=PL-2440-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do *caput* do art. 93 da Constituição Federal para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, observados o inciso XI do *caput* do art. 37, o § 4º do art. 39 e o § 4º do art. 134 da Constituição Federal, será de R\$ 37.628,65 (trinta e sete mil seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, da seguinte forma:

I - R\$ 35.423,58 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II - R\$ 36.529,16 (trinta e seis mil quinhentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - R\$ 37.628,65 (trinta e sete mil seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º O subsídio do Subdefensor Público-Geral Federal, do Corregedor-Geral da Defensoria Pública da União e dos membros da Categoria Especial da Defensoria Pública da União corresponderá a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal do Defensor Público-Geral Federal, observado, para as demais categorias, o percentual de escalonamento de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

10% (dez por cento) entre elas, nos termos do inciso V do *caput* do art. 93 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União.

Art. 4º A implementação do disposto nesta Lei observará o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam revogados os arts. 1º e 2º e os Anexos I e II da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016, a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 644/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.440, de 2022, da Defensoria Pública da União, que “Fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal; estabelece o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do *caput* do art. 93 da Constituição Federal para os membros da Defensoria Pública da União; e revoga dispositivos e anexos da Lei nº 13.412, de 29 de dezembro de 2016”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93844 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art37_cpt_inc11

- art39_par4

- art93_cpt_inc5

- art134_par4

- art169

- Lei nº 13.412, de 29 de Dezembro de 2016 - LEI-13412-2016-12-29 - 13412/16

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13412>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2441, DE 2022

Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2206238&filename=PL-2441-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos II, III e VIII da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, e as demais parcelas remuneratórias devidas às carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União serão reajustados em parcelas sucessivas e cumulativas, da seguinte forma:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - 6,13% (seis inteiros e treze centésimos por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º Ficam revogados o § 1º do art. 13 e o art. 30 da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 649/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.441, de 2022, do Supremo Tribunal Federal, que “Altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93857 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2016;11416](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;11416)

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;11416>

- art13_par1

- art30





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2442, DE 2022

Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2206241&filename=PL-2442-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos II, IV, V e VI da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, e as demais parcelas remuneratórias devidas aos servidores do quadro de pessoal do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público serão reajustados em parcelas sucessivas e cumulativas, da seguinte forma:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - 6,13% (seis inteiros e treze centésimos por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º Ficam revogados o art. 12 e o § 1º do art. 13 da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 650/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.442, de 2022, do Ministério Público da União, que “Altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, para reajustar a remuneração das carreiras dos servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93856 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016 - LEI-13316-2016-07-20 - 13316/16

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;13316>

- art13_par1





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2923, DE 2022

Altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2221070&filename=PL-2923-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos II, III e IV da Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, e as demais parcelas remuneratórias devidas aos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União serão reajustados em parcelas sucessivas e cumulativas, da seguinte forma:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - 6,13% (seis inteiros e treze centésimos por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Defensoria Pública da União no orçamento geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 645/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.923, de 2022, da Defensoria Pública da União, que “Altera a Lei nº 14.377, de 22 de junho de 2022, para reajustar a remuneração dos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da Defensoria Pública da União e dos cargos em comissão e das funções de confiança da Defensoria Pública da União”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93846 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.377, de 22 de Junho de 2022 - LEI-14377-2022-06-22 - 14377/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14377>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2955, DE 2022

Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2222607&filename=PL-2955-2022



[Página da matéria](#)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos III, IV, V e VI da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, e as demais parcelas remuneratórias devidas aos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União serão reajustados em parcelas sucessivas e cumulativas, da seguinte forma:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2023;

II - 6% (seis por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

III - 6,13% (seis inteiros e treze centésimos por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas do Tribunal de Contas da União, previstas em anexo próprio da lei orçamentária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 21 de dezembro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 646/2022/SGM-P

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.955, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que “Altera a Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, para reajustar a remuneração dos servidores do quadro de pessoal do Tribunal de Contas da União”.

Atenciosamente,


ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 93851 - 2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.356, de 27 de Dezembro de 2001 - LEI-10356-2001-12-27 - 10356/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10356>



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 20/12/2022 13:34:00.643 - Mesa

DOC n.972/2022

Of. nº 680/2022/PS-GSE

Brasília, 20 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 662, de 2021, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 4.308, de 2012 (PLS 563/2009), sancionado e transformado na Lei nº 14.258, de 3 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre o exercício da profissão de compositor”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223251104400>



* C D 2 2 3 2 5 1 1 0 4 4 0 0 *

eXEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 681/2022/PS-GSE

Brasília, 20 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica restituição de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Mensagem nº 666, de 2022, na origem, restituindo autógrafo do Projeto de Lei nº 1.679, de 2022, sancionado e transformado na Lei nº 14.477, de 15 de dezembro de 2022, que “Declara Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 20/12/2022 13:33:59.520 - Mesa

DOC n.971/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227810681500>



Ofícios da Câmara dos Deputados

- nº 680, de 2022, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 563, de 2009, sancionado e convertido na Lei nº 14.258, de 3 de dezembro de 2021; e

- nº 681, de 2022, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.679, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 14.477, de 15 de dezembro de 2022.

As matérias vão ao Arquivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 685/2022/PS-GSE

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador IRAJÁ
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.930, de 2022, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, para reajustar as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o referido projeto foi enviado à sanção em 21.12.2022.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

Apresentação: 21/12/2022 11:31:37 - Mesa

DOC n.973/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD227798843900>



Ofício da Câmara dos Deputados

- nº 685, de 2022, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei nº 2.930, de 2022.

A matéria vai ao Arquivo.



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3049, DE 2022

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte e dá outras providências, para compatibilizar esse benefício à tecnologia de bilhetagem digital.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o *Vale-Transporte* e dá outras providências, para compatibilizar esse benefício à tecnologia de bilhetagem digital.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão do benefício do Vale-Transporte por meio de sistemas de bilhetagem digital.

Art. 2º A Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** Fica instituído o Vale-Transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte público coletivo.” (NR)

“**Art. 4º** O benefício ora instituído será concedido mediante a aquisição pelo empregador, no momento da contratação, de bilhetes ou créditos, nos sistemas de transporte público coletivo, suficientes para os deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa previstos para a quantidade de dias trabalhados no mês.

§ 1º O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 3% (três por cento) de seu salário básico.

§ 2º A critério do gestor do sistema de transporte público coletivo, os bilhetes físicos poderão informar a identificação do portador, e as linhas e horários em que são válidos.

§ 3º Os créditos serão armazenados e utilizados por meio eletrônico hábil que contenha a identificação do trabalhador, podendo ser empregados para esse fim, a critério do gestor do sistema de transporte público coletivo, dados de identificação civil, fotografia e dados biométricos.



§ 4º Os empregadores podem restringir, para cada trabalhador, as linhas, dias e horários autorizados para o uso dos créditos de que trata o § 3º.

§ 5º A parcela de que trata o § 1º somente será devida sobre os créditos efetivamente utilizados no percurso residência-trabalho e vice-versa.

§ 6º Os créditos de Vale-Transporte eventualmente utilizados em percursos diversos daqueles autorizados na forma do § 4º, podem ser descontados da remuneração do trabalhador, por ocasião da aquisição de novos créditos pelo empregador ou do desligamento do trabalhador.

§ 7º O gestor do sistema de transporte público coletivo disponibilizará ao empregador os dados das linhas do sistema e do uso dos créditos de Vale-Transporte, para atendimento ao disposto nos §§ 4º, 5º e 6º.

§ 8º A extinção do contrato de trabalho ensejará a devolução dos créditos remanescentes ao empregador.” (NR)

“**Art. 5º** O gestor do sistema de transporte público coletivo fica obrigado a emitir bilhetes ou oferecer meio eletrônico de armazenagem e utilização de Vale-Transporte, colocando-o à disposição dos empregadores em geral.

§ 1º Nos sistemas de transporte que empregarem bilhetes físicos, será instalado, pelo menos, um posto de vendas para cada grupo de cem mil habitantes na localidade, que comercializarão todos os tipos de Vale-Transporte.

.....

§ 4º É facultado ao gestor do sistema de transporte público coletivo estabelecer tarifa diferenciada para o Vale-Transporte, de modo a reduzir a necessidade de subsídios orçamentários para a operação dos sistemas de transporte.

§ 5º É dever do empregado fornecer os dados necessários para sua identificação pelo gestor do sistema de transporte público coletivo, sempre que demandado, sob pena de suspensão do benefício até a regularização.” (NR)

“**Art. 5º-A.** O gestor do sistema de transporte público coletivo e seus operadores são solidariamente responsáveis pela prevenção de fraudes e pela identificação do trabalhador autorizado a usar o Vale-Transporte.

§ 1º A identidade do trabalhador deve ser verificada no momento do uso do Vale-Transporte, na forma do regulamento.

§ 2º A suspeita de utilização indevida do Vale-Transporte, detectada por sistema de identificação sem intervenção humana, poderá ensejar o bloqueio parcial de seu uso por até vinte e quatro horas, para confirmação da identidade do usuário.

SF/22263.29573-46



00100.175635/2022-55
SF/22263.29573-46

§ 3º Durante o período de bloqueio parcial, o uso dos créditos ficará limitado a três vezes a maior tarifa unitária do sistema de transportes.

§ 4º As tentativas de uso ou o uso do Vale-Transporte por terceiros serão comunicados ao empregador no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 5º Os créditos ou bilhetes de Vale-Transporte utilizados por terceiros com a permissão do trabalhador, ainda que tácita, serão descontados de sua remuneração.” (NR)

“**Art. 9º** O Vale-Transporte é válido por até um ano de sua emissão ou concessão na forma de crédito.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A discussão que embasa esta proposição é derivada de outra matéria apresentada ao Senado Federal, o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que *atualiza o marco legal da Política Nacional de Mobilidade Urbana; altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.*

No bojo da relatoria dessa matéria junto à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), aventou-se a possibilidade de aproveitar a discussão mobilizada de aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana, bem como a racionalização dos recursos neles empregados, para proceder à atualização de outro elemento essencial nesse contexto: o Vale-Transporte.

Como consabido, o Vale-transporte se trata de direito do trabalhador, constituindo valor antecipado para possibilitar seu deslocamento ao trabalho por meio do transporte público, indiretamente incentivando o fortalecimento dos sistemas de transporte coletivo e contribuindo para a redução de congestionamentos e de emissões poluentes geradas pelo transporte privado.

Ao reconhecer que se tratava de tema perpendicular à matéria ali tratada, optei por desmembrá-lo em projeto de lei autônomo, que agora apresento.

Procuramos, no texto aqui apresentado, modernizar a Lei nº 7.418, de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para prever a concessão do benefício por meio de créditos nos sistemas de transportes e não unicamente por bilhetes físicos. Mais relevante do que essa alteração é a proposta de maior controle em seu uso, para que seja efetivamente utilizado apenas no percurso residência-



trabalho. A proposta, portanto, visa a desincentivar fortemente a venda irregular de bilhetes e, conseqüentemente, incentivar o uso real do transporte coletivo pelos trabalhadores, razão de ser desse benefício.

Inequivocamente, é essencial a rediscussão estrutural de um modelo de urbanização que promove a segregação espacial existente entre ricos e pobres nas cidades brasileiras, bem como acarreta em cidades com grandes vazios urbanos ou muitas áreas de baixa densidade e segregação excessiva de usos – elementos que dificultam a adoção de uma mobilidade sustentável e acessível a todas as pessoas, contudo, nesse interim é imperativo para o futuro de uma sociedade mais justa, a revisão do Vale-Transporte, por ser uma medida de impacto atual e imediato, eficaz para melhorar a vida do trabalhador e contribuir para o melhor funcionamento do transporte público nas cidades brasileiras.



SF/22263.29573-46

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.418, de 16 de Dezembro de 1985 - Lei do Vale-Transporte - 7418/85
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1985;7418>
- Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 - Estatuto da Cidade - 10257/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10257>
- Lei nº 10.636, de 30 de Dezembro de 2002 - Lei de Aplicação da CIDE- Combustíveis - 10636/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002;10636>
- Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012 - Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana; Lei de Mobilidade Urbana - 12587/12
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12587>
- [urn:lex:br:federal:lei:2021;3278](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;3278)
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;3278>



Recurso





SENADO FEDERAL

RECURSO (SF) Nº 8, DE 2022

Recurso PDS 297/2013

AUTORIA: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RECURSO Nº , DE 2022

Requeremos, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 297, de 2013, que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba", seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, em

Senadora DANIELLA RIBEIRO
PSD/PB

SENADOR	ASSINATURA



Encerrou-se em 20 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2013.

Foi interposto o Recurso nº 8, de 2022, para apreciação da matéria pelo Plenário

O Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2013, aguardará inclusão em Ordem do Dia.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 834, DE 2022

Realização de Sessão Especial, no dia 10/04/2023, a fim de Comemorar o Dia Internacional do Autismo.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Zequinha Marinho (PL/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10/04/2023, a fim de Comemorar o Dia Internacional do Autismo.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista as proximidades do dia 02/04, Dia Internacional do Autismo, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas, o MOVIMENTO ORGULHO AUTISTA BRASIL - MOAB, fundado em 18 de junho de 2005, que luta pelos direitos dos autistas e de suas famílias, solicita a possibilidade da realização de uma sessão especial para celebrar a data acima informada.

A exemplo de anos anteriores, várias ações são realizadas para a promoção de eventos em todo o mundo, visando celebrar a data. No Senado Federal brasileiro não poderia ser diferente.

Tanto no Brasil como no exterior, destacamos os objetivos e temas da data, como: desmistificação sobre o autismo; definições do transtorno; dificuldades e preconceitos; convivência em sociedade; intervenções terapêuticas; intervenções medicamentosas; o cotidiano do autista; depoimentos de pais, responsáveis e terapeutas; propostas pedagógicas; lacuna na formação acadêmica dos profissionais especializados; acessibilidade; propostas de políticas públicas; desafios da educação inclusiva; e metas para a divulgação e conscientização da população.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Diante disso, afirmamos ser importante a realização deste evento que será espaço de reflexão e de pactuação de ações que visem mobilizar diversos setores sociais para questionar a inclusão das leis aprovadas neste país, no âmbito dos autistas.

Sala das Sessões, de de .



SF/22594.86072-08

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2022

Oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PL nº 3045/2022.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PL/MG), Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 3045/2022, que “institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2022.

Senador Carlos Viana
(PL - MG)
Senador



SF/22440.11456-58 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 836, DE 2022

Realização de Sessão Especial, no dia 16/10/2023, a fim de Comemorar o Dia do Professor.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 16/10/2023, a fim de Comemorar o Dia do Professor.

JUSTIFICAÇÃO

O magistério é uma das profissões mais antigas e mais importantes, tendo em vista que as demais, na sua maioria, dependem dela. Platão, na sua obra A República, alertava para importância do papel do professor na formação do cidadão. O dia Mundial dos Professores celebra-se em 05 de outubro; no Brasil, o dia do professor é dez dias depois, em 15 de outubro.

O professor além de ser técnico proficiente que ensina uma ciência, arte, técnica ou outro conhecimento, forma também cidadãos e molda o comportamento de uma geração. Registre-se importante trabalho de conscientização, luta e resistência desempenhado pelos professores de todo o Brasil durante o período em que perdurou a ditadura militar. Lutaram corajosamente pelos ideais de liberdade e igualdade; princípios fundamentais associedades civilizadas.

Para o exercício do magistério requer-se qualificações acadêmicas e pedagógicas, para que o professor consiga transmitir/ensinar a matéria de estudo da melhor forma ao aluno. Nos últimos anos tem ocorrido um preocupante fenômeno de evasão escolar, capitaneado pelos nossos professores, que migram para outras atividades, buscando melhores condições salariais e de



SF/22435.32148-42





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

trabalho, vez que recebem baixos salários, tanto na rede pública, como na iniciativa privada.

Ademais, o educador de hoje necessita de uma formação multifuncional, uma didática avançada, que o credencie a reivindicar uma equiparação salarial com os mais altos cargos da administração pública.

Investir na qualificação do professor e em uma remuneração digna ao docente é garantir uma educação de qualidade aos nossos descendentes e um futuro promissor às próximas gerações.

Por isso, julgamos importante a realização da Sessão Especial em epígrafe, para prestarmos uma justa homenagem aos mestres e educadores de nosso País.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura

SF/22435.32148-42





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 837, DE 2022

Sessão Especial a fim de Comemorar o Dia do Médico.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 20/10/2023, a fim de Comemorar o Dia do Médico.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de outubro, comemora-se o dia daquele que se preocupa com a nossa saúde, e não sossega enquanto a gente não fica bom. Ele é o médico, seja pediatra, ginecologista, oncologista ou clínico geral, não importa a especialidade.

É sábio conhecedor de cada parte do corpo humano, sabendo o que devemos fazer quando algo não vai bem em nosso organismo. É ele quem investiga as causas das doenças humanas, buscando sua prevenção e cura.

A data 18 de outubro foi escolhida em homenagem a São Lucas, padroeiro da medicina e consta como dia do santo pela tradição litúrgica.

São Lucas exercia a profissão de médico e também tinha vocação pela pintura. Escreveu o terceiro evangelho e o "ato dos apóstolos" da Bíblia Sagrada. Acredita-se que veio de família abastada pelo seu estilo literário.

A medicina é a ciência que investiga a natureza e a origem das doenças do homem de modo a preveni-las, controlá-las e curá-las, preservando assim a saúde das pessoas. A palavra deriva do verbo latino *mederi* que significa curar e tratar.

A ciência surge de forma experimental, como resultado de



SF/22560.48762-12



SF/22560-48762-12



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

experiências com técnicas ainda rudimentares (como tomar banho frio para baixara febre, por exemplo). Desenhos rupestres mostram que na pré-história o homem já reconhecia algumas doenças e o efeito terapêutico de plantas curativas, além docalor, frio e luz solar.

Somente no final do século é que se inicia a medicina moderna com o estudo da anatomia humana. Em 1543, o médico André Vesálio publica "A organização do corpo humano" com descrições e detalhes do corpo humano, representando um grande avanço na medicina ainda incipiente. Para conceber a obra, André usou a técnica de dissecação de cadáveres, tendo sido, por isso, condenado à morte pela Inquisição.

Assim, surgiu o médico ou doutores de todas as especialidades desde odedo do pé até o mais tênue fio de cabelo, razão pela qual julgamos importante a realização da Sessão Especial em epígrafe visando homenagear o médico brasileiroque muito têm contribuído para a prevenção ou cura da saúde do brasileiro.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 838, DE 2022

Sessão Especial a fim de Comemorar os 22 anos da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Eliane Nogueira (PP/PI), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 15/09/2023, a fim de Comemorar os 22 anos da Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS.

JUSTIFICAÇÃO

Entre os anos de 2000 e 2001, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF – tomou a decisão de implantar uma estrutura educacional de formação médica, em nível de graduação, no contexto de seus serviços de saúde, apresentando como justificativa central a necessidade de reorientação da prática médica.

Em consonância com as necessidades da população do Distrito Federal, da região Centro-Oeste e do país, e acompanhando os movimentos para a melhoria ensino superior e as redefinições do perfil e do papel dos profissionais de saúde, a SES-DF propôs a criação da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) como uma Instituição de Ensino Superior (IES), na perspectiva de formar um profissional de saúde com perfil mais adequado às necessidades da população e em acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A ESCS foi criada por meio do Decreto nº 22.074, de 11 de abril de 2001, teve aprovado o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em



SF/22970.08267-44





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Medicina que e obteve autorização para funcionamento com oitenta vagas anuais. Na mesma perspectiva foi concebido o Curso de Graduação em Enfermagem, baseado em uma proposta metodológica inovadora, voltada para a formação do perfil profissional desejado para o fortalecimento do SUS, em consonância comas necessidades sociais e políticas da formação profissional e assistência à saúde no contexto regional, propondo contribuir com estímulos à implantação de políticas públicas convergentes e estratégicas em diversas áreas da SES-DF, coma qualificação de recursos humanos, a revisão do modelo assistência e de atos normativos vigentes.

O curso obteve autorização para funcionar também com 80 vagas anuais.

No âmbito da pós-graduação, a instituição desenvolve programas “latusensu” em residência médica e em outras áreas da saúde, abrigoando atualmente mais de 1.500 estudantes. Promove também o mestrado profissional em ciências para a saúde e em saúde da família, o mestrado acadêmico em ciências da saúde e o doutorado institucional em ciências da saúde. Em seus vinte anos de existência, a ESCS tem alcançado resultados educacionais expressivos, seus egressos são reconhecidos pela comunidade de saúde pública pela sua excelente formação, com um perfil adequado para o trabalho no serviço público de saúde.

Diante do exposto, fica demonstrado que a escola tem um papel de fundamental importância para sociedade, e um trabalho dessa magnitude merece ser reconhecido e valorizado. A fim de homenagear seus idealizadores, mantenedores, docentes, estudantes, coordenadores, preceptores, servidores e colaboradores, todos responsáveis por viabilizar



SF/22970.08267-44





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

esse projeto visionário, que vem mudando a forma de agir e de pensar dos profissionais de saúde de Brasília, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)

Nome do Senador	Assinatura



SF/22970.08267-44





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 839, DE 2022

Audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL nº 3045/2022.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 3045/2022, que “institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 21 de dezembro de 2022.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)

Término de Prazo



Encerrou-se em 20 de dezembro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2019.

Não foi interposto recurso.

A matéria vai ao Arquivo. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



RESOLUÇÕES



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 49, DE 2022

Institui a Frente Parlamentar Evangélica.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Evangélica com a finalidade de:

I – propor medidas legislativas e alterações na legislação que visem à construção de um arcabouço legal específico para garantir a liberdade religiosa e de credo;

II – acompanhar os resultados de ações assistenciais promovidas pelo Poder Executivo, além de discutir propostas que possam ampliar os limites de abrangência e atuação dos benefícios assistenciais, assegurando fontes de recursos para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Evangélica reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Evangélica será integrada por Senadores que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros membros do Congresso Nacional.

Art. 3º A Frente Parlamentar Evangélica reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de dezembro de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal

gsl/prs22-065



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 50, DE 2022

Autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Alagoas autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o “Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Alagoas – PROFISCO II/AL”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – devedor: Estado de Alagoas;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor da operação: até US\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: taxa Libor para 3 (três) meses, acrescida de **funding margin** e **lending spread** a serem definidos periodicamente pelo BID;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – cronograma estimado de desembolsos: US\$ 3.519.680,00 (três milhões, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e oitenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2022, US\$ 8.260.458,00 (oito milhões, duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US\$ 10.768.370,00 (dez milhões, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US\$ 8.345.388,00 (oito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2025 e US\$ 5.106.104,00 (cinco milhões, cento e seis mil, cento e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2026;

IX – cronograma estimado da contrapartida: US\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023, US\$ 1.050.000,00 (um



milhão e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2024, US\$ 925.000,00 (novecentos e vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025 e US\$ 1.375.000,00 (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026;

X – prazo de carência: até 66 (sessenta e seis) meses;

XI – prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

XII – prazo total: 300 (trezentos) meses;

XIII – periodicidade: semestral;

XIV – sistema de amortização: constante;

XV – comissão de crédito (comissão de compromisso): até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVI – despesas de inspeção e vigilância: em determinado semestre, não mais que 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e dos desembolsos e contrapartidas previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos e contrapartidas em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Alagoas na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** deste artigo é condicionada a que:

I – sejam cumpridas de maneira substancial as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

II – seja verificada pelo Ministério da Economia a adimplência do mutuário em face da União e de suas controladas;

III – o Estado de Alagoas celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, e das receitas próprias a que se refere o art. 155, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de dezembro de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PL - Romário*
PL - Carlos Portinho** (S)
PL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

PTB - Roberto Rocha*
CIDADANIA - Eliziane Gama**
PDT - Weverton**

Pará

PT - Paulo Rocha*
MDB - Jader Barbalho**
PL - Zequinha Marinho**

Pernambuco

MDB - Fernando Bezerra Coelho*
MDB - Fernando Dueire** (S)
PT - Humberto Costa**

São Paulo

PSDB - José Serra*
MDB - Giordano** (S)
PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Alexandre Silveira* (S)
PL - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

PSC - Luiz Carlos do Carmo* (S)
PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
UNIÃO - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
PP - Luis Carlos Heinze**
PT - Paulo Paim**

Ceará

PSDB - Tasso Jereissati*
PODEMOS - Eduardo Girão**
PDT - Julio Ventura** (S)

Paraíba

MDB - Nilda Gondim* (S)
PSD - Daniella Ribeiro**
MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

MDB - Rose de Freitas*
PT - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PP - Elmano Férrer*
PP - Eliane Nogueira** (S)
MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
PSD - Zenaide Maia**

Santa Catarina

PSB - Dário Berger*
PP - Esperidião Amin**
PL - Jorginho Mello**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
MDB - Renan Calheiros**
UNIÃO - Rodrigo Cunha**

Sergipe

PP - Maria do Carmo Alves*
PSDB - Alessandro Vieira**
PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
MDB - Eduardo Braga**
PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
PODEMOS - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

PP - Mailza Gomes* (S)
UNIÃO - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
UNIÃO - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
PSDB - Izalci Lucas**
PDT - Leila Barros**

Rondônia

PDT - Acir Gurgacz*
MDB - Confúcio Moura**
PL - Dr. Samuel Araújo** (S)

Tocantins

PP - Kátia Abreu*
PL - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

UNIÃO - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PROS - Telmário Mota*
UNIÃO - Chico Rodrigues**
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 19

MDB-13 / PP-7

Confúcio Moura.	MDB / RO
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Fernando Dueire.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Maria do Carmo Alves.	PP / SE
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil - 14

PODEMOS-8 / PSDB-6

Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar PSD/Republicanos - 14

PSD-12 / REPUBLICANOS-1

Alexandre Silveira.	PSD / MG
Angelo Coronel.	PSD / BA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Irajá.	PSD / TO
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

PL-8 / PTB-2

Carlos Portinho.	PL / RJ
Carlos Viana.	PL / MG
Dr. Samuel Araújo.	PL / RO
Eduardo Gomes.	PL / TO
Fernando Collor.	PTB / AL
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jorginho Mello.	PL / SC
Roberto Rocha.	PTB / MA
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PL / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 10

PT-7 / PROS-2 / PSB-1 / REDE-1

Dário Berger.	PSB / SC
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR

Bloco Parlamentar União Cristã - 8

UNIÃO-6 / PSC-1 / CIDADANIA-1

Chico Rodrigues.	UNIÃO / RR
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Luiz Carlos do Carmo.	PSC / GO
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Rodrigo Cunha.	UNIÃO / AL
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS

PDT - 4

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Julio Ventura.	PDT / CE
Leila Barros.	PDT / DF
Weverton.	PDT / MA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	19
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil.	14
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos.	14
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	10
Bloco Parlamentar União Cristã.	8
PDT.	4
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Giordano** (MDB-SP)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (PSDB-SE)	Humberto Costa** (PT-PE)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alexandre Silveira* (PSD-MG)	Irajá** (PSD-TO)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jayme Campos** (UNIÃO-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PL-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (UNIÃO-RR)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PTB-MA)
Daniella Ribeiro** (PSD-PB)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (UNIÃO-AL)
Dário Berger* (PSB-SC)	Julio Ventura** (PDT-CE)	Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Davi Alcolumbre* (UNIÃO-AP)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dr. Samuel Araújo** (PL-RO)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Leila Barros** (PDT-DF)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (PL-TO)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Luiz Carlos do Carmo* (PSC-GO)	Soraya Thronicke** (UNIÃO-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (PT-ES)	Marcio Bittar** (UNIÃO-AC)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (PP-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Fernando Dueire** (MDB-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PSD-RN)
Flávio Bolsonaro** (PL-RJ)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PL-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz Carlos do Carmo - (PSC-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PL-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP) - 19</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55,86)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 12 Eduardo Braga (19,50)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Mailza Gomes (55,86)</p> <p>Vice-Líderes do PP Esperidião Amin (15,109) Luis Carlos Heinze (46)</p>	<p>Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS/PSDB) - 14</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (16,61)</p> <p>Vice-Líder Flávio Arns (69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 8 Oriovisto Guimarães (67,107)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 6 Izalci Lucas (21,24,37,56)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Mara Gabrilli (59)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD/REPUBLICANOS) - 14</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (45,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSD - 13 Nelsinho Trad (45,80)</p> <p>Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (54,97)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (6)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS/PSB/REDE) - 10</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 7 Paulo Rocha (23,49,83)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (76,82)</p> <p>Líder do PROS - 1 Telmário Mota (11)</p> <p>Líder do PSB - 1 Dário Berger (89)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (63,64)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/PTB) - 11</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (8,93)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,7,40,75,103,104) Roberto Rocha (12,94,108)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PL - 9 Flávio Bolsonaro (73,98)</p> <p>Vice-Líder do PL Carlos Viana (38,100)</p> <p>Líder do PTB - 2 Roberto Rocha (12,94,108)</p>	<p>Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO/PSC/CIDADANIA) - 8</p> <p>Líder Luiz Carlos do Carmo - PSC (90,91)</p> <p>.....</p> <p>Líder do UNIÃO - 6 Davi Alcolumbre (88)</p> <p>Vice-Líder do UNIÃO Soraya Thronicke (31,70,87,92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Luiz Carlos do Carmo (90,91)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 1 Eliziane Gama (43,77,78,85)</p>
<p>PDT - 4</p> <p>Líder Cid Gomes - PDT (62,106)</p> <p>Vice-Líder Leila Barros (29,36,58,105)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (52,95)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (44,84)</p>
<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (43,77,78,85)</p> <p>Vice-Líder Nilda Gondim (79)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Carlos Portinho - PL (39,96)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30,101) Elmano Férrer (25,74) Carlos Viana (38,100) Jorginho Mello (3,7,40,75,103,104)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
10. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
13. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
16. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1ª vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
43. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT)
44. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN)
46. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
48. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
51. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
52. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB)
58. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado L'ider do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB)
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
62. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB)
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Orioovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
74. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
75. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
76. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)
77. Em 07.12.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Vice-Líder do CIDADANIA (Of. nº 012/2021 - GLCID)
78. Em 15.02.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 15/2022-GSSTEBET)
79. Em 22.02.2022, a Senadora Nilda Gondim foi designada Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 02/2022)
80. Em 08.03.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (Of. 99/2022-GSNTDAD).
81. Em 15.03.2022, o Senador Paulo Rocha foi reconduzido Líder do PT (Of. 06/2022-GLDPT)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



82. Em 15.03.2022, o Senador Rogério Carvalho foi reconduzido a vice-líder do PT (Of. nº 6/2022-GLDPT)
83. Em 15.03.2022, a Senadora Zenaide Maia foi reconduzida a Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 03/2022-BLPRD).
84. Em 16.03.2022, o Senador Jean Paul Prates foi reconduzido a Líder da Minoria (Of. 01/2022-GLDMIN)
85. Em 23.03.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do CIDADANIA (Of. nº 7/2022 - GLCID)
86. Em 05.04.2022, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 013/2022-GSENOG).
87. Em 06.04.2022, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 286/2022 - GSSTHRON).
88. Em 12.04.2022, o Senador Davi Alcolumbre foi designado Líder do Partido União Brasil (Of. 02/2022-GLUNIAO).
89. Em 12.04.2022, o Senador Dário Berger foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. 002/2022-GSDB).
90. Em 13.04.2022, o Senador Luiz Carlos do Carmo foi designado Líder do Partido Social Cristão - PSC (Of. 050/2022 - GSLCARM).
91. Em 20.04.2022, o Senador Luiz Carlos do Carmo foi designado Líder do Bloco Parlamentar União Cristã (Of. nº 09/2022 - GLUNIAO).
92. Em 09.05.2022, a Senadora Soraya Thronicke foi designada Vice-Líder do União Brasil (Of. 19/2022 - GLUNIAO).
93. Em 01.06.2022, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2022).
94. Em 01.06.2022, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. 35/2022-PTB).
95. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
96. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
97. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Governo.
98. Em 10.06.2022, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado líder do Partido Liberal (Of. 37/2022-GLPL)
99. Em 10.06.2022, o Senador Marcos Rogério foi designado segundo vice-líder do Partido Liberal (Of. 37/2022-GLPL)
100. Em 10.06.2022, o Senador Carlos Viana foi designado primeiro vice-líder do Partido Liberal (Of. 37/2022-GLPL)
101. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
102. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
103. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
104. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
105. Em 02.09.2022, a Senadora Leila Barros foi designada Vice-Líder do PDT (Of. 30/2022 - GLPDT).
106. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023
107. Em 20.10.2022, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado líder do PODEMOS (Of. nº 25/2022-GLPODEMOS)
108. Em 25.10.2022, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 16/2022-BLVANG)
109. Em 06.12.2022, o Senador Esperidião Amin foi designado 1º vice-líder do Progressistas, em substituição ao Senador Elmano Férrer (Of. nº 30/2022-GLDPP)
110. Em 14/12/2022, o Senador Marcos Rogério foi destituído da função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁵⁾

RELATOR: VAGO ^(15,16,17)

Instalação: 28/10/2021

Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(10,11,12,21,22)	1. Senador Carlos Viana (PL-MG) ^(10,11,12,18)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
VAGO ^(8,16,17)	2.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(2,20)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾	2. ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(1,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(6,23)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT (PDT)	
Senador Acir Gurgacz ⁽⁷⁾	1.

Notas:

- Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
- Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
- Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
- Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB) ([DSF de 17/09/2021, p. 80](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP) ([DSF de 18/09/2021, p. 6](#))
10. Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB) ([DSF de 22/09/2021, p. 220](#))
11. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 361](#))
12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB) ([DSF de 23/09/2021, p. 362](#))
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP) ([DSF de 01/10/2021, p. 85](#))
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP) ([DSF de 22/10/2022, p. 90](#))
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE). ([DSF de 29/10/2021, p. 99](#))
16. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
17. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
18. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Eduardo Braga, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLMDB) ([DSF de 11/02/2022, p. 148](#))
19. Em 06.04.2022, o Senador Jayme Campos licenciou-se até 30.07.2022.
20. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
21. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
22. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.
23. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS)

Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,3)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

VAGO ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Notas:

1. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
2. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
3. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
VAGO ^(5,6)	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE) ⁽¹⁾	
	1.
PDT (PDT) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). ([DSF de 19/02/2021, p. 11](#))
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). ([DSF de 20/02/2021, p. 36](#))
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 380](#))
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). ([DSF de 02/03/2021, p. 6](#))
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). ([DSF de 10/06/2021, p. 155](#))
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR, "IN LOCO", A
SITUAÇÃO DA TRAVESSIA DE FERRY BOAT, NO ESTADO DO MARANHÃO**

Finalidade: Verificar, "in loco", no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a situação da travessia de Ferry Boat que conecta a região ocidental do Estado do Maranhão à ilha de São Luís.

RQS nº 442, de 2022

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Roberto Rocha (PTB-MA)	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (2)
VAGO (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (1)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA)	3.

Notas:

1. Em 08.08.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GSEGAMA).
2. Em 18.08.2022, o Senador Eduardo Girão foi confirmado membro suplente para compor a comissão (Of. nº 24/2022-GLPODEMOS).
3. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS QUEIMADAS E DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL.

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento e do aumento das queimadas na Amazônia Legal.

Requerimentos nºs 993 e 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
	1.
Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO, PSC, CIDADANIA)	
	1.



2)CPI DO NARCOTRÁFICO.

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 dias, com limite de despesa de cento e cinquenta mil reais: a) a relação entre a ampliação dos índices de homicídios de jovens e adolescentes, no território nacional, entre os anos 2016 a 2020, com a atividade do narcotráfico; b) levantar dados acerca da expansão da atuação de Organizações Criminosas e/ou Associações Criminosas no narcotráfico nos últimos anos nas regiões Norte e Nordeste; e c) reunir informações sobre a estrutura e funcionamento de tais organismos criminosos, dentro e fora dos estabelecimentos prisionais do País.

Requerimento nº 540, de 2022.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/07/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
	1.
Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO, PSC, CIDADANIA)	
	1.



3)CPI DAS OBRAS PÚBLICAS INACABADAS.

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 dias, com limite de despesa de cento e dez mil reais, eventual irregularidade e crimes na condução de obras de edificações, bem como, responsabilidade de agentes e ex-agentes públicos relativamente às ações e omissões que resultaram na existência de obras públicas iniciadas e não-concluídas, no período de 2006 até o ano de 2018, e, ainda, possíveis irregularidades no Programa de Financiamento Estudantil - Fies, no mesmo período.

Requerimento nº 541, de 2022.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/07/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
	1.
Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO, PSC, CIDADANIA)	
	1.



4)CPI DO MEC

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, com limite de despesa de noventa mil reais, as irregularidades e os crimes praticados na destinação das verbas públicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Requerimento nº 542, de 2022.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/07/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
	1.
Bloco Parlamentar União Cristã (UNIÃO, PSC, CIDADANIA)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72,90)	1. Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO) (8,18,54,57,72,90)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72,90,93,96,106)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,18,54,57,72,90)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72,90)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (8,42,44,54,65,72,90,97,111)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72,75,82,86,90)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (8,72,90,113)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72,90)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (9,41,45,86,94,105,107,109,110)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,57,59,72,90)	6. VAGO (11,17,59,72,90,95,108)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
VAGO (100,104,112)	8.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51,69,70,83,87)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51,79,88,89)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,24,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,23,49)	2. Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,33,35,49,84,85)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,49)	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,25,49,91)
Senador Irajá (PSD-TO) (61,78,80)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Romário (PL-RJ) (3,47,92,98,99)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15,43,60,81)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,27,28,114)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3,101)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT (PDT) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁵⁶⁾	1. VAGO ^(56,62)
Senador Julio Ventura (37,56,102,103)	2. VAGO ^(56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz ^(19,21,56)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))

2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF. ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 76](#))
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 10](#))
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 22](#))
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 7](#))
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 11](#))
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 20](#))
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. ([DSF de 24/02/2021, p. 377](#))
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 361](#))
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 391](#))
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 374](#))
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 393](#))
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD). ([DSF de 27/02/2021, p. 70](#))
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND). ([DSF de 16/03/2021, p. 65](#))
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB). ([DSF de 07/05/2021, p. 116](#))
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 56](#))
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/08/2021, p. 75](#))
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB). ([DSF de 02/09/2021, p. 725](#))
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 50](#))



74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPDEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 51](#))
75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 109](#))
76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania (Of. nº 6/2021-GLCID). ([DSF de 19/10/2021, p. 42](#))
77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID). ([DSF de 27/10/2021, p. 136](#))
78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD). ([DSF de 27/10/2021, p. 137](#))
79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 45](#))
80. Em 30.11.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 94/2021-GLPSD). ([DSF de 01/12/2021, p. 129](#))
81. Em 01.12.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-BLVANG). ([DSF de 02/12/2021, p. 76](#))
82. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
83. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
84. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
85. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2022-GLPSD).
86. Em 10.02.2022, os Senadores Confúcio Moura e Carlos Viana foram designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLMDB).
87. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-GLPSDB).
88. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
89. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
90. Em 08.03.2022, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes, Carlos Viana e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLMDB).
91. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº3/2022-BLPSDREP).
92. Em 09.05.2022, o Senador Fabio Garcia foi designado membro titular, pelo partido União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 18/2022-GLUNIAO).
93. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
94. Em 03.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLMDB).
95. Em 28.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a Comissão (Ofício nº 23/2022-GLDPP).
96. Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2022-GLMDB).
97. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
98. Vago em 30.07.2022, em razão do retorno do titular.
99. Em 08.08.2022, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2022-BLVANG).
100. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
101. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
102. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
103. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
104. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
105. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
106. Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2022-GLMDB).
107. Em 03.10.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2022-GLMDB).
108. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
109. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
110. Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 59/2022-GLMDB).
111. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.
112. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.
113. Em 07.12.2022, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 67/2022-GLMDB).
114. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,5,7,8)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(1,6)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(1,4)	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

- Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE) ([DSF de 10/04/2019, p. 115](#)).
- Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
- Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
- Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
- Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
- Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
- Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
- Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42,68,69)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41,70,71,75,82,83)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,41,45,47,66,75)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(8,41,75)	2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(7,41,75,79)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41,75)	3. Senador Dário Berger (PSB-SC) ^(7,17,20,25,30,31,41,75)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41,75)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(9,41,57,78)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. VAGO ^(10,33,73,76,84)
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) ^(51,53,54,64)	6. VAGO ^(55,56)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(19,39,67,77)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(1,34,68,69)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(1,34)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(1,34)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12,22,24,34,57)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ^(12,34,58,80)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(2,62,72,74)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,63,65,81)	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁶¹⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(59,60)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT (PDT) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

5. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))

4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))

2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))

8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 933/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 72](#))
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 70](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 264](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 77](#))
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 23](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 19](#))
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 17](#))
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 395](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 376](#))
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 360](#))



46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 341](#))
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 71](#))
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP). ([DSF de 18/06/2021, p. 186](#))
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB). ([DSF de 29/10/2021, p. 100](#))
56. Em 07.02.2022, o Senador Eduardo Braga deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, (Of. nº 2/2022-GLMDB).
57. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-BLPSDREP). ([DSF de 30/03/2022, p. 59](#))
58. Em 11.04.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-BLPSDREP). ([DSF de 12/04/2022, p. 28](#))
59. Em 25.04.2022, o Senador Carlos Portinho, Líder do Partido Liberal, cedeu 1 vaga de suplente ao Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (Of. nº 25/2022-GLPL). ([DSF de 26/04/2022, p. 33](#))
61. Em 25.04.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Partido Liberal, para compor a comissão (Of. nº 24/2022-GLPL). ([DSF de 26/04/2022, p. 32](#))
60. Em 25.04.2022, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo Partido Liberal, em vaga cedida ao Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-BLPSDREP). ([DSF de 26/04/2022, p. 30](#))
62. Em 09.05.2022, o Senador Fabio Garcia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo partido União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 15/2022-GLUNIAO). ([DSF de 10/05/2022, p. 33](#))
63. Em 09.05.2022, o Senador Márcio Bittar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo partido União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 14/2022-GLUNIAO). ([DSF de 10/05/2022, p. 32](#))
64. Em 25.05.2022, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliane Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 14/2022-GLDPP). ([DSF de 26/05/2022, p. 153](#))
65. Em 02.06.2022, o Senador Eduardo Velloso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2022-GLUNIAO).
66. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
67. Em 06.06.2022, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2022-GLUNIAO).
68. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
70. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
69. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
71. Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2022-GLMDB).
72. Vago em 30.07.2022, em razão do retorno do titular.
73. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
74. Em 10.08.2022, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 41/2022-GLUNIAO).
75. Em 26.08.2022, os Senadores Luiz Pastore, Ivete Silveira, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e como membros suplentes os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Ogari Pacheco, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Dário Berger, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 49/2022-GLMDB).
76. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
77. Em 29.09.2022, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Dra. Eudócia, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 65/2022-GLUNIAO).
78. Em 03.10.2022, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2022-GLMDB).
79. Em 11.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ogari Pacheco, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 57/2022-GLMDB).
80. Em 11.10.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alexandre Silveira, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 35/2022-BLPSDREP).
81. Vago em 17.10.2022, em razão do retorno do titular.
82. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
83. Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 61/2022-GLMDB).
84. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.



Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS). ([DSF de 05/10/2021, p. 30](#))

2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS). ([DSF de 05/10/2021, p. 30](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,3,4)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS). ([DSF de 28/05/2019, p. 59](#))
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS) ([DSF de 28/05/2019, p. 59](#))
3. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
4. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS). ([DSF de 05/10/2021, p. 34](#))
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS). ([DSF de 05/10/2021, p. 34](#))

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(1,127)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89,147,160)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,89,147,158,159,160)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89,147,151,160)	2. Senador Giordano (MDB-SP) (8,25,31,89,147,160)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,89,147,160)	3. VAGO (8,89,121,147,160,165)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,20,89,147,160)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,47,58,89,114,115,139,149,152,167)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,81,89,111,147,160,166)	5. VAGO (8,19,71,73,89,111)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (4,89,137,138,147,160,169,170,171)	6. VAGO (9,66,67,76,80,89,149)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (93,107,108)	8. VAGO
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87,134,135,141,161)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84,117,132,133)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87,109,110,124,128,129,130,134,135,141,161)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,28,30,36,104,142)	3. VAGO (6,84,100,120,150,168)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,18,26,27,72,74,122,136,140,143,145,148)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,95,145,148)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,95,105)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (14,43,78,98,101,104,105,122,136,140,142,143)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,54,83,125,126,144,146)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,83,112,131)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,83)	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,63,83,137)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,70,75,77,83)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (2,54,77,83,96,99,113,116,153,154,176)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (96,113,116,137)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (102,155,157,169,170,172)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) (3,79,82,91)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽³⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(3,177)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (3,34,37)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (3,162,174)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(3,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,85)	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,15,16,85,173,175)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,85)	3. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (5,16,41,85,173)
PDT (PDT) ⁽¹⁰⁶⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,94,97,103,118,119)	1. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (88,94,97,118,119)
Senador Weverton ^(50,62,64,88,156)	2. Senador Julio Ventura ^(38,88,163,164)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,24,88,103,123)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Aroldo de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovidio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Orioivisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))



36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))
39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). ([DSF de 23/11/2019, p. 99](#))
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 20/11/2019, p. 147](#))
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 23/11/2019, p. 102](#))
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 26/11/2019, p. 60](#))
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 73](#))
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). ([DSF de 10/12/2019, p. 91](#))
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 196](#))
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 71](#))
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))



72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))
75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 257](#))
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 260](#))
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 78](#))
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 24](#))
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 8](#))
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 10](#))
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 21](#))
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 362](#))
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 378](#))
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/02/2021, p. 385](#))
91. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 334](#))
92. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 335](#))
93. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). ([DSF de 25/02/2021, p. 351](#))
94. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). ([DSF de 25/02/2021, p. 342](#))
95. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 350](#))
96. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). ([DSF de 26/02/2021, p. 93](#))
97. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/02/2021, p. 97](#))
98. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
99. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 110](#))
100. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
101. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/05/2021, p. 26](#))
102. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). ([DSF de 14/05/2021, p. 138](#))
103. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))



104. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 45](#))
105. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 46](#))
106. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
107. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
108. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
109. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. ([DSF de 11/08/2021, p. 210](#))
110. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 55](#))
111. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). ([DSF de 20/08/2021, p. 121](#))
112. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). ([DSF de 25/08/2021, p. 137](#))
113. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD). ([DSF de 14/09/2021, p. 41](#))
114. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). ([DSF de 16/09/2021, p. 116](#))
115. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 360](#))
116. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). ([DSF de 28/09/2021, p. 52](#))
117. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 47](#))
118. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID). ([DSF de 24/11/2021, p. 144](#))
119. Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID). ([DSF de 02/12/2021, p. 75](#))
120. Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021). ([DSF de 02/12/2021, p. 77](#))
121. Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB). ([DSF de 02/12/2021, p. 78](#))
122. Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
123. Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD). ([DSF de 16/12/2021, p. 220](#))
124. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
125. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
126. Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD). ([DSF de 03/02/2022, p. 99](#))
127. Em 16.02.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Vice-Presidente deste colegiado.
128. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-GLPSDB). ([DSF de 17/02/2022, p. 241](#))
129. Em 16.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2022-GLPSDB). ([DSF de 17/02/2022, p. 243](#))
130. Em 23.02.2022, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-GLPSDB). ([DSF de 24/02/2022, p. 193](#))
131. Em 24.02.2022, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-GLPSD). ([DSF de 25/02/2022, p. 38](#))
132. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
133. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2022-GLPSDB). ([DSF de 04/03/2022, p. 6](#))
134. Em 08.03.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 10/2022-GLPSDB). ([DSF de 09/03/2022, p. 258](#))
135. Em 10.03.2022, os Senadores Plínio Valério e Mara Gabrilli permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPSDB).
136. Em 15.03.2022, os Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 11/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 16/03/2022, p. 125](#))
137. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a atuar como suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-BLPSDREP). ([DSF de 30/03/2022, p. 58](#))



138. Em 30.03.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2022-GLMDB). ([DSF de 31/03/2022, p. 132](#))
139. Em 30.03.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2022-GLMDB). ([DSF de 31/03/2022, p. 133](#))
140. Em 04.04.2022, os Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 05/04/2022, p. 10](#))
141. Em 05.04.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo a Senadora Mara Gabrilli designada membro titular e o Senador Plínio Valério suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 13/2022-GLPSDB). ([DSF de 06/04/2022, p. 10](#))
142. Em 05.04.2022, os Senadores Jorge Kajuru e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Jorge Kajuru suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 14/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 06/04/2022, p. 11](#))
143. Em 02.05.2022, os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Jorge Kajuru designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 15/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 03/05/2022, p. 60](#))
144. Em 03.05.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alexandre Silveira, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-BLPSDREP). ([DSF de 04/05/2022, p. 133](#))
145. Em 03.05.2022, os Senadores Lasier Martins e Jorge Kajuru permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Jorge Kajuru, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 16/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 04/05/2022, p. 135](#))
146. Em 09.05.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 18/2022-BLPSDREP). ([DSF de 10/05/2022, p. 38](#))
147. Em 30.05.2022, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho e Marcelo Castro foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 23/2022-GLMDB). ([DSF de 31/05/2022, p. 11](#))
148. Em 30.05.2022, os Senadores Lasier Martins e Jorge Kajuru permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Jorge Kajuru designado membro titular e o Senador Lasier Martins, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 19/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 31/05/2022, p. 10](#))
149. Em 30.05.2022, os Senadores Carlos Viana e Flávio Bolsonaro deixaram de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 23/2022-GLMDB). ([DSF de 31/05/2022, p. 11](#))
150. Em 02.06.2022, o Senador Eduardo Velloso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLUNIAO). ([DSF de 03/06/2022, p. 148](#))
151. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
152. Em 03.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLMDB). ([DSF de 04/06/2022, p. 6](#))
153. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
154. Em 06.07.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 32/2022-BLPSDREP). ([DSF de 07/07/2022, p. 168](#))
155. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
156. Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
157. Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 27/2022-BLPSDREP). ([DSF de 07/07/2022, p. 163](#))
158. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
159. Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2022-GLMDB). ([DSF de 08/07/2022, p. 123](#))
160. Em 13.07.2022, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Marcelo Castro e Luiz Pastore foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano e Rafael Tenório, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2022-GLMDB). ([DSF de 14/07/2022, p. 204](#))
161. Em 01.08.2022, os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Plínio Valério designado membro titular e a Senadora Mara Gabrilli, suplente, pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (Of. nº 27/2022-GLPSDB). ([DSF de 02/08/2022, p. 13](#))
162. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
163. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
164. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT). ([DSF de 20/09/2022, p. 27](#))
165. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
166. Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 53/2022-GLMDB). ([DSF de 04/10/2022, p. 8](#))
167. Em 03.10.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 53/2022-GLMDB). ([DSF de 04/10/2022, p. 8](#))
168. Vago em 17.10.2022, em razão do retorno do titular.
169. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
170. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
171. Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 63/2022-GLMDB). ([DSF de 08/11/2022, p. 12](#))
172. Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 41/2022-BLPSDREP). ([DSF de 10/11/2022, p. 123](#))
173. Em 17.11.2022, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 22/2022-BLPRD). ([DSF de 18/11/2022, p. 13](#))



174. Em 30.11.2022, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorginho Mello, pelo Bloco Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2022-BLVANG). ([DSF de 01/12/2022, p. 162](#))

175. Em 06.12.2022, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2022-BLPRD). ([DSF de 07/12/2022, p. 63](#))

176. Em 14.12.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-BLPSDREP).

177. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(7,44,72,86)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44,59,60,62,66,81,84)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
VAGO ^(7,44,70,71,82,83)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48,87)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. Senador Carlos Viana (PL-MG) ^(14,66)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(8,44,46,75)	5. Senador Dário Berger (PSB-SC) ^(21,53,76)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. VAGO ⁽⁴⁸⁾
VAGO ^(10,23,27,39,73,79,88)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶³⁾	8.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(5,42,67,80)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(55,57,64)	6. VAGO ^(19,26)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ^(1,2,40,61,65)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(1,40)
(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(1,20,40,68,69,82,83,85)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(3,74)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(16,52,89)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT (PDT) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Julio Ventura ^(47,77,78)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 69](#))
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 72](#))
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 256](#))
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 81](#))
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 18/02/2021, p. 9](#))



42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 28](#))
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 14](#))
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 14](#))
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 392](#))
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSEININD). ([DSF de 24/02/2021, p. 363](#))
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 68](#))
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 119](#))
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG). ([DSF de 05/03/2021, p. 121](#))
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 29/04/2021, p. 272](#))
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 47](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB). ([DSF de 29/09/2021, p. 100](#))
60. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
61. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
62. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Republicanos, para compor a comissão (Of. 9/2022-GSMJESUS).
63. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 6/2022-GLMDB)
64. Em 22.03.2022, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Juntos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLPODEMOS).
65. Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 15/2022-BLPSDREP).
66. Em 03.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2022-GLMDB).
67. Em 06.06.2022, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2022-GLUNIAO).
68. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
69. Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 29/2022-BLPSDREP).
70. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
71. Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2022-GLMDB).
72. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
73. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
74. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
75. Em 26.08.2022, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dário Berger, para compor a comissão (Of. nº 47/2022-GLMDB).
76. Em 26.08.2022, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Of. nº 50/2022-GLMDB).
77. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
78. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
79. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
80. Em 29.09.2022, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Dra. Eudócia, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 68/2022-GLUNIAO).
81. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
82. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



83. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.

84. Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 62/2022-GLMDB).

85. Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 40/2022-BLPSDREP).

86. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.

87. Em 21.11.2022, o Senador Jarbas Vasconcelos licenciou-se até 30.03.2023.

88. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.

89. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PL-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE) ([DSF de 22/05/2019, p. 105](#))
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB). ([DSF de 30/05/2019, p. 107](#))
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

Prazo prorrogado: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
VAGO ⁽²⁾	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

2. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. VAGO (6,16,42,43,46,64,65,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) (16,17,37,43,46,56)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (10,23,27,29,35,42,62,71,73)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (17,42,57,66,74)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. VAGO (17,51,52,59)
VAGO (53,68,70,75)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (55)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (9,36,40,60)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,22,31,49)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (2,21,24,25,38,61)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,21,38,54)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,38)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,18,26,38,56,63)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (4,58,67,69)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
PDT (PDT) (50)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 68](#))
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 110](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 86](#))
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 13](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 30](#))
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 15](#))
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 11](#))
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 390](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 348](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP). ([DSF de 13/08/2021, p. 61](#))
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD). ([DSF de 31/08/2021, p. 34](#))
55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP). ([DSF de 21/09/2021, p. 85](#))
56. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 3/2022-GLMDB).
57. Em 30.03.2022, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 16/2022-GLMDB).
58. Em 09.05.2022, o Senador Fabio Garcia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo partido União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 17/2022-GLUNIAO).
59. Em 18.05.2022, a Senadora Eliane Nogueira deixou de compor a comissão, na vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 13/2022-GLDPP).
60. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
61. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
62. Em 08.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2022-GLDPP).
63. Em 13.06.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. 25/2022-BLPSDREP).
64. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
65. Em 07.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2022-GLMDB).
66. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
67. Vago em 30.07.2022, em razão do retorno do titular.
68. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
69. Em 10.08.2022, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 43/2022-GLUNIAO).
70. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
71. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
72. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
73. Em 07.11.2022, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 60/2022-GLMDB).
74. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.
75. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 08:30 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(1,5)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(1,4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)
4. Em 06.04.2022, o Senador Jayme Campos licenciou-se até 30.07.2022.
5. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 08:30 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,31,48,70,71,74)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,12,48)
VAGO (12,48,67,75)	2. VAGO (9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (14)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (26,48,76)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (23,31)	5. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (28,34,63)
VAGO (61,69,73)	6.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (37,46,66)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (10,25,46)	4. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (11,24,46,53,72)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) (1,2,44,59,68)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (1,62)	2. (1,30,33)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (65)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (4,77)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (22)
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) (56)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,47)
PDT (PDT) (57)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,50,51)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (18,64)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 71](#))
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 195](#))
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
41. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 263](#))
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 87](#))
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 9](#))
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 26](#))
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 12](#))
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 10](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 366](#))
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 372](#))
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). ([DSF de 04/03/2021, p. 331](#))
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). ([DSF de 05/03/2021, p. 123](#))
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 207](#))
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). ([DSF de 05/08/2021, p. 740](#))
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). ([DSF de 12/08/2021, p. 112](#))
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD). ([DSF de 12/11/2021, p. 14](#))
61. Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 10](#))
62. Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD). ([DSF de 03/02/2022, p. 100](#))
63. Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB). ([DSF de 05/02/2022, p. 9](#))
64. Em 03.05.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GSEGAMA). ([DSF de 04/05/2022, p. 134](#))
65. Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-BLPSDREP).
66. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
67. Em 02.06.2022, o Senador Eduardo Velloso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLUNIAO). ([DSF de 03/06/2022, p. 147](#))
68. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
69. Em 21.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2022-GLMDB). ([DSF de 22/06/2022, p. 61](#))
70. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
71. Em 07.07.2022, a Senadora Rose de Freitas deixa de compor, como membro titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 40/2022-GLMDB). ([DSF de 08/07/2022, p. 128](#))
72. Em 13.07.2022, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Juntos pelo Brasil, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, para compor a comissão (Of. 21/2022-GLPODEMOS). ([DSF de 14/07/2022, p. 203](#))
73. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
74. Em 11.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 56/2022-GLMDB). ([DSF de 12/10/2022, p. 62](#))
75. Vago em 17.10.2022, em razão do retorno do titular.
76. Em 21.11.2022, o Senador Jarbas Vasconcelos licenciou-se até 30.03.2023.
77. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1,47,77,83,86,87,91)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (1,22,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52,72,76,84)	1. VAGO (9,49,51,52,85,88,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. VAGO (9,49,52,65,79,92)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (9,49,52,93,94)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. VAGO (10,41)
VAGO (78,80,86,87)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44,61,66,67)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43,62,63)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,42,64,68)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2,28,42,73,75,88,89,90)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) (46,71)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (69,70)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,95)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PTB-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT (PDT) (58)	
Senador Julio Ventura (48,81,82)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (48,74)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE). ([DSF de 14/02/2019, p. 165](#))

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLIJ).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD). ([DSF de 15/09/2020, p. 6](#))
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 263](#))
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 84](#))
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 32](#))
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD). ([DSF de 23/02/2021, p. 22](#))
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 364](#))



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 396](#))
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB). ([DSF de 26/02/2021, p. 96](#))
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 72](#))
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 26/02/2021, p. 69](#))
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB). ([DSF de 03/03/2021, p. 512](#))
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND). ([DSF de 31/03/2021, p. 303](#))
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 49](#))
62. Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
63. Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
64. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
65. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)
66. Vago em 27.02.2022, em razão do retorno do titular (Of. nº 1/2022-GSTJER).
67. Em 03.03.2022, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2022-GLPSDB).
68. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 1/2022-BLPSDREP).
69. Em 25.04.2022, o Senador Nelsinho Trad, Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, cedeu 1 vaga de suplente ao Partido Liberal (Of. nº 9/2022-BLPSDREP).
70. Em 03.05.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, em vaga cedida ao Partido Liberal, para compor a comissão (Of. 26/2022-GLPL).
71. Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-BLPSDREP).
72. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
73. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
74. Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
75. Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 31/2022-BLPSDREP).
76. Em 13.07.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLMDB).
77. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022..
78. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
79. Em 26.08.2022, o Senador Ogari Pacheco foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 45/2022-GLMDB).
80. Em 01.09.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à Senadora Kátia Abreu, para compor a comissão (Of. nº 25/2022-GLDPP).
81. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
82. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
83. Em 20.09.2022, a Comissão reunida elegeu a Senadora Margareth Buzetti Presidente deste colegiado (Of. nº 32/2022-CRE).
84. Em 03.10.2022, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
85. Em 03.10.2022, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2022-GLMDB).
86. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
87. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
88. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
89. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.



90. Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 39/2022-BLPSD-REP).

91. Em 10.11.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Esperidião Amin e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 33/2022-CRE).

92. Vago em 11.11.2022, em razão do retorno do titular.

93. Em 21.11.2022, o Senador Jarbas Vasconcelos licenciou-se até 30.03.2023.

94. Em 07.12.2022, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 70/2022-GLMDB).

95. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PSB-SC) ^(1,42)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(1,42,57,58)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39,62)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39,62)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (7,39,62)	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (7,39,54,62,67,75)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39,62)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7,39,62,78)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39,62)	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (6,12,13,30,33,62)
VAGO (8,62,73)	5. VAGO (14,39,65,74)
VAGO (11,47,52,56,60,69,71,77)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (16)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (46,63,65)	7. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (46)
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Giordano (MDB-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (5,36,61,72)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (18,20,76)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2,21,25,34)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2,34,44,48,64)
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) (2,34,53)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2,34,55)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,79)	1. Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) (3,40,43,59,68,70)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) (3)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (40,57,58)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
PDT (PDT) (50)	
Senador Acir Gurgacz (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (41,66)	2. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 178](#))
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL). ([DSF de 05/12/2019, p. 99](#))
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/08/2020, p. 6](#))
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, o Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 82](#))
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 8](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 29](#))
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 20](#))
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 16](#))
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 381](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 368](#))
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 339](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD). ([DSF de 25/02/2021, p. 354](#))
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 358](#))
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP). ([DSF de 03/03/2021, p. 509](#))
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 120](#))
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 111](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG). ([DSF de 11/08/2021, p. 102](#))
52. Em 02.12.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLDPP). ([DSF de 03/12/2021, p. 309](#))
53. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 8/2022-GLPSD).
54. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos para compor a comissão (Of. 9/2022-GLMDB).
55. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 7/2022-BLPSDREP).
56. Em 05.04.2022, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLDPP).
57. Em 06.04.2022, o Senador Jayme Campos licenciou-se até 30.07.2022.
58. Em 06.04.2022, o Senador Jayme Campos licenciou-se até 30.07.2022.
59. Em 20.04.2022, o Senador Fábio Garcia foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLUNIAO).
60. Em 10.05.2022, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliane Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLDPP).
61. Em 06.06.2022, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2022-GLUNIAO).
62. Em 06.06.2022, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Veneziano Vital do Rêgo e Rafael Tenório foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Carlos Viana e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2022-GLMDB).
63. Em 08.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2022-GLDPP).
64. Em 08.06.2022, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 23/2022-BLPSDREP).
65. Em 14.06.2022, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 22/2022-GLDPP).
66. Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
67. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.
68. Vago em 30.07.2022, em razão do retorno do titular.
69. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
70. Em 10.08.2022, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 44/2022-GLUNIAO).
71. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
72. Em 29.09.2022, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Dra. Eudócia, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 66/2022-GLUNIAO).
73. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
74. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
75. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.
76. Em 17.11.2022, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2022-GLPODEMOS).
77. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.
78. Em 07.12.2022, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 69/2022-GLMDB).
79. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(9,11,41,51,56)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30,50,55)
Senadora Maria do Carmo Alves (PP-SE) ^(43,44,47)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(7,35,48)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá (PSD-TO) ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(2,32,49)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(2,32,46)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(4,52)
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT (PDT) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Julio Ventura ^(3,15,20,37,53,54)
VAGO ^(3,37,45)	2. Senador Acir Gurgacz ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR). ([DSF de 21/02/2019, p. 100](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
30. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 80](#))
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 11](#))
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 13](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 27](#))
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 8](#))
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 367](#))
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 375](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 383](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). ([DSF de 25/02/2021, p. 361](#))
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). ([DSF de 05/03/2021, p. 124](#))
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
45. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA) ([DSF de 25/03/2022, p. 54](#))
46. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-BLPSDREP). ([DSF de 30/03/2022, p. 60](#))
47. Em 17.05.2022, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliane Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2022-GLDPP) ([DSF de 18/05/2022, p. 241](#))
48. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
49. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
50. Em 08.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2022-GLDPP). ([DSF de 09/06/2022, p. 378](#))
51. Em 18.07.2022, o Senador Eduardo Gomes licenciou-se até 14.11.2022.



52. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
53. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
54. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT). ([DSF de 20/09/2022, p. 27](#))
55. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
56. Em 11.11.2022, o Senador Eduardo Gomes retornou ao exercício.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,37,38,44,46)	1. Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO) (9,19,37,38,44,46,54)
VAGO (8,37,38,44,46,54,68)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,44,46,61)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,32,44,48,50,69)	3. VAGO (13,44,57,70)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (17,37,38,44)
VAGO (45,63,67,73)	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO (5,35,41,49,51)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(35,53)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(1,23,26,33,56)	1. Senador Irajá (PSD-TO) ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(1,27,33,58,60,71,72)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,52,62,64)	2. Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT (PDT) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz ^(2,39)	1. Senador Julio Ventura ^(2,29,39,65,66)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(2,55)	2. Senador Weverton ^(39,59)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))

13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 83](#))
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 10](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 31](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 16](#))
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 12](#))
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 389](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 370](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 357](#))
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 338](#))
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 340](#))
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 345](#))
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB). ([DSF de 27/10/2021, p. 135](#))
49. Em 07.12.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 75/2021-GLPSDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 9](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



50. Em 15.12.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2021-GLMDB). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))
51. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
52. Em 09.05.2022, o Senador Fabio Garcia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo partido União Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 16/2022-GLUNIAO).
53. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
54. Em 03.06.2022, o Senador Rafael Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luiz Carlos do Carmo, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 27/2022-GLMDB).
55. Em 06.06.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Cidadania, para compor a comissão (Of. nº 16/2022-GSEGAMA).
56. Em 07.06.2022, o Senador Carlos Fávaro licenciou-se até 06.10.2022.
57. Em 08.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 21/2022-GLDPP).
58. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
59. Em 06.07.2022, o Senador Weverton licenciou-se até 03.11.2022.
60. Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 30/2022-BLPSDREP).
61. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
62. Vago em 30.07.2022, em razão do retorno do titular.
63. Em 02.08.2022, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se até 30.11.2022.
64. Em 10.08.2022, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 42/2022-GLUNIAO).
65. Em 08.09.2022, o Senador Cid Gomes licenciou-se até 03.01.2023.
66. Em 19.09.2022, o Senador Julio Ventura foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 05/2022-GLPDT).
67. Em 21.09.2022, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2022-GLDPP).
68. Vago em 03.10.2022, em razão do retorno do titular.
69. Em 03.10.2022, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2022-GLMDB).
70. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
71. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
72. Em 09.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 38/2022-BLPSD-REP).
73. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(1,24,28,44,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(13,54)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(9,40,42,61,64,65)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42,49,51,52)	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) ^(9,43,52)
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ^(6,27)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(9,52)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
VAGO ^(42,59,60)	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) ^(8,38,56)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,3,36,50,57,58,62,63)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,3,36)	2. ^(2,25,32,36,52)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Chico Rodrigues (UNIÃO-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT (PDT) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(12,37,41)
VAGO ^(21,41,53)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID). ([DSF de 14/02/2019, p. 183](#))
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 262](#))
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 259](#))
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 79](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 12](#))
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 25](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 9](#))
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 7](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 365](#))
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 388](#))
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 384](#))
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND). ([DSF de 06/03/2021, p. 8](#))
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 206](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT). ([DSF de 20/08/2021, p. 120](#))
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 108](#))



50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD). ([DSF de 22/10/2021, p. 91](#))
51. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
52. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Carlos Viana, membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que passa a ocupar a terceira suplência, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 4/2022-GLMDB).
53. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA).
54. Em 20.05.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates para Vice-Presidente deste colegiado (Of. 21/2022-SACCT).
55. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022..
56. Em 24.05.2022, o Senador Rodrigo Cunha licenciou-se até 22.09.2022.
57. Em 06.07.2022, o Senador Sérgio Petecão licenciou-se até 03.11.2022.
58. Em 06.07.2022, a Senadora Maria das Vitórias foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 28/2022-BLPSDREP).
59. Em 06.07.2022, a Senadora Rose de Freitas licenciou-se até 03.11.2022.
60. Em 07.07.2022, a Senadora Rose de Freitas deixa de compor, como membro titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 41/2022-GLMDB).
61. Em 26.08.2022, o Senador Ogari Pacheco foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, em vaga cedida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), para compor a comissão (Of. nº 46/2022-GLMDB).
62. Vago em 04.11.2022, em razão do retorno do titular.
63. Em 08.11.2022, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 37/2022-BLPSD-REP).
64. Vago em 11.11.2022, em razão do retorno do titular.
65. Em 07.12.2022, o Senador Fernando Dueire foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 68/2022-GLMDB).

Secretário(a): Itamar Da Silva Melchior Júnior

Reuniões: Quintas-feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(1,13,14,16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Zequinha Marinho (PL-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(3,17)
PDT (PDT) ⁽²²⁾	
VAGO ^(21,23)	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 83](#))
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 85](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 17](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 33](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). ([DSF de 01/06/2021, p. 6](#))
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
23. Em 24.03.2022, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão pelo CIDADANIA (Of. nº 06/2022-GSEGAMA) ([DSF de 25/03/2022, p. 54](#))
24. Em 29.03.2022, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a Comissão (Ofício nº 2/2022-BLPSDREP). ([DSF de 30/03/2022, p. 56](#))

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38,46)
Senador Dário Berger (PSB-SC) (5,12,38)	2. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (5,38,55)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29,57,58)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8,42,43,57)	4.
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (47,52,57)	5.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL) (4,13,35,48,50)	2. Senador Roberto Rocha (PTB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (S/Partido-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Irajá (PSD-TO) (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1,22,27,33)
(1)	2. (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2,30,51)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7,49)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. VAGO (14,15,16,44,45)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36,54,56)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36,53,56)
PDT (PDT) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz ⁽⁴⁰⁾	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 132](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Orioivisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 184](#))
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Orioivisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID). ([DSF de 21/02/2019, p. 98](#))
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 70](#))
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 88](#))
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 14](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 34](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 18](#))
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 23/02/2021, p. 15](#))
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 13](#))
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 371](#))
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
45. Em 15.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 4/2022-BLVANG)
46. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
47. Em 08.06.2022, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 19/2022-GLDPP).



48. Em 14.06.2022, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Rodrigo Cunha, em vaga cedida pelo União Brasil ao Partido Socialista Brasileiro, para compor a comissão (Of. 37/2022-GLUNIAO).
49. Em 22.08.2022, o Senador Jorginho Mello licenciou-se até 20.12.2022.
50. Em 29.09.2022, o Senador Rodrigo Cunha foi designado membro titular, em substituição à Senadora Dra. Eudócia, pelo partido União Brasil, para compor a comissão (Of. nº 67/2022-GLUNIAO).
51. Em 05.10.2022, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2022-BLVANG).
52. Vago em 06.10.2022, em razão do retorno do titular.
53. Em 17.10.2022, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 17/2022-BLPRD).
54. Em 18.10.2022, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2022-BLPRD).
55. Em 22.10.2022, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 58/2022-GLMDB).
56. Em 07.11.2022, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, em substituição aos Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2022-BLPRD).
57. Em 17.11.2022, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, em substituição à Senadora Eliane Nogueira; o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Guaracy Silveira membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2022-GLDPP).
58. Vago em 1º.12.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Carlos Viana (PL-MG) ⁽¹⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
VAGO ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PTB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹³⁾
Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) ^(2,16)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(4,20)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾
PDT (PDT) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 17/03/2021, p. 208](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD). ([DSF de 17/03/2021, p. 210](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/03/2021, p. 211](#))
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG). ([DSF de 18/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND). ([DSF de 23/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP). ([DSF de 23/03/2021, p. 7](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD). ([DSF de 24/03/2021, p. 70](#))
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP). ([DSF de 24/03/2021, p. 69](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB). ([DSF de 24/03/2021, p. 71](#))
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))

11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 77](#))
12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 78](#))
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD). ([DSF de 25/03/2021, p. 79](#))
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/03/2021, p. 7](#))
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
16. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLPSD).
17. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 7/2022-GLMDB)
18. Em 04.05.2022, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/Republicanos, para compor a comissão (Of. nº 17/2022-BLPSDREP).
19. Em 02.06.2022, o Senador Renan Calheiros licenciou-se até 1º.10.2022.
20. Em 14.12.2022, o Senador Marcos Rogério licenciou-se até 13.04.2023.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PTB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PTB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (PL-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
PDT (PDT)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (MA)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamen

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
VAGO	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (PDT-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



8) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



11) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

